

ORGANIZADORAS

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Dione da Rocha Bandeira

Rita



EDITORA
univille

Organizadoras

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Dione da Rocha Bandeira

Rita

Joinville, 2019



Fundação Educacional da Região de Joinville – Furj – Mantenedora

Presidente

Sandra Aparecida Furlan

Vice-Presidente

Alexandre Cidral

Diretor Administrativo

José Kempner

Universidade da Região de Joinville – Univille – Mantida

Reitora

Sandra Aparecida Furlan

Vice-Reitor

Alexandre Cidral

Pró-Reitora de Ensino

Sirlei de Souza

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Yoná da Silva Dalonso

Pró-Reitor de Infraestrutura

Gean Cardoso de Medeiros (interino)

Diretor do *Campus* São Bento do Sul

Gean Cardoso de Medeiros

Parque de Inovação Tecnológica de Joinville e Região – Inovaparq – Mantida

Diretor Executivo

Marcelo Leandro de Borba

Organizadoras

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Dione da Rocha Bandeira

Rita

Joinville, 2019

Produção editorial

Editora Univille

Coordenação geral

Andrea Lima dos Santos Schneider

Secretaria

Adriane Cristiana Kasprovicz

Revisão

Viviane Rodrigues

Cristina Alcântara

Projeto gráfico

Rafael Sell da Silva

Conselho Editorial

Membros internos – Univille

Profa. Dra. Therezinha Maria Novais de Oliveira

Profa. Ma. Ágada Hilda Steffen

Prof. Dr. Alexandre Cidral

Profa. Dra. Andrea Lima dos Santos Schneider

Profa. Dra. Berenice Rocha Zabbot Garcia

Profa. Dra. Denise Monique D. S. Mouga

Prof. Me. Fabricio Scaini

Profa. Dra. Liandra Pereira

Profa. Ma. Marlene Feuser Westrupp

Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes

Membros externos

Profa. Dra. Adair de Aguiar Neitzel – Univali

Profa. Ma. Dayane Clock – IFSC

Prof. Me. Delcio Pereira – Udesc

Prof. Dr. Pedro Albeirice – UFSC

Profa. Dra. Jurema Iara Reis Belli – Udesc

ISBN (versão impressa) – 978-85-8209-095-4

ISBN (versão *online*) – 978-85-8209-096-1

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

R598

Rita / organizadoras Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, Dione da Rocha Bandeira – Joinville, SC : Editora Univille, 2019.

238 p.; il., color.

1. Rita, Ilha da (SC). 2. Babitonga, Baía de (SC). 3. São Francisco do Sul (SC). 4. Meio ambiente. 5. Arqueologia. 6. História. 7. Patrimônio cultural. 8. Representações sociais. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org.). II. Bandeira, Dione da Rocha (org.).

CDD 363.69098164

Elaborada por: Christiane de Viveiros Cardozo – CRB 14/778

SUMÁRIO

- 7** **Prefácio**
- 9** **Introdução**
- CAPÍTULO 1**
15 **Reconhecendo o ambiente: aspectos da Baía Babitonga e da Ilha da Rita**
Alexandre Venson Grose • André de Souza de Lima • Claudio Rudolfo Tureck • Cynthia Hering Rinnert • Estevão Jasper Comitti • Karin Esemann-Quadros • Tarcésio Possamai
- CAPÍTULO 2**
39 **A Ilha da Rita na história de São Francisco do Sul**
Fernanda Mara Borba • Dione da Rocha Bandeira
- CAPÍTULO 3**
65 **A Ilha da Rita: aspectos históricos de defesa e segurança nacional**
Roberta Nabuco de Oliveira • Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
- CAPÍTULO 4**
99 **A construção da base naval: vestígios e memórias**
Roberta Nabuco de Oliveira • Cibele D. Piva Ferrari • Roberta Cristina Silva • Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes • João Carlos Ferreira de Melo Júnior
- CAPÍTULO 5**
121 **A ocupação humana na Ilha da Rita e a cultura material: estudos iniciais em Arqueologia**
Dione da Rocha Bandeira • Thiago Fossile
- CAPÍTULO 6**
143 **Vestígios atuais de um passado revisitado**
Roberta Cristina Silva • Roberta Nabuco de Oliveira • Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes • João Carlos Ferreira de Melo Júnior
- CAPÍTULO 7**
161 **Base 9°19': a Ilha da Rita na construção dos moradores da Vila da Glória**
Letícia Ribas Diefenthaeler Bohn
- CAPÍTULO 8**
189 **Representações sociais sobre a Ilha da Rita**
Cibele D. Piva Ferrari • Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
- 233** **Minicurrículos dos autores**

PREFÁCIO

Rita é uma obra de caráter interdisciplinar que proporciona ao leitor uma viagem de conhecimento a um dos redutos mais interessantes do rico e sensível estuário da Baía Babitonga.

Estruturada em oito capítulos, a obra busca inicialmente levar o leitor a reconhecer o ambiente da Baía Babitonga e da Ilha da Rita nos seus aspectos físicos de localização e geologia, sua maravilhosa e diversificada biodiversidade, suas atividades econômicas e as ameaças que afetam esse ecossistema.

O segundo capítulo dá início ao resgate da história da Ilha da Rita e de seu entorno, o município de São Francisco do Sul e a Baía Babitonga, que têm indícios de ocupação humana desde 8 mil anos atrás.

Os capítulos seguintes, terceiro e quarto, dedicam-se ao papel estratégico da Ilha da Rita no contexto da defesa e da segurança nacional, abrigando uma importante base naval que funcionou entre 1940 e 1967 e teve seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial.

O capítulo seguinte retoma e aprofunda a temática relativa às ocupações da Ilha da Rita, aos sítios arqueológicos da Baía Babitonga e seus sambaquis, verdadeiras relíquias históricas e culturais da região e do país.

O capítulo 6 trata da desativação da base naval no ano de 1967 e o completo desmonte da estrutura da ilha, que deixava de ser considerada estratégica para a Marinha brasileira, passando então a ser de responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul até 1996, quando foi cedida à Universidade da Região de Joinville (Univille). Desde então, a Universidade vem mantendo, apesar de muitas dificuldades financeiras, esse importante patrimônio e, por meio de seus fundos próprios de apoio à pesquisa e à extensão, vem financiando projetos acadêmico-científicos de cunho histórico, cultural e ambiental, além de inúmeros projetos sociais no âmbito da Ilha da Rita e de todo o ecossistema Babitonga.

Caminhando para o final da obra, são relatados, no capítulo 7, os achados de um interessante trabalho de pesquisa que buscou ouvir as narrativas de antigos habitantes do lugar e traçar conexões na busca da relação identitária da Ilha da Rita como um patrimônio.

Por fim, o capítulo 8 traz também os resultados de uma pesquisa, a qual procurou compreender as representações da população de São Francisco do Sul sobre o que é patrimônio cultural e conhecer as representações sociais dessa população sobre a Ilha da Rita.

Fruto de estudos acadêmico-científicos que envolveram professores e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Univille, este livro fascina por nos levar a registros históricos de 8 mil atrás e nos trazer de volta aos dias atuais, com todos os seus desafios.

E, nesse sentido, um dos grandes desafios enfrentados pela Universidade hoje é a manutenção da infraestrutura física da ilha, sem nenhum tipo de apoio governamental ou empresarial. A Universidade vem cumprindo de forma exemplar seu papel, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão na Ilha da Rita e em seu entorno. Tal trabalho tem resultado na formação de jovens com uma visão diferenciada no trato com o patrimônio cultural, social e ambiental, na geração de dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos científicos, além de intervenções sociais que buscam a melhoria da qualidade de vida da comunidade da região. Esta obra é um bom exemplo desse esforço da Universidade e um belíssimo legado deixado para a região e para o país.

Boa leitura.

Sandra Aparecida Furlan

INTRODUÇÃO

A Ilha da Rita situa-se no litoral norte do estado de Santa Catarina, mais precisamente na Baía Babitonga. Essa ilha teve destacado papel na História do Brasil, notadamente na primeira metade do século XX, quando foi requisitada pela Marinha brasileira para servir de posto de abastecimento de água potável e óleo combustível a navios em trânsito naquela parte do litoral brasileiro. Como a ilha não dispunha de nascente de água potável, houve também a necessidade de adquirir terras de uma fazenda localizada no Distrito do Saí, próxima à ilha, onde havia uma nascente.

A partir de outubro de 1937, deu-se início ao projeto de construção da base naval da Ilha da Rita, sob o comando do então delegado da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, comandante Álvaro Pereira do Cabo, sendo inaugurada em 9 de março de 1940 com grande pompa e a presença do então presidente da República Getúlio Vargas. A ilha foi utilizada como base naval e posto de abastecimento por aproximadamente 27 anos.

No período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960, a Ilha da Rita teve o auge de sua utilização como base naval, servindo até mesmo como base militar de importância estratégica no abastecimento da esquadra brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa época, a ilha foi habitada pelos militares em atividade na base, oriundos de diversos pontos do país, o que proporcionou, como se verá, um forte intercâmbio cultural entre os habitantes da ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, as instalações da base naval foram gradativamente perdendo sua função até que em 1968 a Marinha devolveu, em caráter definitivo, a Ilha da Rita ao município de São Francisco do Sul. Desde então, a ilha continuou, ainda durante alguns anos, a servir como posto de abastecimento de navios, sob a tutela do Porto de São Francisco do Sul.

Com a gradativa modernização do porto, a ilha teve sua função primordial cada vez menos utilizada até cair em completo desuso e abandono. Houve, ainda, tentativas de destinar a ilha a outras funções, como espaço de lazer, porém nenhuma das iniciativas foi adiante e ela ficou abandonada. Em 1996, a Universidade da Região de Joinville (Univille) demonstrou interesse em obter a cessão dos direitos de uso da ilha para finalidades de pesquisas e estudos ambientais. Em 14 de junho de 1999 foi finalmente assinado o contrato de cessão da Ilha da Rita, da Marinha brasileira para a Univille, por intermédio de proposta elaborada por pesquisadores e docentes ligados a essa instituição. Desde então, diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, relacionados principalmente às questões do meio ambiente, foram desenvolvidos pelos departamentos de Ciências Biológicas, Geografia, Engenharia Ambiental, Biologia Marinha e História, que buscaram propostas de uso racional dos recursos ambientais. Dificuldades financeiras pelas quais passou a Universidade e os custos necessários para manter a ilha levaram a Univille a iniciar o processo de devolução da Ilha da Rita à União em 2018, mas tendo deixado um grande número de trabalhos científicos ligados a ela e ao ambiente em que está inserida.

Pode-se encontrar na Ilha da Rita um conjunto de bens arquitetônicos que descreve com fidelidade, apesar do mau estado de conservação, a utilização da ilha como base naval. Além disso, a noroeste da ilha, encontram-se indícios de um sítio arqueológico de tipologia sambaqui, bem junto à beira da ilha, próximo a uma pequena praia que serve como ancoradouro auxiliar.

O projeto que deu base a este livro evidenciava a necessidade de pesquisas que estudassem o patrimônio histórico e arqueológico existente na Ilha da Rita que, até aquele momento, não havia sido suficientemente contemplado. Assim, houve o envolvimento de professores e acadêmicos do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e da graduação em História, os quais também passaram a estudar aquele patrimônio juntamente com o departamento de Ciências Biológicas, que já vinha trabalhando na ilha havia vários anos.

Assim, o presente livro é fruto de um trabalho feito por muitas mãos e durante vários anos, por pessoas que acreditavam, e ainda acreditam, no potencial cultural da Ilha da Rita. O RITA foi um grande projeto interdisciplinar, do Grupo de Pesquisas Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac), que é ligado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e aos cursos de graduação em História

e Ciências Biológicas da Univille. Esse projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille (FAP/Univille) e contou com três bolsas de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 2010 e 2012, entidades às quais devemos nosso mais profundo agradecimento.

A pesquisa, que envolveu as áreas de História, Sociologia, Biologia, Arquitetura, Arqueologia, Geografia e Geologia, resultou em três dissertações, vários artigos publicados em diferentes periódicos e anais de eventos e no envolvimento de professores mestres e doutores em diferentes áreas do saber, além de bolsistas de iniciação científica, graduandos de diferentes cursos da Univille e de técnicos que colaboraram de diferentes formas para que os resultados fossem obtidos.

Este livro pretende reunir, em uma única obra, a maior parte dos resultados dessa vasta pesquisa, de modo a dar acesso a cientistas de diferentes áreas, mas, principalmente, a professores e estudantes dos vários níveis de ensino. Dessa forma, esclarecemos que algumas informações existentes neste livro se encontram divulgadas, de forma diferente, em outras publicações às quais daremos os créditos, sempre que for o caso.

Para alcançar nossos objetivos, este livro foi composto por oito capítulos.

O primeiro, denominado “Reconhecendo o ambiente: aspectos da Baía Babitonga e da Ilha da Rita”, foi escrito pelos biólogos Alexandre Venson Grose, Claudio Rudolfo Tureck, Cynthia Hering Rinnert, Estevão Jasper Comitti e Karin Esemann-Quadros, pelo geógrafo André de Souza de Lima e pelo geólogo Tarcísio Possamai. O texto apresenta, como o próprio título reflete, aspectos do ambiente da Ilha da Rita e do contexto da Baía Babitonga onde está inserida. A composição geográfica e geológica da Ilha da Rita e a fauna e flora encontradas naquele ambiente são descritas com base em inventários e prospecções. Em virtude de todo o seu histórico de uso e ocupação, os autores concluem que a ilha apresenta um ambiente bem alterado, o que, conseqüentemente, deve ter tido um grande impacto sobre a composição da comunidade de animais e plantas. Embora identificada uma diversidade de espécies na Ilha da Rita, os conflitos no uso dos recursos naturais na região da Baía Babitonga são latentes. Acredita-se ser necessária a busca de um equilíbrio entre o desenvolvimento da região e a preservação do rico ecossistema.

O segundo capítulo, “A Ilha da Rita na história de São Francisco do Sul”, de autoria da historiadora e arqueóloga Fernanda Mara Borba e da bióloga

e arqueóloga Dione da Rocha Bandeira, apresenta algumas informações sobre a cidade de São Francisco do Sul a partir da sua ocupação no seiscentos e a presença de populações luso-brasileiras, africanas e afrodescendentes e indígenas, tendo como base pesquisas bibliográficas e documentais realizadas nos arquivos públicos e privados de Joinville, São Francisco do Sul e Florianópolis. Apresenta, ainda, informações sobre os sítios e ocorrências arqueológicas decorrentes de pesquisas bibliográficas e levantamentos arqueológicos feitos na ilha e especialmente na porção continental, o Distrito do Saí. O capítulo enfatiza, também, a história e a arqueologia dos grupos populacionais anteriores à construção da base naval ocorrida no fim da década de 1930.

O capítulo terceiro, “A Ilha da Rita: aspectos históricos de defesa e segurança nacional”, de autoria da socióloga Roberta Nabuco de Oliveira e da historiadora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, apresenta importantes elementos históricos sobre as condições estruturais e culturais que permearam as estratégias militares relacionadas à idealização e à realização da construção de uma base naval na Ilha da Rita/São Francisco do Sul. Utilizando-se de revisão bibliográfica e análise de documentos escritos e iconográficos localizados em arquivos dos estados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, indicou-se que elementos políticos nas dimensões externas e internas garantiram uma preocupação do Estado brasileiro para com a Região Sul do Brasil, mais especificamente com a região nordeste de Santa Catarina. O receio em relação a um “perigo alemão” possibilitou entender a base de abastecimento no contexto de montagem de um sistema de vigilância e controle sobre a região, que versou sobre meios militares, diplomáticos e de educação. O capítulo procura demonstrar que a Ilha da Rita foi muito mais do que uma simples base naval de abastecimento; foi um ponto estratégico de defesa na política brasileira durante a primeira metade do século XX.

O quarto capítulo versa sobre “A construção da base naval: vestígios e memórias”, ou seja, todo o processo de construção da estrutura que até hoje pode ser visualizada na ilha por meio da cultura material ainda existente. Escrito pela socióloga Roberta Nabuco de Oliveira, pelas historiadoras Cibele D. Piva Ferrari e Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, pela arquiteta Roberta Cristina Silva e pelo biólogo João Carlos Ferreira de Melo Júnior, o capítulo é fruto de vasta pesquisa bibliográfica e documental que envolveu documentação escrita, iconográfica e oral, além de projeções arquitetônicas dos vestígios materiais ainda encontrados na ilha e de análises morfológicas

em madeiras das construções originais. Foi possível verificar a qualidade da construção e seu valor singular por ser atípica na região, contando com pinturas artísticas nas paredes e acabamentos rebuscados que denotam um valor arquitetônico peculiar.

O quinto capítulo, denominado “A ocupação humana na Ilha da Rita e a cultura material: estudos iniciais em Arqueologia”, de autoria da arqueóloga Dione da Rocha Bandeira e do biólogo Thiago Fossile, traz os resultados do estudo arqueológico preliminar que ocorreu durante o desenvolvimento do Projeto Rita. Fez-se investigação sobre o sambaqui já conhecido na ilha e sobre o potencial arqueológico dos remanescentes da base naval. Em termos metodológicos, realizaram-se sondagens e mapeamentos de vestígios arqueológicos. Constatou-se que o sambaqui apresenta aspectos incomuns que deixam em aberto a questão se é mesmo um sítio em contexto primário. Em termos da base naval, os remanescentes encontrados em campo indicam um potencial elevado para as discussões sobre a ocupação e a vida cotidiana na ilha nesse período. Apontam a necessidade da presença da pesquisa arqueológica junto com os trabalhos de restauro que deverão ocorrer futuramente.

“Vestígios atuais de um passado revisitado”, escrito por Roberta Cristina Silva, Roberta Nabuco de Oliveira, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes e João Carlos Ferreira de Melo Júnior, é o sexto capítulo deste livro e aborda a situação dos vestígios materiais ainda existentes na ilha, por meio de fotos, plantas baixas e prospecções arquitetônicas. O capítulo propõe, ainda, uma discussão acerca da preservação, ou não, daquele que consideramos um patrimônio cultural não só de Santa Catarina, mas do Brasil.

O capítulo 7, “Base 9’19: a Ilha da Rita na construção dos moradores da Vila da Glória”, é de autoria da historiadora Letícia Ribas Diefenthaler Bohn. Com base na historiografia da construção da Base de Abastecimento Naval, e dialogando com as memórias dos moradores mais antigos da Vila da Glória, comunidade mais próxima da ilha, pretendeu-se evidenciar a memória social como propulsora de um movimento para a perspectiva de salvaguarda de um patrimônio. Numa abordagem narrativa, com foco na pesquisa qualitativa, além das entrevistas com três moradores mais antigos da ilha, o registro em audiovisual dos diálogos construídos entre esses sujeitos motivou o sentimento de continuidade, por isso o título do capítulo menciona a duração do vídeo produzido. O capítulo também possui a intenção de chamar a atenção para a necessidade de políticas públicas de preservação e de um envolvimento social que poderá ser despertado com sensibilidade por meio da educação

patrimonial. Do mais jovem ao mais idoso, todos devem sentir-se partícipes de seu lugar.

O capítulo 8, de autoria das historiadoras Cibele D. Piva Ferrari e Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, discute as “Representações sociais sobre a Ilha da Rita” com base na teoria das representações sociais desenvolvida por Serge Moscovici. Acredita-se que as representações sociais são importantes ferramentas para a discussão do patrimônio cultural na contemporaneidade. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa qualitativa com a aplicação de 300 formulários com 28 perguntas e 18 entrevistas utilizando a metodologia da história oral. As representações sobre o patrimônio cultural em São Francisco do Sul estão fortemente ancoradas na identificação comunitária, uma vez que por meio do boca a boca são repassadas as informações dentro da cidade, sendo nítido o consenso em várias respostas. Tal identificação comunitária é fruto da força dos elementos que orientam a gênese das representações sociais. Nesse sentido, o conteúdo do núcleo central identificado em torno do patrimônio cultural da Ilha da Rita refere-se à importância da história representada nele e à possibilidade de sua utilização como recurso turístico. Este capítulo também discute a necessidade e a vontade da população do município de participar mais das decisões em torno do que é seu e aponta possibilidades para nortear futuras ações a serem desenvolvidas na Ilha da Rita.

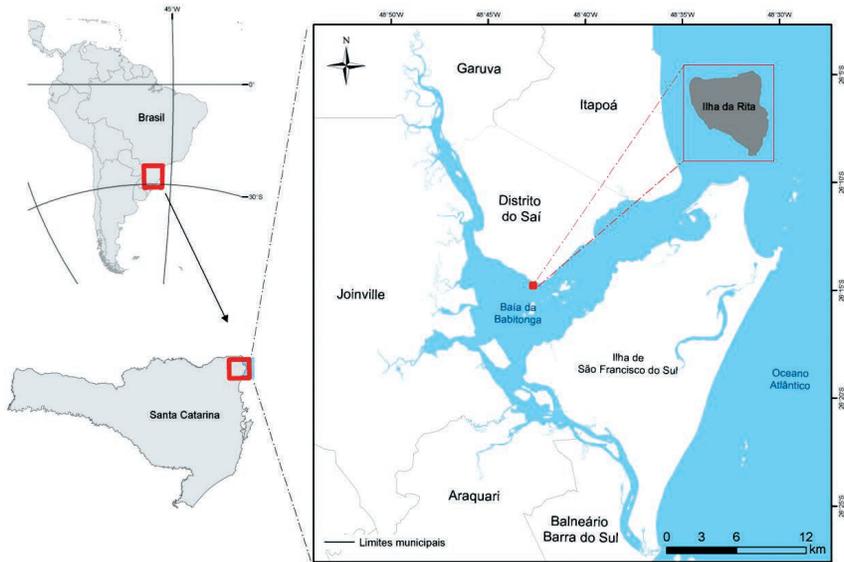
Reconhecendo o ambiente: aspectos da Baía Babitonga e da Ilha da Rita

Alexandre Venson Grose
André de Souza de Lima
Claudio Rudolfo Tureck
Cynthia Hering Rinnert
Estevão Jasper Comitti
Karin Esemann-Quadros
Tarcísio Possamai

INTRODUÇÃO

A Baía Babitonga está situada no litoral norte de Santa Catarina, em torno da qual se localizam os municípios de São Francisco do Sul, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e Joinville (figura 1). Considerado o maior complexo estuarino de Santa Catarina, nele ocorre a última grande formação de manguezais do Hemisfério Sul (IBAMA, 1998). Possui águas calmas e quentes, com temperatura média de 20,5°C no mês mais frio do ano. Conforme Knie (2002), tem profundidade média de 6,0 m e ocupa uma superfície de 153,7 km².

Figura 1 – Localização da Baía Babitonga e da Ilha da Rita no estado de Santa Catarina



Fonte: Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille (2017)

De acordo com Truccolo e Schettini (1999), a Baía Babitonga possui regime de marés do tipo misto, com predominância de regime semidiurno, o qual tem amplitude diferenciada entre as alturas de preamares e baixa-mares consecutivas. Schettini e Carvalho (1999) afirmaram que a baía apresenta regime de micromarés, com média de 0,5 m em períodos de quadratura e 1,2 m em períodos de sizígia. Tal regime de marés ocorre também em todo o estado de Santa Catarina.

Uma extensa rede hidrográfica deságua na Baía Babitonga, onde foram contabilizadas recentemente 206 ilhas por Fava (2016), entre as quais a Ilha da Rita (figura 2). As ilhas estão dispostas em seis grupos: Canal do Palmital, Lagoa do Saguazu, Canal do Linguado Norte, Canal do Linguado Sul, Central e Foz. As ilhas compreendem uma área total de 34,47 km² (3.447 ha) e um perímetro total (linha de costa) de 22,86 km. Tal situação favorece a existência de estuários, planícies marinhas e inúmeras gamboas,

com manguezais, restingas e mata ciliar associada aos rios. Esses fatores configuraram um patrimônio biológico de relevante diversidade ambiental (KNIE, 2002).

A Ilha da Rita é reconhecida por sua relevância ecológica e histórica, uma das ilhas de maior destaque na Baía Babitonga (figura 2 – Ilha da Rita, na Baía Babitonga). Apresenta uma superfície de aproximadamente 3,5 hectares e altitude máxima de 26,0 m. Próxima da área continental do município de São Francisco do Sul, na localidade de Estaleiro, Distrito do Saí, a Ilha da Rita apresenta uma forma sugestiva que se assemelha à figura de um triângulo. A análise geomorfológica da ilha remete ao contexto regional da formação da serra do mar (ALMEIDA; CARNEIRO, 1998).

Figura 2 – Ilha da Rita, na Baía Babitonga



Fonte: Fotografia de Alexandre Venson Grose (2019)

ASPECTOS FÍSICOS DA ILHA DA RITA

A formação da Ilha da Rita, assim como de toda a região nordeste do estado de Santa Catarina, remete a eventos geológicos que culminaram na amalgamação de placas tectônicas (crátons) muito antigas, história essa interpretada por um complexo modelo tectônico de colisões e separações continentais que originaram a formação do Supercontinente Gondwana (SIGA JUNIOR, 1995; HEILBRON *et al.*, 2008) e que posteriormente, em se fragmentando (entre 220 Ma e 65 Ma), formou o Oceano Atlântico

e sua margem continental passiva, onde se destacam a planície costeira e a plataforma continental, esta última com o *trap*¹ petrolífero denominado de camada pré-sal.

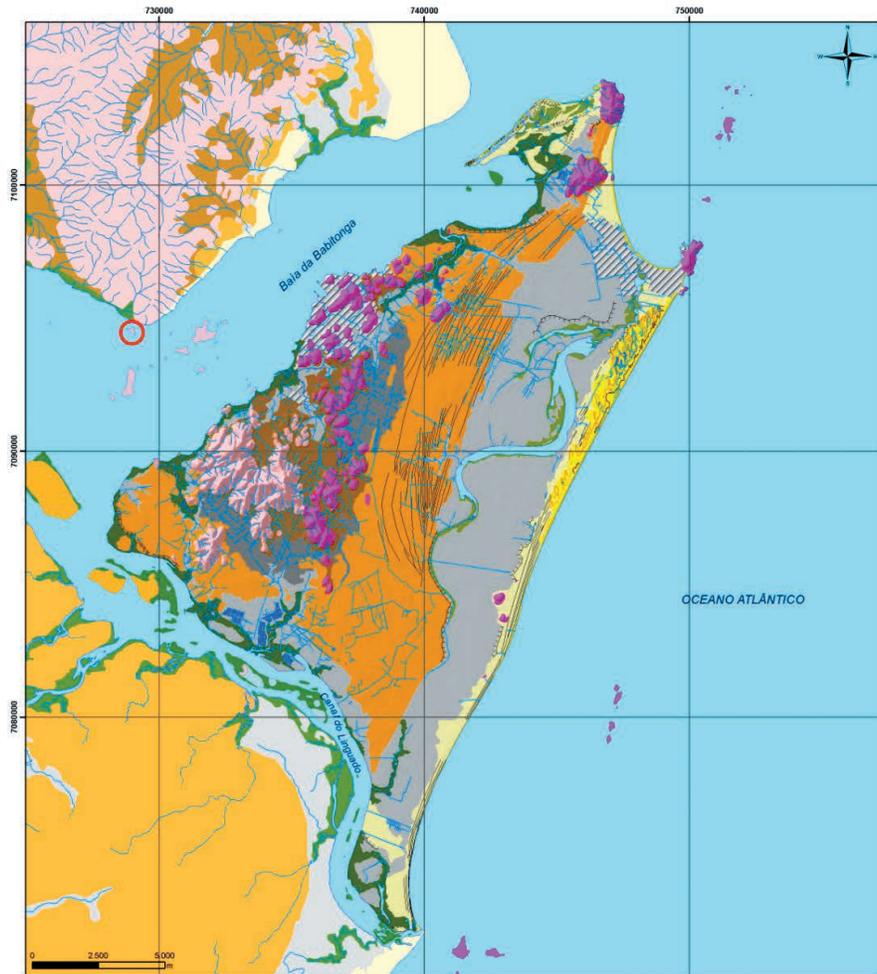
Assim, e de forma geral, a geologia de toda a região está associada à história da serra do mar, a qual tem suas origens nos eventos geotectônicos que remontam ao Pré-Cambriano. Almeida e Carneiro (1998) consideram plausível entender que a conformação atual da serra do mar tenha origem em um evento tectônico (denominado de falha de Santos), que resultou em abatimento dos terrenos, isso no Paleoceno, e que as ações erosivas diferenciais e regressivas do sistema de drenagem fluvial, do mar e dos movimentos de massas competiram para o processo de regressão da escarpa da serra do mar, dando origem às ilhas e baixios na costa atual e mesmo à plataforma continental rasa. Esse recuo erosivo teria de três a quatro dezenas de quilômetros.

A Ilha da Rita está inserida, sob o contexto geotectônico, no Domínio Paranaguá, que se estende da Ilha de São Francisco do Sul, no litoral de Santa Catarina, até Iguape, em São Paulo, e cujo padrão geocronológico indica idades que variam de 620 a 570 milhões de anos (BASEI; SIGA JUNIOR; REIS NETO, 1990; SIGA JUNIOR, 1995).

A planície costeira (figura 3) apresenta-se como amplas áreas litorâneas de terras baixas e topografia plana e é o registro do Cenozoico na costa brasileira (MARTIN *et al.*, 1988). Forma dois grandes sistemas: o de leques aluviais a oeste e o de laguna-barreira (VILLWOCK, 1984) a leste, representando a evolução da linha de costa, com estruturas de transição marinho/continental, a exemplo das praias oceânicas, dos pontais e barras arenosas, dos cordões e barreiras arenosas, das restingas e das lagunas, rios e gamboas, dos campos de dunas e dos costões rochosos, das baías e estuários, das planícies de maré e das ilhas, como a Ilha da Rita, entre outras, ricas em manguezais, restingas e em florestas ombrófilas densas de terras baixas (MARTIN *et al.*, 1988; VIEIRA, 2015).

¹ Termo em inglês para feições em rochas sedimentares de armazenamento de óleo e gás.

Figura 3 – Geologia costeira do município de São Francisco do Sul e entorno. No círculo vermelho, a localização da Ilha da Rita



GEOLOGIA COSTEIRA DA ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC E ENTORNO

Convenções cartográficas	Dados cartográficos	Sistema	Unidade genética	Cronologia	Unidade geológica
<p>Convenções cartográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> Ilha da Rita Lago - Lagoa Curso d'água Área urbanizada <p>Morfologia</p> <ul style="list-style-type: none"> Linhas de acreção Cristas praias <p>Contato</p> <ul style="list-style-type: none"> Borda de terrapô <p>Eólica</p> <ul style="list-style-type: none"> Duna parabólica Duna transversal Rampa de deflação 	<p>Dados cartográficos</p> <p>Projeção Universal Transversa de Mercator - UTM</p> <p>Meridiano Central W 51°</p> <p>Datum Horizontal de Referência SIRGAS2000</p> <p>Base Cartográfica SDS (2010)</p> <p>Produzido por: Celso Voos Vieira</p> <p>Data: 08/2015</p>	<p>Depositional</p> <p>Cristalino</p>	<p>Marinho Costeiro</p> <p>Estuarino</p> <p>Lagunar</p> <p>Eólico</p> <p>Marinho Costeiro</p> <p>Lagunar</p> <p>Marinho Costeiro</p> <p>Lagunar</p> <p>Continental/gravitacional</p> <p>Ígneo</p> <p>Metamórfico</p>	<p>Recente</p> <p>Holoceno</p> <p>Pleistoceno superior</p> <p>Quaternário indiferenciado</p> <p>Cambro-Ordoviciano</p> <p>Paleo-Proterozoico</p>	<p>Depósito Marinho Praial</p> <p>Depósito Paludial Estuarino</p> <p>Depósito Paludial Lagunar</p> <p>Depósito Eólico</p> <p>Depósito Marinho Praial</p> <p>Depósito Lagunar</p> <p>Depósito Marinho Praial</p> <p>Depósito Lagunar</p> <p>Depósito Colúvio-aluviomar</p> <p>Suite Morro Inglês</p> <p>Complexo São Francisco do Sul</p>

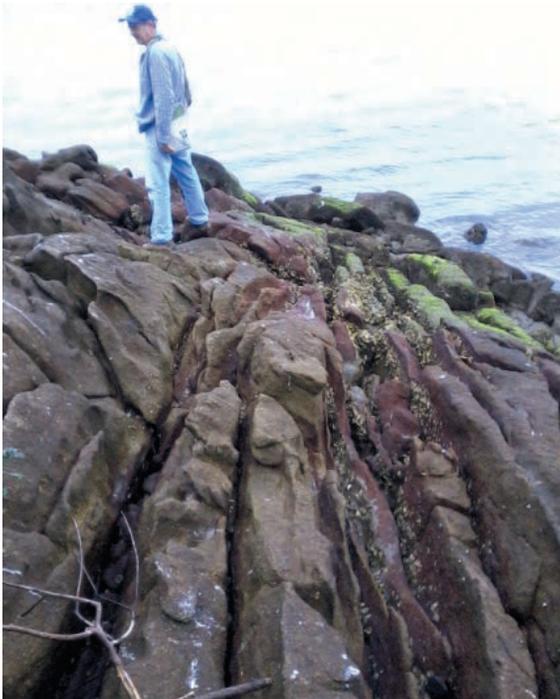
Fonte: Adaptado de Vieira (2015)

O arcabouço rochoso que estrutura a Ilha da Rita forma, na linha da baixa-mar, um afloramento praticamente contínuo que, em maior ou menor grau, evidencia suas características geológicas. Nas encostas e proximidades da linha d'água podem ainda ser encontrados matacões e *boulders*² diversos.

A Ilha da Rita é formada por um único tipo de rocha ígnea, de coloração cinza-clara. Em escala de afloramento mostra-se relativamente homogênea (isótropa) e com feições localizadas típicas de processos de milonitização³, além de um intenso grau de fraturamento.

Dois sistemas principais de descontinuidades, fraturas e falhas, destacam-se: o primeiro, com direção N30-40E, subverticalizado e concordante com a direção principal dos enclaves de biotitas (figura 4), e o segundo caracterizando falha inversa com direção N60E, mergulho subvertical para SE.

Figura 4 – Sistema dominante de fraturas



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille (2013)

² Blocos de rochas de grandes proporções em formato arredondado.

³ Feição plana oriunda de um processo metamórfico de grande energia. Geralmente ocorre com a presença de água no sistema.

No plano de falha é possível reconhecer *slickensides*⁴ evidenciando o rebaixamento do bloco NW, o que caracteriza a presença de sistemas de falhamentos inversos (figura 5).

Figura 5 – Espelho de falha com *slickensides*



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille (2013)

A BIODIVERSIDADE DA ILHA DA RITA

Toda a região da Baía Babitonga é coberta por floresta ombrófila densa, típica da costa atlântica brasileira, que outrora formava um *continuum* do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Essa formação florestal integrante do bioma mata atlântica ocorre apenas na vertente leste no estado de Santa Catarina (SEVEGNANI; SCHROEDER, 2013). É considerada a mais complexa estruturalmente; apresenta elevada diversidade biológica, por sua distribuição latitudinal, características geológicas, geomorfológicas e de altitude, acarretando variações de solo, clima e influência de diversos biomas à sua flora atual e pretérita (VIBRANS *et al.*, 2013). Embora a região se situe abaixo do Trópico de Capricórnio, sob clima temperado úmido e de verão quente, com temperaturas médias acima de 15°C, sem período

⁴ Superfícies de fricção.

seco e alta precipitação bem distribuída durante o ano, com fotoperíodo e luminosidade diferentes das condições tropicais e sob influência de massas polares que ocasionam geadas no inverno, desenvolveram-se florestas pluviais exuberantes, com diversas sinúsias⁵ e ricas em epífitos⁶ e lianas⁷ (SEVEGNANI; SCHROEDER, 2013).

Nos levantamentos do *Inventário florístico florestal de Santa Catarina* (VIBRANS *et al.*, 2013), foram encontradas 1.900 espécies de plantas na floresta ombrófila densa (23 licófitas, 265 monilófitas, três gimnospermas e 1.609 angiospermas), 652 espécies exclusivas da parte norte (entre a divisa com o Paraná e a bacia do Rio Biguaçu), o que representa 22,4% das espécies citadas para a floresta ombrófila densa do Brasil por Stehmann *et al.* (2009).

Segundo Knie (2002), na região também habitam mais de 60 espécies de aves, 70 de peixes, bem como diversas espécies de crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis e mamíferos. Esses elevados índices de biodiversidade, com um grande número de espécies endêmicas, mas que ainda sofrem grande pressão pelas atividades, colocam a mata atlântica entre os cinco maiores *hotspots* (região biologicamente rica e ameaçada) do planeta (MYERS *et al.*, 2000), também considerada reserva da biosfera como um dos biomas mais ameaçados do mundo (UNESCO, 1994).

A Ilha da Rita tem passagens que remontam à Pré-História, evidenciadas pela presença de um sambaqui em sua parte noroeste (BANDEIRA; BORBA; SILVA, 2012), ao período de sua colonização por imigrantes europeus durante a colonização da região, à fase em que serviu como base naval, a partir de 1918, e após sua concessão à Univille, a partir de 1999, atravessando assim vários processos de modificação de seu ambiente.

Ao longo de todo esse processo, já existiram ali pequenas criações de animais e derrubada de árvores para dar espaço a plantações, à construção de casas e à perfuração de poços, entre outras intervenções que, com o intuito de possibilitar a habitação do local, modificaram substancialmente a paisagem da ilha, o que deve ter contribuído sobremaneira para a alteração na composição da sua diversidade biológica original.

⁵ Estratos que ocorrem na floresta de acordo com a altura das plantas de diferentes espécies.

⁶ Plantas que nascem e crescem apoiadas sobre outras, usando-as apenas como suporte, nunca estabelecendo contato com o solo.

⁷ Plantas que nascem no solo e usam outras plantas como suporte para atingir estratos mais altos da floresta em busca de luz.

A FLORA DA ILHA

A vegetação da Ilha da Rita é característica de floresta ombrófila densa. No levantamento florístico feito pelo Projeto Ilhas, desenvolvido por pesquisadores da Univille durante três anos, foram identificadas 181 espécies de plantas vasculares de 62 famílias botânicas, 56 delas de Magnoliidae (170 espécies), cinco de samambaias (10 espécies) e uma de licófitas (uma espécie), entre árvores, arbustos, epífitos e lianas. As famílias botânicas com maior número de espécies são Asteraceae (28), Fabaceae (13), Melastomataceae (11), Poaceae (9), Cyperaceae (8), Polypodiaceae e Bromeliaceae (6), Euphorbiaceae, Rubiaceae e Verbenaceae (5). Em diversos pontos ao redor da ilha ocorrem espécies de manguezal – mangue-vermelho (*Rhizophora mangle* L.), siriúba (*Avicennia schaueriana* Stapf & Leechm. ex Moldenke) e mangue-branco (*Laguncularia racemosa* (L.) C.F.Gaertn) –, em estreita faixa marginal afetada pela flutuação da maré. Espécies de transição entre mangue e terra firme, como algodoeiro-da-praia (*Talipariti tiliaceum* (L.) Fryxell) e samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis* (G.Forst.) Ching.), também ocorrem.

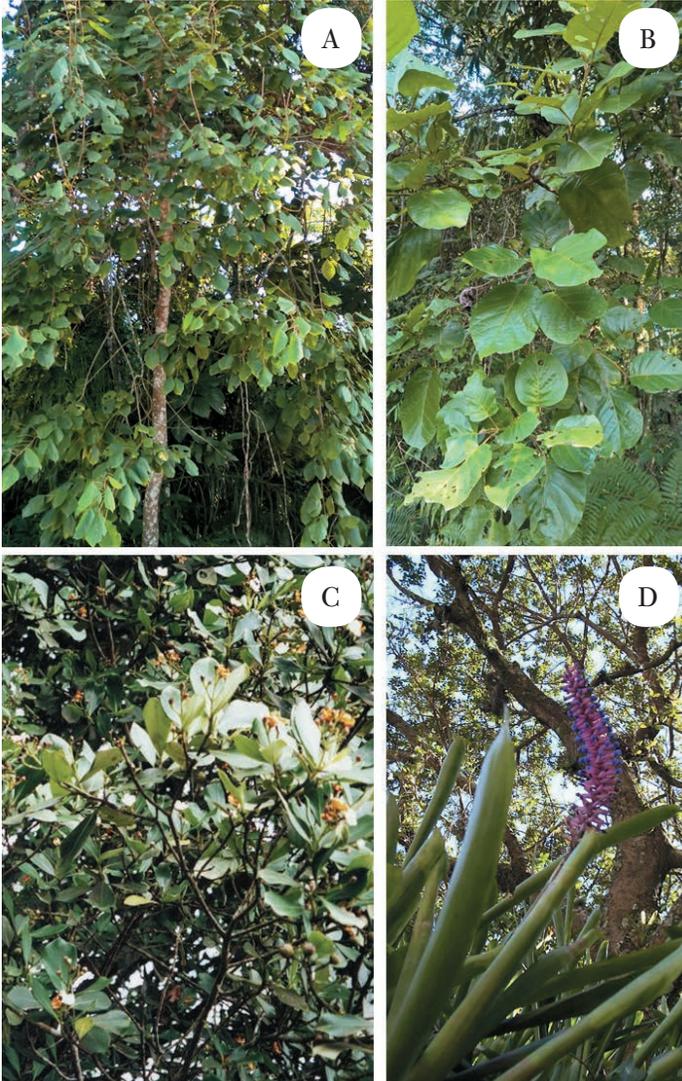
A flora da ilha foi afetada pela ação antrópica ao longo dos anos, com a introdução de espécies exóticas, como eucalipto (*Eucalyptus* sp.), nêspera (*Eriobotrya japonica* Lindl.), café (*Coffea arabica* L.), lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium* J.König), manga (*Mangifera indica* L.), dracena (*Dracaena arborea* Willd.), goiaba (*Psidium guajava* L.) e frutas cítricas (espécies de *Citrus*).

Além disso, a supressão da vegetação arbórea durante o período inicial de ocupação da ilha, principalmente na região mais alta, que se percebe pela comparação entre imagens antigas e atuais, permitiu o estabelecimento de várias espécies heliófitas na ilha, como a palmeira jerivá (*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman) e a embaúba (*Cecropia glaziovii* Sneath), além de samambaias (como *Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn) e diversas plantas que são polinizadas pelo vento e cujos diásporos são dispersos basicamente por aves, como tiriricas (da família Cyperaceae) e gramíneas (da família Poaceae).

A degradação no início da ocupação da ilha fez diminuir drasticamente as populações originais, tanto de animais como de plantas, causando a perda da diversidade e a alteração da estrutura populacional. A regeneração da vegetação aconteceu ao longo dos anos em que as atividades humanas na ilha diminuíram. Assim, nas áreas de maior declividade, ocorre uma vegetação arbórea característica, com espécies pioneiras e secundárias, como o tanheiro (*Alchornea triplinervia* (Spreng.) M. Arg.), a licurana (*Hieronyma alchorneoides* Allemão), o jacatirão (*Miconia cinnamomifolia* (DC.) Naudin), o cafezeiro-domato (*Casearia sylvestris* Sw.), o mangue-de-formiga (*Clusia criuva* Camb.), entre

outras, cujos diásporos foram trazidos por pássaros ou pelo vento. A copa dessas árvores é usada como abrigo noturno por biguás e outras aves, cujos excrementos cobrem as folhas, afetando o metabolismo das plantas e alterando o seu aspecto visual natural.

Figura 6 – A: *Alchornea triplinervia* (Spreng.) M. Arg.; B: *Hieronyma alchorneoides* Allemão; C: *Clusia criuva* Camb.; D: *Aechmea gamosepala* Wittm.



Fotos: A-C – Karin Esemann-Quadros (2017); D – Werner Siebje Mancinelli (2007)

A FAUNA DA ILHA

A fauna de ilhas geralmente é composta por um subconjunto das espécies encontradas no continente. Essas comunidades insulares, via de regra, são mais pobres em número de espécies em virtude de vários fatores, como o tamanho da ilha, sua distância para o continente, os recursos disponíveis nela, correntes marítimas, ventos, entre outros (MACARTHUR; WILSON, 1967). As ilhas não são apenas isoladas, mas também pequenas, contendo assim uma diversidade limitada de habitats e de recursos (BROWN; LOMOLINO, 2006), além do histórico de alterações provocadas por atividades humanas, que podem ajudar na diminuição ou até no aumento das populações de algumas espécies, inclusive exóticas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Em um rápido inventário da fauna local, foram registradas seis espécies de mamíferos, cinco répteis, cinco anfíbios e 91 espécies de aves ocorrentes na ilha.

Entre as seis espécies de mamíferos registradas, três muito possivelmente foram introduzidas: o quati (*Nasua nasua* Linnaeus, 1766) (figura 7), o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus* Linnaeus, 1758) e a ratazana (*Rattus norvegicus* Berkenhout, 1769). O quati e o tatu-galinha são espécies nativas e comuns na área continental da região (Vila da Glória).

Segundo Silva (2001), no passado caçadores introduziram quatis na ilha da Rita, para que estes servissem de fonte de proteína em momentos adversos; a população da espécie chegou a mais de 13 indivíduos. Atualmente os quatis e tatus aparentam ter populações muito reduzidas, podendo ser apenas de um ou dois indivíduos de cada espécie. Ainda segundo relatos dos moradores, ocorrem caçadas esporádicas na ilha, fato que vem provocando a diminuição dessas espécies, o que pode levar ao desaparecimento delas no local em pouco tempo.

A introdução de tais espécies, principalmente do quati, pode ter causado um desequilíbrio e contribuído para a diminuição ou até a extinção de outras espécies da fauna terrestre, principalmente as de menor porte, como aves, pequenos mamíferos, répteis e anfíbios.

Figura 7 – Quati (*Nasua nasua*) registrado por armadilha fotográfica na Ilha da Rita



Fonte: Fotografia de Estevão J. Comitti (2012)

A ratazana (*Rattus norvegicus*) é uma espécie exótica, de hábito semiaquático (OLIVEIRA; BONVICINO, 2006), e pode ter chegado à ilha junto com materiais trazidos do continente e ali descarregados por barcos, adentrando em ilhas flutuantes ou mesmo nadando, já que a ilha fica bem próxima do continente. Essa espécie se adapta bem a ambientes alterados e pode competir com as espécies nativas.

Outras espécies de mamíferos vistas esporadicamente ou no passado na ilha são a lontra (*Lontra longicaudis* Olfers, 1818), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus* G. Cuvier, 1798) e o gambá-de-orellha-preta (*Didelphis aurita* Wied-Neuwied, 1826).

A lontra é um animal relativamente comum em ambientes estuarinos (CHEIDA *et al.*, 2006), e é possível que alguns indivíduos utilizem a ilha como parte de sua área de vida. Seu registro foi feito mediante relato, e não foram vistas tocas nem outros vestígios na ilha, porém suas fezes foram encontradas no continente (Vila da Glória), que, como já citado, fica bem próximo da ilha, a cerca de 200 m de distância.

O mão-pelada também foi avistado alguns anos atrás por moradores. Essa espécie é associada a ambientes aquáticos, comum no continente, e já foi registrada em outras ilhas na Baía Babitonga (PMA, 2002), mas atualmente parece não ocorrer na ilha. O gambá-de-orelha-preta também foi citado por moradores que descreveram ataques de seus cães a esses animais. Indivíduos da espécie são comuns no continente, e a presença desta já foi confirmada em outras ilhas da Babitonga (PMA, 2002).

Também foi possível observar a ocorrência do morcego-pescador (*Noctilio leporinus* Linnaeus, 1758), que foi identificado por seus hábitos característicos enquanto realizava sua “pesca” sobre as águas da Baía Babitonga, nas proximidades da ilha.

Entre as cinco espécies de répteis registradas na ilha, todas são relativamente comuns e de ampla distribuição (BÉRNILS *et al.*, 2007). O lagarto teiú (*Salvator merianae* Duméril & Bibron, 1839) (figura 8A) é uma espécie comum, com vários indivíduos na ilha; adapta-se bem a ambientes alterados, também sendo encontrado em outras ilhas da baía. A cobra-d’água (*Erythrolamprus miliaris* Linnaeus, 1758) (figura 8B) tem seus hábitos relacionados a ambientes aquáticos, sendo muito comum observá-la em áreas estuarinas próximas, e um indivíduo foi avistado dentro de um dos tanques de água na ilha. Relatos de moradores indicam também a possível presença de caninana (*Spilotes pullatus* Linnaeus, 1758) e de jararaca (*Bothrops jararaca* Wied-Neuwied, 1824). Apesar de aparentemente não serem avistadas há algum tempo, ainda há a possibilidade de sua presença, já que ainda existem pequenas aves, anfíbios e roedores na ilha que podem servir de recurso alimentar para ambas as espécies.

Figura 8 – A: lagarto teiú (*Salvator merianae*); B: cobra-d’água (*Erythrolamprus miliaris*)



Fonte: Fotografias de Estevão J. Comitti (2012)

Além das espécies nativas de répteis, há também a presença da lagartixa-de-parede (*Hemidactylus mabouia* Moreau de Jonnès, 1818), outra espécie exótica e amplamente distribuída no Brasil, muito comum em habitações humanas. Sua introdução na ilha provavelmente deve ter ocorrido junto de materiais oriundos do continente carregados em barcos, ou em ilhas flutuantes, que podem ser pedaços de madeira, galhos de árvores, moitas de capim, entre outros.

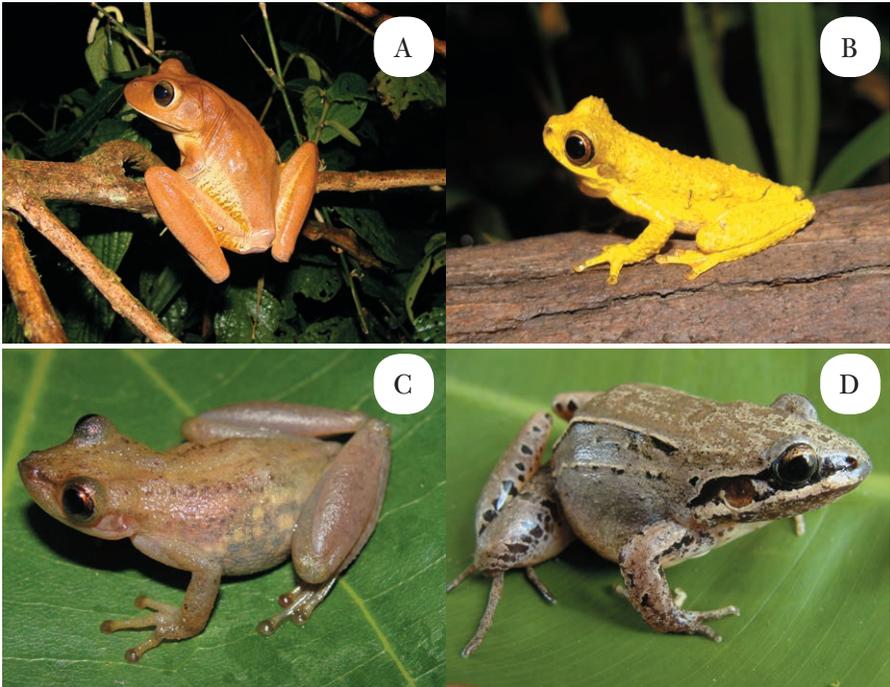
Existem relatos de avistamentos de tartarugas marinhas próximas à ilha, porém sem a identificação da espécie. Segundo o Projeto Toninhas, que tem longo histórico de estudos na região, quatro espécies de tartarugas marinhas já foram registradas na Baía Babitonga: a tartaruga-verde (*Chelonia mydas* Linnaeus, 1758), a tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta* Linnaeus, 1758), a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata* Linnaeus, 1766) e a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea* Vandelli, 1761) (PROJETO TONINHAS, 2017). Todas essas espécies de tartarugas estão classificadas em algum tipo de risco de extinção em listas de animais ameaçados em âmbitos estadual (CONSEMA, 2011), nacional (BRASIL, 2014) e mundial (IUCN, 2017).

Entre os anfíbios registrados, as cinco espécies também são comuns no continente e se adaptam bem a ambientes alterados (GARCIA *et al.*, 2007). Entre elas estão o sapo-martelo (*Hypsiboas faber* Wied-Neuwied, 1821) (figura 9A), a pererequinha (*Dendropsophus microps* Peters, 1872) (figura 9B), a perereca-de-banheiro (*Scinax perereca* Pombal, Haddad & Kasahara, 1995), a pererequinha-do-litoral (*Scinax tymbamirim* Nunes, Kwet & Pombal, 2012) (figura 9C) e a rã-goteira (*Leptodactylus notoaktites* Heyer, 1978) (figura 9D).

Por conta de todo o seu histórico de uso e ocupação, a ilha apresenta um ambiente bem alterado, o que conseqüentemente deve ter tido um grande impacto sobre a composição da comunidade de vertebrados. A construção de tanques de água doce na ilha através de dutos oriundos do continente a partir do início do século XX para o suprimento de navios fez com que surgisse uma nova condição de ambiente no local, tornando possível a colonização por espécies dependentes da água, como no caso os anfíbios. A maioria das introduções de pequenos animais em ilhas, como roedores, anfíbios e lagartos, deu-se por meio de mercadorias trazidas do continente com esses animais como “passageiros” nos barcos, ou em ilhas flutuantes carregadas pelos rios do continente para o mar, que acabam encontrando as ilhas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001). Com a presença desses dutos de água oriundos do continente, os anfíbios também podem ter chegado até a ilha por essa via, sendo introduzidos durante sua fase de vida larval (girinos). Espécies de anfíbios que se reproduzem em rios e lagos

próximos à área de captação de água no continente, na região do Frias/Estaleiro, podem ter sido carreadas pela água, e algumas podem ter se estabelecido, conseguindo formar novas populações no local, fato que não seria possível sem a construção dos poços na ilha.

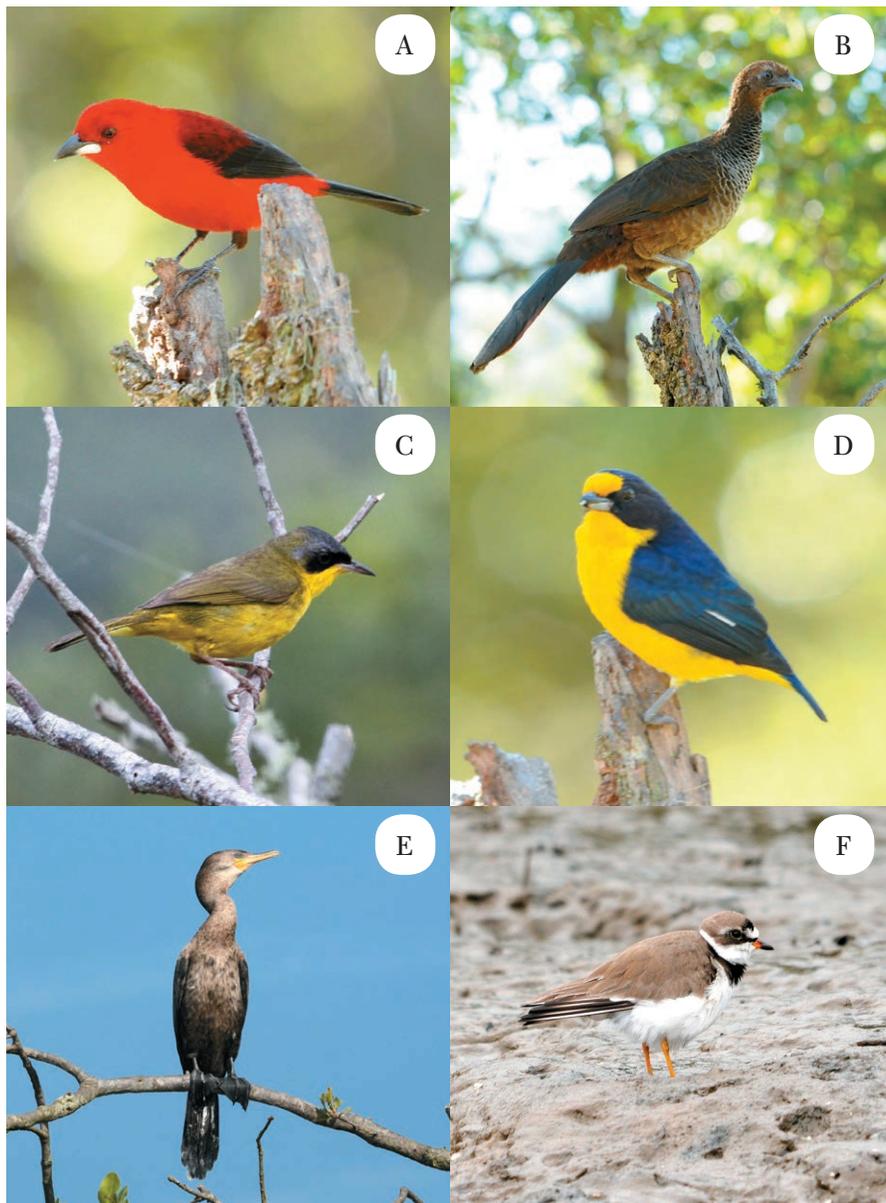
Figura 9 – Espécies de anfíbios da Ilha da Rita – A: sapo-martelo (*Boana faber*); B: pererequinha (*Dendropsophus microps*); C: fêmea de pererequinha-do-litoral (*Scinax tymbamirim*); D: rã-goteira (*Leptodactylus notoaktites*)



Fonte: Fotografias de Estevão J. Comitti (2012)

As aves têm grande facilidade de locomoção, pela condição de voo, o que proporciona deslocamentos diários entre áreas, regiões e até países (SICK, 1997). A proximidade entre a Ilha da Rita e o continente favorece a ocorrência de espécies típicas de floresta, mas também de espécies adaptadas ao ambiente estuarino da Baía Babitonga. É comum observar na Ilha da Rita diferentes espécies de saíras, gaturamos, bem-te-vis, tiés e ainda tucanos e gralhas (figura 10). Porém eles podem utilizar a ilha de forma passageira, muitas vezes à procura de alimento, realizando deslocamentos rápidos. Nesse sentido, a ilha oferece suporte alimentar para várias espécies, passageiras ou residentes.

Figura 10 – Algumas espécies de aves que podem ser registradas na Ilha da Rita – A: tiê-sangue (*Ramphocelus bresilius*); B: aracuã (*Ortalis squamata*); C: pia-cobra (*Geothlypis aequinoctialis*); D: gaturamo-verdadeiro (*Euphonia violacea*); E: biguá (*Nannopterum brasilianus*); F: batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus*)

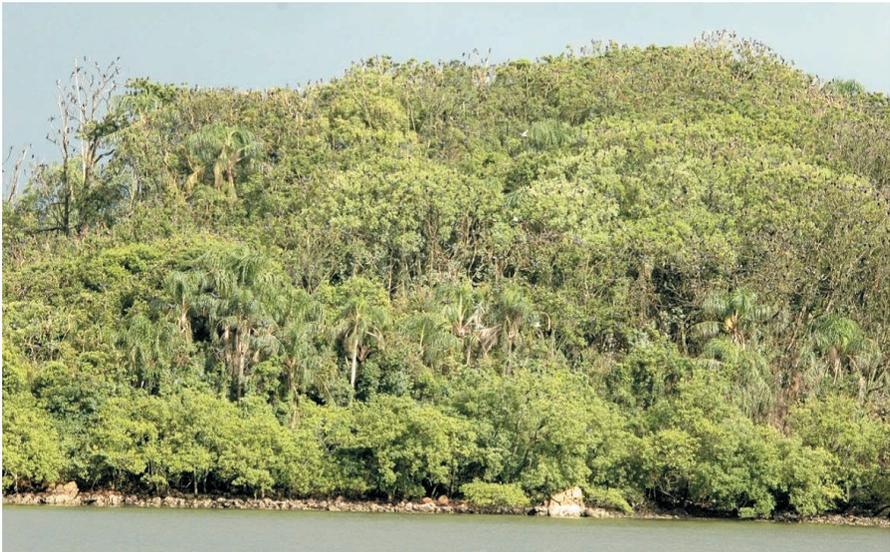


Fonte: Fotos de Alexandre V. Grose (2012)

Para o estuário da Babitonga, é conhecida a presença de espécies migratórias (CREMER; GROSE, 2010), vindas de países como Canadá e EUA. Duas espécies são facilmente observadas – a batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus* Bonaparte, 1825) (figura 10F) e o maçarico pequeno-de-perna-amarela (*Tringa flavipes* Gmelin, 1789) –, pois são visitantes regulares na região (GROSE; CREMER, 2015). Tais espécies se distribuem ao longo da costa do Brasil e podem ser observadas na margem da Ilha da Rita, muitas vezes acompanhadas por outras espécies. Os bancos de lama disponíveis, principalmente durante a maré baixa, disponibilizam poliquetas e pequenos moluscos que são um importante alimento, necessário para o longo deslocamento que realizam.

O biguá (*Nannopterum brasilianus* Gmelin, 1789) (figura 10E) possivelmente é a espécie mais abundante da Ilha da Rita, podendo ser observado em grandes concentrações, com até milhares de indivíduos (figura 11). A espécie vem utilizando o local principalmente para descanso, permanecendo empoleirada nas árvores mais altas da ilha. Seu guano (fezes) em grandes concentrações causa a queda das folhas, muitas vezes levando à morte da árvore. Em alguns países como o Peru, entretanto, o guano é utilizado como fertilizante e tem grande valor comercial, por se tratar de um produto de origem natural (SICK, 1997).

Figura 11 – A Ilha da Rita vem sendo utilizada por biguás (*Nannopterum brasilianus*) como local de parada e descanso, e muitas vezes são observados milhares de indivíduos



Fonte: Fotografia de Alexandre V. Grose (2013)

Algumas ilhas no estuário da Babitonga são utilizadas por garças, socós e guarás como “ninhais”, onde constroem seus ninhos e criam seus filhotes (GROSE; CREMER; MOREIRA, 2014; BISINELA; ANDRADE; CREMER, 2014; FINK, 2013). Trata-se de locais de grande importância ecológica, pois são responsáveis por manter e renovar as populações dessas espécies. Na Ilha da Rita já foram observados ninhos, porém em pequena quantidade. Os ninhais normalmente mudam de lugar com o passar dos anos, mas há situações em que permanecem décadas no mesmo local (FREDERICK; OGDEN, 1997). Portanto, a Ilha da Rita tem grande potencial reprodutivo para as espécies da região, em virtude da grande concentração de indivíduos que já utilizam o local, da baixa circulação de pessoas e do caráter contemplativo que a ilha possui.

De forma geral, a presença de diferentes representantes da fauna em um ambiente insular torna-se muito interessante e um excelente objeto de estudo. Casos como a possível introdução de anfíbios via aqueduto vindo do continente ainda não foram relatados em outros locais até o momento. Outros trabalhos são necessários para responder a mais questões sobre as populações de tetrápodes, entre outras pesquisas. Por sua biodiversidade e diferentes condições encontradas, a Ilha da Rita pode ser um laboratório perfeito para estudos, principalmente com enfoque na biogeografia de ilhas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS DESENVOLVIDAS NA BAÍA

Sobre a sua ocupação, S. Thiago (2004, p. 86) destaca que “a Baía da Babitonga vem promovendo encontros entre homens e culturas através dos séculos”. Era denominada pelos antigos como mãe dos pobres, tendo em vista a abundância natural e a produtividade das terras que fizeram dali o principal meio de vida de São Francisco do Sul. As atividades extrativistas têm ainda grande expressão na região e incluem a pesca e a coleta de crustáceos; a maricultura, com o cultivo de mexilhões, ostras e vieiras, é representativa no estado, o qual é considerado o maior produtor nacional. Na Baía Babitonga, a maior parte da produção de moluscos está representada pelo cultivo de mexilhões, tendo sido produzidas 145 toneladas em 2015 (EPAGRI, 2015). Com relação à produção de camarões marinhos em cativeiro, destacou-se em 2015 o município de São Francisco do Sul, com 184,5 toneladas, representando 81,1% da produção total do estado.

A grande extensão da baía abriga também uma intensa atividade náutica, voltada tanto para o turismo quanto para o desporto. Além da pesca artesanal, fonte de sustento para famílias que vivem no entorno da baía, a

pesca esportiva ocupa local de destaque na Babitonga, principalmente a pesca de espécies de robalo.

Segundo Rojas (1975), a pesca de robalo tem grande importância socioeconômica para a região norte do litoral catarinense, haja vista a vinculação da atividade de pesca amadora com o ecoturismo na região. Os distintos ecossistemas e a diversidade de peixes, adicionados às belezas naturais, fazem do país um destino de pesca consolidado e bastante procurado por turistas de todo o mundo (BRASIL, 2010). Conforme relatos dos proprietários das pousadas de pesca na Baía Babitonga, há um fluxo considerável de pescadores amadores com suas famílias ou amigos que vêm conhecer a região ou retornam a ela para pescar ou participar de torneios de pesca direcionados ao robalo, aumentando o fluxo de turistas e trazendo benefícios econômicos para as comunidades ligadas à atividade (MENEZES *et al.*, 2012).

ATIVIDADES DE PESQUISA E AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE NA BAÍA BABITONGA

A Universidade da Região de Joinville (Univille) vem desenvolvendo, há mais de dez anos, vários projetos e pesquisas, como monitoramento ambiental, estudos florísticos, ecologia e comportamento das espécies de golfinho, espécies consideradas ameaçadas, estudos sobre a biologia dos guarás, ecologia dos primatas, genética de ostras nativas como subsídios ao desenvolvimento da maricultura, o Projeto Babitonga Ativa, entre outros.

Os conflitos no uso dos recursos naturais da Baía Babitonga são latentes, e os resultados de tais pesquisas contribuem com informações que buscam promover o equilíbrio entre o desenvolvimento da região e a preservação do rico ecossistema.

Além do despejo de esgotos domésticos e industriais, a presença de áreas portuárias também é uma ameaça ao equilíbrio do ecossistema. A maior ameaça, contudo, é a ocupação desordenada e irregular das margens da baía. Esse fato pôde ser verificado durante o desenvolvimento das pesquisas para este livro. As entrevistas mostraram uma intensa migração para o Distrito do Saí nos últimos dez anos motivada principalmente pela atratividade dos empregos em função do Porto de São Francisco do Sul, do Porto de Itapoá e das empresas da região, sem esquecer a beleza natural do local (BORBA, 2013; FERRARI, 2013). O porto é a principal fonte econômica dos municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, com a atividade turística em segundo lugar e a industrial em terceiro. Muitas indústrias foram atraídas para a região em função dos portos. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), a população do

município de São Francisco do Sul é de cerca de 42.500 habitantes, dos quais 93% residem na ilha, onde está a sede do município.

Apesar das inúmeras funções ambientais que exerce e de sua incalculável importância como hábitat para inúmeras espécies que fazem uso da área para alimentação, descanso e reprodução, a Baía Babitonga vem sofrendo vários impactos, decorrentes de atividades humanas pouco controladas. Podem ser mencionados como principais problemas a contaminação das águas, resultante do despejo de efluentes industriais, domésticos e dos navios que atracam nos portos; o corte de árvores dos manguezais e aterro dessas áreas; a deposição de lixo; a pesca predatória e a sobrepesca; a poluição sonora resultante da movimentação de lanchas e navios; as dragagens. O controle de tais atividades e uma gestão integrada desse ecossistema são essenciais para garantir sua sustentabilidade (CREMER; MORALES; OLIVEIRA, 2006).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. F. M.; CARNEIRO, C. D. R. Origem e evolução da serra do mar. **Revista Brasileira de Geociências**, n. 28, p. 135-150, 1998.

BANDEIRA, D. da R.; BORBA, F.; SILVA, R. C. O patrimônio cultural da Ilha da Rita (Santa Catarina): estudos prévios para sua revitalização e preservação. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1. **Anais...** Niterói, 2012.

BASEI, M. A. S.; SIGAJUNIOR, O.; REIS NETO, J. M. O batólito Paranaguá: proposição, idade, considerações petrogenéticas e implicações tectônicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA. **Anais...** Natal, 1990.

BÉRNILS, R. S. *et al.* Répteis das porções subtropical e temperada da região neotropical. **Ciências & Ambiente**, n. 35, p. 101-136, 2007.

BISINELA, G. C.; ANDRADE, T. R.; CREMER, M. J. Ecologia reprodutiva de *Nyctanassa violacea*, *Egretta thula* e *Egretta caerulea* no ninhal do Rio Pedreira, Santa Catarina. **Biotemas**, n. 27, p. 109-121, 2014.

BOHN, L. R. D. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita**: refletindo sobre identidades e herança cultural. 2010. 99 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

BORBA, F. M. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (SC)**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção**. Lista conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6.º e 7.º, da Portaria n. 43, de 31 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/avaliacao-do-risco>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de pesca: orientações básicas**. Brasília, 2010. 52 p.

BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. **Biogeografia**. Ribeirão Preto: Funpec, 2006.

CHEIDA *et al.* Ordem Carnívora. *In*: REIS, N. R. *et al.* **Mamíferos do Brasil**. Londrina: EdIUUEL, 2006. p. 231-275.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA – CONSEMA. Resolução Consema n.º 002, de 6 de dezembro de 2011. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. **Diário Oficial de Santa Catarina**, p. 2-8, 2011. Disponível em: http://www.fatma.sc.gov.br/upload/Fauna/resolucao_fauna__002_11_fauna.pdf. Acesso em: 14 jan. 2017.

CREMER, M. J.; GROSE, A. V. **Aves do estuário da Babitonga e litoral de São Francisco do Sul**. Joinville: Editora Univille, 2010.

CREMER, M. J.; MORALES, P. R. D.; OLIVEIRA, T. M. N. de (org.). **Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville: Editora Univille, 2006. 256 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – EPAGRI. **Síntese informativa da maricultura 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.cedap.epagri.sc.gov.br>. Acesso em: 7 fev. 2017.

FAVA, I. R. S. **Caracterização e setorização das ilhas da Baía Babitonga, Santa Catarina**. 2016. 33 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Ciências Biológicas, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

FERRARI, C. D. P. **A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural** – o exemplo da Ilha da Rita/SC. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

FINK, D. **Caracterização das colônias de aves aquáticas na Baía da Babitonga e avaliação preliminar da sua contaminação**. 2013. 92 p. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

FREDERICK, P. C.; OGDEN, J. C. Philopatry and nomadism: contrasting long-term movement behavior and population dynamics of white ibises and wood storks. **Colonial Waterbirds**, n. 20, p. 316-323, 1997.

GARCIA, P. C. A. *et al.* Anfíbios da região subtropical da América do Sul. **Ciências & Ambiente**, n. 35, p. 65-100, 2007.

GROSE, A. V.; CREMER, M. J. Aves migratórias no litoral norte de Santa Catarina, Brasil. **Ornithologia**, n. 8, p. 22-32, 2015.

GROSE, A. V.; CREMER, M. J.; MOREIRA, N. Reprodução de aves aquáticas (Pelicaniformes) na Ilha do Maracujá, estuário da Baía da Babitonga, litoral norte de Santa Catarina. **Biotemas**, n. 27, p. 117-127, 2014.

HEILBRON, M. *et al.* Correlation of Neoproterozoic terranes between the Ribeira Belt, SE Brazil and its African counterpart: comparative tectonic evolution and open questions. *In*: PANKHURST, R. J. *et al.* (ed.). **West Gondwana: Pré-Cenozoic correlations across the south Atlantic region**. Londres: Geological Society London, 2008. p. 211-238.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Proteção e controle de ecossistemas costeiros: manguezais da Baía da Babitonga**. Coleção Meio Ambiente. Série Estudos – Pesca, 25. Brasília, 1998. 145 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES – IUCN. **The IUCN Red List of Threatened Species**. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em: jun. 2017.

IUCN red list of threatened species. Version 2017-1. Disponível em: www.iucnredlist.org. Acesso em: 15 out. 2015.

KNIE, J. L. W. (ed.). **Atlas ambiental da região de Joinville: complexo hídrico da Baía da Babitonga**. 2. ed. Florianópolis: Fatma/GTZ, 2002.

MACARTHUR, R. H.; WILSON, E. O. **The theory of island biogeography**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1967.

MARTIN, L. *et al.* **Mapa geológico do Quaternário costeiro dos estados do Paraná e Santa Catarina**. Brasília: CPRM, 1988.

MENEZES, A. A. S.; LIN, C. F.; SILVA, C.; SANTOS, R. A. Aspectos socioeconômicos relacionados à pesca amadora de robalo (*Centropomus undecimalis* e *C. parallelus*) na Baía da Babitonga, Santa Catarina, Brasil. **Revista Cepsul – Biodiversidade e Conservação Marinha**, n. 3, v. 1, p. 22-44, 2012.

MYERS, N. *et al.* Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000.

OLIVEIRA, J. A.; BONVICINO, C. R. Ordem Rodentia. *In*: REIS, N. R. *et al.* **Mamíferos do Brasil**. Londrina: EdiUEL, 2006. p. 347-399.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI – PMA. **Diagnóstico sócio-ambiental das Ilhas de Araquari: Ilha do Mel, Ilha dos Barcos e Ilha dos Papagaios**. Araquari, 2002. 65 p.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

PROJETO TONINHAS. **Tartarugas marinhas**. 2017. Disponível em: http://www.projetotoninhas.org.br/index.php/site/tartarugas_marinhas. Acesso em: jun. 2017.

ROJAS, J. C. Contribución al conocimiento de la biología de los robalos *Centropomus undecimalis* y *Centropomus poeyi* en la Laguna de Términos, Campeche, Mexico. **Boletim Instituto Oceanográfico**, Cumaná, n. 14, p. 51-70, 1975.

SCHETTINI, C. A. F.; CARVALHO, J. L. B. Caracterização hidrodinâmica do estuário do Rio Cubatão, Joinville. Notas técnicas. **Facimar**, n. 3, p. 87-97, 1999.

SEVEGNANI, L.; SCHROEDER, E. **Biodiversidade catarinense: característica, potencialidades, ameaças**. Blumenau: Edifurb, 2013.

SICK, H. **Ornitologia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

SIGA JUNIOR, O. **Domínios tectônicos do sudeste do Paraná e nordeste de Santa Catarina: geocronologia e evolução crustal**. São Paulo: Edusp, 1995.

SILVA, P. **O estudo do comportamento de *Nasua nasua* (Mammalia: Procyonidae) na Ilha da Rita – São Francisco do Sul – SC**. 2001, 120 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Ciências Biológicas, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2001.

STEHMANN, J. R. *et al.* **Plantas da floresta atlântica**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2009.

S. THIAGO, R. As múltiplas histórias da ilha e arredores. *In*: SANTOS, S. C.; NACKE, A.; REIS, M. J. (org.). **São Francisco do Sul – muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: UFSC, 2004.

TRUCCOLO, E. C.; SCHETTINI, C. A. F. Marés astronômicas na Baía da Babitonga, SC. Notas técnicas. **Facimar**, p. 57-66, 1999.

UNESCO. **Plan de accion: las reservas de la biosfera. La naturaleza y sus recursos**. 1994.

VIBRANS, A. C. *et al.* Extensão original e remanescentes da floresta ombrófila densa em Santa Catarina. *In*: VIBRANS, A. C. *et al.* (ed.). **Inventário florístico florestal de Santa Catarina: floresta ombrófila densa**. Blumenau: Edifurb, 2013. p. 25-34. v. VI.

VIEIRA, C. V. **Evolução geológica da planície costeira do extremo norte da ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VILLWOCK, J. A. Geology of the coastal province of Rio Grande do Sul, Southern Brazil. **Pesquisas**, n. 16, p. 5-49, 1984.

CAPÍTULO 2

A Ilha da Rita na história de São Francisco do Sul¹

Fernanda Mara Borba
Dione da Rocha Bandeira

SÃO FRANCISCO DO SUL ANTES DO SÉCULO XVI

A Baía Babitonga, onde a Ilha da Rita se encontra, tem registros de ocupação humana desde, aproximadamente, oito mil anos Antes do Presente² (AP). Do período tratado como pré-colonial se tem, pelos estudos efetuados no momento, conhecimento de pelo menos quatro grandes grupos culturais que viveram na Babitonga. Há registros de sítios a céu aberto de pontas líticas, aparentemente da Tradição Umbu, considerados os mais antigos, um número expressivo de sambaquis construídos por pescadores-coletores-caçadores a partir de conchas, restos de peixes e sedimentos sobrepostos conhecidos como sambaquis clássicos ou tradicionais, sambaquis com a presença de cerâmica na superfície indicando a presença de povos proto-jês (Tradição Taquara-Itararé) e sítios com cerâmica guarani. Os sítios guaranis são na sua grande maioria a céu aberto. Além deles, temos na região da baía oficinas líticas de polimento e sítios de arte rupestre cuja vinculação a um desses

¹ Algumas informações acerca da história de São Francisco do Sul e, especialmente, da sua área continental, o Distrito do Saí, foram levantadas anteriormente e publicadas em conjunto com os estudos sobre a arqueologia e a escravidão da cidade (BORBA, 2013; 2014).

² O termo “Antes do Presente” em Arqueologia tem como base o ano de 1950, um marcador para a escala de tempo em que se calcula a idade radiocarbônica. A data refere-se ao ano aproximado em que esse método de datação foi descoberto (RENFREW; BAHN, 2011).

Os sítios de pontas vinculados à Tradição Umbu referem-se a grupos de caçadores-coletores que viveram no sul e sudeste do Brasil desde o final do Pleistoceno, em torno de 12 mil anos AP. São caracterizados pelo trabalho de lascamento, que origina pontas de projéteis bifaciais encontradas em profusão principalmente no interior em sítios a céu aberto ou sob rocha, havendo, no entanto, registros de sítios com esse material no litoral. Na região da Baía Babitonga foram encontrados três: um junto ao aterro sanitário de Joinville, datado em oito mil anos, um na região do bairro Itinga, em Joinville, e um na localidade da Vila da Glória, na parte continental de São Francisco do Sul (OKOMURA; ARAÚJO, 2013).

Os sambaquis, que ocorrem ao longo de todo o litoral brasileiro, foram inicialmente vistos como montes naturais de conchas, resultados da variação do nível do mar ou outros eventos ambientais. Posteriormente, tendo em vista a grande quantidade de esqueletos encontrados neles, passaram a ser vistos como cemitérios – cemitérios dos bugres; depois, com o avanço das pesquisas arqueológicas, passaram a ser interpretados como locais de moradia, trabalho e rituais, principalmente para enterramentos de mortos. Atualmente, por uma visão que privilegia as diferenças entre eles, acredita-se que nem todos tiveram a mesma serventia. Os maiores podem ter tido a função de cemitérios e outros de moradias ou acampamentos. Como em muitos não há evidências que podem ser associadas a moradia, tem se levantado a hipótese de que poderiam estabelecer seus assentamentos em outros locais ainda não identificados pela arqueologia. Há uma grande variedade quanto à dimensão e à morfologia entre esses sítios, como diferenças de altura e comprimento, por exemplo, que devem estar relacionadas com o tempo de permanência dos sambaquianos no local ou com atividades diferentes desenvolvidas por eles (BANDEIRA, 2005).

Apesar de somente cerca de 20% dos sambaquis da Babitonga terem sido pesquisados, os resultados disponíveis no momento indicam que essas populações estiveram na região entre 5.900 ± 30 (sítio Praia Grande XI) e 780 ± 30 (sítio Areias Pequenas I) anos AP. Também se sabe que a principal fonte de proteína animal foram os peixes, embora se coletassem muitos moluscos, cujas conchas foram usadas como matéria-prima para a construção dos montes. Atualmente se discute se a principal motivação na coleta desses animais não seria tal uso. Também coletavam outros invertebrados e caçavam animais terrestres, tendo aparentemente uma dieta bem diversificada. O aproveitamento de vegetais foi muito importante, havendo diversos indícios disso, como restos

carbonizados ou encharcados de frutos, fibras e madeiras coletados em alguns sítios. Estudos de cálculos dentários de alguns sambaquis da região sugerem o consumo elevado de vegetais, como cará, milho, batata-doce e pinhão, que indicam tanto a prática de manejo como o contato com regiões interioranas (WESOLOWSKI, 2007). O estudo de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio encontrados no colágeno de indivíduos de alguns sítios indica uma dieta predominantemente marinha (DE MASI, 2009) mesmo quando há presença de cerâmica, havendo, no entanto, alguns indivíduos com dieta terrestre, reforçando a ideia de contato entre o litoral e o interior, interpretação também frisada pelos estudos sobre estrôncios (BASTOS, 2009). Sobre o uso de vegetais como matéria-prima para artefatos, um dos sambaquis da região forneceu informações importantes que indicam o emprego do cipó-imbé (PEIXE, 2006) na elaboração de cordas e mais de 20 tipos de nós diferentes (SÁ, 2015).

Os estudos nos sambaquis com cerâmicas associadas aos ancestrais dos atuais povos jês que vivem no interior de Santa Catarina indicam uma familiaridade muito grande com o ambiente costeiro e o predomínio da pesca (BANDEIRA, 2004). Na maioria das vezes, o interesse pela construção de montes de conchas diminui; portanto, a coleta de moluscos decai. A cerâmica produzida por esses grupos em geral é lisa, e as superfícies externas negras e brilhosas são um traço típico. A cronologia estabelecida para tais grupos indica a presença na Baía Babitonga entre 1.390 ± 40 (Enseada I) e 375 ± 40 (Bupeva II) anos AP.

Por outro lado, os sítios associados aos guaranis ainda são poucos, tendo sido escavado somente um, o Poço Grande (PIAZZA, 1974; BANDEIRA, 2004), cuja cerâmica apresenta tratamento de superfície dos tipos alisado, corrugado, unglado e engobo (ALMEIDA, 2017). Uma única data disponível para esse sítio é de 340 ± 35 anos AP.

No Distrito do Saí, próximo à Ilha da Rita, há registro de um sítio de pontas, como mencionado (Estaleiro I) (figura 2), e oito sambaquis; num deles, o Sambaqui Vila da Glória II (Sambaqui da Fábrica), foram encontradas peças em rocha, entre elas um fragmento de zoólito (figura 3). Na Ilha da Rita, como apresentado no capítulo 5, conchas e sedimentos de sambaquis indicam que houve ali um assentamento humano no período pré-colonial.

Figura 2 – Ponta lascada bifacial com pedúnculo em quartzo coletado no sítio Estaleiro I



Fonte: Fotografia de Dione da Rocha Bandeira (2015)

Figura 3 – Fragmento de artefato antropomorfo coletado no sambaqui Vila da Glória II



Fonte: Fotografia de Jessica Ferreira (2017)

A presença significativa de sítios na região possibilitou que o francisquense tivesse uma convivência muito próxima com esse patrimônio arqueológico nacional, seja por meio do imaginário popular, em inúmeras histórias que envolvem os sambaquis (SILVA, 2004), seja na utilização indevida das conchas para a pavimentação de ruas, como corretivo em canteiros e, ainda, para a produção da cal (GUEDES *et al.*, 2007; GUEDES; FINDLAY; HEINZELMANN, 2004). Percebe-se por que a região é destacada como “um nicho ecológico muito favorável para a ocupação humana”, já que foi, desde milhares de anos, povoada por diversos grupos (SANTOS; REIS; NACKE, 2004, p. 13).

SÃO FRANCISCO DO SUL DEPOIS DO SÉCULO XVI

Os primeiros registros escritos do período histórico da ocupação da Baía Babitonga datam do século XVI, época em que os povos nativos tiveram de dar espaço a navegantes estrangeiros que descobriram as condições excepcionais da baía, quando buscavam abrigo para descanso, reparos e reabastecimento. Isso porque São Francisco do Sul, um dos municípios do estuário, passou a ser referência nas cartas náuticas de navios portugueses, espanhóis e também de outras nacionalidades, o que fez o povoamento se desenvolver no local por meio de seu porto natural, à custa da dominação dos nativos (SANTOS; REIS; NACKE, 2004). A data de chegada dos primeiros europeus, no entanto, é um assunto polêmico, pois é atribuída de forma pioneira a Binot Paulmier de Gonneville, que comandava uma expedição a bordo do veleiro *L'Espoir*. Este, supostamente, esteve em São Francisco do Sul em 1504, mas as descrições de viagem não levam à certeza de que a região descoberta se tratava de São Francisco do Sul, além de não ter sido constatada a efetivação de nenhum povoamento naquele momento (PERRONE-MOISÉS, 1992).

A ocupação histórica efetiva aconteceu em São Francisco do Sul, a qual, segundo Pereira (2004), remete às iniciativas da capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, cuja extensão territorial era de Cananeia (São Paulo) até Laguna (Santa Catarina). Na região de Santa Catarina o povoamento ocorreu a partir da década de 1650, com a fundação de Nossa Senhora do Rio São Francisco em 1658, Nossa Senhora do Desterro em 1675 e Santo Antônio dos Anjos da Laguna em 1684, por casais paulistas e açorianos enviados pela coroa portuguesa, os quais vinham acompanhados por agregados e cativos. Em São Francisco, estabeleceu-se Manoel Lourenço de Andrade, que, “provavelmente,

em 1658, transferiu-se com toda sua parentela, escravos e agregados para o Rio São Francisco, [...] apoiado pelo governo de São Vicente, [que] teve condições para garantir o progresso do lugar” (PEREIRA, 2004, p. 41)³. De acordo com Bandeira e Alves (2012), Lourenço de Andrade teria inicialmente tentado se estabelecer em terras continentais, próximo ao morro denominado Paranaguá-Mirim, às margens de um afluente do Rio Parati, transferindo-se em seguida para as margens do próprio Paranaguá-Mirim, depois para a Ponta do Itacolomi e finalmente para o local onde se fixou a vila. Ao assegurar a posse da região, as terras foram divididas entre os estabelecidos por meio de sesmarias. Segundo os levantamentos de Borba (2013; 2014), coube a Lourenço de Andrade a área da vila até as Laranjeiras,

[...] ficando-lhes ao lado as de Luis Rodrigues Cavalinho [seu genro], que se alongavam, como aquelas, até o mar grosso, compreendendo a lagoa Acaraí. Neste período, também foram cedidas sesmarias em Iperoba, Península do Saí [para Antônio Francisco Francisques], Rio Parati [para Francisco Alves Marinho], Ilha do Mel [para Vicente Arriolos], Rio Pinheiros – além de outros mais, pelas vizinhanças (CABRAL, 1968, p. 35).

Outros registros de concessões de sesmarias da região remetem às localidades de Itapoá (1711), Três Barras (1787, 1802), à área de cabeceira do Rio Areias (1788), Iperoba (1803), junto aos Rios Bucarein, Pirabeiraba, Palmital, Jaguaruna, dos Mirandas, Paranaguá e Ilha do Mel (1804), Itapema, na Olaria, Rio Parati, no lugar do Rio do Morrete (1805), Rio Piraí, Rio Monte de Trigo, Rio Acaraí (1808), no Morro da Palha (1817), próximo ao Rio São João (1822), Rio Parati (1825) e Rio Cubatão (1827) (ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, s.d.)⁴. De acordo com Cabral (1968), São Francisco foi a primeira fundação estável criada na costa catarinense, limitada ao norte com o Termo da Vila de Paranaguá, pela parte austral da Baía Guaratuba, e ao sul com o Termo da Vila de Laguna, pela parte norte da Enseada das Garoupas. De acordo com

³ Caso isso não acontecesse em um prazo determinado, as terras retornavam ao governo e eram novamente cedidas a outras pessoas, porém muitas terras solicitadas jamais foram ocupadas, por diferentes razões. Poucos são os documentos ainda existentes que comprovam as ocupações. Há referência anterior a uma concessão feita a pedido de Antônio Fernandes datada de 1642 para o povoamento dessa vila (CABRAL, 1968, p. 35).

⁴ Os dados referentes aos registros de concessões de sesmarias da região já haviam sido recolhidos por Alves (2003).

Bandeira e Alves (2012), as sesmarias⁵ foram distribuídas ainda no século XIX, com a regularização de terras, nos atuais municípios de São Francisco do Sul, Joinville, Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva e Itapoá.

Sobre o início da ocupação, Borba (2013; 2014) apresenta estudos como o de Hübener (1981), o qual menciona que as razões da ocupação da região nesse período estariam relacionadas a interesses militares estratégicos de proteção da costa e à necessidade de uma economia voltada à produção de alimentos para a subsistência interna e de excedentes comercializáveis, conforme a flutuação do mercado econômico. Assim, um suposto “sentido de colonização” catarinense, discutido por Cabral (1968), Piazza (1975; 1999) e Cardoso e Ianni (1960), explicaria a economia do litoral como “menos importante” do que a das regiões agroexportadoras. Penna (2005) afirma que os problemas dessa análise estariam associados precisamente à exposição do modelo econômico criado para compreender a sociedade catarinense do século XIX. Os problemas teriam ligação mais direta com a maneira pela qual era concebido o regime escravista na região. Ou seja, a pouca inserção da província no mercado agroexportador foi, para os defensores do modelo, a responsável pela pequena importância que a mão de obra escrava teria tido em Santa Catarina se relacionada às regiões agroexportadoras do sudeste e do nordeste brasileiros, por exemplo.

Também lembrou Penna (2005) que a literatura dificilmente comparou Santa Catarina com outras províncias do Império que apresentavam características econômicas similares às suas (a produção de gêneros voltada para o mercado interno). Mediante um investimento da metrópole, o litoral catarinense desenvolveu atividades econômicas direcionadas à produção de linho, cânhamo e cochonilha na década de 1780, firmando-se a produção de alimentos (farinha de mandioca sobretudo, mas também trigo, milho, cevada, centeio, feijão, açúcar e café), além de aguardente, tabaco e algodão (MAMIGONIAN, 2006). Com o reconhecimento político-administrativo, a partir do século XVIII, a população de São Francisco do Sul foi aumentando progressivamente. Farias (1998, p. 263) registrou uma população de cerca de mil habitantes na Vila de São Francisco para o ano de 1750, o que era significativo se comparado com Desterro, que possuía apenas 285. No fim do setecentos a produção econômica de São Francisco direcionava-se ao plantio de mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar e gravatá, havendo na vila 19 engenhos de aguardente e 14 de farinha de mandioca (FARIAS, 1998). Nos séculos seguintes,

⁵ O Arquivo Histórico de Joinville dispõe de cópias de processos datados em 1711, 1787, 1788, 1802 a 1805, 1808, 1818, 1822, 1825 e 1827.

[...] as águas da Baía Babitonga, com seus trapiches em condições de receber embarcações, serviram para o embarque e desembarque de imigrantes, para a comunicação da população são-francisqueense com o restante do Brasil e para o transporte de mercadorias do e para o centro administrativo do município (ALVES, 2013, p. 84).

Nesse período, a agricultura de abastecimento do litoral catarinense respondeu à demanda próspera das áreas agroexportadoras também do Sudeste, que sofria em função das grandes transformações econômicas. O consumo interno apresentou então crescimento superior às receitas da exportação, apontando para as possibilidades de acumulação dos produtores e comerciantes ligados ao mercado interno (FRAGOSO, 1990). Ao passo que a Região Sudeste dedicava parte da sua produção para a exportação e sofria com o aumento populacional, outras regiões integravam-se ao mercado. Como resultado, houve o surgimento de uma elite mercantil senhorial exportadora e a ascensão de potentados locais, que no mercado de abastecimento encontraram a chance de ficar com uma fatia considerável dos dividendos, fortalecendo o mercado interno e permitindo processos de acumulação (FRAGOSO, 1990; 1998).

A província catarinense, sobretudo em sua faixa litorânea, extraía madeira e produzia arroz, porém a farinha de mandioca foi o material de maior volume em exportações (SCHWARTZ, 2001). O plantio desse alimento constituiu a realidade de muitas áreas, em virtude da terra mais arenosa e de facilidades como o pouco cuidado e o fácil trato, flexibilizando o período da colheita de acordo com as necessidades momentâneas do agricultor (LEANDRO, 2007; MATTOS, 1987). Uma das mais antigas referências na historiografia sobre o alimento da região são os registros de Saint-Hilaire, datados do início do século XIX. Ao passar pela vila por volta de 1820, o naturalista apontou a mandioca e, em segundo lugar, o arroz como os únicos produtos exportados da vila. Apesar de fornecer alguns dados acerca da exportação, o naturalista afirmou que os habitantes dali “plantavam pouco, não havia preocupação dos moradores em expandir as possibilidades e potenciais econômicos do lugar, coisa que não faziam e nem precisavam” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 149).

Todavia a importância da farinha alcançou outras áreas, e na Vila de São Francisco grande parte da produção dirigia-se a outras províncias. Os produtos eram enviados especialmente por meio do porto da capital, embora Santa Catarina contasse com outros dois: Laguna e São Francisco, sem alfândegas e com mesas de renda⁶ (CUNHA, 2011). A exportação anual catarinense em

⁶ As mesas de renda foram criadas no período da Regência, na primeira metade do século XIX, e destinavam-se a operar os despachos aduaneiros e a fiscalização em portos de escasso movimento, cuja renda não compensava a instalação de uma aduana completa.

1810, 1820 e 1850-1865 mostra em que sentido se processou o desenvolvimento da economia local, com destaque para a farinha de mandioca. Nos respectivos anos foi exportado um total de 891.958 alqueires⁷ (71.847, 100.000, 204.166 e 515.945 alqueires) de farinha, ficando em primeiro lugar entre os outros produtos (feijão, milho, trigo, açúcar, café e outros) (CARDOSO; IANNI, 1960). A vila, por ficar mais ao norte da província, estabeleceu comunicação mais direta com a praça mercantil do Rio de Janeiro, para onde se destinavam 84% das exportações saídas de São Francisco (CUNHA, 2011, p. 129). Levando-se em conta esses valores, seria inviável afirmar que as saídas das mercadorias somente se davam em ocasiões isoladas ou com a excedência da produção.

A intensa produção e o comércio, sobretudo da farinha de mandioca, tiveram como resultado uma elevada importância do porto da vila e também de todo o estado, no que diz respeito à sua economia, abrangendo a produção e a comercialização do alimento até mesmo entre as províncias. Usando mão de obra livre e escrava, essa atividade produtiva – com o apelo mercantil que possuía – foi capaz de gerar acumulação endógena, de modo a garantir no interior da vila acesso a recursos econômicos que fortaleciam os indivíduos inseridos na dinâmica produtiva e mercantil.

São Francisco estava distribuída nas suas diferentes freguesias, as quais, com o passar do tempo, foram elevadas a vilas, diminuindo o território francisquense em espaço físico e populacional. Por exemplo, em 1845 os limites de São Francisco eram, ao sul, Gravatá, e ao norte, Sahy Grande, e contava com duas freguesias: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco (São Francisco) e Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy (Penha). Em 10 anos, possuía mais duas: Bom Jesus de Parati (Araquari) e Nossa Senhora da Glória do Sahy (Saí). Posteriormente, São Francisco perdeu esses territórios, como a freguesia São Francisco Xavier, na Colônia Dona Francisca (Joinville), que se tornou vila em 1866; a freguesia Nossa Senhora da Penha do Itapocoroy, passada à Vila do Santíssimo Sacramento do Itajahy (Itajaí); e a freguesia Bom Jesus de Parati, instituída como município de Parati em 1876 (PEREIRA, 2004). A freguesia de Nossa Senhora da Glória do Sahy foi criada em 1850 e extinta em 1874, voltando a fazer parte da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco.

Do ponto de vista de seu patrimônio cultural, com quase quatro séculos de ocupação, a região tem um conjunto relevante, haja vista o tombamento

⁷ Alqueire é uma antiga medida de capacidade para secos e líquidos (variável de lugar para lugar). Um alqueire equivale a cerca de 30 quilos.

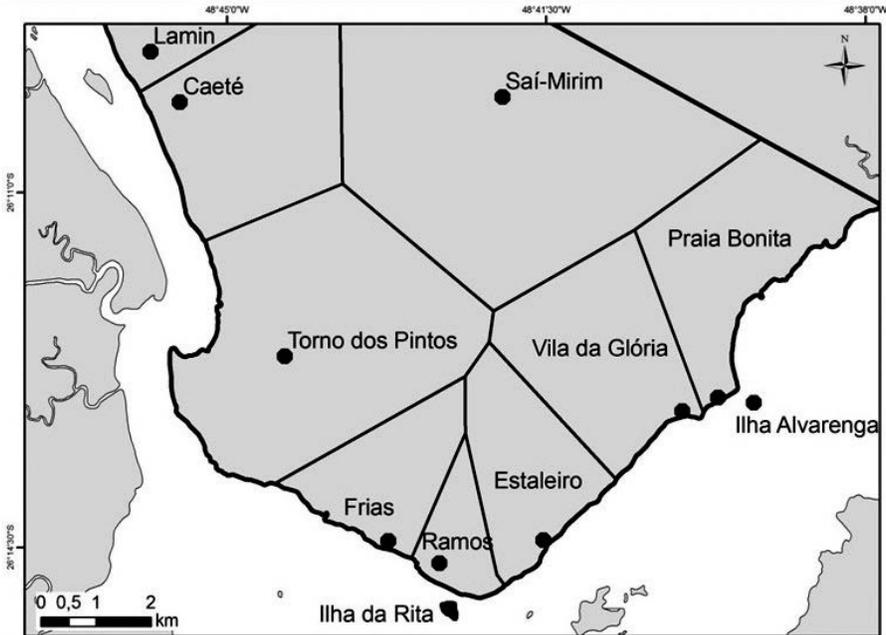
federal do centro histórico de São Francisco do Sul em 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O patrimônio remanescente de ocupação rural, por sua vez, pouco tem reconhecimento e valorização. Bandeira e Alves (2012) indicam apenas a existência de cinco sítios históricos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN em São Francisco do Sul: Praia do Inglês (CNSA n. SC01242), Laranjeiras IV (CNSA n. SC01658), Laranjeiras VIII (CNSA n. SC01659), Ribeira XII (CNSA n. SC01679), Ribeira XI (CNSA n. SC01685). Por outro lado, estas mencionam 120 ocorrências históricas indicadas em pesquisas arqueológicas de caráter acadêmico ou vinculadas aos licenciamentos ambientais, disponíveis na Biblioteca do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). As estruturas dividem-se em categorias como: domésticas, domésticas com atividades produtivas e coletivas associadas (multifuncionais), de produção, coletivas, de abastecimento, de comunicação e militares. De 120, somente três se encontram no centro administrativo da vila. A parte continental de São Francisco do Sul, o Distrito do Saí, concentra 26 ocorrências, distribuídas nas localidades de Estaleiro, Frias e Vila da Glória.

DISTRITO DO SAÍ: O OUTRO LADO

A antiga freguesia de Nossa Senhora da Glória do Sahy atualmente contempla as localidades de Frias (onde se situa a Ilha da Rita), Vila da Glória, Praia da Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin e Saí-Mirim (figura 4).

O Saí é considerado um distrito do município de São Francisco do Sul e ainda hoje é dali que vai parte da água potável para a Ilha de São Francisco, por meio de canos submersos através da baía. O acesso por terra entre a sede do município de São Francisco do Sul e as cidades vizinhas localizadas no continente – e mesmo para a outra parte do município onde se encontra o Distrito do Saí – só foi feito em meados do século XX. Até então o acesso só era possível por barcos pela baía. Além do deslocamento por terra atualmente as travessias entre o distrito e a sede do município são feitas pela balsa para pedestres entre a Vila da Glória e o Centro Histórico; de balsa para pedestres e para carros e demais veículos entre a Praia de Laranjeiras e a localidade de Estaleiro; e em embarcações particulares. O acesso entre Joinville e o distrito é feito pela balsa entre o Vigorelli, em Joinville, e o distrito, tanto para veículos como para pedestres.

Figura 4 – Principais localidades do Distrito do Saí, São Francisco do Sul



Fonte: Ferrari, Lima e Guedes (2015, p. 22)

Uma informação importante levantada por Bandeira e Alves (2012) refere-se aos vetores temporal e ambiental dessa área continental. Das localidades de São Francisco do Sul, “Frias e Estaleiro seguramente são as mais antigas; estão localizadas no continente, mas voltadas para a baía, em local estratégico para escoamento de produção, embora por via fluvial” (BANDEIRA; ALVES, 2012, p. 75). Para as pesquisadoras, espacialmente as propriedades das localidades da ilha estavam em desvantagem em relação ao continente, pois dependiam de acessos terrestres ou tinham de enfrentar o “mar grosso”.

A parte continental da Ilha de São Francisco, ou seja, a região onde hoje é o Distrito do Saí, acompanhou a sua ocupação, entretanto somente em 1850 o Saí se tornou freguesia, perdurando até 1874, quando passou a fazer parte da freguesia Nossa Senhora da Graça (ilha). Dados sobre esse período podem ser encontrados nos diversos discursos dos presidentes da Província de Santa Catarina, levantados por Borba (2013; 2014). Tais documentos abordavam São Francisco como um todo ou em suas freguesias. Em 1857, havia no Saí 1.605 habitantes, entre livres nacionais (1.234) e estrangeiros (43) e escravos (328) (SANTA CATARINA, 1857).

Os estrangeiros dessa região muito provavelmente eram alemães vindos da colônia vizinha Dona Francisca (atual Joinville) ou franceses advindos da

instalação da colônia conhecida como República do Saí ou Falanstério do Saí, datada de 1842. A colônia francesa fixou-se em terras cedidas pelo coronel Francisco de Oliveira Camacho, um grande proprietário de terras e de escravos que transferiu os direitos de posse com o objetivo de vê-las povoadas e cultivadas (BOITEUX, 1944). A experiência fracassou por diversos motivos: má assistência na chegada dos trabalhadores, falta de alimentos e outras ordens, estradas em más condições e problemas como as temperaturas altas e a presença de insetos transmissores de diversas doenças que levavam à morte na época, como a malária e a febre amarela. Segundo Guttler (2001), houve ainda uma tentativa de reavivar a colonização por mais tempo, porém a evasão continuou e, em fins de 1844, havia na região cerca de 24 franceses. Com o término da experiência, os colonos que permaneceram, apesar das dificuldades em virtude do número reduzido de membros, dedicaram-se às atividades econômicas de subsistência e iniciaram um intercâmbio econômico com os moradores locais.

Na década seguinte, em 1866, a Secretaria de Polícia apresentou ao governo a relação da população catarinense de acordo com as freguesias que compunham a província; no Saí existiam 1.405 pessoas distribuídas em 263 casas e 272 fogos, entre as quais a maioria era livre – 1.167 – e 238 escravos (SANTA CATARINA, 1867). A respeito das casas e dos fogos, é importante lembrar que a palavra casa era usada para a materialidade da residência, no sentido físico, e os fogos consistiam em unidades domésticas, no sentido “humano”. A diferença entre os números de um e outro significa, de maneira muito simples, que podia haver mais de uma família morando em uma mesma casa. Essa proximidade (272 fogos e 263 casas) é compreensível por duas razões: 1) São Francisco do Sul era rural (96,8% da população do Saí era lavradora), de modo que não havia aglomeração de famílias em ancestrais de “cortiços” urbanos; 2) a ênfase na produção de farinha não criava prevalência de grandes propriedades rurais que levasse a um grande número de agregados. Às vezes, contavam-se agregados (trabalhadores livres que somavam 82,5% da população no Saí) como um fogo diferente dentro de uma mesma fazenda considerada casa, mas o mais comum era que não fossem vistos como fogos diferentes.

No que diz respeito aos cultos no Saí, a população era predominantemente católica, seguindo a oficialidade⁸, porém a região contava apenas com uma igreja na época, construída em meados de 1857. Como já visto, existiam na vila, além

⁸ O Império do Brasil, de acordo com a Constituição de 1824, manteve o catolicismo como religião oficial e a Igreja Católica dependente do Estado, embora permitisse liberdade de culto doméstico ou particular. De acordo com o já referido censo de 1872, predominava no Império o catolicismo, não apresentando informações sobre as “outras religiões”, como por exemplo as protestantes (cultuadas pelos “acatólicos” ou não católicos de origem alemã) ou de matriz africana. Entre os escravizados, todos foram apontados como seguidores do catolicismo.

dos afrodescendentes, cerca de 100 africanos, registrados como católicos, mas que provavelmente mantinham seus cultos de origem.

Quanto às atividades que os moradores da área exerciam, a princípio verificamos que a soma das categorias empregos públicos, comerciantes, proprietários, artistas e lavradores (1.445) ultrapassa o número de indivíduos totais (1.405). Isso pode acontecer se a mesma pessoa, um lavrador, por exemplo, também exercesse outra função, como comerciante ou artista, sendo dessa forma inserida em duas categorias na estatística. Ao totalizar 96,8%, é muito possível que os lavradores acumulassem os cargos mencionados. Os cativos, assim como seus senhores, foram postos na categoria lavradores.

As categorias que ditam sobre a cor – brancos, pardos e pretos – também apresentam discordâncias. Considerando-se o número total (1.405) e os classificados conforme essas categorias (1.375), ainda restam 30 indivíduos não apontados. Isso pode ser explicado por uma falha ou outra intenção não indicada no relatório. Dos 238 escravos, 203 eram pretos, e 35, pardos, restando a quantidade de 118 pardos, que possivelmente já eram trabalhadores livres.

Com a extinção da Freguesia do Saí em 1874, os dados da região não aparecem mais nos documentos oficiais separadamente, de forma que, a partir desse momento, os franceses que permaneceram em terras francisquenses passaram a compor as estatísticas relacionadas à Ilha de São Francisco do Sul. Não obstante, informações sobre os moradores “do outro lado”, suas habitações e histórias cotidianas podem ser verificadas por meio de jornais, iconografias e depoimentos orais, recolhidos na localidade recentemente com dados de séculos anteriores.

O SAÍ COM BASE NAS PESQUISAS EM DOCUMENTOS ESCRITOS E NA CULTURA MATERIAL

Com base nas pesquisas arqueológicas realizadas na região (BANDEIRA; ALVES, 2012; ALVES, 2013; BORBA, 2014), as estruturas históricas remanescentes no Distrito do Saí em categorias funcionais podem ser verificadas no quadro 1:

Quadro 1 – Estruturas históricas remanescentes no Distrito do Saí em categorias funcionais

Localidade	Estaleiro	Frias	Vila da Glória	Subtotal	Total
Doméstica	3	4	2	9	26
Doméstica, produtiva e coletiva	4	3	1	8	
Produção	1	2	1	4	
Coletiva			2	2	
Abastecimento		1		1	
Militar		1		1	
Não identificada			1	1	

Fonte: Bandeira e Alves (2012)

As estruturas entendidas como *domésticas* detinham uma função exclusiva de habitação e/ou ainda possuíam atividades econômicas associadas. Segundo Bandeira e Alves (2012), existiam edificações com alvenaria de pedra, seguindo o padrão dos casarões do século XIX, com blocos e fragmentos de rocha, argamassados e rebocados com uma mistura de cal de concha com areia e/ou argila. Destas, duas unidades registradas estão preservadas. Em uma delas, pode-se reconhecer a existência de dois pavimentos, construídos de modo a aproveitar a declividade do terreno (no Frias). A outra foi edificada em terreno plano (no Estaleiro). A primeira se destaca pela sua distribuição no terreno e também por seus atributos, os quais estão presentes em diversos anúncios na época em que estava constituída como fazenda:

Vende-se

Na Fazenda Retiro-Alegre, antiga do Frias:

O hiate Lucio, do trafego da mesma fazenda; carrega 150 saccos de arroz pilado. E as seguintes canôas:

2 de guaraparim, de voga, sendo huma de 41 palmos de comprimento e 5 palmos de bôca, e a outra mais pequena; 1 de canella, de voga, de 35 palmos 2 pols. de comprimento e 3 palmos 4 pols. De bôca;

1 de guarajuba, de pá, de 27 palmos de comprimento e 3 palmos 4 pols. De bôca (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p. 104).

Soques d'arroz a frette

No engenho de “Retiro Alegre” antigo do Frias.

Fazenda do Retiro Alegre

Vende-se a Fazenda acima, à margem da bahia de S. Francisco, e

também se faz qualquer trato com quem destinar o seo engenho ao socar herva maté; para o que tem um poderoso motor d'água, vistos paiões e caes de desembarque a porta dos mesmos. Para tratar na mesma fazenda com o seo proprietário. Macedo de Carvalho (GAZETA DE JOINVILLE, 1878, p. 120).

Primeiramente, o anúncio refere-se à venda de cinco embarcações marítimas (um iate e quatro canoas), que, é provável, eram usadas pela fazenda no tráfego da produção do estabelecimento. Borba (2013; 2014) recorda que, naquele momento, o transporte de pessoas e dos alimentos a serem comercializados era feito via baía, mostrando a importância e a necessidade dessas embarcações. O arroz, produzido no engenho e citado para exemplificar o porte do iate no primeiro anúncio, aparece em outra nota, mas individualmente, sendo oferecido em soques que poderiam ser transportados a frete. Mais adiante, a venda trata da própria fazenda e ali se destacam os atributos da propriedade na tentativa de mostrar ao possível comprador as potencialidades do lugar, como um “poderoso motor d'água, vistos paiões e caes”.

Em um último anúncio de Macedo de Carvalho identificado por Borba (2013; 2014), faz-se a venda da Ilha Grande, uma pequena porção de terra localizada bem próxima da propriedade. Era comum proprietários de terras no continente terem ilhas como extensão delas, o que poderia ter acontecido com a Ilha da Rita, principalmente se pensarmos que ela é a ilha existente mais próxima do continente. Tais terras foram anunciadas mais uma vez em jornais posteriores, com a venda da fazenda. O proprietário, segundo o último anúncio, também era dono de uma casa paiol na ilha do município que também estava sendo vendida e, pela proximidade do hospital, estava alocada no centro urbano da cidade.

Com o falecimento de Carvalho, o agricultor Antônio Ferreira Ramos foi solicitado para tratar das vendas das propriedades no Saí; ele muito provavelmente comprou a fazenda e a ilha do proprietário anterior ou ficou responsável pelo comércio delas:

Annuncios.

Fazenda do Retiro Alegre (outrora do Fria) e Ilha Grande.

Vendem-se as duas belas propriedades acima: para tratar com Antonio Ferreira Ramos, em sua Fazenda do Cajú.

A Fazenda Retiro Alegre mede cerca de 500 braças de frente e 800 de fundos; possui um importante estabelecimento de pilar arroz, para o que tem vastos paiões, com taboleiros de rolar sobre trilhos e grande eira; podendo-se assim secar 50 alqueires de arroz ao mesmo tempo; uma casa para fabricação d'aguardente,

com um regato de boa agoa para tal fim, ao pé, casa de moradia de sobrado; um grande telheiro de abrigar canôas, e galinheiro, tudo coberto de telha; e além do rio, vindo de grande altura, que fornece a agoa, que serve de motor no engenho de arroz que pode igualmente fazê-lo para outros, que se queira montar; ha um outro rio, navegavel para canôas, que atravessa a fazenda nos fundos e no centro. He assim esta fazenda pelos seus grandes e apropriados edificios, a beira mar, e diferentes cursos de agoa, uma valiosa propriedade para n'ella fundar-se um importante estabelecimento industrial, como de tecidos &c.

A Ilha Grande, fronteira a fazenda acima e dominando o grandioso e pithoresco panorama da bahia e do archipelago, que formão outras ilhas adjacentes; o que a torna muito propria para uma habitação de recreio; tem trez nascentes de excelente agoa potavel; e produz muito café (sendo livre de geada) e bom pasto, com terreno suficiente para a criação de 40 a 50 cabeças de gado vacum; e tem muito bom barro para a fabricação de telhas e pequenas enceadas abrigadas de qualquer vento; sendo alem disso o mar bastante profundo próximo a ilha, para ancoragem de navios (GAZETA DE JOINVILLE, 1881, p. 16)⁹.

Rio de São Francisco do Sul. Vende-se.

A fazenda Retiro Alegre com um bom estabelecimento de pilar e beneficiar arroz. Situada a beira mar, com acesso à porta do estabelecimento para hiates. Tratar com donos (FOLHA LIVRE, 1887, p. 17)¹⁰.

De acordo com a primeira nota, Antônio Ferreira Ramos ainda tinha outra propriedade: uma fazenda no Caju, situada também no Saí. As informações dos anúncios referentes à fazenda do Frias expressam as estruturas das antigas propriedades rurais da vila, que possuíam, em maioria, casa de moradia, engenhos com paióis, lugar para guardar as embarcações. Entre as localidades que apresentam o maior conjunto de unidades domésticas, associadas com unidades produtivas, além da Figueira e Praia Grande, na ilha, estão Frias e Estaleiro, no continente, com 14 unidades remanescentes de construções perenes (BANDEIRA; ALVES, 2012).

Das ocorrências produtivas e coletivas associadas às unidades de habitação, a maioria é engenho. No continente, os registros indicam que as

⁹ O mesmo anúncio repete-se nos dias 27 de abril (n. 30, ano 4, p. 20) e 4 de maio (n. 31, ano 4, p. 124).

¹⁰ O mesmo anúncio repete-se nos dias 20 de maio (n. 20, ano I, p. 4), 5 de junho (n. 21, ano I, p. 4) e 12 de junho (ano I, p. 4).

propriedades compreendiam estruturas com funções diferenciadas. Destas, no Frias, há unidades com edificações distintas: uma como paiol e a outra como moradia com engenho geminado; ou remanescentes com três estruturas independentes – paiol, engenho e casa de moradia. No Frias, segundo Borba (2013; 2014), destaca-se o antigo engenho da família Gonçalves de Moraes, cujo patriarca morava no lugar Pinto (Rio do Pinto, no Cubatão), tinha um sobrado em São Francisco do Sul, terras no Rio do Braço e no Rio Iririú-Mirim (Joinville) e oito escravos. Tal família estava ligada à terra e na ilha e no continente mantinham suas lavouras de café, banana e arroz.

Paulino da Silva (2007, p. 61-62) afirma que as propriedades com engenho poderiam ainda consistir

[...] numa edificação térrea, de vão único, abrigando instalações essencialmente produtivas e cobertura em duas águas e, geralmente retangular, de forma alargada e raramente alongada. A utilização de divisórias internas poderia ocorrer em engenhos que eram utilizados como residência, que poderia ser definitiva sazonal, isto é, em épocas de produção de farinha e de açúcar.

Assim, era possível uma família acomodar-se no próprio rancho construindo apenas um espaço para o quarto do casal. No caso da família Gonçalves Moraes, era a residência que tinha maiores dimensões, pois possuía quatro quartos, além de salas e cozinha e, ao lado, o engenho de arroz. Vale destacar ainda que a propriedade, talvez por isso, abrigava outra estrutura que correspondia ao paiol.

O entorno do engenho também era muito importante, e a organização desse espaço dava-se de forma mais simplificada, envolvendo na maioria das vezes as atividades domésticas, como o trato com os animais e o cuidado com pequenas plantações, por exemplo. Fora desse entorno ficavam as roças, que constituíam a extensão do trabalho do engenho e locais de intensas atividades humanas (PAULINO DA SILVA, 2007). A identificação arqueológica das atividades desenvolvidas nesses espaços é visualizada em antigas roças que, dependendo do alimento, abrigam pequenos canais de drenagem no terreno que podem permanecer visíveis, sobretudo naquelas áreas transformadas em pastagens (PAULINO DA SILVA, 2007). Com relação ao aproveitamento do entorno, a família Gonçalves de Moraes usou grande parte dele para a criação de animais e de algumas árvores frutíferas, para pastagens e ainda para a facilitação do transporte dos produtos beneficiados. Atualmente parte da vegetação frontal da propriedade foi recuperada.

O mesmo foi observado no Estaleiro, com casa, engenho, olaria e paiol. Nessa mesma localidade, Alves (2013) identificou um sobrado, com engenho no piso inferior e moradia no superior, casas de agregados, estaleiro, local com refugio, além de local identificado para secagem de café.

Na categoria de ocorrências *produtivas* foram consideradas as estruturas cujos remanescentes estão dissociados de outras categorias, como engenhos de farinha e de cana-de-açúcar e processamento de arroz, olaria e estaleiro.

Para os remanescentes de estruturas *coletivas* registrados, como igrejas e cemitérios, Vila da Glória, entre outras localidades, seria para onde se dirigiam moradores de outros núcleos populacionais (BANDEIRA; ALVES, 2012). E, na ausência desses espaços, a população fazia seus rituais religiosos em casas de particulares, ou mesmo em local definido para orações.

Um aspecto relacionado à faixa continental é que os proprietários podiam se valer de inúmeros cursos de água para suas necessidades domésticas e produtivas. Na categoria *abastecimento*, o Frias apresenta uma caixa-d'água em alvenaria, provavelmente vinculada à ocupação militar na Ilha da Rita. A base naval instalada na Ilha da Rita tinha como uma de suas funções fazer o abastecimento de água dos navios que ali chegavam, como será abordado nos capítulos seguintes deste livro.

Essa mesma ilha foi alocada na categoria *militar*, pois na década de 1940 recebeu a base naval ali construída (OLIVEIRA, 2013). Segundo Oliveira (2013), a construção dessa base naval deve-se às preocupações das Forças Armadas com os núcleos de imigração germânica no sul do Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, o conhecido “perigo alemão”, assunto abordado no capítulo 3.

A ILHA DA RITA

A Baía Babitonga e suas 24 ilhas povoam a memória e o imaginário local com muitas recordações e lendas. Cada ilha tem no seu nome um indicativo significativo de sua história ou principal característica, como por exemplo: a Ilha Grande é a maior; a Ilha dos Herdeiros foi dividida por um pai entre seus filhos; a Ilha das Flores fica toda florida pelo jacatirão. Todas as ilhas tinham seus ocupantes ou seus foreiros, que eram aquelas pessoas às quais o Serviço do Patrimônio da União repassava os direitos dos chamados terrenos de Marinha. Entre todas as ilhas do arquipélago da Baía Babitonga e suas memórias e lendas, destaca-se a Ilha da Rita (figura 5), localizada a cerca de 200 metros do Distrito do Saí.

Figura 5 – Vista aérea da Ilha da Rita, São Francisco do Sul



Fonte: Acervo do Centro Memorial da Univille (2000)

O primeiro nome da Ilha da Rita de que se tem conhecimento é Ilha Vicente Pinto, que, segundo relatos (S. THIAGO, 2012), se referia a um antigo proprietário. Apesar de não haver informações documentais mais concretas, essa família, Pinto, pode estar relacionada igualmente a uma das localidades do Distrito que também leva esse nome, o Torno dos Pintos. De acordo com os depoimentos orais, o nome Ilha da Rita também se deve a uma antiga moradora da ilha, contudo não se sabe exatamente quando ela foi habitada por Rita. Esse também é o nome dado à personagem de uma das lendas que envolvem o local: a de que uma moça desce as escadarias da base naval, de vestido branco esvoaçante¹¹, sumindo enquanto passa pelo trapiche.

Era uma moça, cujo vestido, branco e comprido, esvoaçava ao descer da escadaria, perturbando algumas das tranqüilas noites do guarda, passadas na guarita, contemplando, quem sabe, o reflexo da lua ou o pulo de um ou outro peixe nas serenas águas da Babbitonga. Ele sabia que era uma assombração. A moça passava e ia pela ponte afora. Ele ia atrás, mas ela sumia. Então, quando ele relatava para os outros, já a identificavam com a Rita. Essa é a Rita (S. THIAGO; COELHO, 2001, p. 56).

¹¹ Existem várias lendas na região relacionadas ao fantasma de uma mulher de branco que, em cada situação, recebe um nome ou um motivo diferente (SILVA, 2004).

Os depoimentos também citaram, com base em outros relatos mais antigos, que os moradores da ilha viviam da agricultura, como os demais do Saí e ainda da Ilha de São Francisco do Sul.

Em 1918 a ilha, que era propriedade de Francisco José Dias de Almeida e sua mulher, foi vendida para a Marinha brasileira. Nesse período, o local ainda era chamado de Ilha Vicente Pinto, mas em 1937, quando um projeto de base naval foi iniciado, seu nome havia se modificado para Ilha da Rita. Na carta hidrográfica sobre o Rio São Francisco do Sul de 1924 (BRASIL, 1924), constam os dois nomes – “Ilha Vicente Pinto” ou “da Rita” –, demonstrando que, na época, as duas denominações eram utilizadas. Nos mapas anteriores que foram acessados nos arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional, do Arquivo do Itamaraty e no Arquivo Histórico de Joinville, quando aparece, o nome é Ilha Vicente Pinto e, nos posteriores, o de Ilha da Rita. A partir da compra pela Marinha, a ilha serviu a princípio como base militar e, posteriormente, a outros usos, apresentados nos capítulos seguintes, os quais incluem igualmente informações sobre as representações atuais da ilha na comunidade de São Francisco do Sul.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. T. de. **O patrimônio arqueológico guarani no litoral norte de Santa Catarina** – um estudo a partir de acervos cerâmicos e questões de etnicidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

ALVES, M. C. **Diagnóstico arqueológico prospectivo para as obras de pavimentação asfáltica do projeto Costa do Encanto, Trecho 4, municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, Santa Catarina**. Relatório final. Joinville: OAP Consultores Associados, 2013.

ALVES, M. C. **Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Sesmeiros da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul**. Reprodução documental sobre Joinville, [s.d.]. (Coleção Memórias da Cidade).

BANDEIRA, D. da R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: Arqueologia e etnicidade.** 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BANDEIRA, D. da R. **Diagnóstico arqueológico de fazenda de carcinocultura em Araquari, SC.** Relatório final. Joinville, 2005.

BANDEIRA, D. da R. Sambaquianos: os mais antigos habitantes da Baía da Babitonga. *In: MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE (MASJ).* **Joinville: os primeiros habitantes.** Itajaí: Casa Aberta, 2010.

BANDEIRA, D. da R. ALVES, M. C. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 10, p. 68-87, 2012.

BASTOS, M. R. **Mobilidade humana no litoral brasileiro:** análise de isótopos de estrôncio no sambaqui do Forte Marechal Luz. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

BOITEUX, H. O Falanstério do Saí. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, Florianópolis, v. 12, p. 47-90, 1944.

BORBA, F. M. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea:** vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina). Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

BORBA, F. M. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea:** vestígios negros em São Francisco do Sul. Joinville: Editora Univille, 2014.

BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria de Navegação. **Rio de São Francisco do Sul.** 1924.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Do Autor, 1968.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis.** São Paulo: Nacional, 1960.

CUNHA, R. P. **Juízes, policiais e administradores:** elites locais, juízo municipal e centralização provincial na formação do estado do Brasil – São Francisco do

Sul, província de Santa Catarina (1832-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DE MASI, M. A. N. Aplicações de isótopos estáveis de 18/16O, 13/12C e 15/14N em estudos de sazonalidade, mobilidade e dieta de populações pré-históricas no sul do Brasil. **Revista de Arqueologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 55-76, 2009.

FARIAS, V. F. de. **Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo.** Povoamento, demografia, cultura, Açores e litoral catarinense. Florianópolis: Edição do Autor, 1998.

FERRARI, C. P.; LIMA, A. de S. de; GUEDES, S. P. L. de C. Contribuições para a gestão do patrimônio cultural a partir do estudo das representações sociais. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 108, p. 16-25, jan./jun. 2015.

FOLHA LIVRE. Joinville, 1887.

FRAGOSO, J. L. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

FRAGOSO, J. L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 1878.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 1881.

GUEDES, S. P. L. de C. *et al.* Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 23., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007. p. 2.258-2.264.

GUEDES, S. P. L. de C.; FINDLAY, E. A. G.; HEINZELMANN, M. R. Representações sociais sobre o patrimônio histórico e pré-colonial dos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul pertencentes à Baía da Babitonga. **Revista Univille**, Joinville, v. 9, p. 96-105, 2004.

GUTTLER, A. C. A colonização do Saí (1842-1844): uma original colônia francesa em Santa Catarina. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. p. 105-141.

HÜBENER, L. M. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LEANDRO, J. A. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

MAMIGONIAN, B. G. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NAS ROTAS DO IMPÉRIO: EIXOS MERCANTIS, TRÁFICO DE ESCRAVOS, RELAÇÕES SOCIAIS NO MUNDO PORTUGUÊS. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, jun. 2006. p. 1-24.

MATTOS, H. M. **Ao sul da história:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE (MASJ). **Sítios arqueológicos pré-coloniais; Baía da Babitonga.** Joinville: Fundação Cultural de Joinville; IPHAN, 2004.

OKOMURA, M.; ARAÚJO, A. Pontas bifaciais no Brasil Meridional: caracterização estatística das formas e suas implicações culturais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 23, p. 111-127, 2013.

OLIVEIRA, R. N. de. **O patrimônio cultural da base naval da Ilha da Rita/SFS:** defesa, segurança nacional e o perigo alemão na primeira metade do século XX. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

PAULINO DA SILVA, O. **Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina.** Erechim: Habilis, 2007.

PEIXE, S. **Estudo da anatomia vegetal e paleobotânica dos trançados de fibras vegetais encontrados no sambaqui Cubatão I, Joinville.** 2006. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2006.

PENNA, C. G. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PEREIRA, C. da C. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PERRONE-MOISÉS, L. Relação da viagem do Capitão de Gonville às Novas Terras das Índias. *In*: PERRONE-MOISÉS, L. **Vinte-luas – Viagem de Paulmier de Gonville ao Brasil: 1503-1505**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PIAZZA, W. F. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

PIAZZA, W. F. Dados à Arqueologia do litoral norte e do planalto de Canoinhas (resultados preliminares do quinto ano) – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 26, p. 53-70, 1974.

PIAZZA, W. F. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: Editora da Udesc, 1975.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueologia: teorías, métodos y práctica**. Barcelona: Akal, 2011.

SÁ, J. C. **Etnoarqueologia e arqueologia experimental: desatando informações sobre nós e amarrações em fibras do sambaqui Cubatão I, em Joinville – SC**. 2015. Monografia (Especialização em Arqueologia) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2015.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Itatiaia, 1978.

SANTA CATARINA. Mappa da população da província de Santa Catharina no anno de 1857. *In*: FALLA que o Presidente da Provincia de Santa Catharina João José Coutinho dirigio a Assembleia Legislativa Provincial. Typographia Imperial. Sessão ordinária do anno de 1857. Rio de Janeiro, 1857. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/944/000037.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SANTA CATARINA. Mappa da população da província de Santa Catharina no anno de 1866. *In*: RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina. Typographia Nacional. Sessão ordinária do anno de 1867. Rio de Janeiro, 1867. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/954/000030.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SANTOS, S. C. dos; REIS, M. J.; NACKE, A. (org.). **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonville**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, A. C. **Histórias e lendas de São Francisco do Sul**. Joinville: Letradágua, 2004.

S. THIAGO, A. **Arnaldo S. Thiago**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

S. THIAGO, R.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-62, 2001.

WESOLOWSKI, V. **Cáries, desgaste, cálculos dentários e micro-resíduos da dieta entre grupos pré-historiadores do litoral norte de Santa Catarina: é possível comer amido e não ter cárie?** 2007. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

A Ilha da Rita: aspectos históricos de defesa e segurança nacional¹

Roberta Nabuco de Oliveira
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Este capítulo busca identificar os elementos históricos que apontam o litoral norte de Santa Catarina, especialmente a Ilha da Rita, como um local estratégico para as Forças Armadas e, com isso, estabelecer uma possível relação da escolha desse local para a instalação de uma base naval com a ideia do chamado “perigo alemão” no Brasil durante a primeira metade do século XX. A hipótese relacionou-se com a existência de uma “retórica especificamente antialemã” apontada por Perazzo (1999, p. 54) em discursos tanto de autoridades militares como de autoridades diplomáticas brasileiras, antes mesmo da deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939, cuja preocupação em relação à segurança nacional se focava principalmente na Região Sul do país.

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS: ESTADO-NAÇÃO, DEFESA E SEGURANÇA

Ao pensar na constituição dos Estados nacionais ao longo do desenvolvimento da história moderna, algumas características se destacaram, sobretudo entre o fim do século XIX e início do XX, como: território,

¹ O conteúdo deste capítulo foi publicado, em parte, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 179, n. 476, 2018.

soberania, monopólio da violência física, arcabouço jurídico e ideais de cidadania aliados a um conjunto simbólico nacionalista. Como argumentou Bauman (1999, p. 17):

A ambição era criar artificialmente o que não se podia esperar que a natureza criasse; ou melhor, o que não se devia permitir que criasse. O Estado moderno era um poder planejador, e planejar significava definir a diferença entre ordem e caos, separar o próprio do impróprio, legitimar um padrão a expensas de todos os outros [...].

Porém, como destacou Hobsbawm (1995), foi somente após a Primeira Guerra Mundial que o “princípio de nacionalidade” elaborado no século XIX acabou prevalecendo como realidade institucional. E, de acordo com o autor, algumas questões foram essenciais para a construção simbólica da ideia de unidade nacional, como o surgimento e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e também a emergência do que ele denominou de “nacionalismo militante”, relacionado a uma culpabilização de terceiros (“inimigos”, “os de fora”, “traidores”) pelo fracasso dos Estados.

O Brasil tendeu a seguir o modelo clássico de construção nacional a fim de garantir uma unidade política e cultural de efeitos sociais aglutinadores. Veremos ainda como os conceitos de defesa e segurança nacional se associaram à proposta de nacionalização do Estado brasileiro nas primeiras décadas de constituição republicana. Sobre o conceito de segurança, recorreremos ao campo das relações internacionais, o qual, no início do século XX, esteve associado, especialmente, às questões de soberania, tendo como objetivo a sobrevivência do próprio Estado². Como apontou Souza (2011, p. 150), a segurança passaria por dois níveis:

[...] o doméstico, para o qual é necessária a manutenção da ordem interna por meio de um governo forte e que tenha capacidade de apaziguar os conflitos entre os grupos e as ações revolucionárias, e externo, que se refere à segurança do Estado em face aos outros estados ou grupos externos.

Para garantir a soberania, muitos países pensaram em termos militares. Mas como se concretizam as ações militares? Sabe-se que “o preparo e o

² Essa percepção teórica inaugurada por Maquiavel no século XVI foi então retomada por Hans Morgenthau no campo das relações internacionais no século XX.

emprego das Forças Armadas demandam tempo de maturação e recursos de natureza diversificada, bem como são dependentes dos demais segmentos do Poder Nacional” (ABREU, 2009, p. 29). E, por mais que um Estado revele a vontade de possuir uma grande força militar, a concretização desta nem sempre acaba se efetivando.

Ao longo do século XX muitos países não conseguiram tirar seus projetos militares do papel ou, como no caso brasileiro, tiveram de se contentar com o “possível”, na medida em que esbarravam em dificuldades financeiras e tecnológicas. As precárias condições para um país de dimensões continentais como o Brasil acarretaram uma constrangedora condição de dependência em relação a outras nações que possuíam recursos maiores, mas, ao mesmo tempo, foram essas dificuldades que possibilitaram um maior desenvolvimento da diplomacia no Brasil. De acordo com o conceito de defesa, o Estado pode também priorizar ações de segurança que não se utilizem das Forças Armadas, principalmente pelos altos gastos financeiros e até mesmo pelos prejuízos humanos decorrentes:

[...] a Defesa tem como objetivo primordial a segurança de um ordenamento que se identifica com as próprias instituições políticas. Estas são freqüentemente expostas a riscos de agressão, provenientes do exterior e do interior, conforme as mais variadas modalidades. O uso dos aparelhos militares e o emprego da força armada constituiu [*sic*] apenas um dos perfis das modalidades defensivas, na medida em que se recorre, de forma complementar ou substitutiva, a muitas outras administrações públicas. Além disso, é preciso acentuar que, onde se identifiquem forças políticas que caracterizem um ordenamento como último objetivo da Defesa, existem muitos outros perfis da tutela de segurança (BONANATE, 1998, p. 315).

Outra questão de destaque sobre as ações de defesa é que elas também podem se apresentar como ordenamentos normativos e jurídicos, principalmente quando a agressão se processa no interior do território, como no caso da formulação de decretos-lei. No contexto deste livro, cita-se como exemplo o Decreto n.º 24.215 de 1934, que versava sobre um controle mais rigoroso das operações portuárias no Brasil durante a década de 1930 e apontava para a importância e preocupação com o Porto de São Francisco do Sul no quadro nacional quanto à entrada de imigrantes.

CONTEXTOS CONFLITUOSOS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E O “PERIGO ALEMÃO”

Sobre a relação da Ilha da Rita com a Marinha do Brasil, os diversos documentos encontrados revelaram que a ilha fora pensada como alternativa para abrigar uma base naval em dois momentos distintos – 1918 e 1937 –, além de São Francisco do Sul ter sido apontada no Programa de Defesa Nacional de 1931 para abrigar uma das bases navais do litoral brasileiro. Em 1918 a Baía Babitonga era considerada uma das melhores opções para construir a grande base naval do Brasil; nesse caso, o apontamento era devido às suas condições naturais. Em 1931 era reconhecida como um lugar importante, mas não o mais relevante na Região Sul; seu destaque nesse momento era a proximidade de Joinville, um polo industrial em potencial. Em 1937 a eleição de uma base naval em Santa Catarina não era pela Ilha da Rita, mas pela Enseada de Ganchos, em Governador Celso Ramos, próximo a Florianópolis. Porém, após a instalação do Estado Novo, a ideia de uma base naval na Ilha da Rita foi retomada, abandonando todas as providências realizadas para a base naval de Ganchos (1935-1937). Assim, a idealização de uma base naval nesse espaço surgiu em dois momentos (1918 e 1937) e, salvo as diferenças políticas, econômicas e sociais de cada período, uma preocupação particular emergiu em ambos: o chamado “perigo alemão”.

Por conta dessas questões teóricas, fez-se essencial entender a inserção do Brasil no cenário político internacional no início do século XX, diante das fontes encontradas pela pesquisa. Por isso, foi relevante delinear observações sobre o papel e a atuação política das Forças Armadas no período aqui compreendido diante dos cenários conflituosos em âmbito tanto nacional quanto internacional.

Para entender as questões de defesa e segurança aqui apresentadas e o porquê da hipótese relacionada à ideia do “perigo alemão”, faz-se necessário ater-se ao panorama dos contextos políticos do período aqui compreendido, que incidiram marcas e significados tanto às instituições quanto às relações entre os diferentes grupos, com destaque especial para as ações voltadas à região de estudo. No contexto internacional, as ocorrências e consequências das duas grandes guerras mundiais foram decisivas para o entendimento das questões políticas da primeira metade do século XX:

[...] o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o breve século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo

quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos (HOBSBAWM, 1995, p. 30).

O contexto brasileiro também proporcionou uma série de conflitos políticos internos nas primeiras décadas do século XX, como: a Revolta da Chibata (1910), o Tenentismo (1922), a Revolução de 1923, a Revolta Paulista em 1924, a Coluna Prestes, a Revolução de 1930, a Revolução Paulista de 1932, a Intentona Comunista (1935), o Golpe de Estado em 1937 (Estado Novo), o Levante Integralista (1938), o Manifesto dos Mineiros (1943), entre outros. Eles revelaram novas questões de política e de poder:

Os anos iniciais do século XX têm sido apontados pela historiografia como pródigos em acontecimentos que vão desvelar os aspectos contraditórios em que esteve mergulhada a já tão velha e ao mesmo tempo tão nova República. Os conluios políticos, sistematizados pela “política dos Estados” ou “política dos governadores” do Presidente Campos Salles, não conseguiam mais se afinar com as exigências dos novos personagens que emergiram no cenário político (PIRES, 2006, p. 96).

Foi nesse contexto conflituoso que se evidenciou a busca incessante por uma identidade nacional, impingida pela nova república que procurava se afirmar. E, na relação com o contexto social da Região Sul do país, imaginou-se uma ameaça à unidade nacional, denominada pela imprensa de “perigo alemão”³. Assim, no contexto regional do nordeste de Santa Catarina, os municípios de São Francisco do Sul, Joinville e Jaraguá do Sul também serviram de palco para algumas situações conflitantes no início do século XX, mas talvez os mais significativos, peculiares e também polêmicos foram os conflitos decorrentes da ideia do “perigo alemão”. Tal ameaça se afirmava por ter se formado na região uma identidade cultural forte e coesa de caráter étnico germânico evidenciada nas colônias de imigrantes de língua alemã, em que estes procuravam preservar práticas culturais provenientes de seus países de origem, além de seguirem mantendo uma intensa relação comercial com esses locais. O temor de que houvesse um projeto que envolvesse até mesmo o governo imperial alemão para

³ O “perigo alemão” aqui é visto mais como uma construção social e política, diante das condições nacionais dos períodos de 1910 e 1930, de que os grupos de imigrantes alemães pudessem representar uma ameaça à integridade territorial brasileira. Em ambos os contextos, houve uma prática estatal vinculada a um projeto nacionalista e à formação de um governo autoritário.

formar, no Brasil, um território sob o domínio alemão ganhou cada vez mais força, chegando a ser tratado como uma “conspiração” (FALCÃO, 2000, p. 51).

Porém a ideia de manutenção dos laços era uma proposta do próprio Estado alemão, que, a fim de fortalecer a sua constituição nacional, buscou disseminar uma série de artifícios simbólicos e materiais para os que não se encontravam em território alemão. Tratava-se, então, de uma política expansionista, que teve maior destaque em dois momentos: primeiramente com a criação das Ligas Pangermânicas⁴ entre os séculos XIX e XX e na década de 1930, por meio do Partido Nazista. A força desses laços pôde ser percebida na América Latina, incluindo o Brasil, sobretudo nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, a maior concentração de imigrantes e descendentes alemães encontrava-se em municípios como Joinville, Blumenau, Brusque, Jaraguá do Sul, e os laços que mantinham com a Alemanha estavam presentes, sobretudo, no Porto de São Francisco do Sul. Segundo Seyferth (1999, p. 75), a ascensão econômica também foi um fator de visibilidade para os grupos germânicos no Brasil, principalmente em Blumenau e Brusque. Mas a autora também atenta para o fato de que essa visibilidade demonstrava a ausência do Estado brasileiro na região:

[...] o desenvolvimento do comércio e da indústria desde a década de 1880, bem como a emancipação das colônias, coloca em evidência uma questão importante: imigrantes e descendentes estavam localizados em uma região onde a sociedade nacional inexistia, mas a nova situação político-econômica exigia a assimilação como condição da cidadania. Isso aponta para a questão da etnicidade e para o fato simples da apresentação de ambas as vilas como “comunidades germânicas” (SEYFERTH, 1999, p. 71-72).

Portanto, as questões econômicas também se fazem relevantes para entender ainda mais a preocupação estratégica do Estado para com a defesa da região. As primeiras inquietações expressas em relação a esse grupo, de acordo com Falcão (2000), aparecem em jornais locais de Santa Catarina no ano de 1911. Assim, verifica-se que essa ideia gerou diversos movimentos no interior da sociedade brasileira, os quais fomentaram teorias racistas e nacionalistas, desencadearam práticas sociais discriminatórias, geraram embates políticos na disputa de poder e, por fim, fundamentaram práticas policiais e repressivas

⁴ Criadas em 1895, pretendiam unir os países de língua alemã em um único bloco, objetivando a expansão do Império Alemão.

do Estado brasileiro para com uma parcela da população, no caso a teuto-brasileira.

Desde o século XIX o país vivenciou maciços incentivos para a imigração de europeus – especificamente de origem germânica – no sentido de criar, entre outras coisas, condições para o branqueamento da população, gerando, em decorrência disso, o desenvolvimento econômico, político e social do país. Além do desejo de branqueamento havia também a necessidade de ocupação de terras na Região Sul do país, a fim de garantir os limites territoriais, e de substituição da mão de obra escrava após a abolição da escravatura, de modo que a soma dos dois fatores culminou em uma concentração desses imigrantes europeus nos três estados do Sul. Quando se iniciou o processo de imigração, não se imaginava que esses indivíduos pudessem ganhar destaque político, ocasionando ameaças às posições sociais dos “brasileiros” de origem lusa. Segundo Zanelatto (2011), em 1930 acentuou-se uma crescente insatisfação dos brasileiros de origem lusa, fato também apontado por Queiroz (1989, p. 25) para os anos de 1910 e 1920:

A onda de imigração estrangeira, que se avolumara nos últimos anos do século XIX, persistiu durante as primeiras décadas do século XX; e pelos anos [19]10 e [19]20, alguns dos recém-chegados e seus descendentes já haviam se alçado a estratos mais elevados da hierarquia socioeconômica e até política, atingindo mesmo posições importantes na administração pública. Assim, não apenas a europeização cultural ameaçava a antiga civilização originada no período colonial, que estava sendo literalmente afogada pela avalanche de traços culturais estrangeiros, mas também os próprios imigrantes estavam ameaçando as posições sociais dos brasileiros, e ocupando postos de mando que deveriam ser atribuídos a estes.

A ideia do “perigo alemão” ganhou respaldo político tanto do governo nacional como do governo estadual, primeiramente no início do século por conta de questões internas e, em meados da década de 1930 e 1940, por questões também externas, com a Segunda Guerra Mundial. É possível perceber isso no discurso de Getúlio Vargas pronunciado na ocasião do lançamento da pedra fundamental da Escola Militar em Resende (RJ) no dia 29 de junho de 1938, em que versa sobre a atenção aos “quistos” estrangeiros que ameaçavam a unidade nacional:

E, para mais agravar as dificuldades internas, elementos estrangeiros, formando como um quisto no território nacional e mantendo contacto, por intermédio de emissários qualificados,

com os que se interessavam e pretendiam influir nos rumos da nossa própria vida nacional, aguardavam, apenas, que se processasse a decomposição do gigante, para reparti-lo entre as suas ambições insaciáveis, açulando, também, de um lado e de outro, os extremismos verde e vermelho, entre os quais se debatia a nossa desconjuntada organização política (VARGAS, 1937-1938, p. 243).

Portanto, uma das ações do Estado brasileiro diante dos diversos conflitos nacionais e internacionais também versou sobre as questões culturais. Dessa forma, a atuação do Estado brasileiro no que tange a relações contrárias à diversidade cultural se deu no sentido de promover ações que valorizassem a cultura nacional e, ao mesmo tempo, inibissem as práticas consideradas estrangeiras. Tratava-se de um projeto nacionalizador cujas implicações étnicas confluíam com questões políticas e muitas vezes ideológicas voltadas a forjar uma identidade nacional homogênea e que tomou vultos de campanha militar, como aponta Seyferth (1999, p. 74):

Destaca a hegemonia de uma visão militar – e o próprio uso do termo “campanha” é, nesse sentido, significativo – na qual os alienígenas (inclusive os nascidos no Brasil) são personagens que precisam ser “conquistados” através da imposição do civismo, num cenário conflituoso definido como “estado de guerra”, onde ressurgem o velho confronto entre *jus soli* e *jus sanguinis*.

Um acirramento dessa visão foi dado com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, que resultou na perseguição aos imigrantes originários de países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Tal postura do Estado brasileiro findou por redefinir os percursos históricos que vinham se desenhando no país em virtude de sua condição de ex-colônia, de dependência e de atração para os processos migratórios. Na região norte do estado de Santa Catarina, os imigrantes de língua alemã foram os que mais sofreram as consequências, já que a própria língua se tornou objeto de discriminação e perseguições legitimadas por decretos discriminatórios. Como o exemplo dado por Santos (2007, p. 71), “era proibido viajar sem ordem judicial; possuir rádio ou armas, guardar fotografias e outros objetos pessoais que lembrassem o país de origem podia levá-las à prisão”.

O grande problema que se põe diante de tal posicionamento do Estado está nas marcas simbólicas dessas populações. Segundo Falcão (2000, p. 287), “a exclusão e o isolamento mantiveram latentes sentimentos de identificação a uma cultura de origem, culminando em um ambiente muito favorável a emergência de discursos de coloração separatista”. É importante salientar que

essas práticas se tornaram mais visíveis ao serem encontrados vastos estudos sobre os instrumentos repressivos do Estado Novo em Perazzo (1999), Carneiro (1987), Coelho (1993), Dietrich (2007) e Lesser (2001), trabalhos nos quais o foco não se dera apenas aos considerados súditos do Eixo (alemães, japoneses e italianos), mas também a ações antissemitas e para com os descendentes chamados de sírio-libaneses no Brasil.

DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL NA COSTA BRASILEIRA

A questão da defesa no início do Brasil República foi vista como um importante elemento para as relações exteriores e, segundo alguns autores, almejada pelo então ministro Barão de Rio Branco⁵. “Nessa época, em boa parte por influência de Rio Branco, o tema Defesa virou motivo de discussão nacional, sendo debatido na mídia e no Congresso” (ABREU, 2009, p. 28). No início do século XX o ministro Rio Branco “foi o principal articulador da política armamentista brasileira, defendendo o aumento do poder naval brasileiro” (ARAÚJO, 2005, p. 71). Segundo Araújo (2005), para o ministro o rearmamento naval era uma necessidade que, em certa ocasião, fora também justificada por conta da presença, sem o consentimento das autoridades brasileiras, de um cruzador alemão, o *Panther*, na costa de Santa Catarina, em 1905. “O navio ficou por 19 dias na costa de Santa Catarina. Sem autorização seus marinheiros vieram à terra e procuraram junto a imigrantes alemães um desertor” (ARAÚJO, 2005, p. 73). Ainda sobre esse caso, o autor comenta o posicionamento tomado pelo Ministério de Relações Exteriores:

Rio Branco tomou as resoluções necessárias e agiu de forma enérgica ao lidar com o problema, pois, segundo o Ministro alemão Von Treutler, se o *Panther* fosse capturado pela divisão naval brasileira que seguia para o sul, esta seria uma provocação muito grave ao império alemão. Rio Branco no entanto considerava que mais grave era “violar a soberania territorial brasileira”. O ministro alemão alegou que tal atitude “poderia ser motivo para uma guerra” e o Chanceler brasileiro resolutamente afirmou: “Pois que seja uma guerra [...]” (ARAÚJO, 2005, p. 73).

Portanto, foi nesse momento histórico que começou a se desenhar um programa naval brasileiro agora submetido aos valores republicanos. O novo

⁵ Isso não significa, entretanto, a sua realização. Muitos projetos foram desenvolvidos, mas poucos, ou apenas parte deles, se efetivaram.

programa naval incentivado pelo Ministério de Relações Exteriores não contava apenas com o aspecto defensivo, mas também com o ofensivo. De acordo com Burlamaqui, em 1905 “três preocupações ocupavam as estratégias da Marinha, um conflito com a Argentina, com o Peru, ou com outro país ‘além-mar’” (BURLAMAQUI, 1905⁶ *apud* ARAÚJO, 2005, p. 76). O “além-mar” citado por Burlamaqui poderia ser uma referência ao episódio do *Panther*, que causou sérias preocupações relacionadas à soberania nacional. Estas se acentuaram nos anos seguintes, principalmente por causa do aumento da movimentação de navios alemães na costa sul brasileira, já que, como aponta Queiroz (1989), era grande o comércio entre o estado de Santa Catarina e a Alemanha no início do século XX. Em 1913 foi a vez de o *Bremen* causar desconforto às autoridades brasileiras, pois, ancorado em São Francisco do Sul, em janeiro daquele ano, “teria recolhido brasileiros de origem alemã para que prestassem serviço militar obrigatório, depois de estes terem sido convocados por avisos públicos do cônsul daquele país” (FALCÃO, 2000, p. 71).

Essa situação, conforme afirma Queiroz (1989), perdurou por vários anos, agravando-se durante a Primeira Guerra Mundial.

De fato, a espionagem alemã no Brasil podia coletar as informações nos jornais e através de navios a seu serviço ou estações de rádio clandestinas passar essa informação aos corsários alemães que perambulavam pela costa brasileira, o que levou de 1914 a 1918 ao afundamento de vários navios aliados e neutros ao largo do Brasil (essa situação se repetiria na Segunda Guerra) (QUEIROZ, 1989, p. 31).

Foi nesse contexto que a Marinha investiu em uma série de pesquisas para encontrar o melhor local para instalar uma base de operações navais juntamente com um grande arsenal de guerra, com a formação de estruturas que visassem à evolução da esquadra brasileira. Na documentação havia o registro de que a comissão encarregada de encontrar o local adequado para essa empreitada nacional indicou em 1916, entre outras, a Baía Babitonga para abrigar o que a Marinha chamava de “a Grande Base Naval” e, em meio a tais possibilidades, houve a aquisição da Ilha da Rita em 1918. No entanto, segundo os relatórios da Marinha, a escolha do local para aquela grande base naval deu-se pelo Rio de Janeiro, por conta da proximidade com centros urbanos capazes de fornecer mão de obra especializada e material para a indústria naval e a construção de um arsenal:

⁶ BURLAMAQUI, A. A política naval americana. **Kosmos – Revista Artística, Científica e Litterária**, Rio de Janeiro, n. 5, maio 1905.

Alguns julgam que a nossa primeira Base Naval deve ser construída em S. Francisco ou em outro porto catarinense. Concordo em que ahi deva ser situada uma dessas bases, mas não a principal, **não só porque não contaria com recursos e elementos de vida e prosperidade** de que poderá dispor a que for colocada na bahia da Ilha Grande, **como também porque a sua construção seria muito mais dispendiosa**. Não há no litoral de Santa Catarina um porto que preste a instalação de uma Base Naval, sem grandes obras que apropriem a esse fim (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1918, p. 35, grifo nosso).

A movimentação de técnicos da Marinha e a compra da Ilha da Rita, localizada tão próximo do centro urbano de São Francisco do Sul, não passaram despercebidas pela população local, que atribuiu a desistência da construção da base naval na ilha a questões regionais, conforme noticiou o jornal *A Razão*, de São Francisco do Sul, em 31 de dezembro de 1918. Provavelmente as questões regionais, não especificadas pelo jornal, estavam relacionadas às dificuldades locais explicadas no relatório do Ministério da Marinha de 1918.

Naquele momento o Brasil já possuía arsenal em três localidades – Pará, Rio de Janeiro e Mato Grosso –, segundo o Decreto n.º 6.782 de 19 de dezembro de 1907 (BRASIL, 1907). Nos relatórios da Marinha é possível perceber alguns navios da Marinha se deslocando pelo sul, nas regiões de Ilha Grande, Florianópolis, Paranaguá, São Francisco, Argentina e Uruguai.

Enquanto no âmbito militar a construção de uma base da Marinha brasileira na Ilha da Rita estava em discussão, crescia no país o movimento de intelectuais pelo fortalecimento da nacionalidade, que estimulava os valores culturais considerados “originais” do Brasil e, em sentido inverso, desprestigiava e repudiava as práticas culturais consideradas estrangeiras. Assim, a presença cada vez maior de imigrantes no território nacional passou a ser considerada um grande problema, como pode ser visto nas palavras de Olavo Bilac em 1917:

Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada. Os imigrantes europeus mantêm aqui a sua língua e os seus costumes. Outros idiomas e outras tradições deitam raízes, fixam-se na terra, viçam, prosperam. E a nossa língua fenece, o nosso passado apaga-se [...] (BILAC, 1917, p. 6).

Essas críticas tornavam-se ainda mais preocupantes quando se tratava da Região Sul do país, onde as colônias de imigrantes reproduziam a realidade criticada por Bilac em diferentes localidades, além de manterem contatos

e relações comerciais permanentes com seus países de origem, como dito anteriormente.

Ao relacionar essas questões nacionais ao contexto histórico da região nordeste de Santa Catarina no início do século XX, verificou-se a existência de uma série de investimentos militares, como a presença do Exército em 1915 no município de São Francisco do Sul, sobre a qual se previa que “[...] a posição do Forte veio eliminar a lacuna existente na defesa costeira entre a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel, Paraná, e do Forte Marechal Moura, em Florianópolis, Santa Catarina” (SEIBEL; ARNHOLD; BERGER, 2004, p. 194).

Em Joinville foi marcada a fundação do Tiro de Guerra 226 em 1916, o qual procurava melhorar a qualidade do Exército, que, na época, era formado por pessoas sem nenhuma formação (GUEDES; OLIVEIRA NETO; OLSKA, 2008). Já em 1918 houve dois fatos importantes: a aquisição da Ilha da Rita pela Marinha e a instalação do 13.º Batalhão de Caçadores (BC), no município de Joinville. Segundo Guedes, Oliveira Neto e Olska (2008), a instalação do 13.º BC em Joinville esteve ligada à preocupação de defesa do sul do Brasil, por conta da grande quantidade de colônias de imigrantes aqui existentes.

O período que contempla o investimento em segurança nacional na região é marcado também por ordenamentos normativos e jurídicos. No caso de Joinville, por exemplo, o principal jornal da cidade, o *Kolonie Zeitung*, que sempre fora impresso na língua alemã, nos anos de 1918 e 1919 teve seu material e nome impressos em português (HERKENHOFF, 1998). Ainda, diante da Lei n.º 1.187 de 5 de outubro de 1917, um projeto de nacionalização exigia que todas as escolas particulares adotassem em seus programas disciplinas como língua portuguesa, história do Brasil, geografia do Brasil e educação cívica. Além disso, todos os estabelecimentos educacionais passavam a depender de uma autorização do governo para funcionar.

Quanto à construção de uma base naval na Ilha da Rita, o primeiro projeto de 1918 não se concretizou, e por isso é importante entender as condições políticas e econômicas da década seguinte. De acordo com Vidigal (1985, p. 71), problemas financeiros não permitiram o pleno desenvolvimento da Marinha brasileira no início do século XX. Por conta disso, encontramos outras ações de defesa não associadas à indústria naval, além do que no período após a Primeira Guerra a discussão em pauta no mundo era o não militarismo:

Na década de 1920, o tema do desarmamento saiu dos círculos fechados das discussões acadêmicas e entrou para a ordem do dia como uma exigência da opinião pública. A Primeira Guerra Mundial havia deixado um saldo trágico de milhões de mortos,

feridos e inválidos. A carnificina provocada pelos quatro anos e meio de conflagração deu origem a profundo sentimento contrário à guerra entre as populações atingidas, que clamavam pela paz definitiva entre os povos e o fim da insanidade das armas (GARCIA, 2003, p. 173).

Todavia para o Brasil a percepção da defasagem das Forças Armadas diante do conflito mundial levou a outros questionamentos e a algumas animosidades com os países vizinhos. Conforme Garcia (2003), o choque de realismo após o conflito mundial fora tão significativo para o Estado brasileiro que este se posicionou contra o acordo de Washington de 1922, o qual postulava uma espécie de “freio” em relação a investimentos militares. A postura contrária fora dada em 1923, na Conferência Pan-Americana, realizada no Chile. O Estado brasileiro alegou que era necessário garantir um mínimo de defesa ao país, primeiramente por conta da extensa faixa costeira e, em segundo lugar, pela própria inferioridade dos aparelhos navais disponíveis, principalmente em comparação aos outros países da América do Sul – Argentina e Chile.

A posição do Brasil provocou polêmica entre os contemporâneos, pois, partindo de uma avaliação de desvantagem do país em relação às forças armadas da Argentina e do Chile, o governo brasileiro se manifestava em geral contra as propostas de desarmamento que limitassem sua capacidade de defesa aquém do patamar considerado minimamente necessário. Além disso, o Brasil estava empenhado em levar a cabo planos de modernização militar, auxiliado pela Missão Militar francesa junto ao Exército e pela Missão Naval norte-americana no caso da Marinha, fato que gerava inquietações nos países vizinhos (GARCIA, 2003, p. 174).

Acredita-se portanto que, com as questões postas pela dificuldade de investimentos financeiros, uma das principais estratégias para a defesa do litoral brasileiro se concretizou por meio do projeto de nacionalização da pesca. Por intermédio do Decreto n.º 16.184, houve uma regulamentação das atividades de pesca pelas capitânicas dos portos, com subordinação ao Ministério da Marinha, que visava, entre outras coisas, reunir um “exército de vigilantes” da costa brasileira com treinamento oferecido aos pescadores. Como assinalou Silva (2005), procurava-se com essa ação aproveitar o conhecimento que os pescadores tinham sobre o ambiente natural e a sua cotidiana permanência nos rios e no mar, para ajudar na defesa do território nacional.

Nessa lógica de atuação, foram criadas cerca de mil escolas e 800 colônias de pescadores, destinadas às populações costeiras de todo o território nacional (OLIVEIRA; SOUZA; VALLE, 2007). Os filhos de pescadores eram vistos pela população em geral como “futuros marinheiros” (A VOZ DO MAR, 1924).

Especificamente sobre a região da Baía Babitonga, o projeto concretizara-se por meio de diversas colônias, com destaque para as sediadas em São Francisco do Sul, as quais ilustram de modo significativo o livro *A nacionalização da pesca* (VILLAR, 1924), produzido pela própria Marinha e que “esclarecia os objetivos teóricos das ações práticas da Nacionalização da Pesca”, como podemos observar nas figuras 1 e 2. A figura 1, que faz parte do livro citado, ilustra uma das visitas de oficiais da Marinha a uma das escolas da Colônia de Pescadores Z-02 em São Francisco do Sul. Nela se podem perceber, no quadro ao fundo, as noções de civismo que se procurava repassar aos alunos. Na mesma figura, vê-se na legenda original que São Francisco do Sul possuía 14 escolas submetidas à colônia de pescadores Z-02, número não superado por nenhuma outra colônia de pescadores do extenso litoral brasileiro. Esses dados são reforçados no volume de número 30 de *A voz do mar*, evidenciando a importância estratégica dessa região no que tange à defesa nacional e também à Marinha brasileira.

Figura 1 – Foto de oficiais da Marinha em visita à escola da Colônia de Pescadores Z-02, em São Francisco do Sul, na década de 1920



Fonte: Villar (1924)

Figura 2 – Foto da Escola N. Senhora da Glória, da Colônia de Pescadores Z-01, em São Francisco do Sul, na década de 1920



Fonte: Villar (1924)

As ações cívicas do Exército e da Marinha eram presença frequente nos jornais da região, inclusive no principal jornal dos pescadores, *A voz do mar*. O artigo de abril de 1922 mostra a inauguração de uma escola de instrução militar com o nome de Carlos Hoepcke, na Praia de Ubatuba, em São Francisco do Sul.

[...] no dia 21 do corrente, na escola “Carlos Hoepcke”, com sede em Ubatuba, inaugurou-se uma escola de instrução militar, cuja escola tomou o nome do Presidente Arnaldo S’Thiago, tendo como instrutor o sargento do Forte Marechal Luz e 8. Bateria Isolada, Álvaro Riba-Mar Meirelles de Araújo [...] (A VOZ DO MAR, 1922).

Era a Marinha criando condições simbólicas e práticas de marcação do território, assegurando uma vigilância economicamente mais viável. E, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas, por meio da Marinha, tinham à sua disposição uma vasta rede de monitoramento ao longo da costa:

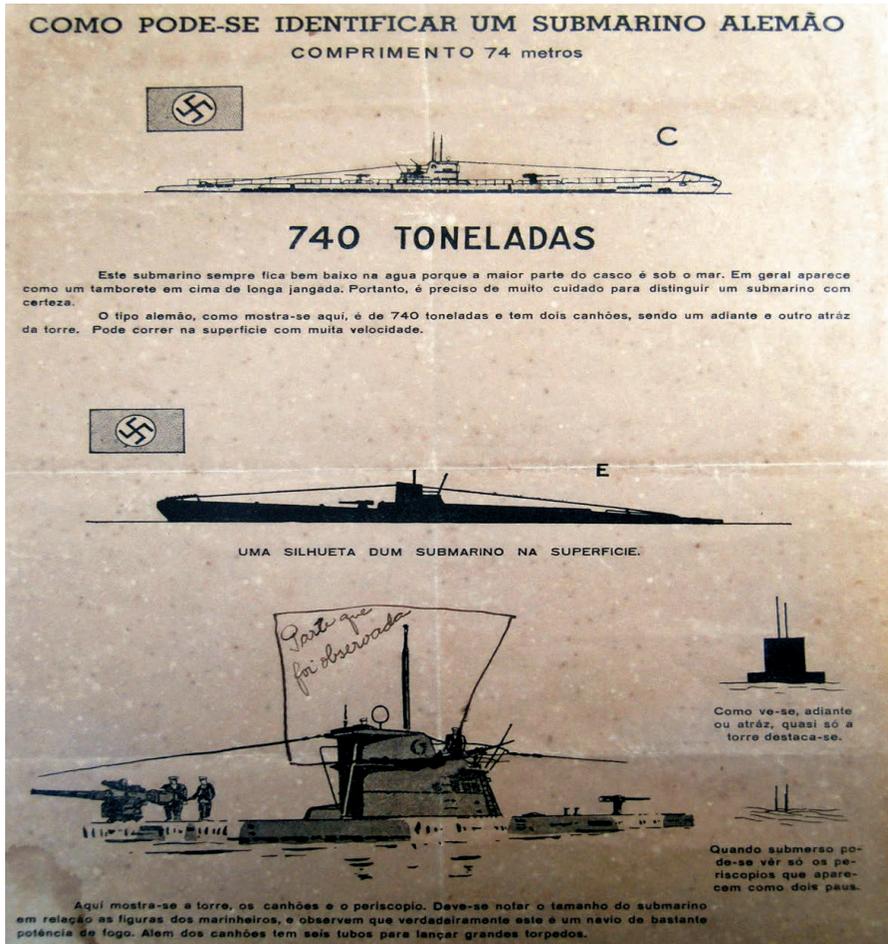
Em 1942, havia cerca de 75 mil pescadores associados das colônias de pesca espalhadas pela costa. Com pessoas das famílias e agregados, esse número atingia 150 mil. Aproveitando-se as possibilidades que ofereciam suas atividades profissionais, navegando junto à costa, em todos os seus meandros, poderiam tornar-se, como se tornaram, um excelente corpo de observadores dos submarinos inimigos que se aventurassem nas proximidades de nosso litoral e também fiscalizarem a existência de células de informações do Eixo (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 326).

Essas redes de monitoramento foram utilizadas principalmente por conta da suspeita de uma organização formada por países ditos neutros, juntamente com os países do Eixo, atuando no Atlântico Sul, com distribuição de informações e de abastecimentos a submarinos “inimigos”.

[...] no ano de 1943, a 17 de julho, o Delegado da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul teve notícia de que um navio de dois mastros, chaminé grossa e meia-nau, viajava no rumo leste, e que mais tarde, às 20 horas, em noite de luar, este navio foi visto abastecendo um grande submarino de cor escura. [...] os neutros mais suspeitos de fazerem espionagem para a Alemanha eram os espanhóis e os argentinos (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 326).

A partir dessa notícia, segundo dados históricos da Marinha (1985, p. 326) ela se encarregou de elaborar um folheto mostrando imagens das “silhuetas dos submarinos inimigos” para distribuir nas colônias de pescadores a fim de auxiliar a vigilância do litoral brasileiro. Esse folheto (figura 3) foi distribuído à população de São Francisco do Sul para ajudá-la a identificar um submarino, caso ele surgisse naquele litoral. A fonte foi encontrada pela pesquisa nos arquivos do Museu Histórico de São Francisco do Sul.

Figura 3 – Folheto elaborado pela Marinha, durante a Segunda Guerra Mundial, sobre como identificar um submarino alemão – Ministério da Marinha, Brasil



Fonte: Marinha (1943) – Museu Histórico de São Francisco de Sul

Esse folheto, que continha anotações feitas a mão (figura 3), estava anexado a um relatório elaborado pelo 3.º Grupo de Combate, localizado em São Francisco do Sul, para o 13.º Batalhão de Caçadores, situado no município de Joinville. Tal relatório se referia ao avistamento de um submarino na costa catarinense na data de 19 de setembro de 1943 e explicava que sinalizações foram feitas em direção ao forte⁷ para apontar em que direção o submarino

⁷ O relatório não apresenta o nome do forte, mas pelas coordenadas se acredita que o aqui mencionado seja o Forte Marechal Luz, São Francisco do Sul.

parecia seguir. Apesar de se tratar de um relatório escrito a mão, o relato desse episódio, juntamente com o folheto da Marinha com marcações, ilustra e pode indicar o porquê da presença de memórias locais que remetem a submarinos alemães na costa de Santa Catarina, já que, segundo a Marinha (1985), o maior número de submarinos alemães se encontrou no litoral norte do Brasil.

A historiografia mostra que ao longo dos anos 1920 houve certo esquecimento da questão do “perigo alemão” (FALCÃO, 2000), porém entende-se que ela apenas estava adormecida do debate público, mas não das preocupações militares, já que a região ainda estava sendo inserida nos programas de defesa elaborados na década de 1920 por meio da nacionalização da pesca e do novo Programa Naval em 1922.

Os agitados e conflituosos anos de 1930 foram preponderantes para a volta desses temas na esfera pública, como menciona Carvalho (2006) sobre os planos arquitetados pelo Ministro de Guerra do Brasil, Góes Monteiro:

Góes Monteiro formulou com clareza as novas idéias em documento que enviou a Vargas no início de 1934 estabelecendo as condições para aceitar o cargo de ministro da Guerra. [...] propunha uma longa série de medidas de caráter militar, incluindo a criação de um Conselho Superior da Defesa Nacional. [...] E, quanto à defesa externa, o país devia preparar-se com uma política e um plano de guerra visando principalmente “a mais poderosa nação americana”. Propunha um plano de sete anos que possibilitasse o domínio aéreo e marítimo e a organização de um exército de campanha para o primeiro choque (CARVALHO, 2006, p. 95).

Ainda no mesmo documento é possível perceber a importância creditada ao Exército nesse novo contexto político do Brasil, do qual Góes Monteiro afirmava: “um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo, consolidação do espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo *imigrantismo*” (in CARVALHO, 2006, p. 96, grifo do autor).

Nesse período a Marinha encontrou respaldo nas condições políticas do país para enfim efetivar uma parte do programa naval que já se aspirava desde 1922, iniciando a construção de um novo arsenal na Ilha das Cobras, sob o comando do vice-almirante Aristides Guilhem, e a instalação de um conjunto de bases navais ao longo da costa brasileira: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Natal e Pará (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985). O projeto da década de 1920 advinha do posicionamento do Brasil perante a Conferência de Washington no pós-guerra, explicitado na Conferência Pan-Americana de maio de 1922. Segundo Garcia (2003, p. 178),

o presidente Epitácio Pessoa tomou para si a responsabilidade de emitir diretamente instruções aos delegados brasileiros e, em telegrama de 17 de setembro, comunicou a Domício da Gama, chefe da delegação, que o governo brasileiro não podia aceitar nenhuma solução que restringisse o poder naval do Brasil abaixo dos limites exigidos para a defesa de um país com 1.200 léguas de costa. [...] O presidente brasileiro não aceitava os princípios da Conferência de Washington porque, segundo ele, as condições na Europa eram diversas daquelas na América do Sul.

Alguns documentos já apresentados até aqui demonstram que a região esteve entre as preferências da Marinha para apoio às suas ações operacionais e táticas desde o primeiro programa naval da República de 1906. A bibliografia que conecta as questões de relações internacionais dá fundamentos para entender o porquê dessa posição no cenário internacional. O tema não ganhou notoriedade na esfera pública, e os projetos de 1922 não se realizaram naquela década. No mesmo ano foi criado o serviço de Defesa Aérea do Litoral, subordinado ao Estado-Maior da armada, compreendendo os centros aeronáuticos e postos de aviação estabelecidos nos diversos pontos da costa. “[...] e em 1925 foram inauguradas as instalações da Escola de aviação no Galeão, e já se encontravam em construção os centros de aviação naval de Santos e Santa Catarina” (VIDIGAL, 1985, p. 72).

Percebe-se na década de 1930 a volta de um olhar mais efetivo para a região, por meio da elaboração de um novo programa naval coordenado em 1934 por Góes Monteiro, por conta de sua forte influência no Governo Vargas; nesse mesmo ano ocorreu no país a preocupação concreta e institucionalizada com a entrada de imigrantes no país. O primeiro efetivo realizado por esse governo deu-se pelo Decreto n.º 24.215 de 1934, o qual determinava que o único porto de Santa Catarina legalmente habilitado para o desembarque de imigrantes era o de São Francisco do Sul.

Art. 3.º O desembarque de imigrantes por via marítima será permitido somente pelos portos de Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul e Rio Grande e pelos que venham a ser considerados, por força de lei, portos de desembarque para imigrantes (BRASIL, 1934).

Evidencia-se aqui a importância do Porto de São Francisco do Sul no cenário nacional como um local de entrada de imigrantes. O controle não só

desse local, mas de outros, fez parte de um projeto ultranacionalista que se desenhou desde 1930 com o objetivo de selecionar, restringir os que não eram bem-vindos, principalmente judeus, o que configurou nesse período histórico uma postura antisemita do Estado brasileiro (CARNEIRO, 1987).

O livro *A arte da guerra no mar* foi publicado no início de 1939 no Brasil para se tornar acessível aos oficiais da Marinha, pois era “de incontestável valor intrínseco”, conforme salientou o capitão de mar e guerra Mathias Costa no prefácio à edição brasileira (GIAMBERARDINO, 1939). A obra fornecia subsídios para compreender as ações de defesa da costa de um país, no mesmo momento em que começava a se efetivar a Base Naval da Ilha da Rita.

O Exército tem interesse particular no que toca a porção à frente do mar, que flanqueia seu desenvolvimento na guerra e logicamente necessita para a sua proteção do concurso máximo da marinha. É, pois, questão de importância nacional evitar com todos os meios das três forças armadas as operações inimigas em grande estilo e para conquista de territórios do Estado (GIAMBERARDINO, 1939, p. 112).

A mesma publicação tratava de aspectos doutrinários e práticos para um momento de guerra aos meios marítimos. Já se percebe no período uma tendência à utilização de aviões, talvez uma possível razão para o projeto das bases navais não ter sido levado adiante, por conta da inserção desse novo elemento tático, o qual se julgava o meio mais adequado aos bombardeamentos costeiros, pois arriscavam elementos menos custosos e importantes, além de conseguir atingir a estratégia da surpresa e de a retirada ser mais segura (GIAMBERARDINO, 1939, p. 113).

Tal consideração se faz pertinente, por conta da quantidade de bases aeronavais na época – cinco no total: Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis, Rio Grande e Ladário –, além de outros tantos campos de pouso pelo Brasil, nos quais se incluía ainda em Santa Catarina o de Joinville, de São Francisco do Sul e de Araranguá (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985, p. 202). Essas bases e campos de pouso foram bastante utilizados na Segunda Guerra Mundial, pois,

com o fracasso da campanha submarina no Atlântico Norte, os submarinos procuram áreas menos defendidas e o Atlântico Sul pareceu-lhes atraente. Entretanto, sofreram eles sérios reveses, atacados pelas escoltas e pela aviação baseada em terra. Dos 15 submarinos enviados para águas brasileiras, 7 foram afundados nas áreas entre Trindade e Florianópolis pela aviação (VIDIGAL, 1985, p. 86).

Ainda sobre a Base Naval da Ilha da Rita, o relatório apresentado pelo Ministério da Marinha (1940) aponta para um desejo de que a base pudesse vir a ser desenvolvida à medida que houvesse a expansão naval do país: “[...] foi dado início à construção de uma pequena base para ir sendo ampliada de acordo com o aumento progressivo do material flutuante”. Nota-se em 1940 a perspectiva de seguir os investimentos nas Forças Armadas diante do cenário internacional de guerra. No discurso proferido por Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1940 sob o título de “O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação nacional”, destacamos seu posicionamento defensivo:

Os acontecimentos da atualidade mostram como fomos providentes e avisados, iniciando, bem antes que irrompesse a guerra, o nosso reaparelhamento militar. Não agimos sob inspirações improvisadas, mas em obediência a um programa metódico, que abrange todos os setores de defesa, em terra, mar e ar. [...] instalamos indústrias bélicas; renovamos arsenais; equipamos bases navais; aumentamos a frota da Marinha de Guerra de dezoito unidades, das quais dez construídas pelos nossos estaleiros (VARGAS, 1940).

Segundo o relatório da Marinha (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1941) sobre a entrega das instalações da base naval da Ilha da Rita de 10 de maio de 1941 e assinado pelo capitão Álvaro Pereira do Cabo⁸, havia uma preocupação especial para com a região. Com isso, sugeriam-se uma maior guarnição a “fim de atender as necessidades locais” e a aquisição de peças de artilharia de pequeno e médio calibre, além da “instalação de um sistema antiaéreo”, por conta da preocupação com um possível ataque à base.

Em *A Marinha mercante: o problema da actualidade*, datado de 1917, percebe-se a conexão de defesa e economia principalmente com a experiência de uma grande guerra:

A dificuldade presentemente creada pela guerra europeia ás comunicações marítimas entre o Brasil e os portos estrangeiros, mesmo deste lado do atlântico, veio mais uma vez, evidenciar que nenhuma nação pode julgar garantida a sua expansão econômica, e seguro o futuro do seu comercio marítimo, se não contar com elementos próprios de comunicação e transporte. D’ahi se infere que a marinha mercante é a mola real do progresso dos povos, a alma da sua grandeza, o elemento primordial do seu desenvolvimento, na luta pela concorrência entre os Estados (COSTA, 1917, p. XVII).

⁸ O uniforme desse capitão está exposto em uma das salas do Museu Histórico de São Francisco do Sul.

Menções à importância da base para a economia da região são encontradas na imprensa do período. Em 11 de abril de 1918, no jornal *A Razão*, de São Francisco do Sul, é possível perceber tal preocupação:

Inegavelmente São Francisco virá a ser no futuro uma das mais movimentadas cidades e um dos mais indispensáveis portos do sul do Brasil. Acha-se aqui o Sr. Capitão tenente Sérgio de Andrade Pinto que veio comissionado para instalar a Delegacia da Capitania do Porto, repartição esta subordinada ao Ministério da Marinha. Há muito que esta cidade se fazia sentir da falta desta repartição, pois o nosso porto nestes últimos anos tem tido um considerável desenvolvimento, tendo sido enorme o movimento marítimo, não só de cabotagem como de longo curso.

No mesmo ano, no mês de setembro, o jornal aponta a situação de São Francisco do Sul e enaltece suas condições portuárias, de entreposto comercial que vinha se destacando nesse quesito desde o fim do século XIX, por causa da importação de erva-mate, sobretudo pelas negociações com a Argentina, o principal importador desse produto.

Não há de negar que São Francisco é dentre as cidades do litoral catarinense, aquela que dispõe de melhores elementos para se tornar um grande centro de comércio de nosso estado. Dispondo do melhor porto do sul do Brasil, viveu entretanto, durante longos anos, numa situação de abandono, confiadas entre as águas quietas da Babitonga ou seus outeiros floridos, servindo de mero entreposto de Joinville, onde se haviam localizado indústrias e comércios, até que a previsão e descortino de homens empreendedores vissem da precariedade dessa situação, fazendo convergir para ela o mais importante ramal da extensa rede de viação férrea que se estende desde São Paulo, até fronteiras com o Uruguai (A RAZÃO, setembro de 1918).

Já na década de 1930, no que tange às questões da economia nacional e regional, percebe-se a dificuldade de programar melhorias e investimentos nos meios marítimos, encontrando grandes problemas e defasagens nesse setor por conta das mudanças na priorização dos sistemas de transportes no país:

Concomitantemente, assistimos nesse período ao florescer da era ferroviária no Brasil, que suplantou a navegação a vapor marítima e fluvial relegando-a a um plano inferior na lista de prioridades do governo federal. Com a industrialização pós-1930,

a navegação fluvial já não atendia mais às crescentes demandas internas do novo padrão de acumulação que priorizava o mercado interno, portanto a integração nacional. Como o sistema fluvial brasileiro não era integrado, dificultando a navegação interior de longa distância, e as ferrovias atendiam principalmente às regiões exportadoras, as rodovias surgiram como o principal elemento integrador e distribuidor da produção capitalista em todo o território nacional (GOULARTI FILHO, 2010, p. 165).

Por essas condições nacionais, o estado de Santa Catarina teve destaque por meio das suas atividades comerciais marítimas na década de 1930 e, talvez por isso, foi merecedor de atenção política nacional. Documentos explorados por outras pesquisas indicam essas possíveis condicionantes. Segundo o *Diário Oficial do Estado* de 16 de julho de 1936 (*apud* ZANELATTO, 2011, p. 5), naquele ano “a Alemanha superava os Estados Unidos nas importações para o Brasil e as exportações catarinenses tinham os alemães como o seu segundo melhor comprador, só perdendo para a Argentina”.

Ao mesmo tempo em que estavam se consolidando investimentos militares, ações jurídicas começaram a marcar e instituir diretrizes a fim de controlar e fiscalizar a atuação da Marinha mercante brasileira a partir de 1939, pelo Decreto-Lei n.º 1.951:

A criação da Comissão da Marinha Mercante em 1941, respaldada pelo Decreto-Lei 1.951 de 30 de dezembro de 1939, que inaugurou um novo regime jurídico para a navegação garantindo à União o direito de explorar, conceder e autorizar os serviços da navegação, marítima, fluvial e lacustre, consagrou a presença do Estado no setor (GOULARTI FILHO, 2010, p. 250).

Esse destaque também já fora apontado no início da década de 1930, por meio de um relatório elaborado pelo capitão Raul Tavares, justificando a criação do Ministério da Defesa Nacional, que, enfim, visaria à união das três forças nacionais: terra, mar e ar. Tavares acreditava que a implantação do ministério somente seria possível caso o Brasil fosse dividido em regiões militares, e a costa, em distritos navais. Nesse relatório, enviado ao presidente do governo provisório em 2 de abril de 1931, o capitão salientava a relevância de São Francisco do Sul, por servir a uma rica região colonial, destacando o município de Joinville (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1931). Segundo o mesmo relatório, seria São Francisco do Sul o segundo distrito naval da Região Sul e deveria ter um caráter de porto militar, assim como o distrito do Rio Grande do Sul. Ressaltava-se, desse modo, uma necessidade de maior investimento estratégico de guerra

na Região Sul, com a instalação de dois portos militares. Esse dado retoma a ideia de que não foi apenas o caráter geográfico o fator preponderante para a instalação de uma base naval em São Francisco do Sul em 1918, como afirma boa parte da bibliografia. Além disso, o fato de a Enseada de Ganchos, próxima a Florianópolis, ter sido escolhida em 1935 para abrigar a Base Naval de Santa Catarina no Programa Naval desenvolvido em 1934 é algo que parece um pouco controverso diante das análises anteriores, de 1931, das quais se pensava que em Florianópolis deveriam

[...] existir, tão somente, a escola de Aprendizes, vasto depósito de carvão e óleo, lubrificantes, uma estação semafórica e radiotelegráfica e a Capitania do Porto, além do Centro de aviação naval e um sistema de docas para uma flotilha de torpedeiros e submarinos pequenos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1931).

Segundo o ofício de Lucas Alexandre Boiteux, de 1934, ao interventor de Santa Catarina, durante aquele ano os navios hidrográficos *Rio Branco*, *Tenente Lameyer* e *Maria do Couto* circundariam a costa catarinense a fim de produzir estudos que visavam à instalação de uma base naval nesse estado (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1934). No mesmo ano o interventor de Santa Catarina recebeu um ofício do Centro de Aviação Naval que discutia a desapropriação dos terrenos da Ressacada em Florianópolis destinados à ampliação do Centro de Aviação Naval de Santa Catarina. Isso tudo se desenvolveu até início de 1937. A Base Naval de Ganchos não se concretizou, e ainda no ano de 1937 se deu início à construção da base de abastecimento na Ilha da Rita, no município de São Francisco do Sul. Como os documentos consultados não relatam os motivos dessa mudança de planos, a questão que fica do processo é: o que levou à lembrança da Ilha da Rita e à mudança da atenção? Uma hipótese é a troca de liderança no Ministério da Marinha em 1936, com a posse do almirante Aristides Guilhem. De acordo com Almeida (2013), o então ministro seria simpatizante da ditadura getulista, e essa questão poderia relacionar a mudança do local da base naval em Santa Catarina como um fator político, pois, se os dados técnicos haviam apontado a Baía de Ganchos em 1934 como o local ideal, por que a ideia da Ilha da Rita foi retomada em 1937? Nota-se que na *História Naval Brasileira* (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1985) se comentava que o ministro Guilhem, apesar de consultar os órgãos técnicos, nem sempre agia segundo esses pareceres.

Se a Ilha da Rita fosse o único local apto geograficamente para a instalação de uma base no sul do país, não teria sido pensada a possibilidade da instalação

em Ganchos. Aponta-se com isso que a volta do olhar para São Francisco, em 1937, foi uma decisão estritamente política e que essa preocupação com pontos de segurança nacional, de certa maneira, estava fundamentada nas ideologias e discussões sobre a ideia de um “perigo alemão”, além de outros fatores que proporcionaram o destaque das colônias alemãs no fim da década de 1930.

A construção da Base Naval da Ilha da Rita tomou corpo ao mesmo tempo em que essa preocupação foi retomada no campo político.

No período compreendido entre 1931 e 1938, não houve qualquer tipo de repressão ao partido nazista. Esta se iniciou propriamente em 1938 e teve dois momentos. O primeiro, de 1938 a 1941, foi pautado pelo Projeto de nacionalização do governo varguista, que via o alemão ao lado de outras minorias nacionais como “perigo étnico”. O segundo foi definido a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados e configurava o alemão como o “inimigo militar interno”, o “súdito do eixo” residente no Brasil. O segundo momento de repressão é considerado bem mais expressivo em número de casos e em ações policiais (DIETRICH, 2007, p. 76).

Segundo dados de Dietrich (2007), ao contrário da imigração alemã do século XIX, que tinha como objetivo a ocupação de territórios com atividades agrícolas e pecuárias, nas primeiras décadas do século XX o perfil dessa imigração se modificou, passando a se concentrar nas áreas urbanas do país. De acordo com o Censo de 1940, somando a população de imigrantes dos três estados do sul e a do estado de São Paulo, o número chegava a 72.310 pessoas⁹, isso sem contar os teuto-brasileiros, ou seja, descendentes já nascidos em terras brasileiras.

O início das atividades da base em 1940 ocorreu quase ao mesmo tempo em que eclodiu a Segunda Guerra Mundial. Curiosamente, houve uma festa de inauguração organizada para 9 de março de 1940, dia do aniversário do município de Joinville. A data pode ter sido estrategicamente escolhida, tendo em vista que preocupações separatistas cresciam em torno da região nordeste de Santa Catarina. Além disso, a inauguração contou com a presença do presidente Getúlio Vargas, e sua vinda para a região se estendeu a visitas à própria cidade de Joinville, além de Blumenau e Florianópolis, antes de seguir para o Rio Grande do Sul.

Outra questão relevante é que essa “visita” não se relacionava apenas à figura do presidente, mas também à das Forças Armadas, já que lideranças

⁹ Ver dados em Dietrich (2007, p. 207).

militares importantes, tanto da Marinha como do Exército, se deslocaram para a região na época da inauguração, incluindo o interventor federal Nereu Ramos, que foi uma personalidade importante na execução do projeto de nacionalização no Estado Novo em Santa Catarina, o qual culminou a partir de 1942 na perseguição de suspeitos de envolvimento com o nazismo.

Quando o Brasil deixou a sua posição de neutralidade e passou a apoiar os Aliados, houve um forte impacto no estado de Santa Catarina. “Durante a Segunda Guerra, além da proibição de se falar alemão, o cotidiano em Santa Catarina foi marcado pelos mais diversos decretos que procuravam normatizar e discriminar as pessoas de origem estrangeira” (SANTOS, 2007, p. 71). A região tinha tanta importância que um dos “campos de concentração” brasileiros, destinados aos súditos do Eixo, se localizava em Joinville e, segundo Perazzo (1999), comportava os presos de outras cidades do estado de Santa Catarina, ao passo que os presos de Joinville foram enviados para Florianópolis e Rio de Janeiro.

Sobre o período da Segunda Guerra Mundial, encontra-se em arquivos de São Francisco do Sul uma lista com os moradores da cidade que estavam em 1943¹⁰ sob a mira e vigilância da polícia. Mesmo antes, em 1942, alguns indivíduos foram dirigidos às prisões do estado, acusados de envolvimento com o Partido Nazista. Foi encontrada pela pesquisa no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, uma espécie de dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina sobre atividades nazistas na cidade de Joinville, o qual acusava diversos funcionários da Empresa Sul-Brasileira de Eletricidade (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, 1945). O relatório, bastante detalhado, continha até mesmo as vistorias feitas nas casas dos acusados e uma lista dos itens considerados suspeitos.

Assim, entende-se que a Região Sul suscitou diversas atenções, por conta da concentração de descendentes alemães. Uma das medidas de segurança em relação às regiões costeiras concentrou-se em determinar que indivíduos de nacionalidades ligadas aos países formadores do Eixo, denominados de “súditos do eixo”, se deslocassem a um mínimo de 80 quilômetros do litoral. Segundo o Ministério da Marinha (1985, p. 324), o maior problema foi causado a Santa Catarina; o próprio governo do estado reclamava que a medida atingia imigrantes que se dedicavam exclusivamente à agricultura de subsistência, prejudicando o estado economicamente.

A temática referente ao “perigo alemão” no Brasil, tanto fomentado pelos ideais pangermânicos nas primeiras décadas do século como influenciado pela

¹⁰ Delegacia Auxiliar de Polícia de São Francisco do Sul. Relação dos súditos do Eixo residentes em São Francisco do Sul. 1943.

ascensão do nazifascismo na década de 1930, teve início, no Brasil, a partir de 1985 (GERTZ, 1991). Porém foi na década de 1990, com a abertura ao público dos documentos da delegacia de ordem política, que a temática teve um novo impulso, ampliando assim os conhecimentos referentes a esse período. Desde então vários autores brasileiros, como Dietrich (2007), Perazzo (1999), Falcão (2000), Seyferth (1999), Gertz (1991) e Brepohl de Magalhães (1998), se dedicaram à temática do “perigo alemão” no país.

Recentemente o tema veio de novo à tona, por conta da localização de um submarino alemão que foi afundado na costa catarinense em 1943. O submarino U-513 foi atacado por aviões americanos no momento em que navegava nos mares do Atlântico Sul. Da tripulação de mais de 50 pessoas, apenas sete sobreviveram. “O submarino nazista, que chegou a afundar um navio mercante brasileiro, foi encontrado em um local do Oceano Atlântico próximo às praias de São Francisco do Sul” (SIMÕES, 2011).

Outro fato importante que merece destaque para o entendimento das fontes encontradas é que, segundo o relatório de entrega da base em 1940, havia a perspectiva de futuras ampliações da base. Sendo assim, por que não foram adiante tais ampliações? Aponta-se aqui que a necessidade de defesa naquela região cessou após 1945, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial outras preocupações influenciaram as estratégias de defesa no cenário internacional. O campo das relações internacionais, anteriormente multipolar, passou a girar em torno de apenas duas grandes forças políticas: os Estados Unidos e a ex-União Soviética. Nesse novo contexto, foram os interesses relacionados à Guerra Fria que definiram também os rumos políticos dos demais países, inclusive do Brasil. Com isso, é possível perceber um interesse maior em resguardar a costa brasileira mais ao norte e nordeste, efetivando-se a instalação de bases navais em Belém do Pará (1949) e Salvador (1970).

Quanto à Base Naval da Ilha da Rita, nota-se um contínuo processo de abandono dela nas décadas seguintes, com constantes relatórios expedidos pela delegacia de São Francisco do Sul que solicitavam à Marinha reparos para a manutenção das estruturas e apontavam as precárias condições das instalações, culminando na sua desativação em 1967.

A volta da ideia de uma base naval na Região Sul deu-se somente no fim da década de 1980, quando novos estudos técnicos começaram a ser feitos, e nesse quadro surgia a possibilidade de reativação da Base Naval da Ilha da Rita. Entretanto, apesar de todas as negociações feitas até o ano de 1997 no sentido de devolução à Marinha tanto da Ilha da Rita quanto do terreno no Frias, a ilha continuou em posse do porto. Diante desse impasse, novos estudos foram realizados para definir as melhores características estratégico-militares para uma base na Região Sul. A disputa ocorreu entre a Ilha da Rita (São Francisco do Sul) e o Pontal do

Poço (Paranaguá), e tal processo terminou por descartar a Ilha da Rita como local estratégico da Marinha. Outro fator que também contribuiu para seu completo abandono foi a aquisição de um novo terreno no município de Rio Grande (RS), conforme consta no relatório de 3 de novembro de 1997 do Estado Maior da Armada.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ABREU, G. M. de. Política externa e defesa na primeira metade do século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 25-50, 2009.

ALMEIDA, E. A. Fora do Eixo. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, jan. 2013.

ALVES, V. C. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 151-177, 2005.

ARAÚJO, J. S. de. A construção do poder naval brasileiro no início do século XX: dos programas navais à grande guerra (1904-1917). **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 69-86, 2005.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BILAC, O. **A defeza nacional**. Rio de Janeiro: Liga de Defeza Nacional, 1917.

BONANATE, L. Segurança. *In*: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BREPOHL DE MAGALHÃES, M. D. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

COELHO, I. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

CORRÊA, F. das G. A esquadra brasileira de 1942 e a estratégia do Governo Vargas: o primeiro alinhamento político Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial. **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 27, 2008.

COSTA, A. **A Marinha mercante: o problema da actualidade**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

CYTRYNOWICZ, R.; MAIO, M. C. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: volume 2. O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIETRICH, A. M. **Caça às suásticas em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Humanitas, 2007.

DURKHEIM, E. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. *In*: PEREIRA, L.; FORACCI, M. M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1987. p. 34-48.

FALCÃO, L. F. **Entre o hoje e o amanhã**. Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Editora da Univali, 2000.

GARCIA, E. V. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 173-200, 2003.

GERTZ, R. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, R. **O “perigo alemão”**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GIAMBERARDINO, O. **A arte da guerra no mar**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

GONÇALVES, J. R. S. Objetos: coleções, museus e patrimônios. *In*: MINISTÉRIO DA CULTURA. **Coleção museu, memória e cidadania**. Rio de Janeiro, 2006.

GOULARTI FILHO, A. A trajetória da Marinha mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 247-278, 2010.

GUEDES, S. P. L. de C.; OLIVEIRA NETO, W.; OLSKA, M. G. **O Exército e a cidade**. Joinville: Editora Univille, 2008.

HERKENHOFF, E. **História da imprensa de Joinville**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **História naval brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1985. v. 5. Tomo II.

OLIVEIRA, J. C.; SOUZA, A. C. C.; VALLE, J. B. **Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura capixaba**. Estudo setorial: pesca marinha. Vitória: Pedagog, 2007.

PANDOLFI, D. C. Os anos de 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PERAZZO, P. **O “perigo alemão” e a repressão policial do Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999.

PIRES, M. da C. F. Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 14, 2006. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_dos06_pires.pdf. Acesso em: 8 jun. 2011.

PRESTES, A. L. **Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, p. 18-31, 1989.

RIBAS, A. de L. O nazismo em Santa Catarina. *In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

ROUQUIÉ, A. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, F. dos. A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 62-72, 2007.

SEIBEL, N. T.; ARNHOLD, D. A. H.; BERGER, A. **São Francisco do Sul: 500 anos – construções históricas**. Joinville: SPA, 2004.

SEYFERTH, G. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999.

SILVA, A. E. de P. **A organização social da colônia de pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI-29), estado do Maranhão**. 99 f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SIMÕES, E. Submarino alemão da 2.^a Guerra é encontrado no litoral de SC. **Terra Networks Brasil**, 15 jul. 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/submarino-alemao-da-2a-guerra-e-encontrado-no-litoral-de-sc,8628adb2075fa310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 nov. 2012.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, D. O conceito de segurança humana e seu uso na América do Sul. *In: OLIVEIRA, M. A. (org.). Comparando a defesa sul-americana*. Recife: Editora da UFPE, 2011.

S. THIAGO, R.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista da Univille**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-61, 2001.

VIDIGAL, A. A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

VILLAR, F. **A nacionalização da pesca** – regulamentação dos seus serviços. Rio de Janeiro: Typo Litografica de São Sebastião, 1924.

VOGT, P. O. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 225-258, 2007.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2010.

WELFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZANELATTO, J. H. O nazismo e o integralismo em Santa Catarina. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, 26. **Anais...** São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300371128_ARQUIVO_ONazismoeoIntegralismoemSantaCatarina.pdf. Acesso em: jul. 2011.

Documentais

Arquivo do Estado de Santa Catarina – AESC

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Comunicação entre a 5.^a região militar e o interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, em 26 de setembro de 1939**. 1939.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Ofício n.º 387 de 11 de maio de 1934, do Capitão dos Portos deste Estado ao Exmo. Snr. Interventor Federal neste Estado**. Assunto: Base Naval. Texto datilografado. Acervo do Arquivo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis (SC).

Arquivo Nacional

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Relatório apresentado pelo Delegado da Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina (11.4.42) sobre as atividades nazistas em Joinville (“Empreza Sul Brasileira de Eletricidade”)**. Rio de Janeiro, 1.º mar. 1945. Acervo do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Marinha. **Dossiê do Projeto de Criação do Ministério da Defesa Nacional – registro parcial, e relatório de Raul Tavares sobre o projeto**. Rio de Janeiro, 1931. (Pasta 42/17.6)

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

BRASIL. Decreto n.º 6.782 de 19 de dezembro de 1907. Reorganiza os Arsenaes de Marinha da República. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6782-19-dezembro-1907-524435-republicacao-105405-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 24.215 de 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>. Acesso em: 16 dez. 2012.

Biblioteca Digital da Presidência da República

VARGAS, G. D. **O devotamento do Exército e da Marinha à obra de renovação nacional**. Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido pelas classes armadas, no Automóvel Club, em 31 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/48.pdf/view>. Acesso em: 26 abr. 2019.

VARGAS, G. D. O Estado Novo e as Forças Armadas. Discurso pronunciado, de improviso, por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da Escola Militar, em Resende, no dia 29 de junho de 1938. *In*: VARGAS, G. D. **A nova política do Brasil**. v. V. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937-1938. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-v/view>. Acesso em: 26 abr. 2019.

Colônia de Pescadores Z-02

A VOZ DO MAR. São Francisco do Sul, 12 abr. 1922.

DISCURSO do prefeito de Mangaratiba na colônia Z-31. **A Voz do Mar**, São Francisco do Sul, n. 30, 1924.

Museu Histórico de São Francisco do Sul

A RAZÃO. São Francisco do Sul, 11 abr. 1918.

A RAZÃO. São Francisco do Sul, set. 1918.

A RAZÃO. São Francisco do Sul, 31 dez. 1918.

MARINHA. **Como pode-se identificar um submarino alemão.** Folheto educativo elaborado pela Marinha durante a Segunda Guerra Mundial, para distribuição aos pescadores do litoral brasileiro. 1943.

Serviço de Documentação da Marinha – SDM

ESTADO MAIOR DA ARMADA. **Acompanhamento e avaliação do plano de ação.** Brasília, 4 nov. 1997. (Pasta JA/MF/22/T).

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório de reintegração da Ilha da Rita para a Marinha.** 1997.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório do Ministro da Marinha ao Presidente da República.** 1918.

Universidade de Chicago

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório da Base Naval de Combustível de São Francisco apresentado pelo Capitão Tenente Álvaro Pereira do Cabo.** São Francisco do Sul, 10 maio 1941.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório de Ministro ao Presidente da República.** 1940. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 23 jul. 2012.

PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA. **Relatório de Ministro da província Felipe Schmidt.** 1917. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil>. Acesso em: 5 dez. 2012.

A construção da base naval: vestígios e memórias

Roberta Nabuco de Oliveira
Cibele D. Piva Ferrari
Roberta Cristina Silva
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
João Carlos Ferreira de Melo Júnior

A relação da Ilha da Rita com a história naval do Brasil, como visto nos capítulos anteriores, inicia-se em 1918, quando a Marinha brasileira adquiriu de Francisco José Dias de Almeida os direitos sobre a ilha e também sobre uma fazenda no Distrito do Saí, em frente à ilha (S. THIAGO; COELHO, 2001). Nessa fazenda havia uma nascente que poderia fornecer água potável para o abastecimento de navios e para a instalação de uma base naval da qual, posteriormente, a água seria conduzida através de tubos submersos até a ilha e depositada em reservatórios especialmente construídos para o abastecimento de navios. Antes da construção da base naval, estes eram abastecidos com água coletada nessa propriedade e transportada em barcas.

Algumas das principais razões para a compra da ilha pela Marinha, assim como sua ligação com as ações estratégicas do governo federal voltadas para a proteção da costa brasileira e para aparelhar as Forças Armadas diante de um novo projeto de nação, foram largamente discutidas no capítulo 3, por isso este capítulo vai se deter em aspectos da construção da base naval.

Para a elaboração deste capítulo, contamos com informações obtidas de documentação escrita, localizada nos diferentes arquivos pesquisados; de vasto material iconográfico, dos acervos de fotografias do Museu Histórico de São Francisco do Sul e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação

da Marinha (DPHDM), localizado no Rio de Janeiro; de pesquisas de campo, arquitetônica e arqueológica, efetivadas diretamente nos vestígios materiais ainda existentes; de depoimentos orais que, juntos, permitiram inferir a riqueza de detalhes e a suntuosidade da obra, que denotam a sua importância no contexto da época.

O relatório apresentado pelo capitão Álvaro Pereira do Cabo, citado por Bohn (2010), descreve os serviços realizados na ilha desde a chegada dos primeiros trabalhadores. A Base Naval da Ilha da Rita possuía um complexo arquitetônico composto por duas edificações – a casa do comando, ou dos oficiais, e o alojamento dos fuzileiros –, três tanques de armazenamento, sendo dois de óleo e um de água, um trapiche que leva a um pórtico e escadaria de acesso à parte superior da base. Grande parte dessas edificações ainda existe, apesar de bastante deteriorada. A figura 1 mostra uma parte do trapiche, com os trilhos para um vagonete, e o pórtico que dá entrada à base naval. No pórtico, construído em estilo *art déco*, lê-se, do lado esquerdo, o ano de início das construções da base naval (1937), e do lado direito o ano do fim das obras (1939). Ao centro vê-se um portão de ferro trabalhado, que atualmente não existe mais e, acima dele, é possível ver o nome dado à base – “Base de Combustível de S. Francisco”. Notam-se, ainda, as construções do depósito de carvão, à esquerda, e no plano mais alto a casa do comando e um dos tanques de abastecimento.

Figura 1 – Fotografia do pórtico da Base de Abastecimento Naval da Ilha da Rita (SFS) em 1940



Fonte: Acervo iconográfico do Serviço de Documentação da Marinha (SDM/RJ)

O citado relatório aponta, ainda, a dificuldade de fazer a retirada da vegetação do terreno. A população local foi contratada para a construção da base, e as obras foram extremamente dificultosas, em virtude da vegetação densa no local (S. THIAGO; COELHO, 2001). Bohn (2010) destaca que os trabalhadores foram muito exigidos, tendo em vista as condições de trabalho e o prazo muito curto para o término da construção. As figuras 2, 3 e 4 reproduzem fotografias pertencentes ao Álbum de Fotografias n.º 072 do DPHDM, totalmente dedicado à Ilha da Rita. Nesse álbum se pode inferir acerca do esforço realizado no preparo do terreno e observar a grande quantidade de homens necessários para a construção da base naval.

A figura 2 registra uma fila de pelo menos 30 pessoas que trabalhavam na colocação da tubulação que levaria água do continente até a ilha.

Figura 2 – Operários contratados para colocar a tubulação de água no continente em direção à Ilha da Rita (1937)



Fonte: ÁLBUM... (s.d.)

Na figura 2, na qual fizemos questão de manter as legendas originais do Álbum 072 do DPHDM, notam-se, além da quantidade de homens necessários àquele serviço, uma vasta área desmatada, o acríve e a umidade

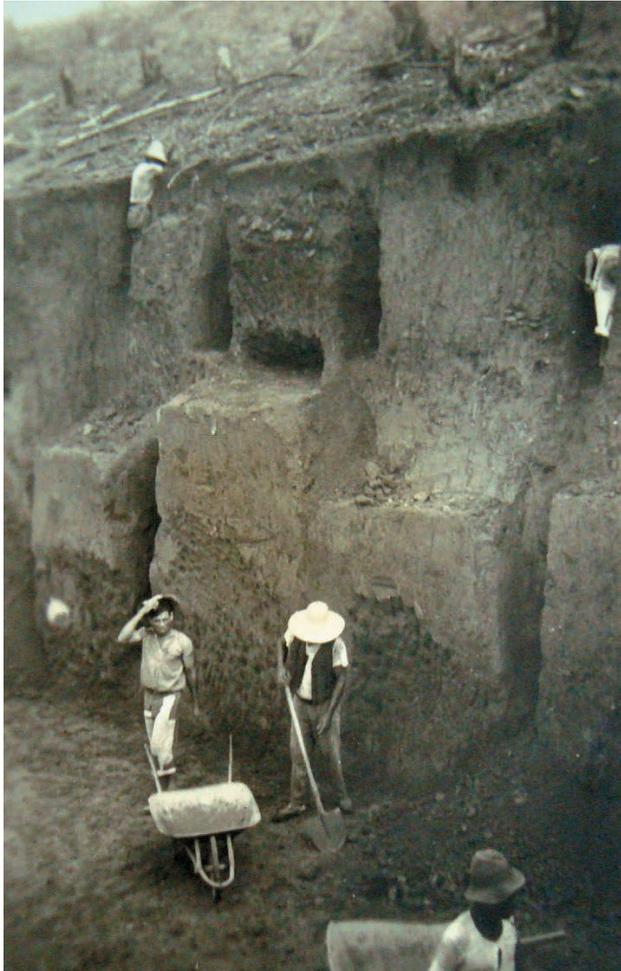
do terreno, assim como um número significativo de pessoas descalças e sujas de lama, o que nos faz inferir tratar-se de um trabalho praticamente manual e desgastante. A tubulação ali colocada levaria a água de uma nascente existente no continente até a ilha, onde seria armazenada em um reservatório cuja construção ocorria paralelamente à colocação da tubulação. A terraplanagem da Ilha da Rita para a construção dos depósitos de água e óleo pode ser observada nas figuras 3 e 4.

Figura 3 – Trabalhos de terraplanagem para a construção da caixa-d'água da Base Naval da Ilha da Rita (1937)



Fonte: ÁLBUM... (s.d.)

Figura 4 – Homens trabalhando no preparo do terreno para a construção de um dos tanques da Base Naval da Ilha da Rita (1937)



Fonte: ÁLBUM... (s.d.)

A figura 5 deixa claro que a vegetação nativa da ilha foi praticamente toda retirada para a construção da base naval e também evidencia que os tanques que abasteceriam as embarcações foram construídos mais acima do morro, fazendo com que eles funcionassem por meio da gravidade, facilitando assim o abastecimento e a distribuição de óleo e água nos navios que atracassem no trapiche.

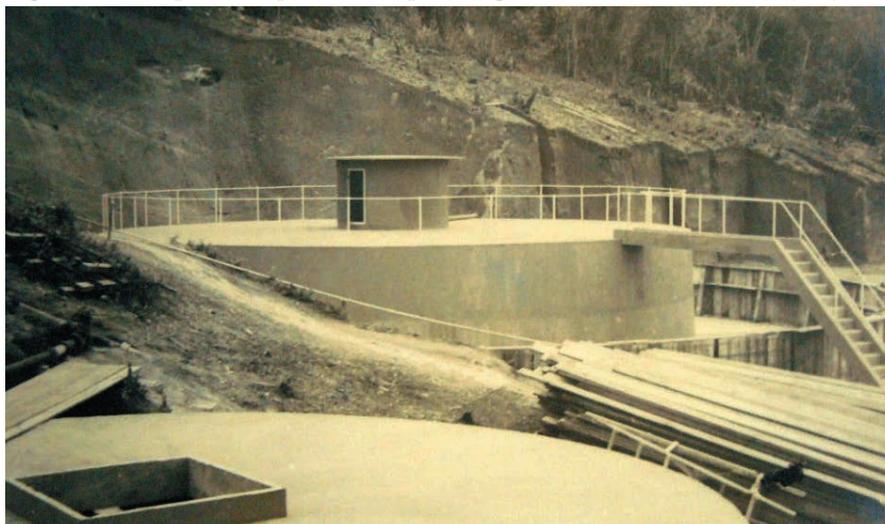
Figura 5 – Vista das obras de construção da Base Naval da Ilha da Rita [1938?]



Fonte: Acervo iconográfico do Museu Histórico de São Francisco do Sul

A figura 6 mostra os tanques de óleo e água prontos e com maior proximidade, permitindo observar detalhes da construção.

Figura 6 – Em primeiro plano o tanque de água e, ao fundo, o de óleo (s.d.)



Fonte: ÁLBUM... (s.d.)

Como é possível notar nas figuras, a Ilha da Rita possui uma topografia acentuada, com trilhas e acessos que foram determinados na época de sua ocupação. Percebe-se, ainda, por intermédio dos registros fotográficos e de observações *in loco*, que a área recebeu um aterro que facilitou a implantação das edificações. A figura 7 mostra, em primeiro plano, o aterro e a estrutura elaborada para abrigar as construções do alojamento dos fuzileiros e do depósito de carvão e, mais ao alto, a construção da casa dos oficiais da base.

Figura 7 – Estrutura para a construção do alojamento e do depósito de carvão da Base Naval da Ilha da Rita [1938?]



Fonte: Acervo iconográfico do Museu Histórico de São Francisco do Sul

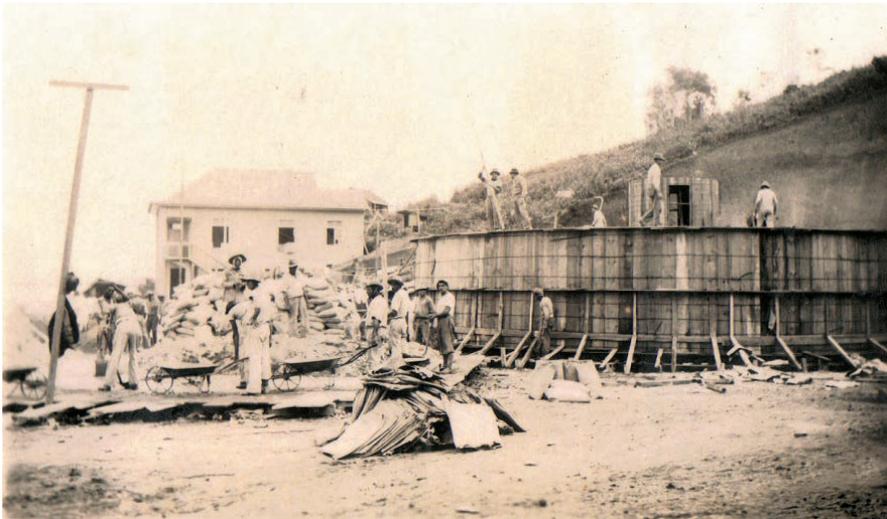
A configuração da Base Naval da Ilha da Rita remete às arquiteturas militares, principais referências quando se pensa que o Brasil foi colonizado inicialmente pelo litoral. As edificações militares foram uma das primeiras implantadas no período de colonização, pois se fazia necessária a defesa do território. Nesse contexto, construíram-se diversas fortificações e serviços de apoio à defesa, localizados tanto em terra quanto à beira mar, todos ligados à população que guardavam. Isso fez com que muitas cidades se desenvolvessem em função da ação militar, já que seus habitantes trabalhavam em construções, transportes e atividades ligadas a tal estrutura. A conformação dos locais para o estabelecimento dessas edificações era realizada de acordo com a topografia

do local, acessos e contornos. Dava-se preferência aos locais que favorecessem a visibilidade de grandes distâncias e também o abastecimento.

Tal configuração é bastante presente na Ilha da Rita. Verifica-se que a facilidade no abastecimento ocorria pela proximidade da costa, e a topografia da ilha colaborou para a construção da base, além da localização estratégica na Baía Babitonga.

Assim, a posição da edificação que servia de residência aos oficiais da ilha permitia uma visão privilegiada de todo o complexo da base naval, como se pode perceber na figura 7. Os tanques de óleo e água foram construídos ao lado da casa destinada ao comando da base, conforme se vê na figura 8. Outras construções, visíveis na figura 8, já não existem, impossibilitando a sua descrição, mas as prospecções arqueológicas realizadas¹ evidenciaram remanescentes do fundamento de seis casas que provavelmente serviam de moradia a oficiais casados.

Figura 8 – Estrutura do tanque de óleo em construção e casa do comandante ao fundo [1938?]



Fonte: Acervo iconográfico do Museu Histórico de São Francisco do Sul

¹ A arqueóloga Dione da Rocha Bandeira e equipe de estudantes, do Grupo de Pesquisa CNPq: Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural, realizaram prospecções arqueológicas na Ilha da Rita e no Distrito do Saí. Esses dados serão mostrados no capítulo 5 deste livro.

A técnica, os bons materiais e o cuidado aplicado nas obras chamam a atenção quando se pensa nas dificuldades de sua execução. É nos detalhes construtivos que se notam a qualidade da construção e o valor simbólico que a base naval possuía para a época. Apesar das condições financeiras limitadas, boa parte das construções ali realizadas utilizou avançados conhecimentos técnicos para o período em questão, fazendo-se constante a vinda de especialistas do Rio de Janeiro para garantir a sua efetivação. A figura 9 mostra vários homens, elegantemente trajados, visitando as obras, acompanhados pelos oficiais da Marinha responsáveis pelo andamento dos serviços.

Figura 9 – Visitas oficiais às obras de construção da Base Naval da Ilha da Rita (s.d.)



Fonte: Acervo iconográfico do Museu Histórico de São Francisco do Sul

Os detalhes construtivos, que demonstram certo requinte arquitetônico, são ainda visíveis nas edificações remanescentes. Na casa do comando, a primeira a ser construída, como se verifica na figura 10, de 1937, poucos são os vestígios ainda originais, já que sofreu várias reformas internas ao longo do tempo, mas foi possível ainda identificar pinturas trabalhadas nas paredes de um dos aposentos (figura 11).

Figura 10 – Início da construção da casa do comando da base naval (1937)



Fonte: ÁLBUM... (s.d.)

Figura 11 – Remanescente de pintura original da casa de comando da Base Naval da Ilha da Rita, com prospecção pictórica



Fonte: Fotografia de Roberta Silva (2013) – acervo do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac) da Univille

Já a edificação que serviu de alojamento aos fuzileiros, apesar de mais deteriorada, apresenta mais características originais, podendo-se notar grande requinte construtivo em vários ambientes. Ela possui seis ambientes: cozinha, paiol, salas, sanitário, uma espécie de garagem e mais a área destinada à guarda de carvão (figura 12).

Figura 12 – Fotografia do prédio que serviu de alojamento aos fuzileiros e depósito de carvão (2013)



Fonte: Fotografia de Roberta Silva – acervo do Geipac

Nos ambientes da frente percebe-se certo luxo. É visível o espaço para grandes lustres (figura13), e a laje possui detalhes em base de argamassa e cal – alto-relevo no encontro das colunas existentes, o que, para a época, significava imponência². A edificação possui três acessos: o principal pelas salas, o segundo que dá direto no corredor que divide a edificação e outro que chega à cozinha.

²As informações sobre os detalhes arquitetônicos da base naval são fundamentadas na larga experiência da arquiteta Roberta Silva, coautora deste capítulo, no IPHAN e no Programa Monumenta, em São Francisco do Sul.

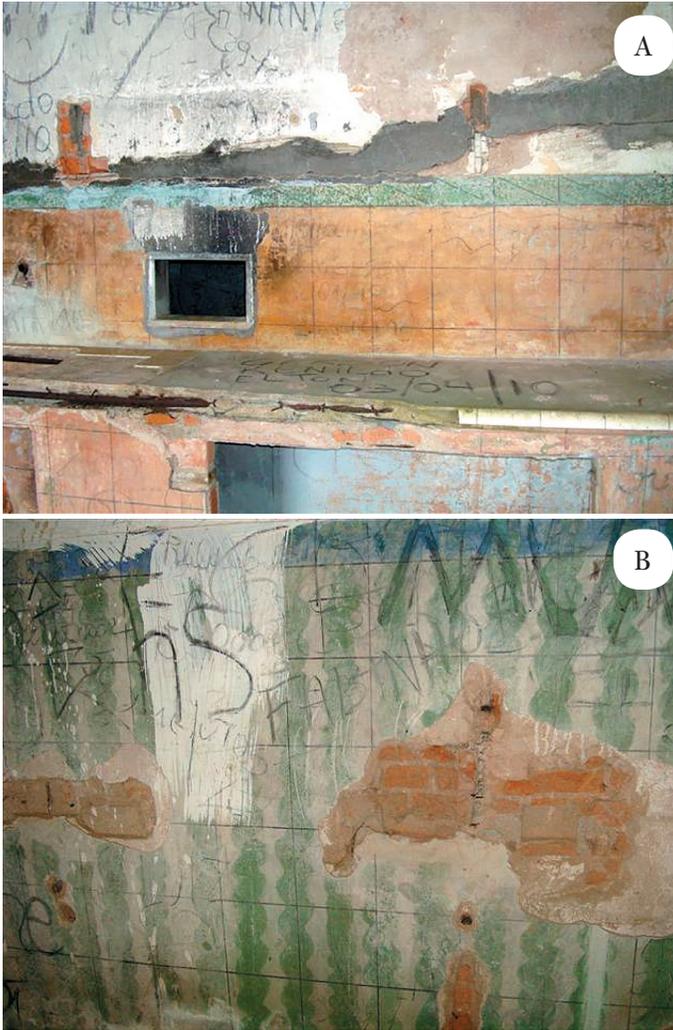
Figura 13 – Detalhes do teto da sala do alojamento dos fuzileiros (2013)



Fonte: Fotografia de Roberta Silva – acervo particular

Percebem-se, internamente, detalhes únicos de revestimentos, não encontrados facilmente no município de São Francisco do Sul, como as pinturas imitando cerâmicas na cozinha e sanitários, conforme ilustra a figura 14.

Figura 14 – Detalhes de pinturas na cozinha (A) e sanitários (B)



Fonte: Fotografias de Roberta Silva (2013) – acervo do Geipac

Pelo corredor se chega a todos os espaços da edificação: cozinha, paiol, salas, sanitário e uma espécie de garagem. O sanitário é bastante grande e está munido de quatro cabines para banho e um amplo espaço para pias e bacias sanitários.

Infelizmente não foram localizadas plantas históricas que possam esclarecer sobre as utilizações dos espaços na época e desvendar alguns mistérios

sobre a tipologia construtiva. Todavia vê-se que a edificação, diferentemente das demais encontradas na ilha, possui alvenaria de tijolos maciços cruzados, bastante incomuns no município. As paredes são, de certa forma, “ocas”, mas estruturalmente muito funcionais. Os tijolos se cruzam de forma a fazer um travamento bastante eficiente (figura 15).

Figura 15 – Detalhe construtivo da edificação do alojamento de fuzileiros – tijolos cruzados



Fonte: Fotografia de Roberta Silva (2013) – acervo do Geipac

A figura 16 apresenta um fato que hoje poderia ser corriqueiro, mas para o período em que a base estava sendo construída certamente não era: a visita de mulheres muito bem-vestidas e acompanhadas por oficiais, em uma ilha onde o acesso só se dava por meio de barco e que era relativamente longe da cidade. Pode-se dizer que esse fato só se daria por um motivo muito importante.

Figura 16 – Mulheres visitando as obras de construção da Base Naval da Ilha da Rita (s.d.)



Fonte: Acervo iconográfico do Museu Histórico de São Francisco do Sul

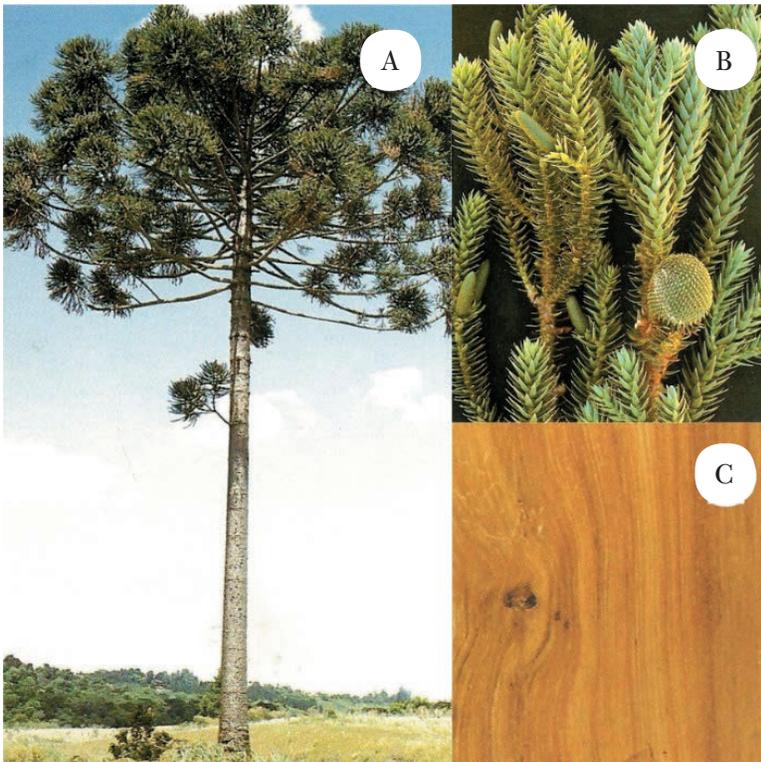
A pesquisa realizada nos remanescentes da base naval possibilitou conhecer, por meio da caracterização anatômica de amostras de madeira coletadas em elementos construtivos presentes na casa do comando e no alojamento dos fuzileiros, as espécies de madeiras utilizadas nessas edificações. Verificou-se que a seleção de materiais privilegiou o emprego de essências madeiráveis nativas da flora brasileira de alta qualidade para a construção civil.

Na casa do comando, estruturas originais da construção presentes em elementos construtivos do telhado (caibros, sarrafos de telha, forro, tesouras e mãos-francesas), vigas de sustentação do forro e assoalho, assim como as bases de sustentação de caixilhos de portas localizadas nas dependências dos oficiais, foram elaboradas com madeira da espécie *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (Araucariaceae), conhecida popularmente como pinheiro-do-paraná ou pinho (figura 17).

Dados de distribuição geográfica evidenciam que o pinho ocorre naturalmente em florestas de altitude (MARCHIORI, 1996) situadas 500 m acima do nível do mar, sendo dominante na floresta ombrófila mista. É uma árvore que possui entre 20 e 50 m de altura com tronco retilíneo de 90 a 180 cm

de diâmetro. Na fase adulta apresenta copa em forma de taça (LORENZI, 1992), como é possível notar na figura 17. Possui madeira clara, às vezes amarelada no tronco mais velho, e densidade básica média de $0,33\text{g/cm}^3$, portanto leve, macia e pouco durável quando exposta ao tempo (LORENZI, 1992; PAULA; ALVES, 2007).

Figura 17 – Espécie *Araucaria angustifolia* (Araucariaceae) – A: aspecto geral da árvore; B: detalhe do ramo fértil; C: aspecto da madeira polida em secção longitudinal



Fonte: Lorenzi (1992)

Sua madeira, historicamente explorada no sul do Brasil, é considerada de alta qualidade para construções em geral, sendo indicada para marcenaria, tábuas de forros, ripas, caibros, caixotaria, entre outros elementos decorativos e estruturais (LORENZI, 1992; CORADIN; SIMINKI; REIS, 2011). Conforme Sanquetta *et al.* (2002), a qualidade de sua madeira associada à grande

disponibilidade na floresta ombrófila mista do sul do Brasil foi determinante na redução dos estoques naturais da espécie nos ambientes naturais.

A araucária supriu por muitos anos o setor madeireiro do sul do Brasil, sendo esse setor também explorador de canela imbuia. Registros históricos mostram que durante o século XX havia, no interior do estado, várias serrarias em atividade que exploravam os recursos da floresta ombrófila mista, e a araucária era uma das principais árvores exploradas, em função da sua elevada abundância na natureza associada às suas características morfológicas. Em 1937, quando se iniciaram as obras da Base Naval da Ilha da Rita, estavam em franca atividade no planalto norte-catarinense cerca de 201 serrarias, as quais supriam 49% da produção de tábuas no estado (HOFF; SIMIONI, 2004). Assim, sugere-se que esse material, em forma de pranchas, caibros e tábuas (figura 18), tenha sido transportado do interior do estado de Santa Catarina para a Ilha da Rita.

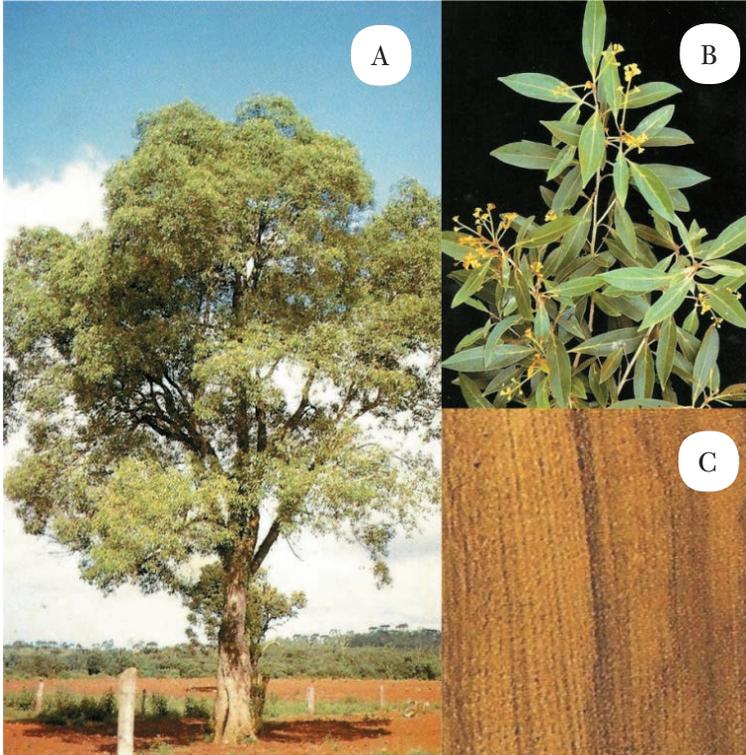
Figura 18 – Barracão de apoio no continente, onde é possível observar uma pilha de pranchas de madeira que seriam utilizadas nas obras da base naval [1937?]



Fonte: ÁLBUM... (s.d.)

Igualmente abundante nas edificações da Ilha da Rita foi a utilização da madeira da canela imbuia (*Ocotea porosa* Ness. – Lauraceae) (figura 19), que esteve presente em adornos da casa do comando, esquadrias de portas e janelas, vistas de bancadas e pisos do tipo taco.

Figura 19 – Espécie *Ocotea porosa* (Lauraceae) – A: aspecto geral da árvore; B: detalhe do ramo fértil; C: aspecto da madeira polida em seção longitudinal



Fonte: Lorenzi (1992)

Conhecidas empiricamente por canelas, a *Ocotea* Aubl. e a *Nectandra* Rol. ex Rottb. possuem hábito arbóreo, com porte de 15 a 25 m de altura, e são caracterizadas por apresentarem madeira aromática de densidade moderadamente pesada ($0,65 \text{ g/cm}^3$) (LORENZI, 1992). Têm ampla distribuição, abrangendo o interior dos estados do Paraná e Santa Catarina, em submata associando-se com o pinheiro-do-paraná, onde pode formar adensamentos dominantes. De elevada ocorrência na porção nordeste do estado de Santa Catarina, a imbuia

ou canela-imbuia (*Ocotea porosa*) foi durante muitas décadas alvo de exploração madeireira, por exibir um lenho de elevada resistência mecânica (MAINIERI; CHIMELO, 1989).

De grande aplicação na construção civil desde tempos coloniais, sua madeira é indicada para estruturas internas, como forros, assoalhos, tacos e esquadrias, e externas, como moirões e dormentes, sendo considerada resistente ao ataque de xilófagos (LORENZI, 1992). Atualmente, com estoques escassos na natureza, sua exploração concentra-se em árvores de diâmetro mais reduzido, cuja madeira não apresenta as mesmas características outrora apreciadas (RIZZINI; MORS, 1995).

Pressupõe-se então que essa espécie de madeira poderia ter sido obtida pela supressão da vegetação da própria ilha ou dos remanescentes florestais continentais do entorno.

Afora o emprego de recursos madeireiros na construção da base militar em si, o uso do ambiente se deu em outros aspectos, tal qual o aprofundamento do canal natural ao redor da Ilha da Rita para que navios de grande calado pudessem ali atracar, o que reforça a hipótese levantada por Oliveira (2013) de que a escolha do local para abrigar a base naval não se deu apenas por suas condições geográficas, já que existiam outros locais favoráveis na Região Sul do Brasil.

Como visto no capítulo anterior, as ações da Marinha estavam em consonância com as aspirações do governo federal no sentido de aparelhar as Forças Armadas no novo projeto de nação que se desenhava pelo discurso da ditadura do Estado Novo, tanto que a inauguração da base contou com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas, assim como com as principais autoridades militares do cenário nacional da época.

A inauguração ocorreu em 9 de março de 1940, e a vinda do então Presidente da República movimentou as relações sociais e políticas de São Francisco do Sul e também de outros municípios da região. Denominado popularmente como “pai dos pobres” e “protetor dos trabalhadores”, Getúlio Vargas tinha a simpatia de grande parte da população, e a exaltação que os jornais conferiram a essa visita ainda ecoa nas memórias e nas representações sobre a Ilha da Rita e sobre o município³. Ainda existem as ruínas do hotel onde o presidente ficou hospedado em São Francisco do Sul, e essas informações são referenciadas aos turistas que passeiam pelo centro da cidade com um trem turístico.

A Ilha da Rita atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial e funcionou entre 1940 e 1967, quando então a Marinha assinalou para a desativação da base naval.

³ Quanto às representações sociais sobre a Ilha da Rita, ver o capítulo 8 deste livro.

As memórias desse período se fazem presentes nas representações da população do entorno e estão na fala de diferentes atores, desde indivíduos que tiveram contato com práticas educativas patrimoniais, museus e outras instituições até indivíduos que não vivenciaram esses vínculos (FERRARI, 2013).

Sabe-se que fuzileiros de diversas partes do Brasil serviram ali nesse período, contribuindo com intercâmbio cultural na região entre os habitantes da ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (S. THIAGO; COELHO, 2001). Alguns deles se casaram com moças da cidade, fixando residência; várias festas de casamento foram realizadas na própria Ilha da Rita e fazem parte das memórias de diversas pessoas. Sr. Elias B. Correia (2000) relata que os fuzileiros tinham um conjunto de músicos para animar os casamentos e bailes do Distrito e da Ilha de São Francisco do Sul. O convívio era estreito tanto com o Distrito do Saí, que era mais próximo, como com a sede do município. Os solteiros passavam seus dias de folga entre a cidade e o distrito e participavam de bailes, festas, conversas nas ruas, enfim, do cotidiano da cidade.

Dona Nilce de Almeida, esposa do fuzileiro Vicente Nunes de Almeida (2012), que serviu na base da Ilha da Rita, também quis colaborar na entrevista feita com seu marido e contou que, apesar de as moças se sentirem atraídas pelas fardas, os militares tinham má fama, e ela teve de enfrentar a família para casar. Conforme a proximidade com os fuzileiros, os moradores podiam frequentar a ilha, fazer piqueniques e tomar banho na piscina que foi construída ao redor dos tanques de óleo para proteção em caso de incêndio (S. THIAGO; COELHO, 2001).

O fuzileiro Odir Leite (2012), que serviu na base da Ilha da Rita, contou que, como não havia televisão, passavam o tempo jogando dominó, bingo, batalha naval e cantando. Disse, ainda, que eram realizadas festas juninas na Ilha da Rita. Tanto Odir Leite quanto Vicente Nunes de Almeida (2012) lembraram com orgulho de como deixavam o lugar bem roçado, organizado, bonito, e que as mulheres dos fuzileiros cultivavam plantas, hortaliças, frutas e verduras na ilha. A relação desses dois fuzileiros com São Francisco do Sul aprofundou-se, já que estabeleceram raízes e família, integrando-se a esse espaço e até trocando de profissão para não precisarem mais mudar de cidade. Esse é o caso de Vicente Nunes de Almeida (2012), que prestou concurso e se efetivou como conferente no Porto de São Francisco do Sul.

As memórias dos fuzileiros levantadas por meio das entrevistas orais realizadas demonstraram como os acontecimentos do passado são ressignificados aos olhos do presente (POLLAK, 1989). As dificuldades passadas na manutenção do local, a solidão e o medo de assombrações, por exemplo, passaram a ser pequenos detalhes recordados com carinho.

Como a ilha foi perdendo sua função como base naval com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1967 a Marinha decidiu por sua desativação e por devolvê-la à União. Odir Leite (2012), o último fuzileiro a servir na ilha, lembra, com pesar, de quando recebeu a notícia vinda do Rio de Janeiro de que a base seria desativada, pois gostava muito de trabalhar ali. A partir de então, outras histórias e memórias passaram a fazer parte daquele espaço e serão apresentadas nos capítulos seguintes.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

BOHN, L. R. D. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita:** refletindo sobre identidades e herança cultural. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

CORADIN, L.; SIMINKI, A.; REIS, A. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial:** plantas para o futuro – Região Sul. Brasília: MMA, 2011. 934 p.

FERRARI, C. D. P. **A contribuição da Teoria das Representações Sociais para o estudo do patrimônio cultural** – o exemplo da Ilha da Rita/SC. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

HOFF, D. N.; SIMIONI, F. J. **O setor florestal na serra catarinense.** Lages: Editora Uniplac, 2004. 268 p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras:** manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Plantarum: Nova Odessa, 1992. 382 p.

MAINIERI, C.; CHIMELO, J. P. **Fichas de características das madeiras brasileiras.** São Paulo: IPT, 1989. 418 p.

MARCHIORI, J. N. C. **Dendrologia das gimnospermas.** Santa Maria: UFSM, 1996. 158 p.

OLIVEIRA, R. N. de. **O patrimônio cultural da Base Naval da Ilha da Rita:** defesa, segurança nacional e o perigo alemão na primeira metade do século XX. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

PAULA, J. E.; ALVES, J. L. H. **897 madeiras nativas do Brasil** – anatomia, dendrologia, dendrometria, produção, uso. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2007. 438 p.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIZZINI, C. T.; MORS, W. B. **Botânica econômica brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1995. 248 p.

SANQUETTA, C. R. *et al.* Estrutura vertical de um fragmento de floresta ombrófila mista no centro-sul do Paraná. **Floresta**, v. 2, n. 32, p. 267-276, 2002.

Documentos

ACERVO iconográfico do Museu Histórico de São Francisco do Sul.

ÁLBUM de Fotografias 072 Ilha da Rita SFS/SC. s. d. Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha – DPHDM /Rio de Janeiro.

Entrevistas orais

ALMEIDA, V. N. de. **Vicente Nunes de Almeida**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

CORREIA, E. B. **Elias Barros Correia**: depoimento [fevereiro 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

LEITE, O. **Odir Leite**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

ROCHA, P. C. **Paulo César Rocha**: depoimento [fevereiro 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. São Francisco do Sul, 2000. Cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto Baía Babitonga.

S. THIAGO, R.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista da Univille**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-61, 2001.

A ocupação humana na Ilha da Rita e a cultura material: estudos iniciais em Arqueologia

Dione da Rocha Bandeira
Thiago Fossile

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre as diferentes ocupações na Ilha da Rita, foi desenvolvida uma pesquisa arqueológica no âmbito do Projeto Rita. Essa pesquisa contribuiu para o início da Arqueologia na Univille, única universidade da região que vem atuando nesse campo. A região nordeste do estado de Santa Catarina é internacionalmente conhecida pela quantidade e diversidade de sítios, no entanto eles não têm sido suficientemente estudados, menos ainda os sítios do contexto histórico.

A pesquisa permitiu reflexões a respeito de processos construtivos em sambaquis. Esses sítios arqueológicos foram explorados durante muitos anos, originando diversas vezes a sua destruição total ou parcial. Os resultados desse trabalho levam-nos a considerar que tais práticas geraram lugares com materiais arqueológicos sobre os quais muitas vezes é difícil saber se são ou não sítios em contextos primários. Também trazem a discussão sobre como tais locais devem ser tratados, uma vez que neles há vestígios arqueológicos, mas não em seu local de origem.

O Sambaqui Ilha da Rita (figura 1), por uma série de indicativos, tende a ser um desses casos, e o processo que ocasionou o aporte de materiais arqueológicos na ilha deve ser mais bem investigado. Assim como a presença de plantas exóticas revela alteração da paisagem e de práticas culturais, a presença de materiais arqueológicos remobilizados é capaz de nos fazer pensar em antigos costumes e em suas consequências para a atualidade. O potencial informativo para a pesquisa arqueológica desses remanescentes está comprometido, uma vez que, com raras exceções, não é possível saber a origem dos materiais; e, mesmo quando isso é possível, perde-se a contextualização espacial deles.

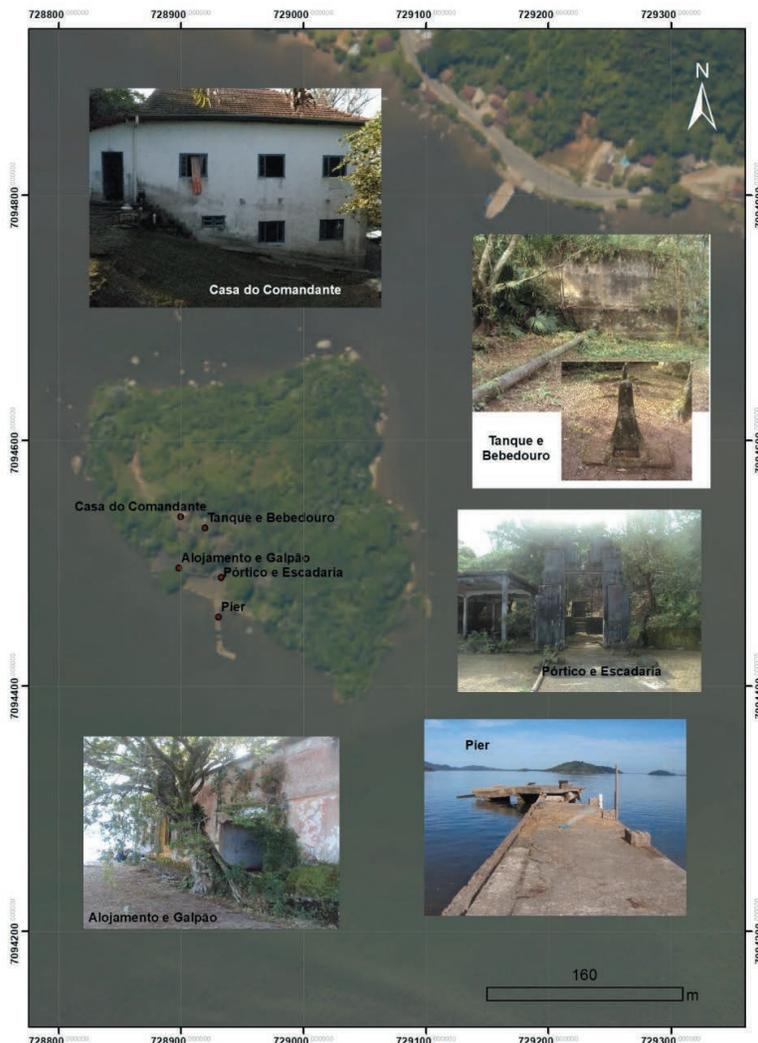
Figura 1 – Local do Sambaqui Ilha da Rita, mostrando restos da tubulação de água que vinha do continente (2012)



Fonte: Acervo Projeto Rita/Geipac/Univille

Outras contribuições da abordagem arqueológica no Projeto Rita foram a interpretação da antiga base naval como um sítio arqueológico e histórico (figura 2) e as reflexões sobre as implicações disso para o restauro e posterior musealização do espaço. Conforme a Carta de Veneza (1964), ainda uma importante referência quanto à conservação e restauração de monumentos e sítios, toda “restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento”.

Figura 2 – Estruturas remanescentes da Base Naval da Ilha da Rita



Fonte: Primária – acervo do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac) da Univille

No entanto, embora a participação da arqueologia nos projetos de restauro seja uma premissa antiga nas discussões patrimoniais mundiais, no Brasil raros são os casos em que isso ocorre. Na restauração, quando o bem arquitetônico é visto como um sítio arqueológico, prevalece não só a instância estética da edificação, mas também a instância histórica, na qual os imóveis, o solo associado e os vestígios são percebidos como documentos. A relação entre a arqueologia e a restauração é, muitas vezes, envolta num clima conflituoso, justamente pelos diferentes entendimentos sobre o assunto, denominado por Mori (2006, p. 123) de “a questão dialética do restauro”. Em geral, os arquitetos e engenheiros responsáveis pelos restauros não têm esse mesmo entendimento e não incluem arqueólogos em suas equipes, nem estão previstos recursos para a pesquisa arqueológica. No Brasil os avanços são lentos nesse campo; os diálogos entre arquitetos e arqueólogos ainda são pouco frequentes, e raros são os cursos de Arquitetura que possuem em sua matriz curricular a disciplina de Arqueologia Histórica ou que tratem do tema de modo específico.

A publicação do *Manual de Arqueologia Histórica em projetos de restauração* pelo IPHAN em 2002 (NAJAR; DUARTE, 2002), em função do Projeto Monumenta, indica o uso do conceito “sítio arqueológico” no restauro de alguns bens com a participação de arqueólogos, em um claro sinal de que as premissas da Carta de Veneza estão lentamente sendo introduzidas no Brasil. Essas questões relativas ao restauro e à pesquisa arqueológica são importantes, considerando que as edificações da Ilha da Rita poderão ser restauradas e as intervenções arqueológicas poderão fazer parte de tal processo. No Projeto Rita, o diálogo entre Arqueologia e Arquitetura ocorreu, até porque a equipe era interdisciplinar e contava com profissionais dessas áreas, contudo o único trabalho que estava previsto e foi realizado foi o levantamento de campo preliminar, ficando a pesquisa arqueológica tanto no sítio histórico como no pré-colonial (se pode ser considerado assim) para um próximo projeto. Nesse momento cabe-nos avaliar o potencial que a ilha e a base naval apresentam enquanto sítios arqueológicos.

CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA ILHA DA RITA

A Baía Babitonga, região onde está inserida a Ilha da Rita, tem um dos mais expressivos conjuntos de sítios arqueológicos pré-coloniais do Brasil, como mencionado no capítulo 2. São cerca de 150 sítios do tipo sambaqui, alguns com a presença de cerâmica na superfície, um sob rocha, além de algumas oficinas líticas de polimento, estruturas subterrâneas e sítios de pontas líticas da tradição arqueológica Umbu (BANDEIRA *et al.*, 2018).

No que se refere ao patrimônio arqueológico e histórico, a Babitonga não fica para trás, visto que um dos municípios mais antigos de Santa Catarina, São Francisco do Sul, se localiza na região. Nesse município há um dos maiores conjuntos de bens tombados do país, constituído de cerca de 400 imóveis (IPHAN, 2018). O potencial arqueológico e histórico torna-se muito mais significativo se considerarmos os demais municípios que margeiam a baía e que, além dos imóveis bem conservados tombados, as ruínas e os solos ricos em vestígios materiais históricos também são passíveis de intervenções arqueológicas.

Embora a região seja caracterizada pela grande quantidade e diversidade de sítios arqueológicos, poucos têm sido pesquisados; somente nove sítios históricos e não mais de duas dezenas de pré-coloniais (sambaquis na sua maioria) foram escavados, no âmbito de pesquisa acadêmica ou salvamento arqueológico.

O objetivo inicial da pesquisa arqueológica desenvolvida na Ilha da Rita foi investigar preliminarmente um dos sambaquis cadastrados na região, denominado “Ilha da Rita”, e o sítio arqueológico e histórico “Base Naval”, buscando colaborar com a preservação do patrimônio arqueológico regional e interpretar os usos desses espaços com base na cultura material associada a eles.

A BASE NAVAL DA ILHA DA RITA

Com o objetivo de reconhecer toda a extensão da Ilha da Rita e a parte continental do município de São Francisco do Sul (Distrito do Saí) que possui relação direta com a ilha (transporte com embarcação e suprimentos), realizaram-se prospecções superficiais e subsuperficiais¹ ao longo das trilhas existentes na ilha em três áreas distintas – Unidades I, II e III –, nas edificações da base naval e no local de captação de água, localidade de Estaleiro, situada à frente da ilha (figura 3).

¹ Prospecções de superfície são observações e coletas na superfície do terreno, e de subsuperfície são as que usam algum equipamento para escavação e coleta de amostras abaixo da superfície.

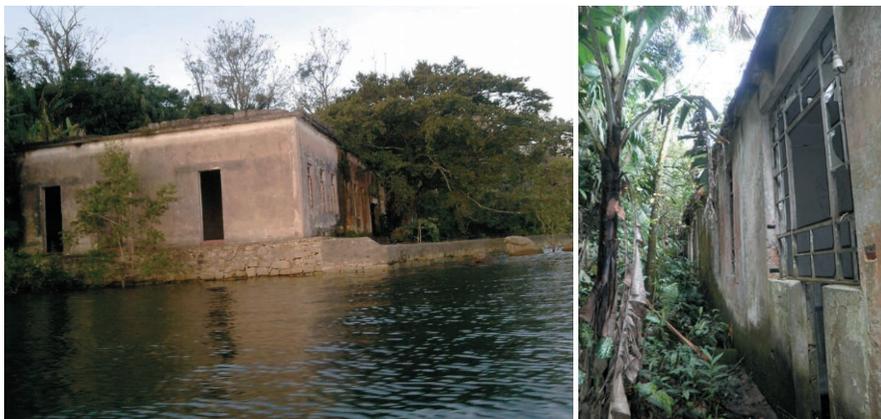
Figura 3 – Parte continental (Estaleiro) que possui relação direta com a Ilha da Rita, a qual está na parte superior esquerda da figura, próximo ao continente



Fonte: Primária

As prospecções realizadas revelaram uma elevada concentração de materiais arqueológicos (garrafa, telha, tijolo, carrinho de motor de barco, botina de adulto, cartela de remédio, louça, lata de cerveja, carvão, entre outros) nos fundos da edificação do alojamento dos fuzileiros (figura 4), local onde estiveram instalados o depósito de carvão, a garagem, a área de chuveiros, os sanitários, o paiol, a cozinha e duas salas (dormitórios da tropa) no período em que a base esteve em funcionamento, conforme descrito no capítulo 4 deste livro. Isso indica que, ao longo dos anos, os fundos do alojamento dos fuzileiros foram utilizados como área de descarte (lixeira). Por esse motivo, sugere-se que esse seja um dos locais a serem escavados em pesquisa arqueológica futura.

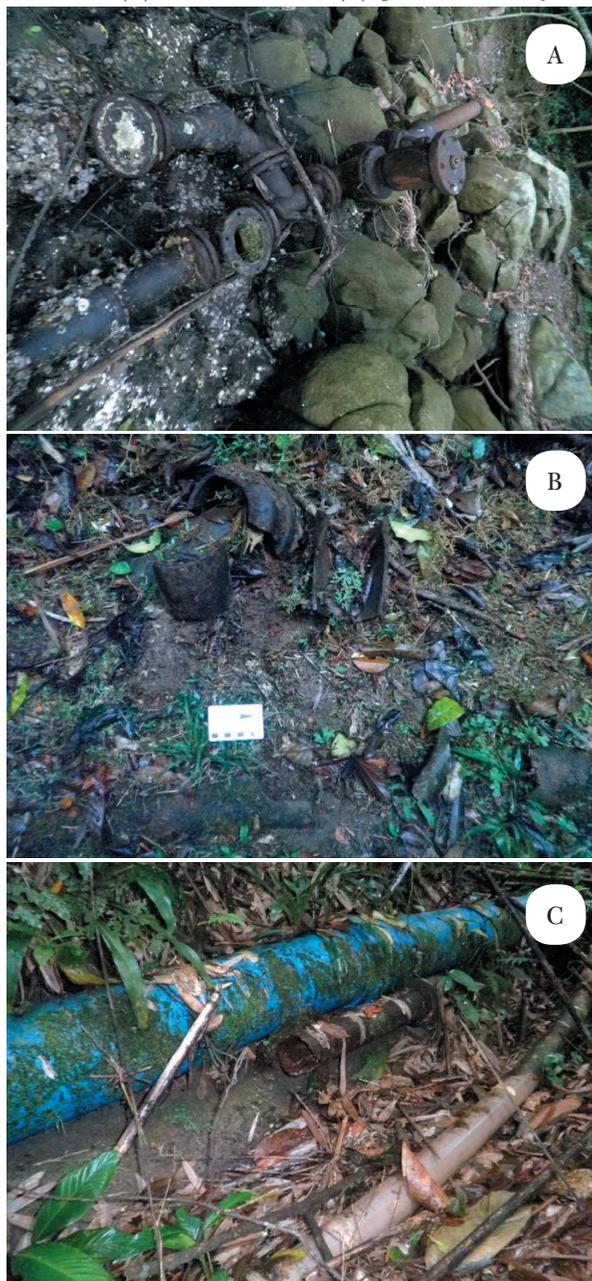
Figura 4 – Alojamento dos fuzileiros – vista da baía e fundos da edificação (área de descarte)



Fonte: Acervo Projeto Rita/Geipac/Univille

Registraram-se também os remanescentes da antiga rede hidráulica que distribuía água para a ilha, a partir do continente, a fim de abastecer os navios (figura 5).

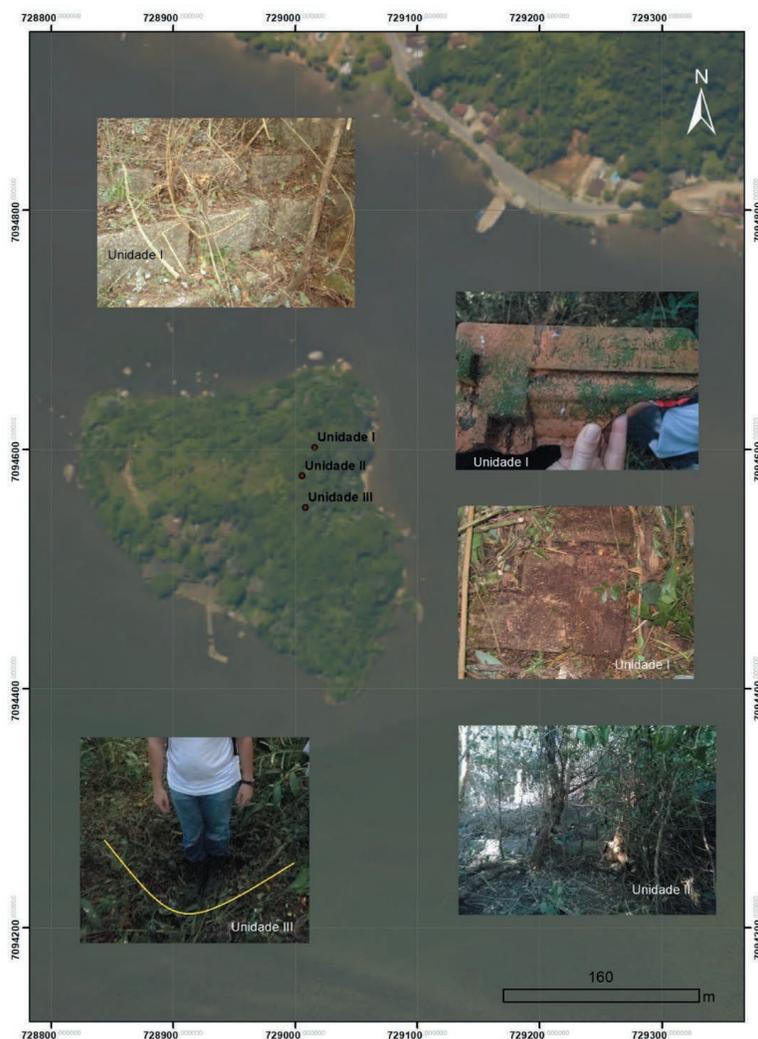
Figura 5 – Remanescentes de tubulação antiga (danificada) que distribuía água à Ilha da Rita – na ilha (A) e no continente (B), junto a tubulações recentes (C)



Fonte: Acervo Projeto Rita/Geipac/Univille

Destacam-se ainda, na ilha, degraus e telhas coloniais e francesas (Unidade I), pilares de rocha e rochas cortadas (Unidade II) e possíveis valas de drenagem (Unidade III) (figuras 6 e 7), aparentemente associados às antigas construções de madeira, na porção central elevada da ilha, destinadas aos oficiais da Marinha com família constituída e que foram desmontadas após a desativação da base. Esses remanescentes remetem à ocupação histórica no período em que a base naval ainda estava funcionando.

Figura 6 – Unidades arqueológicas da base naval encontradas na Ilha da Rita



Fonte: Primária – acervo do Geipac

Figura 7 – Remanescentes encontrados nas Unidades I, II e III devem estar associados às antigas construções que havia próximo à casa do comandante (parte inferior esquerda da foto)



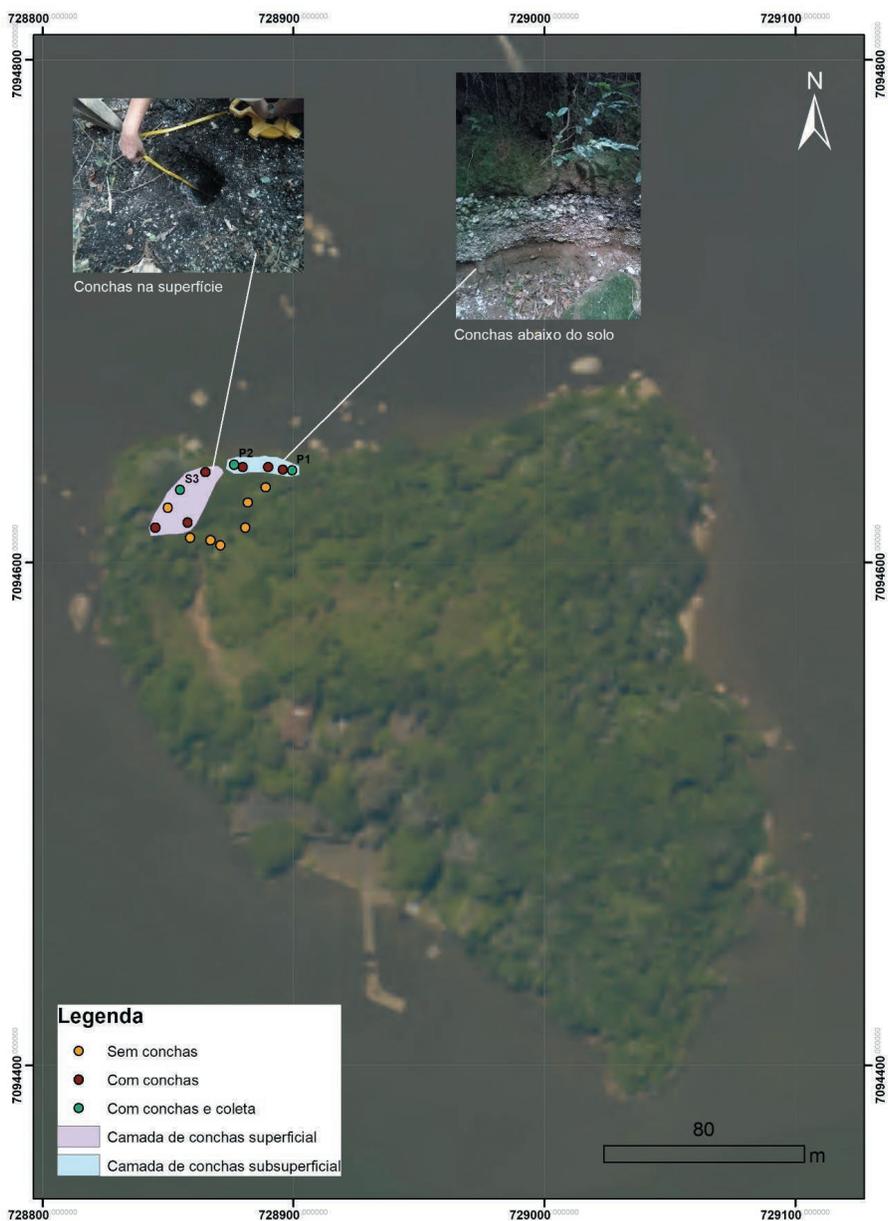
Fonte: Acervo do Museu Histórico Prefeito José Schmidt, São Francisco do Sul

O SAMBAQUI ILHA DA RITA

No contexto da pesquisa arqueológica em sambaquis, nada havia sido feito na região em uma ilha de pequenas proporções, como é o caso da Ilha da Rita. Há diversas ilhas com registro de sambaquis na Baía Babitonga, no entanto as prospecções de superfície e subsuperfície realizadas no local onde havia vestígios de conchas não apresentaram características que permitissem considerá-lo com segurança um sambaqui em contexto primário.

Os resultados obtidos das sondagens feitas indicam duas situações: numa (1) há uma camada superficial com 40 cm de profundidade em média, contendo material arqueológico (sedimento escuro e presença de fauna associada) (em rosa na figura 8), e em outra (2) há um bloco compactado de conchas, predominantemente de ostras, com 1,20 cm de altura e aproximadamente 80 cm abaixo da superfície atual (P1 e P2, em verde na figura 8) às margens de parte da ilha. A espessa camada de solo acima dessa faixa de conchas parece ser decorrente do deslizamento de solo de porção mais elevada, local onde rochas foram extraídas.

Figura 8 – Localização aproximada dos pontos amostrais (perfis e sondagem) no Sambaqui Ilha da Rita



Fonte: Primária – acervo do Projeto Rita/Geipac/Univille

A área com material superficial possui aproximadamente 200 m². A área com camada de conchas compactadas abaixo da superfície, por sua vez, é constituída por uma faixa de 1 m de largura, 1,20 de altura e 30 m de comprimento, margeando parte da ilha. Todavia pelas observações em campo se constatou que essa camada de conchas compactadas vem sofrendo processo de lavagem e erosão pelo efeito da maré, portanto, suas proporções poderiam ser maiores no passado.

Desde o início da colonização histórica da região até 1961 as conchas existentes nos sambaquis foram utilizadas para aterros, pavimentação de estradas, correção do solo e produção de cal. Essa extensa exploração provocou a destruição completa de muitos sítios e a deposição de material arqueológico distante ou não da sua origem, fazendo com que atualmente, em diversos locais, seja encontrado material de sambaqui na superfície ou abaixo de aterros. É comum observar ao longo de estradas ainda não pavimentadas conchas espalhadas ou concentradas em pequenos montículos que podem ser remanescentes do período em que os sambaquis eram usados como jazidas minerais. Também se vê material de sambaquis em áreas planas onde havia plantações ou antigas caieiras, nas quais as conchas eram queimadas para produção de cal.

Todo esse processo de intervenção tem gerado dificuldade na interpretação desses sítios e de alguns locais onde materiais de sambaquis foram, de algum modo, utilizados, podendo ser confundidos com sítio em contexto primário.

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa foi coletada a informação de que era comum, décadas atrás, o uso de material de sambaqui para o aterro de ilhas da Baía Babitonga. De acordo com Rodrigo Dias da Silva, entrevistado por Cibele Dalina Piva Ferrari (*in* FERRARI, 2013), a Ilha Grande, que se situa próximo à Ilha da Rita, foi aterrada com material vindo do Sambaqui Morro do Ouro. Desse sítio, que fica às margens do Rio Cachoeira em Joinville, o material foi levado de barco para aterro dessa e de outras ilhas da região. Não obtivemos informação de tal prática na Ilha da Rita, mas isso não seria impossível, ainda mais se considerarmos que a fina camada de conchas (situação 1) recobre o caminho que há no morro junto ao atual ponto principal de acesso à ilha (figura 1), em frente ao Distrito do Saí (Estaleiro), bastante íngreme e lamacento quando chove.

Outra interpretação que a equipe arqueológica levantou em campo e após as análises preliminares dos dados é a possibilidade de o material que

margeia a ilha (situação 2) ser resultado de uma deposição marinha natural. Conchas teriam sido trazidas pelas águas e ali depositadas. O fato de as conchas predominantes serem ostras reforça tal hipótese.

Em campo, realizaram-se 14 sondagens com cavadeira manual para identificar a extensão do possível sambaqui e observar a borda da ilha onde há camada de conchas, nos dias 18 e 19 de junho e 14 de novembro de 2011². Efetuaram-se coletas de amostras da matriz arqueológica (figura 8) na sondagem 3 (UTM 0720005/7094585, Datum WGS84) e em dois pontos do perfil: P1 (UTM 0720040/7094594, Datum WGS84) (situado junto às sondagens 13 e 14) e P2 (UTM 0728834-7094505, Datum WGS84) (situado a cerca de 20 m a oeste do P1). No P1 foram feitas sondagem e poço-teste (pequena trincheira de 1 m x 0,50 m). O material do poço-teste e das sondagens foi peneirado em campo em malha de 2 mm. No P1 e no P2 realizaram-se também coletas totais para flotação. Somente o material de P1 foi flotado em laboratório, conforme metodologia proposta por Scheel-Ybert *et al.* (2005-2006). Nenhum material artefactual de sambaqui foi encontrado nas sondagens; coletou-se somente material faunístico, vegetal, rochoso e histórico.

Efetivaram-se datações por C14 com amostras do P1 e do P2. Os valores obtidos foram surpreendentes e não ajudaram muito a esclarecer a situação. Do perfil 1 foram datados carvões das camadas 1 e 2, cujos resultados foram 240 e 270 anos AP, respectivamente – muito recentes, provavelmente materiais históricos. Do perfil 2 foram datadas conchas em 1.240 anos AP, resultado mais compatível com um contexto pré-colonial, no entanto conchas não são os melhores materiais para datar e, considerando o contexto geral, não permitiram esclarecer se aquele sítio é primário ou remanescente de aterro.

Além das sondagens e prospecções para conhecer o Sambaqui Ilha da Rita, a equipe arqueológica fez uma prospecção preliminar de barco para identificar a existência de oficinas líticas de polimento nos blocos de rochas que se encontram ao redor da ilha. Nada foi localizado (figura 9).

²Os trabalhos de campo e de laboratório contaram com a participação dos bolsistas: Fernanda Mara Borba, Cibele Dalina Piva Ferrari, Thiago Fossile, David Wilson Simonetti Gomes, Odair José Kreusch Lopes e Marinilda S. Marian. Além deles, participaram como voluntários Jeferson Luiz Freitas, Felipe Ferrari e Misleine Kreisch. As prospecções na base naval foram realizadas em 16/11/2012. O material não foi analisado até o momento.

Figura 9 – Prospecção de barco ao redor da ilha para identificar a existência de oficinas líticas de polimento



Fonte: Acervo do Projeto Rita/Geipac/Univille

Tendo em vista a identificação taxonômica do material faunístico³ resultante da flotação e do peneiramento do material coletado nas sondagens, utilizaram-se coleção de referência e bibliografia específica. Antes, porém, os materiais foram lavados, inventariados e triados por grupo animal (BANDEIRA, 2007).

O sítio apresenta formação atípica, como mencionado anteriormente, quando comparado com os demais sambaquis pesquisados na região. Nas sondagens dos perfis P1 e P2 (figuras 8, 10 e 11), observa-se uma camada de conchas de 1,20 m, em média, de espessura, com predomínio de ostras, na margem da ilha, por baixo de camada espessa de solo (em torno de 100 cm).

³ O material artefactual histórico não foi analisado.

Figura 10 – Local de amostra do perfil P1



Fonte: Acervo Projeto Rita/Geipac/Univille

Figura 11 – Local de amostra do perfil P2. Camada espessa de conchas abaixo do solo exposta a influências da maré



Fonte: Acervo do Projeto Rita/Geipac/Univille

Já na Sondagem S3 a camada arqueológica (solo argiloso preto com conchas esparsas) aparece na superfície, até 40 cm de profundidade, em média (figuras 8 e 12).

Os dados das amostras analisadas estão no quadro 1.

Figura 12 – Sondagem S3, evidenciando a camada superficial de até 40 cm com predomínio de conchas de berbigão (solo argiloso preto com conchas esparsas), e peneiramento do material



Fonte: Acervo do Projeto Rita/Geipac/Univille

Quadro 1 – Síntese dos dados das sondagens no sambaqui com coleta

Sondagem	Camadas profundidade (m)	Descrição
Perfil 1 (P1) e sondagem 13 (escavação do poço-teste e coleta total)	0,00-0,40	Sedimento argiloso com raiz de cor marrom
	0,40-0,96	Sedimento argiloso com conchas de ostras e carvão de cor marrom
	0,96-1,06 (P1.1)	Sedimento arenoso, carvão, rocha em decomposição (coleta de material para datar). Ocorrência de uma quantidade razoável de ossos de peixes, muitas conchas de ostras e poucos remanescentes de conchas de gastrópodes inteiras ou fragmentadas, otólitos e fragmentos de carvão. Material coletado (carvão) datado (AMS) em 240 ± 30 BP (Beta - 335361 IR - P1.1).
	1,06-1,24 (P1.2)	Predomínio de ostras inteiras, carvão, menor quantidade de sedimento arenoso (coleta de material para datar). Presença de poucos ossos de peixes e carvão vegetal, uma quantidade razoável de conchas de berbigão (<i>Anomalocardia flexuosa</i>), de conchas de gastrópodes inteiras ou fragmentadas e de cracas, além de uma grande quantidade de conchas de ostras (<i>Ostrea sp.</i> ou <i>Crassostrea rhizophorae</i>). Material coletado (carvão) datado (AMS) em 270 ± 30 BP (Beta - 335362 IR - P1.2).
	1,26-1,68	Predomínio de ostras e sedimento arenoso cor marrom
Perfil 2 (P2)	0,00-1,20	Sedimento arenoso; solo estéril de cor marrom
	1,20-160	Fragmentos de conchas de ostras (<i>Ostrea sp.</i> ou <i>Crassostrea rhizophorae</i>), poucos fragmentos de conchas de berbigão (<i>Anomalocardia flexuosa</i>), poucos ossos de peixe e fragmentos de carvão. Porção superior conchas inteiras e inferior quebradas e mais compactas Material coletado (concha) datado (Radiocarbônica) em 1.240 ± 30 BP (Beta - 335363 IR - P2.1)
Sondagem 3 (S3)	0,00-0,20	Argilosa com predomínio de fragmentos de conchas de berbigão (<i>Anomalocardia flexuosa</i>)
	0,20-0,30	Argilosa com fragmentos de ostras (<i>Ostrea sp.</i> ou <i>Crassostrea rhizophorae</i>)

Fonte: Primária

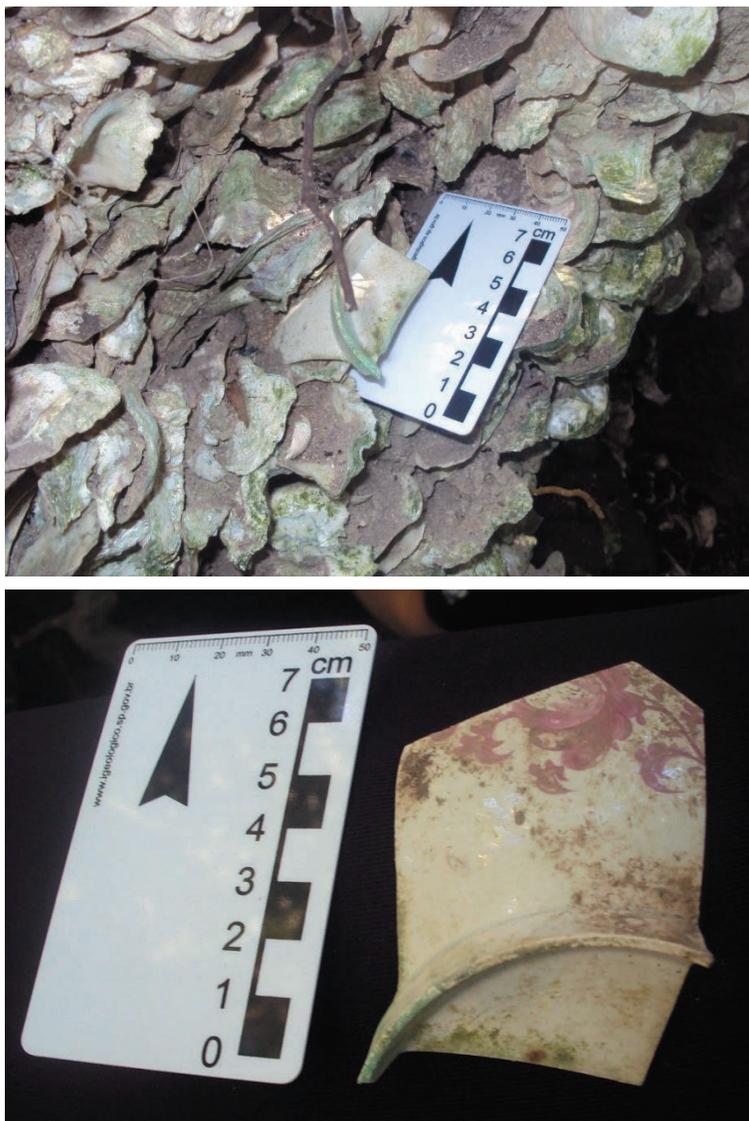
No material flotado em P1 encontraram-se otólitos, esporão e fragmentos de crânio de bagre (espécie não identificada – família Ariidae), otólitos de *Micropogonias furnieri* (corvina) e dente de *Pogonias cromis* (miraguaia).

Os estudos a respeito dos restos faunísticos em sítios arqueológicos na região da Babitonga indicam a exploração de moluscos, com predomínio de *Anomalocardia flexuosa* (berbigão), *Mytella* sp. (bacucu) e *Ostrea* sp. / *Crassostrea rhizophorae* (ostras) (FIGUTI, 2009). Tratando-se da pesca pré-colonial (Holoceno) na Baía Babitonga, Figuti e Klökler (1996), Bandeira (1992, 2004) e Fossile (2013) indicam que há uma variação característica quanto às espécies capturadas nos sítios arqueológicos, e ela parece refletir a inserção ambiental do sítio. Os sambaquis nos canais (Linguado e Palmital) e no fundo da Baía Babitonga apresentam predominância de corvina, cangauá e bagre (FIGUTI; KLÖKLER, 1996), situação essa que corresponde ao sítio pesquisado tanto em localização na baía quanto na presença de remanescentes de bagre e de corvina nas amostras coletadas na Ilha da Rita.

Tais resultados indicam o aproveitamento de espécies costeiras associadas ao estuário. Por exemplo, as espécies de bagres da família Ariidae habitam águas marinhas, estuarinas e doces, enquanto *Pogonias cromis* (miraguaia) é uma espécie demersal encontrada em águas costeiras (FISCHER; PEREIRA; VIEIRA, 2011). Outra característica observada dos resultados é que as diversas porções do sítio passaram por processos construtivos diferentes, sendo o perfil P1 o local com maior concentração de material faunístico.

As amostras realizadas no perfil (P1) apresentaram cerâmica histórica (figura 13), que pode ter sido trazida pela maré ou ser decorrente da ocupação histórica da ilha. Existe ainda a possibilidade de ter sido depositada com o material empregado para aterrar a ilha, uma vez que há informações de fontes orais de que os sambaquis eram utilizados para aterrar as ilhas da baía.

Figura 13 – Material arqueológico e histórico coletado na prospecção 13, junto ao Perfil 1 e à trincheira (UTM 720046E/7094593N) na Ilha da Rita. Fundo e bojo de tigela de cor branca com decoração floral em rosa



Fonte: Acervo do Projeto Rita/Geipac/Univille

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto arqueológico desenvolvido na Ilha da Rita teve como objetivo principal avaliar o sambaqui já conhecido e o potencial da base naval enquanto sítio arqueológico e histórico.

As observações no sambaqui mostraram uma situação complexa que aponta a possibilidade de uma área com material de sambaqui, mas que, pelas características, não estaria na ilha – ou seja, material arqueológico deslocado, em contexto secundário. No entanto os dados não são conclusivos, exigindo uma nova pesquisa para o esclarecimento dessa questão. Por outro lado, há indícios de um concheiro natural também na ilha. Tal conjuntura exige estudos mais aprofundados no campo da geoarqueologia com novas coletas e análises. Também há que se refletir sobre como lidar com situações como essa quando se pensa em termos de conservação.

A base naval, que mantém muitas estruturas arquitetônicas, mostrou-se muito apropriada para uma pesquisa arqueológica. Há muitas dúvidas sobre o período em que esteve ativa, sobre o cotidiano na ilha, tema com o qual a pesquisa arqueológica poderia contribuir significativamente, haja vista a quantidade de vestígios materiais identificada em alguns pontos. É preciso considerar ainda que para um possível restauro é imprescindível uma pesquisa arqueológica prévia, segundo o que indicam as cartas patrimoniais e os manuais de restauro do IPHAN.

O projeto deu o primeiro passo para que a Ilha da Rita seja vista como um complexo arqueológico no qual estão reunidas evidências da presença humana em vários momentos e para que seu restauro, que poderá ocorrer em algum momento, seja pensado por uma abordagem interdisciplinar que envolva profissionais de diversas áreas, entre eles o arqueólogo, e não considere somente os aspectos arquitetônicos. Os resultados deste livro são mais que suficientes para demonstrar como essa perspectiva é fértil. O projeto permitiu, também, que um pequeno grupo de alunos fosse iniciado no campo da pesquisa arqueológica e nas reflexões interdisciplinares sobre o patrimônio arqueológico, introduzindo uma linha de pesquisa na Univille que desde então vem se fortalecendo. Pensamos que esses podem ser alguns dos bons resultados que o Projeto Rita deixou.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pesquisadores Tarcísio Possamai, Júlio César de Sá e Maria Cristina Alves as conversas e ideias trocadas, que nos ajudaram a pensar o patrimônio arqueológico da Ilha da Rita.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, D. da R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga** – Arqueologia e etnicidade. 272 f. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000314875>. Acesso em: 12 out. 2012.

BANDEIRA, D. da R. **Mudança na estratégia de subsistência: o Sítio Arqueológico Enseada I** – um estudo de caso. 152 f. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

BANDEIRA, D. da R. Zooarqueologia: Arqueologia e Biologia na busca da compreensão do passado humano. *In*: DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA. **Caderno de Biologia** – XII Semana do Biólogo 2006. Joinville: Univille, 2007. p. 19-23.

BANDEIRA, D. da R *et al.* Resultados preliminares da pesquisa no sambaqui sob rocha Casa de Pedra, São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 1, p. 207-225, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v13n1/1981-8122-bgoeldi-13-1-0207.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CARTA de Veneza. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

FERRARI, C. D. P. **A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural** – o exemplo da Ilha da Rita/SC. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

FIGUTI, L. **Construindo o sambaqui: a ocupação e os processos de construção de sítio na bacia do Canal do Palmital, Santa Catarina**. Relatório. Processo Fapesp 08/01285-0. Período 2008-2009. São Paulo: MAE/USP, 2009.

FIGUTI, L.; KLÖKLER, D. Resultados preliminares dos vestígios faunísticos do Sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 169-187, 1996.

FISCHER, L. G.; PEREIRA, L. E. D.; VIEIRA, J. P. **Peixes estuarinos e costeiros**. 2. ed. Rio Grande: Luciano Gomes Fischer, 2011.

FOSSILE, T. **Peixes na alimentação de povos pré-coloniais** – estudo ictioarqueológico do Sambaqui Cubatão I. 2013. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biologia Marinha) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Conjuntos urbanos tombados – São Francisco do Sul (SC)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/398/>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MORI, V. H. Arqueologia e restauração: anotações para debate. *In*: MORI, V. H. *et al.* (org.). **Patrimônio atualizando o debate**. São Paulo: 9.º SR/IPHAN, 2006. p. 117-138.

NAJAR, R.; DUARTE, M. C. C. **Manual de Arqueologia Histórica em projetos de restauração**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2002.

SCHEEL-YBERT, R. *et al.* Proposta de amostragem padronizada para macrovestígios bioarqueológicos: antracologia, arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 15-16, p. 139-163, 2005-2006.

Vestígios atuais de um passado revisitado

Roberta Cristina Silva
Roberta Nabuco de Oliveira
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
João Carlos Ferreira de Melo Júnior

Por ocasião da desativação da base naval em 1967, a Marinha fez um verdadeiro desmonte na Ilha da Rita, levando tudo o que poderia ser reutilizado para outros locais, no entanto ainda é possível encontrar um conjunto de bens arquitetônicos que, embora em mau estado de conservação, representa sua utilização como base naval. O sr. Paulo César Rocha (2000), funcionário do porto que cuidava da Ilha da Rita, afirmou que até o suporte para bandeiras, feito de bronze, foi retirado. Disse, ainda, que retiraram também quase todo o combustível existente nos tanques, sendo necessário, para isso, arrebentar a piscina que havia ao redor deles. Além disso, as seis casas de madeira, onde moravam alguns oficiais casados, foram desmontadas, bem como o telhado do alojamento dos fuzileiros (ROCHA, 2000). Prospecções arqueológicas realizadas¹ evidenciaram remanescentes do fundamento dessas casas e do apoio de alvenaria para o encanamento de água potável que vinha do continente, assim como boa parte dos canos de cobre que levavam água para a ilha, como se verá mais à frente.

¹ A arqueóloga Dione da Rocha Bandeira e equipe de estudantes, do Grupo de Pesquisa CNPq: Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural, realizaram prospecções arqueológicas na Ilha da Rita e no Distrito do Saí. Ver sobre isso o capítulo 5 deste livro.

Posteriormente, a Ilha da Rita passou à responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul, que requereu o direito de uso sob a alegação de que seria um enorme prejuízo para ele perder aquele posto de abastecimento de água potável aos navios. Para tanto, o porto deveria administrar a captação de água e garantir a manutenção da ilha, inclusive suas estruturas e o acesso ao local.

Enquanto esteve sob a administração do porto, a ilha também foi utilizada como ponto de lazer para seus funcionários, e a casa principal foi alterada para melhor atender aos grupos que frequentavam o local para pescar. Contudo a manutenção de todo o conjunto construído deixava a desejar, sofrendo a ação direta da natureza. Bohn (2010, p. 42) afirma que a população, “que tinha aquele espaço como uma referência majestosa da localidade, via seu patrimônio ser perdido pelo tempo”. Autoridades da Marinha também cobravam, na década de 1980, por meio de diversos ofícios, uma posição da União sobre o destino da Ilha, alegando que o porto não estava cumprindo com as responsabilidades delegadas, além de permitir que posseiros se estabelecessem no território da parte continental (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1967a).

A situação levou a Marinha a repensar a possibilidade de retomar a posse da Ilha da Rita e reativar aquela base naval na Região Sul, o que impulsionou uma série de novos estudos técnicos a fim de definir quais seriam as melhores características estratégico-militares para isso, já que desde a desativação da base da Ilha da Rita em 1967 a Marinha estava sem apoio para as operações navais da Marinha de Guerra no sul do país. É importante salientar que o contexto brasileiro que influiu sobre as estratégias das Forças Armadas na década de 1980 era bastante diverso do da primeira metade do século XX.

A Ilha da Rita estaria em disputa com outro possível local de interesse da Marinha, o Pontal do Poço, em Paranaguá (PR), e tal disputa terminou por descartar a Ilha da Rita como local estratégico para a Marinha, já que as condições do litoral do Paraná foram vistas como mais favoráveis e menos dispendiosas para o empreendimento. Porém a opção por Paranaguá também foi descartada com a aquisição de um novo terreno no município de Rio Grande (RS), conforme consta de documento enviado pelo Chefe do Estado Maior da Armada, em 4 de novembro de 1997, a diversos departamentos da Marinha, no qual fica explícita a decisão pela Lagoa dos Patos como melhor lugar estratégico para uma nova base naval naquele momento (ESTADO MAIOR DA ARMADA, 1997).

A modernização do Porto de São Francisco do Sul e dos navios fez com que a função principal da Ilha da Rita – o abastecimento de navios – fosse perdida.

Com a intenção do porto de devolver a Ilha da Rita à União e a manifestação de interesse por parte da Universidade da Região de Joinville (Univille), em 1996, de assumir a administração da ilha, uma nova função foi

se desenhando para aquele lugar (S. THIAGO; COELHO, 2001). A então reitora da universidade, Mariléia Gastaldi Machado Lopes (2000), conta que tudo começou com a ideia de construir um abrigo para estudantes fazerem pesquisas ambientais e trabalhos de educação ambiental com alunos da educação básica, ideia essa que surgiu de um contato com a Alemanha, onde havia um projeto similar. A escolha pela Vila da Glória, no Distrito do Saí, para construir esse local de estudos ocorreu após a Univille conhecer o biólogo e professor Cláudio Tureck, que ali residia e tinha um terreno disponível. O prefeito de São Francisco do Sul na época, Rogério Zattar Junior, foi procurado; este então fez a proposta de a Prefeitura comprar o terreno e doá-lo para a construção do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais – Cepa (LOPES, 2000).

Em sua entrevista a sra. Mariléia lembrou que após a visita ao terreno na Vila da Glória, retornando para a Ilha de São Francisco do Sul com o *ferryboat*, o prefeito mostrou a ela a Ilha da Rita, contou um pouco de sua história e perguntou por que a Univille não solicitava à Capitania dos Portos sua concessão para fazer um trabalho integrado com o futuro Cepa, cujo terreno ficava a quatro quilômetros do local. A reitora gostou muito da possibilidade e deu prosseguimento à ideia (LOPES, 2000). O responsável pelo porto na época, sr. Arnaldo S. Thiago, entrevistado durante esta pesquisa, afirmou que a reitora lhe apresentou sua ideia e ele prontamente se colocou à disposição, por considerar que nas mãos da Univille a Ilha da Rita teria um melhor uso (S. THIAGO, 2012). Com uma proposta interdisciplinar elaborada por diversos professores da universidade, cujo objetivo principal era a função pedagógica da ilha, prevendo a criação de trilhas e sensibilização ambiental com alunos do então Colégio de Aplicação da Univille e também de outras escolas da região, a Univille recebeu em 1999 a cessão da Ilha da Rita por 99 anos (S. THIAGO; COELHO, 2001).

A partir de então a Univille passou a desenvolver diversos projetos de pesquisa na região da Baía Babitonga, utilizando o Cepa e a Ilha da Rita como pontos de apoio e também como objeto de pesquisa, como a que deu origem a este livro.

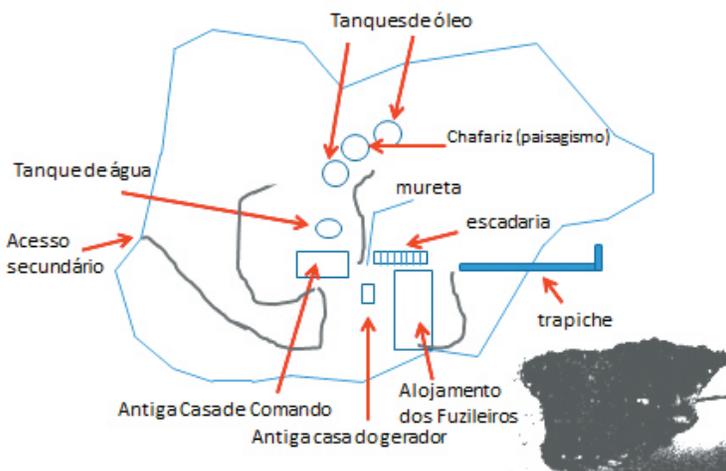
Conforme foi possível perceber nos demais capítulos, existem ainda alguns registros documentais muito particulares sobre o funcionamento da Ilha da Rita espalhados em diferentes arquivos no Brasil, destacando-se os existentes no Museu Histórico de São Francisco do Sul e no Departamento de História Marítima, setor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. No entanto não foram encontrados relatórios de construção, de reformas, plantas originais ou posteriores que pudessem colaborar para uma pesquisa mais aprofundada sobre a concepção das edificações. Dessa forma, principalmente as áreas já bastante alteradas internamente, ficam sem a

definição de divisórias internas e usos iniciais. Só foi possível conhecer muitos detalhes acerca de aspectos arquitetônicos da antiga base naval por intermédio de uma pesquisa de campo que identificou técnicas construtivas, materiais, alterações e outros elementos importantes, os quais permitiram uma boa análise e diagnóstico das construções existentes².

A análise do estado de conservação das edificações foi feita considerando as informações colhidas no local durante a etapa de levantamento de dados sobre os imóveis, a qual foi composta por pesquisa histórica, levantamento arquitetônico (elaboração de plantas, fachadas, corte etc.), análise tipológica e identificação de materiais e sistema construtivo.

A Ilha da Rita, como se observa pelo croqui da figura 1, possui um complexo arquitetônico composto por duas edificações, dois tanques de armazenamento de óleo e um de água e um pátio de acesso, que possuem caráter histórico considerável; a principal edificação é a que servia ao posto de comando da base, a primeira a ser edificada, datada de 1937, completando 80 anos em 2017.

Figura 1 – Croqui das edificações existentes na Ilha da Rita (2017)



Fonte: Elaborado por Fernanda Vollrath

² Essa análise, realizada pela arquiteta Roberta Cristina Silva, possibilitou uma proposta de projeto de restauro que respeite as características e ambiências existentes, adaptando-as para um novo uso que seja compatível com as edificações e espaços atuais. Tal proposta, no entanto, por seu caráter eminentemente técnico, não será apresentada neste livro.

Embora as edificações mantenham grande parte de suas características construtivas originais, as reformas realizadas sem nenhum critério de salvaguardar o bem, a ação do tempo e o mau estado de conservação contribuíram para a falta de informações precisas de como essas edificações foram concebidas.

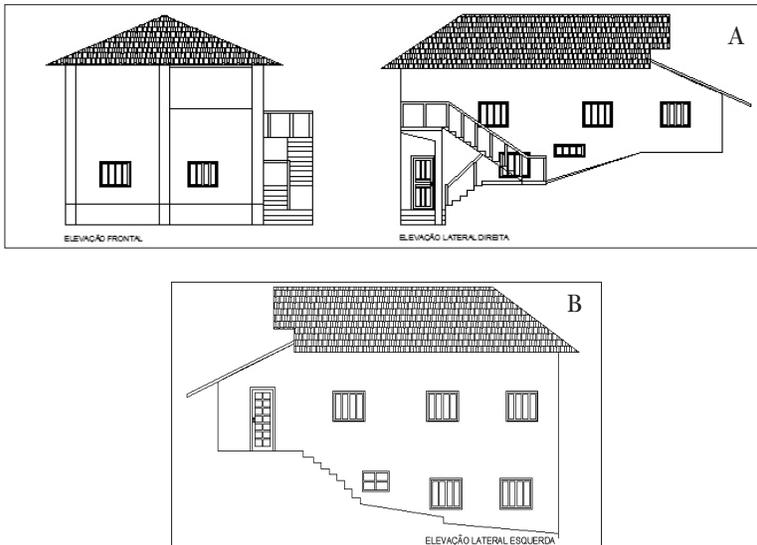
Entre as construções ainda existentes se pode identificar, na parte superior da ilha, a casa que servia ao oficial que detinha o posto de comando da base naval (figuras 2, 3 e 4), além dos dois tanques combustíveis de óleo *diesel* e o de água (figura 5).

Figura 2 – A e B: fotos atuais da antiga residência do posto de comando da base naval (2011)



Fonte: Fotografia de Cibele D. Piva Ferrari (2011) – acervo do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac) da Univille

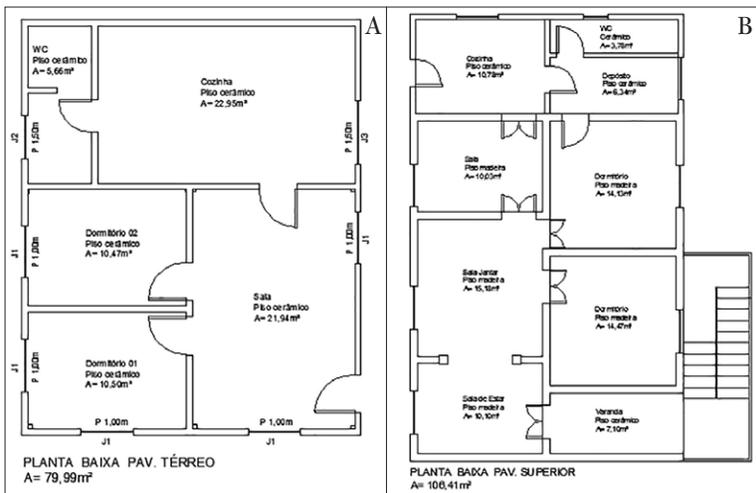
Figura 3 – A e B: elevações da casa do antigo comando da Base Naval da Ilha da Rita



Fonte: Roberta Cristina Silva (2010) – acervo do Geipac

Em prospeção arquitetônica da casa atual, identifica-se que o piso térreo está composto por uma sala, dois dormitórios, uma cozinha e um banheiro, e o piso superior por uma varanda, duas salas – sendo uma conjugada (estar e jantar) e outra menor –, dois dormitórios, um depósito, cozinha e um banheiro, como se verifica nas plantas baixas inseridas na figura 4 (A e B).

Figura 4 – A: planta baixa do pavimento térreo; B: planta baixa do pavimento superior



Fonte: Roberta Cristina Silva (2010) – acervo do Geipac

Na casa do comando, situada na parte superior da ilha, nota-se que foram feitas diversas reformas que não tiveram nenhum cuidado histórico, mesmo porque até o momento não há nenhuma legislação que proteja aqueles bens. Assim muitas das características arquitetônicas das edificações se perderam: foram criados anexos, substituídos os forros, trocado o assoalho, modificadas quase todas as esquadrias, entre muitos outros pontos que foram detectados pela pesquisa de campo.

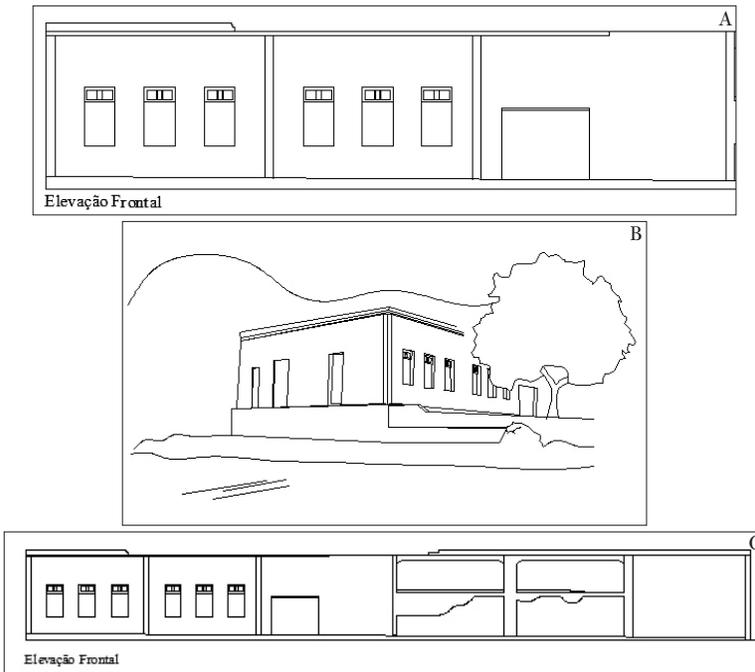
Figura 5 – A: tanque de óleo combustível; B: tanque de água da antiga base naval



Fonte: Fotografia de Cibele D. Piva Ferrari (2011) – acervo do Geipac

Na parte inferior do terreno encontra-se a edificação identificada como sendo, originalmente, o alojamento dos fuzileiros (figuras 6 e 7).

Figura 6 – Alojamento dos fuzileiros – A: elevação frontal; B: perspectiva ilustrativa; C: corte alojamento fuzileiros e depósito de carvão



Fonte: Roberta Cristina Silva (2010) – acervo do Geipac

Figura 7 – A: alojamento dos fuzileiros e depósito de carvão, vistos da baía; B: depósito de carvão da antiga Base Naval da Ilha da Rita



Fonte: Fotos de Roberta Cristina Silva (2011) – acervo do Geipac

Atualmente as estruturas da Ilha da Rita estão passando por processos de degradação por fatores naturais (climáticos e crescimento da vegetação em meio às edificações) e antropogênicos (depredação), como é possível notar nas figuras 7, 8 e 9. Além disso, pode-se dizer que o plantio de espécies vegetais exóticas à flora da mata atlântica também se configura como um tipo de degradação ambiental, ao passo que há a descaracterização da paisagem natural. No tocante tanto às plantas exóticas quanto às aquelas cujo crescimento está provocando danos às edificações históricas (figura 8), foram registradas 69 plantas, distribuídas em 18 representantes de quatro espécies da flora nativa e 51 de nove espécies da flora extrabrasileira. As espécies nativas são representadas pela aroeira (*Schinus terebinthifolius* – Anacardiaceae), canela (*Nectandra* sp. – Lauraceae), murta-vermelha (*Trichilia casaretti* – Meliaceae) e figueira-de-folha-miúda (*Ficus organensis* – Moraceae). As exóticas são representadas pela palmeira-australiana (*Archontophoenix* sp. – Arecaceae), palmeira-leque (*Livistona chinensis* – Arecaceae), mangueira (*Mangifera indica* – Lauraceae), pau-d'água (*Dracaena fragrans* – Liliaceae), hibisco (*Hibiscus rosa-sinensis* – Malvaceae), eucalipto (*Eucalyptus* sp. – Myrtaceae), café (*Coffea arabica* – Rubiaceae), limoeiro (*Citrus* sp. – Rutaceae) e ameixa-amarela (*Eriobotrya japonica* – Rosaceae).

Figura 8 – Danos provocados às edificações históricas da Ilha da Rita pelo crescimento de árvores de *Ficus organensis* (Moraceae) – A: erguimento da fundação de concreto; B: rachadura em parede



Fonte: Fotografia de João Carlos Melo Jr. (2012) – acervo do Geipac

Figura 9 – Fotografia do prédio do alojamento da Base Naval da Ilha da Rita: vista externa com detalhes da degradação natural e antrópica



Fonte: Fotografia de Roberta Nabuco de Oliveira (2012) – acervo do Geipac

A degradação desse edifício vem sendo intensificada pela falta de manutenção desde o fim da década de 1960, segundo o próprio relatório da Marinha:

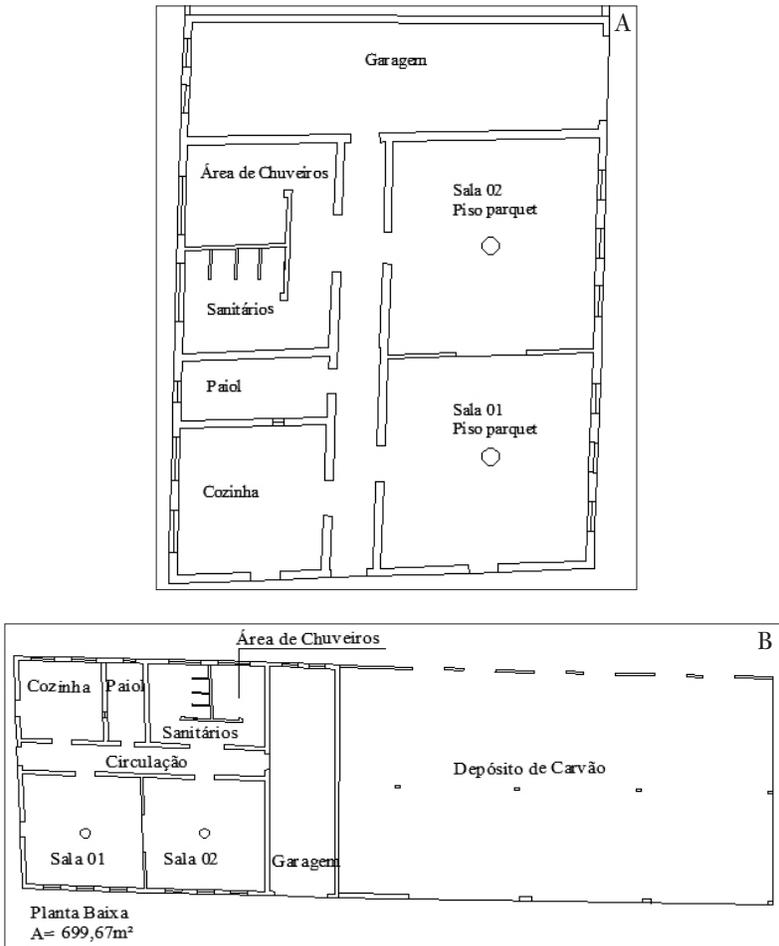
[...] esta delegacia mostrou a necessidade da desocupação da Ilha da Rita por militares do CFN. [...] após a inspeção passada em 9/11/1965 o Exm. Sr. Comandante do 5.º DN constatou a precariedade da manutenção das instalações e o conseqüente desgaste popular do conceito da MB decorrente do fato (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1967).

A degradação das estruturas da Base Naval da Ilha da Rita não é uma exceção, mas sim a realidade de muitos edifícios históricos que estão ou não sob a tutela do Estado, no Brasil e no mundo. A patrimonialização de um bem intercala-se entre uma vontade e a dificuldade de manutenção, em que nem tudo pode ser preservado. Deve-se lembrar, ainda, que a Ilha da Rita está localizada numa região de difícil acesso, fato que dificulta sua utilização e manutenção mais efetiva.

O levantamento arquitetônico da edificação do alojamento dos fuzileiros mostrou que ela possuía seis ambientes, como é possível verificar na planta baixa da figura 10, sendo: dois salões, que provavelmente seriam utilizados como dormitórios para aproximadamente 30 pessoas (figura 11), um conjunto de banheiros (figura 12), uma cozinha (figura 13), o paiol e o depósito de carvão

mineral, com capacidade para cerca de 3 mil toneladas, mostrado anteriormente na figura 7. A edificação possui três acessos: o principal pelos dois salões, o segundo que dá direto no corredor que divide a edificação e outro que vai até a cozinha. Pelo corredor se chega a todos os espaços da edificação: cozinha, paiol, salas, sanitário e uma espécie de garagem.

Figura 10 – Planta baixa – A: alojamento dos fuzileiros; B: alojamento dos fuzileiros e depósito de carvão



Fonte: Roberta Cristina Silva (2010) – acervo do Geipac

Figura 11 – Salões do alojamento de fuzileiros, com inscrições nas paredes, infiltrações e marcas no antigo piso, em tacos de madeira, retirado para alimentar fogueiras



Fonte: Fotografia de Roberta Nabuco de Oliveira (2011) – acervo do Geipac

Os pisos de madeira, cujas marcas ainda podem ser visualizadas na figura 11, serviram, segundo diversos depoimentos orais, para alimentar fogueiras de acampamentos. As inscrições aparentes em todas as paredes do alojamento dos fuzileiros navais também são vestígios das diversas pessoas que por ali passaram nos últimos anos, como se observa nas figuras 11, 12 e 13.

O sanitário é munido de quatro cabines para banho (figura 12) e um amplo espaço para pias e bacias sanitárias.

Figura 12 – Cabines para banho dos sanitários do alojamento



Fonte: Fotografia de Roberta Cristina Silva (2011) – acervo do Geipac

Percebem-se internamente detalhes únicos de revestimentos, não encontrados facilmente no município de São Francisco do Sul, como as pinturas imitando cerâmicas nos sanitários (figura 12) e na cozinha (figura 13).

Figura 13 – Fotografia da cozinha do alojamento da Base Naval da Ilha da Rita com detalhes da degradação natural e antrópica



Fonte: Fotografia de Roberta Nabuco de Oliveira (2012) – acervo do Geipac

Na parte inferior do terreno da ilha está o trapiche da base naval em forma de T, com cerca de 50 metros lineares, e o atual substituiu o original, que havia caído no ano de 2011³ (figura 14).

Figura 14 – Parte do trapiche reformado da antiga Base Naval da Ilha da Rita



Fonte: Fotografia de Roberta Nabuco de Oliveira (2012) – acervo do Geipac

³A iniciativa da reforma partiu da Univille e foi realizada com recursos do governo estadual.

Junto ao trapiche está o pórtico construído em estilo *art déco* (figura 15), com o nome da base e os anos relativos ao início e fim de sua construção — 1937 a 1939. O trapiche dá acesso à escadaria que liga a parte superior à inferior da base naval.

Figura 15 – Pórtico da base, início da escadaria e ao lado tubos de água da antiga Base Naval da Ilha da Rita



Fonte: Fotografia de Roberta Nabuco de Oliveira (2012) – acervo do Geipac

Os vestígios da antiga base naval ainda existentes na Ilha da Rita levam-nos a inúmeras discussões acerca da preservação ou não daquelas estruturas que, sem dúvida, ajudam a contar uma parte importante da história da região e do

país. Partindo do pressuposto de que as questões relativas ao patrimônio cultural giram, preponderantemente, em torno da atribuição de valores (CHOAY, 2001; ABREU; CHAGAS, 2003; FONSECA, 2009; GONÇALVES, 2016) que lhes é designada, pergunta-se: quais valores devem ser levados em consideração ao pensar em preservar, ou não, o patrimônio cultural da Ilha da Rita?

Ao trabalhar as várias questões que envolvem o patrimônio cultural, seus valores históricos, estéticos, significados coletivos, funcionalidades e limitações, faz-se necessário questionar a importância de um tombamento ou de outras práticas de proteção presentes em leis. Dessa forma, vale a pena preservar as atuais estruturas ou demoli-las e construir algo inteiramente novo no local?

Sendo a preservação de monumentos uma atividade necessariamente seletiva, uma constante opção entre o conservar e o destruir, ela será exercida por determinados agentes, e segundo determinados critérios, que orientam e também legitimam o processo de atribuição de valores – e, conseqüentemente, a preservação (FONSECA, 2009, p. 53).

A defesa aqui se faz pela associação de diversos fatores: elementos históricos, processos de significação e construção de representações. Tais aspectos devem partir das vontades das pessoas envolvidas com o bem, sejam elas pesquisadores, representantes legais, populações e instituições ligadas às memórias do patrimônio em questão e, sobretudo, a própria população que vive em seu entorno. Essas associações podem gerar novas relações sociais, novos olhares históricos, novos elementos intelectualmente estimulantes à reflexão, além de proporcionar atrativos econômicos e políticos. Sendo assim, a contribuição da pesquisa que resultou neste livro é apontar novos significados históricos sobre a Ilha da Rita, pois se entende que, dessa forma, se estabelecem novas relações com outros sujeitos; no caso aqui propiciará uma abrangência que se refere a elementos da História do Brasil e ao ambiente natural que circunda a ilha.

Que relações manter com o passado, os passados, é claro, mas também, e fortemente, com o futuro? Sem esquecer o presente ou, inversamente, correndo o risco de ver somente a ele: como, no sentido próprio do termo, o habitar? Que destruir, que conservar,

que reconstruir, que construir e como? São decisões e ações que impõem uma relação explícita ao tempo. Quem se cega a tal ponto que não consegue vê-lo? (HARTOG, 2006, p. 264).

Com base nesse ponto, sugere-se pensar: o que constituiria o patrimônio cultural da Base Naval da Ilha da Rita? A que aspectos culturais e naturais estaria relacionado esse patrimônio? E suas estruturas? E sua história? Um primeiro olhar para as estruturas materiais da Ilha da Rita pode remeter momentaneamente a um patrimônio exclusivamente da Marinha, mas seu estudo mais aprofundado levou-nos a outras dimensões das interações cotidianas desse espaço.

Toma-se consciência de que a compreensão do cenário atual da cultura, do patrimônio, da história, assim como das ciências em geral, não é isenta de relações de poder, ou seja, reconhece-se que há assimetrias entre os indivíduos e os grupos sociais e que elas também se configuram em decisões políticas. Então, com o olhar mais crítico, é necessário ter em mente que tanto no universo acadêmico quanto na própria vivência cotidiana há certos desinteresses por determinadas histórias, assim como exaltação a outras.

Embora as edificações estejam em mau estado de conservação, as ruínas existentes ainda permitem uma leitura daquilo que foi a base naval. A ilha tem uma importância pelo seu conjunto, pela implantação da base naval e de suas ambiências.

Apesar de ter havido a inserção de algumas espécies não nativas nas proximidades das edificações, a maior parte da vegetação da ilha é nativa, encontra-se densa e traz uma sensação de proximidade com a natureza, de espaço puro, confortável e seguro. A proximidade com o mar, a tranquilidade, o silêncio tornam a ilha um espaço único. O entendimento dessas ambiências, não somente do espaço físico e de sua arquitetura em si, é que deve nortear a definição de um destino para o local.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BOHN, L. R. D. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita:** refletindo sobre identidades e herança cultural. 2010. 99 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

ESTADO MAIOR DA ARMADA. **Documento Confidencial n.º 1497.** Anexo B – Imóvel retido por razões estratégicas. Parecer. Brasília, 4 nov. 1997. Pasta sem título. Arquivo da Marinha do Brasil. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Departamento de História. Rio de Janeiro (RJ).

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FUNARI, P. P. A.; PELLEGRINI, S. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, J. **Figuras de valor.** Patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 23, p. 261-263, jul.-dez. 2006.

LOPES, M. G. M. **Mariléia Gastaldi Machado Lopes:** depoimento [maio 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. Joinville, 2000. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto Baía Babitonga.

MINISTÉRIO DA MARINHA. **Anexo B do 9. Despacho n. 090. de 8 ago. 1967, da DelCP- SFCo-Sul.** Assunto: Desativação da Ilha da Rita. 1967a.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Serviço de Administração e Tombamento dos Próprios Nacionais. **15.º despacho, n. 0126.** Rio de Janeiro, 31 out. 1967. Serviço de Documentação da Marinha – SDM. 1967b.

ROCHA, P. C. **Paulo César Rocha:** depoimento [fevereiro 2000]. Entrevistadoras: Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. São Francisco do Sul, 2000. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o Projeto Baía Babitonga.

S. THIAGO, A. **Arnaldo S. Thiago:** depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

S. THIAGO, R.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-62, 2001.

Base 9'19': a Ilha da Rita na construção dos moradores da Vila da Glória

Letícia Ribas Diefenthaler Bohn

INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com o tempo é paradoxal – queremos sempre viver em um tempo ausente, seja porque ainda não chegou (infância), seja porque já se foi (velhice). Somos tempo. Amadurecer é um confronto direto com a forma como vemos a sociedade e nos comportamos nela. Vemos e revemos nossas atitudes e formas de pensar amparados por nossa memória. É esta que possibilita a reflexão, promovendo movimentos significativos em nossa essência.

Se já não vivemos o que passou, podemos ao menos revê-lo em nossas lembranças – momentos únicos, doces ou amargos, que estarão presentes durante nossa existência. E essas lembranças, às vezes, chegam de tal forma que somos capazes de sentir cheiros, sabores, texturas. A memória preenche um espaço de ausência.

Dividir a história de vida com alguém é motivo de alegria para quem conta. E, para aqueles que estiverem dispostos a ouvir, é instigante. Temos uma ligação visceral com a lembrança do outro porque, não raro, nós nos encontramos na memória do outro e muitas vezes somos agraciados com riquezas de detalhes que não aparecem em livros, jornais, revistas, pois o espaço da memória física se torna pequeno se comparado à memória emocional.

A pesquisa “Patrimônio histórico-cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e heranças culturais” teve como objetivo promover a reflexão

¹ Base 9'19 foi a denominação dada ao curta-metragem editado pelo artista plástico Nilton Santo Tirotti, feito com base nas entrevistas realizadas neste trabalho.

sobre os processos identitários e heranças culturais da Ilha da Rita, na Vila da Glória, com base em histórias dos moradores mais antigos daquela localidade.

A atual Vila da Glória, como é conhecido o Distrito do Saí (Sahy), é uma região pertencente à cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, e é composta pelas comunidades Vila da Glória, Praia Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin e Saí-Mirim.

O início do povoamento histórico dessa região data de 1600, com a chegada dos portugueses. Já em 1840 a área que abrange este estudo foi tomada por um movimento francês conhecido como Falanstério de Saí. O médico homeopata Benoît Jules Mure foi o grande articulador da ideia, tanto na França quanto no Brasil. Ele idealizava uma comunidade estruturada pelo associativismo, ou seja, sem empregados, apenas pequenos sócios.

Os migrantes franceses, motivados pelos incentivos brasileiros de industrialização propostos por Dom Pedro II e pela necessidade de deixar a França – ainda que angustiados –, em função das guerras e das rebeliões, encontraram nessas terras a possibilidade de materialização de uma proposta pautada no ideal socialista de Charles Fourier. Foi nesse espaço de utopia e sonhos que a Vila da Glória se estabeleceu e se fortaleceu como comunidade.

Outro marco importante na história da Vila da Glória foi a instalação de uma base de abastecimento naval na Ilha da Rita. A ilha, que também serviu de moradia para os sambaquianos, foi adquirida em 1918 pela Marinha do Brasil, juntamente com uma fazenda na Vila da Glória, próximo ao Frias, onde havia nascentes de águas.

A construção da base naval teve início em outubro de 1937 pelo governo brasileiro, e sua inauguração deu-se em maio de 1940, tendo contado com a presença do então presidente Getúlio Vargas, como visto nos capítulos anteriores. Com a base ficava garantido o abastecimento, aos navios de grande porte, de água potável, óleo e carvão mineral, itens necessários para a manutenção durante longas viagens.

Esse patrimônio natural, histórico e cultural chamado Ilha da Rita, depois da utilização durante a Segunda Guerra Mundial, passou pouco a pouco a perder seu espaço de prestígio no cenário da Marinha nacional, e a estrutura que continuava na ilha inevitavelmente sofria a ação do tempo.

Em 1996 a Universidade da Região de Joinville (Univille) recebeu a concessão de uso da Ilha da Rita para fins educacionais e, obviamente, com o objetivo de se aproximar da comunidade da Vila da Glória, com a possibilidade latente de reacender esse patrimônio.

Existem poucos registros históricos (documentos, fotos, entre outros) sobre a ilha e, por isso, muitas das histórias estão restritas à memória dos moradores da Vila da Glória. Entrevistar os moradores mais antigos é uma forma de registrar e ressignificar tal patrimônio. Propor esse diálogo é importante para identificar o envolvimento da comunidade com a ilha, bem como para preservar e valorizar a sua história.

O método de pesquisa social e narrativa foi adotado para reunir os entrevistados em momentos de conversas sobre a temática Ilha da Rita. Moradores que puderam, de alguma forma, sentir/viver o movimento que a base de abastecimento instalada na Ilha da Rita provocou tiveram a oportunidade de relembrar coletivamente as histórias entrelaçadas. Estimulou-se, de certo modo, a sociedade a estabelecer e tecer redes de pertencimento com a ilha, evidenciando novamente esse patrimônio como referência da Vila da Glória.

ESTRUTURA CONCEITUAL DA PESQUISA

Fundamental recorrer, aqui, a três conceitos que se inter-relacionam e interagem profundamente, mas atribuem diferentes análises à pesquisa ora proposta: patrimônio, identidades e memórias. Eles acabam por formar um complexo tripé que sustenta a gama de reflexões a respeito dos papéis históricos, sociais e culturais assumidos pelas personagens dessa pesquisa.

Não se trata apenas de expor pontos de vista, analisar depoimentos ou reconstruir passagens importantes da comunidade da Vila da Glória. Ao recosturar significados e valores exclusivos dessas personagens, reedificam-se novos figurinos de várias vivências. O conceito de patrimônio aqui apresentado toma como base a concepção de Chauí (2006, p. 117), que aborda a relação simbólica dos processos e das construções históricas:

Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navios e em escudos, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e, destinados exclusivamente à visibilidade e à contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura) e uma significação simbólica dotada de sentido para uma coletividade.

A ideia adotada é a do patrimônio que é coletivo, que se refere ao legado cultural de uma sociedade, ou de toda a humanidade. O patrimônio histórico apresentado por Choay (2006) ratifica o conceito proposto por Chauí (2006).

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

Há, nesse caminho, outro importante vetor, que faz a necessária conexão entre o conceito de patrimônio, como bens de qualquer natureza pertencentes ao conjunto da sociedade, e os valores culturais propriamente ditos, que ajudam a formar a identidade. Assim, há a possibilidade de relacionar patrimônio com identidade, na perspectiva de aproximar os laços entre coletividade e bens de valor cultural. Essa proposta é um ângulo de Magalhães (2005, p. 22):

O patrimônio cultural, enquanto testemunho de nosso passado, tem assumido uma importância cada vez maior no seio da sociedade, primeiro, modernas, depois, pós-modernas. Um conjunto de factores, iniciados com as revoluções inerentes à fundação da sociedade moderna, conjugados com outros que marcaram este mesmo período, como as duas guerras mundiais, conduziu a exaltação do patrimônio como objectivador das identidades nacionais.

No entanto, quando se discutem conceitos de patrimônio particular, surgem equações difíceis de resolver diante do que ele significa para um cidadão, uma vez que a origem da palavra se refere ao que é de herança familiar ou de valores materiais conquistados pela força de trabalho. A tendência é de que a pessoa queira preservar esse patrimônio particular pelo valor comercial e sentimental que representa, mas, quando falamos em patrimônio histórico, cultural e natural, entendemos esses conceitos como bens coletivos. Já no que tange à responsabilidade de preservar ou cuidar desse patrimônio, costuma ser relegada ao outro – na maioria das vezes, ao poder público. O centro da discussão da ideia de patrimônio de toda a comunidade é justamente a impressão de que a maioria das pessoas se distancia dele, sem a plena noção de que aquele bem também é seu. Um possível caminho para resolver o paradoxo do distanciamento entre o patrimônio e seus proprietários está no necessário reconhecimento

coletivo dos valores que o grupo possui – construído sobre as vertentes estéticas da identidade:

É a identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões, distinguindo-os de todos os outros territórios, vizinhos ou distantes. A identidade local revela as formas e a intensidade da integração econômica e cultural dos lugares e regiões no passado e no presente. Preservar e reforçar as identidades locais constituem uma condição *sine qua non* para o futuro da economia e da sociedade (GOMES, 2009, p. 61).

É nítido, pois, que o patrimônio sozinho não tem representatividade. Para ser referência, é preciso que a comunidade se reconheça naquele espaço. Há necessidade da coletividade. Nesse grande movimento, o que favorece o encontro, a percepção e a valorização da sociedade sobre um monumento, uma obra de arte ou mesmo diferentes manifestações culturais são as identidades.

Esse fenômeno social entrelaça as identidades com o patrimônio e sugere que se vá além da transmissão para as gerações futuras, pensamento que se sustenta na permanência e vivência dos signos que compõem e diferenciam cada sociedade.

A palavra identidade tem uma gama de significados que são unidos pelo valor atribuído pela sociedade ao longo do tempo. A concepção de uma identidade estagnada e amarrada em laços da época do Iluminismo não serve para designar o sujeito da sociedade contemporânea do século XXI. Hall (2006, p. 13) apresenta com propriedade esse novo sujeito:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja HALL, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

A visão de identidade sempre em movimento está intimamente ligada à relação de tempo e espaço em transformação. Tudo é construído e reconstruído

à medida que é conveniente para a sociedade. Sobre a abordagem construtivista da identidade, destaca-se:

Segundo esta abordagem, a realidade é “construída” pelas representações dos atores, e essa construção subjetiva faz parte da própria realidade que o olhar do observador deve levar em consideração. A abordagem construtivista da identidade vai mais longe que a simples recontextualização da questão. Dois momentos podem ser distinguidos na análise: por um lado, a necessidade experimentada por alguns grupos, categorias ou indivíduos de edificar, nesse ou naquele contexto, fronteiras simbólicas (é o momento da identidade); por outro, o processo de edificação dela própria, ou seja, o momento da criação cultural, que se define sempre no quadro precedente (AGIER, 2001, p. 11).

Considerando a identidade sob a ótica construtivista, podemos entender que o mérito de um legado cultural em uma sociedade não é o que está em jogo, mas sim como tal grupo percebe e procura se relacionar com determinado símbolo, patrimônio, fazeres, saberes etc. Tal processo se sustenta na busca sistemática do ser humano de se encontrar no outro.

Encarando a identidade como uma *performance* rizomática², e não como uma unidade, é possível distanciar-se da noção estagnada de identidade e caminhar para uma visão cada vez mais ampla desse conceito, conforme argumenta Hall (2000, p. 108):

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. [...] As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

²Rizoma, para a botânica, é um caule que cresce horizontalmente, muitas vezes subterrâneo, podendo ter porções aéreas. Para os pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, essa ideia precisava ser ampliada, uma vez que não comportava a multiplicidade. Ampliam o conceito, afirmando que rizoma seria como um ponto de partida para que as multiplicidades possam pensar por elas mesmas (BORGES; CABRAL, 2006).

E, para que possamos revisitamos esse passado, na busca exaurida das identidades, recorreremos a nossas memórias, buscando atender aos nossos próprios processos de contar e recontar a história.

O poeta Mário Quintana³ escreveu que o passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente. Essa afirmação começa a ilustrar nossa ligação com o que já aconteceu. Mas, para ter acesso próprio a tudo quanto já passou, as pessoas dependem da memória. A visão poética de Quintana traz o passado sempre presente como uma condição humana. E esse passado se reconstrói por meio da memória:

Temos hoje da crítica da História a certeza de que os homens falam sobre o passado pensando o presente e de que a memória social do acontecido não é mais do que a imaginação coletiva do acontecendo. Sabemos que não é apenas cada falante que recorda o momento vivido da memória de sua cultura, produz (dele e dela) uma interpretação pessoal, entre outras, como sabemos também que, em uma mesma pessoa que lembra, o próprio ato da lembrança tem a sua história e inscreve-se no contexto de como a cada vez, quem lembra vive, como um gesto e uma biografia, este contexto, nesta história. Podemos acrescentar ainda que, tornada uma experiência subjetiva e individualizada (as duas coisas são diferentes), a lembrança dos fatos sociais inscrita em uma e como uma biografia é, sempre, fortemente carregada de sensibilidades, imbuída de afetos vividos e revisitados quando reditos, por exemplo, em um diário pessoal ou em uma entrevista de pesquisa (BRANDÃO, 1988, p. 64).

Porém, se relacionarmos a memória à existência do homem, acabamos por cruzar com a própria problemática da memória, conforme expõe Félix (1998, p. 35):

Se a pergunta pelo sentido da condição humana e de sua trajetória está na base da explicação para o fazer história como investigação-testemunho, a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.

Já a perspectiva proposta por Abreu e Chagas (2003, p. 58) traz a palavra memória como conceito polissêmico que abrange, entre outros, os significados de meio de recordar e de mensagem (recordação).

Por outro lado, Bosi (1994, p. 46) discute o conceito com base em considerações sobre a função da memória:

³ Citado por Kledir Ramil no DVD *Autorretrato*.

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o corpo passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Na mão ou na contramão das discussões sobre a memória, para esta pesquisa, ela é o motor, ou melhor, o coração da relação envolvente, de um pulsar contínuo e com ritmos alternados, ora acelerados, ora mais lentos. No entanto a memória não é apenas uma.

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memórias dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. [...] A *memória-hábito* adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras. Ela é um processo que se dá pelas exigências da socialização. [...] No outro extremo, a lembrança pura, quando se atualiza na *imagem-lembrança*, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, de seu aparecimento por via da memória (BOSI, 1994, p. 48-49).

Portanto, é preciso referir a palavra memória no plural, uma vez que tratamos de utilizar uma metodologia de pesquisa-ação com ênfase nas narrativas, baseada em entrevistas coletivas. Este estudo contou com a participação de três atores sociais, moradores da Vila da Glória, que tiveram proximidade com a trajetória histórica da Ilha da Rita, nosso objeto de pesquisa.

Para Halbwachs (2006, p. 80), as lembranças coletivas viriam a se aplicar sobre as lembranças individuais, e assim poderíamos agarrá-las mais cômoda e seguramente. Apoiados nessas memórias, portanto, a ideia é auscultar, à medida do possível, as relações dos moradores da Vila da Glória com a Ilha da Rita, buscando respostas para as questões da identidade das pessoas com o lugar, para saber se e até que ponto aquele é, efetivamente, um patrimônio cultural para a comunidade.

Mas, antes de mergulhar nas lembranças, vivências e narrativas desses moradores, é necessário visitar a história do lugar, presente nos registros e documentos que permanecem sob a tutela da Capitania dos Portos, museus e arquivos históricos mantidos pelo município de São Francisco do Sul.

HISTORIOGRAFIA COMO PONTO DE PARTIDA DO ESTUDO

Pertencente ao município de São Francisco do Sul, o Distrito do Saí, Santa Catarina, possui 105,7 km² e foi instituído como distrito a partir da Lei Provincial n.º 302, de 5 de abril de 1850.

É uma localidade que, passados mais de 400 anos, preserva ainda características de sua colonização. Com forte ligação com o mar, por conta da geografia do lugar, seus moradores têm um jeito pacato, muita simpatia e vontade de preservar a história local. A comunidade, que teve sua história escrita com ritmo próprio, caracterizada por sua fonte primeira de subsistência, que é a pesca, acaba por viver hoje um paradoxo com esse mundo pós-moderno, de vasta tecnologia e baseado em consumismo, em que vivemos.

Sob uma ótica um pouco diferenciada, mas ainda assim motivo de orgulho para os moradores da Vila da Glória, um acontecimento histórico importante foi a instalação da Base Naval da Ilha da Rita.

A escolha da ilha para esse propósito teve uma razão geográfica estratégica, em virtude de sua localização próxima ao continente (conforme imagem abaixo), o que facilitaria a construção dos tanques de abastecimento e, principalmente, a disponibilização de água potável para os navios – praticamente junto com a ilha, a Marinha adquiriu também uma fonte de água no continente.

Figura 1 – Imagem aérea da Ilha da Rita, mostrando a proximidade com o continente (s.d.)



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul

A ilha adquirida pela Marinha em 11 de outubro de 1918 do senhor Francisco José Dias de Almeida e sua mulher⁴ e que antes era chamada de Ilha Vicente Pinto, em referência ao seu primeiro proprietário, até hoje abriga um mistério com relação à origem de seu nome, conforme apurado por S. Thiago e Coelho (2001, p. 56):

Quem foi Rita? A tradição oral revela que teria sido uma senhora que recebera das autoridades francisquenses licença para desenvolver na ilha sua pequena lavoura, já que foi bastante comum, durante todo o processo de ocupação da região, a cessão de uma ilha ou outra para particulares. A ilha do Maracujá, por exemplo, teria sido cedida a um senhor que ali cultivava a saborosa fruta.

Segundo o prático Mário Bernstoff, grande conhecedor da região, quando os funcionários da Marinha foram fazer a carta náutica da baía da Babitonga, perguntavam aos moradores dos arredores como determinada ilha ou qualquer outro acidente geográfico era chamado, registrando na carta os nomes apontados pela gente do lugar. E assim teria sido oficializado, também, o nome da ilha da Rita. Segundo fontes oficiais, a ilha da Rita foi chamada anteriormente de ilha Vicente Pinto, nome de seu legítimo proprietário. Quando teria mudado de nome, no entanto, continua sendo um mistério.

A base de abastecimento naval ali implantada dispunha de casa para o capitão, hospedaria para os fuzileiros, tanques de óleo e água, um trapiche de concreto para atracação de grande porte, além de um depósito para o armazenamento de carvão. Essa estrutura fornecia combustíveis para os navios aliados na Segunda Guerra Mundial.

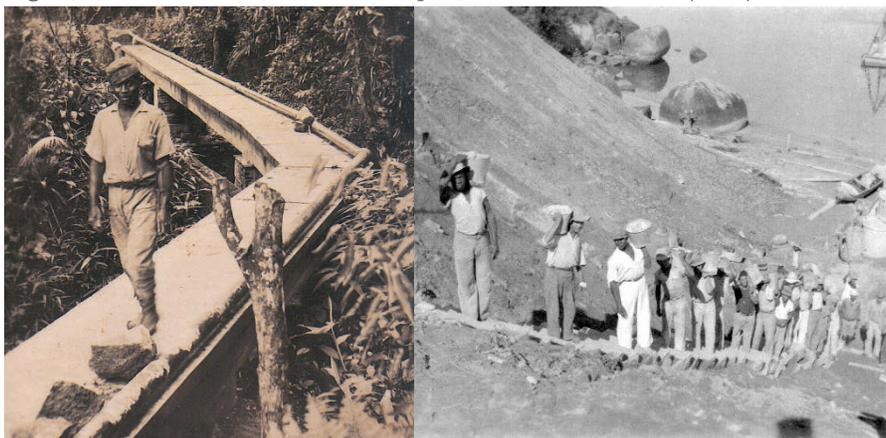
Durante a construção, houve muita movimentação também no continente, uma vez que a água potável da fonte adquirida pela Marinha foi trazida através de grandes tubos que passavam debaixo do mar. No relatório apresentado pelo capitão-tenente Álvaro Pereira do Cabo (BASE NAVAL DE COMBUSTÍVEIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1941), oficial responsável pelas obras, ficam evidentes as dificuldades da construção, a qual teve cinco etapas no continente, que foram:

⁴ Registro de imóveis número 919, folha 30, documento da Delegacia do Porto de São Francisco do Sul.

Preparação do terreno e estudos, construção de um barracão de madeira para acampamento do pessoal e um trapiche de madeira para descarga do material, represa, ponte de cimento armado e conduto de água. A antiga represa não tinha altura suficiente para alimentar os tanques da ilha e tivemos que buscar uma outra fonte. Para o acampamento do pessoal e sede do nosso serviço, construímos um barracão de 15 metros por 12 com pequeno quarto [...]. Nesta moradia dormiam cem trabalhadores em beliches. [...] Fizemos uma represa de cimento armado de alvenaria cercando toda a bacia que este manancial faz. [...] Para a passagem dos tubos condutores da água [sic], houve necessidade de construir pontes. Verdadeiros precipícios formados pela natureza não nos deixaram livres desta construção. [...] Os tubos empregados para canalização da água [sic] são de ferro fundido de 4 polegadas de diâmetro.

Percebe-se, pela descrição das atividades, que se exigiu bastante dos trabalhadores envolvidos nessa empreitada. Houve doação e entrega por parte desses homens, uma vez que as condições de trabalho eram mínimas, e o prazo para a conclusão, muito curto.

Figura 2 – Trabalhadores durante empreitada na Ilha da Rita (1937)



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul

No relatório do Capitão Cabo, ele descreve as obras na ilha, que foram mais longas que as do continente, conforme etapas a seguir:

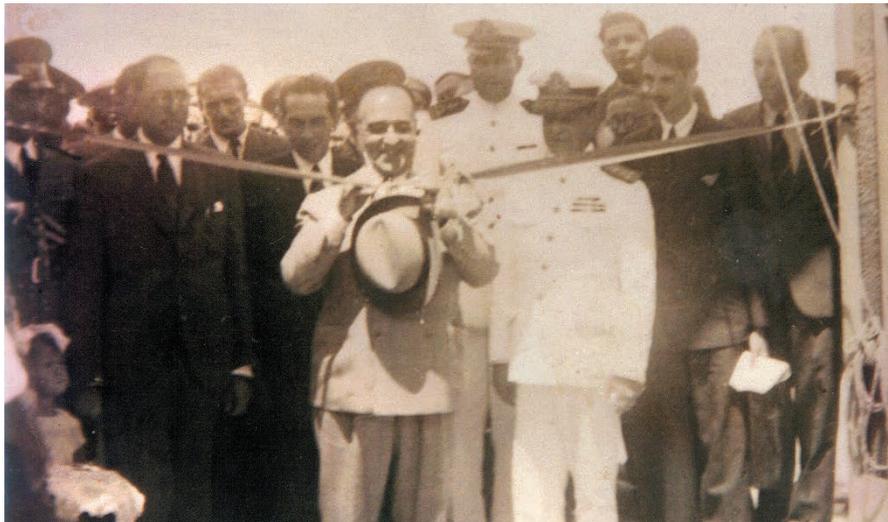
Estudo e preparação do local para os tanques, barracão, trapiche etc. Casa do zelador. Caixa d'água. Tanque de óleo combustível e diesel e respectivas caixas de foamites. Barracão de carvão e alojamento dos praças. Trapiche. Portão e entrada. Muro de arrimo. Iluminação. Escadaria e outras pequenas obras de cimento (BASE NAVAL DE COMBUSTÍVEIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1941).

O oficial empenhou-se em registrar cada fase da construção com riqueza de detalhes em documento que deixa evidente o esforço em atender com rigor às necessidades e especificações daquele projeto, de fundamental importância política para o país – e também para os aliados, na Segunda Guerra.

A inauguração ocorreu em março de 1940. O relatório apresentado pelo capitão-tenente Álvaro Pereira do Cabo informa que

as obras foram iniciadas em 1937 e terminadas em agosto de 1939 e sendo inaugurada em 9 de março de 1940 pelo Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas, com a presença de Sr. Ministro da Marinha Almirante Ghuilhem, Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos Interventor do Estado, e altas autoridades civis e militares (BASE NAVAL DE COMBUSTÍVEIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 1941).

Figura 3 – Momento em que o Presidente Vargas inaugura a base na Ilha da Rita (1940)



Fonte: Museu Histórico de São Francisco do Sul

Sobre esse momento político, S. Thiago e Coelho (2001, p. 54) sublinham a interação com a comunidade local e o papel que o Estado Novo de Getúlio Vargas começava a desempenhar no âmbito do conflito mundial:

Nesse período [1940] estava em pleno vigor o chamado Estado Novo, consolidando o governo autoritário do Presidente Getúlio Vargas. Sua política externa exigia definições e posições que ora manifestavam simpatia pela causa nazi-fascista (Alemanha e Itália), ora pelos aliados (Inglaterra, França e EUA) representantes do liberalismo. Vivia-se um período de incertezas, até que finalmente, em 1942, o Brasil, por força dos acordos, declarou-se ao lado dos aliados, firmando sua posição de porta voz dos Estados Unidos na América do Sul.

Vargas conquistara a simpatia de grande parte da massa de trabalhadores brasileiros ao criar a idéia de um Estado protetor da classe operária, generoso. Essa imagem apagava da memória dessa classe toda a sua luta anterior por melhores condições de vida e trabalho. Com o golpe de 1937, Vargas conduziu o Estado ao papel de tutor das classes sociais, reafirmando-se como o “pai dos pobres”, “grande benfeitor” e a referência máxima da nação. A figura carismática de Vargas consolidou o já tradicional culto à personalidade, próprio da cultura política brasileira. Antes da sua chegada, os jornais de Joinville e região promoveram-lhe impressionante exaltação. O jornal *A Notícia*, particularmente, dedicou-lhe extensas e elogiosas matérias, o que reflete a simpatia declarada do seu diretor, Sr. Aurino Soares.

No período de 1960 a 1970, segundo S. Thiago e Coelho (2001), a Marinha estava disposta a devolver a ilha à União. Diante disso, a Empresa Marítima e Comercial Ltda. apresentou uma proposta para se responsabilizar pela manutenção da ilha com a ideia de criar uma colônia de férias para seus funcionários. Na mesma época, a administração do porto também oficializou seu interesse em assumir a ilha para que pudesse fornecer água potável para os navios que atracavam ali. A base foi desativada, em definitivo, no ano de 1968, e seu gerenciamento, transferido para a administração portuária de São Francisco do Sul.

A Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj) recebeu o *status* de universidade no ano de 1996, pois intensificava na época suas ações de pesquisa e extensão, qualificando e ampliando seu quadro docente. Fruto dessa grande transformação e de sua preocupação com o meio ambiente, a recém-criada Universidade da Região de Joinville (Univille) apresentaria uma proposta de

fundar um Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) na comunidade da Vila da Glória. E, assim, surgiria também o interesse dessa instituição pela Ilha da Rita, que objetivava a possibilidade de discussão pedagógica sobre a temática do meio ambiente, conforme descrito na justificativa de ocupação apresentada pela Univille (1997):

As questões ambientais, históricas, sociais e econômicas e o próprio nome da UNIVILLE, por si só, já justificam um Campus avançado da Universidade da Região de Joinville na Ilha da Rita. Portanto, baseada nestas questões e na exposição de motivos acima descritos, esta Instituição de Ensino Superior pleiteia a criação na Ilha da Rita de uma base para pesquisas básicas e aplicadas, visando o monitoramento ambiental, social e econômico da Baía da Babitonga.

S. Thiago e Coelho (2001) informam que em 14 de junho de 1999 foi assinado o contrato de cessão de uso da ilha para a Univille, por 99 anos⁵.

Toda essa história da Ilha da Rita ainda permanece nas lembranças dos moradores mais antigos da Vila da Glória. Além de terem sido partícipes da trajetória, os senhores que ainda vivem têm recordações sobre esse patrimônio natural, arqueológico, histórico e cultural, e por isso a relevância de buscarmos e ressignificarmos essas narrativas.

Foi fundamental garimpar, portanto, entre os moradores da Vila da Glória aqueles que, por sua idade e disponibilidade, pudessem ajudar a montar, primeiramente, um mosaico de memórias que nos fornecesse subsídios para entender melhor o real papel da Ilha da Rita naquela comunidade.

A experiência trouxe à tona, por exemplo, aspectos da historiografia oficial que não sensibilizaram a comunidade nem tiveram grandes impactos sobre ela, bem como outros que eles consideram mais importantes, graças às conexões reais com suas vivências e rotinas. De qualquer maneira, a base naval que a Ilha da Rita abrigou durante vários anos – e objeto de orgulho da comunidade – é também importante ponto de partida para novas reflexões sobre o que os moradores consideram patrimônio histórico-cultural da Vila da Glória.

Assim, iniciou-se uma busca por moradores que tivessem nascido e vivido na vila no período considerado o mais importante, sob o ponto de vista histórico, um marco daquela comunidade, que foi a construção da base de abastecimento naval na Ilha da Rita.

Durante esse processo, pensamos que poderíamos nos apropriar de uma perspectiva de entrevistas coletivas. Teríamos, então, de primeiro identificar os

⁵ Contrato de cessão de uso da Ilha da Rita, disponível na Assessoria Jurídica da Univille.

moradores mais antigos da Vila da Glória e depois tentar articular encontros com essas pessoas. Como proposta inicial, pensamos em conseguir no mínimo seis idosos e marcar quatro encontros, porém encontrar moradores com mais de 60 anos, nascidos e crescidos na Vila da Glória e que estivessem dispostos a conversar, diante de uma câmera, sobre a trajetória da Ilha da Rita não foi tarefa fácil. Já tínhamos conhecimento de que havia um senhor que se chamava Belarmino Borba – o sr. Belo –, pescador e canoieiro que morava ao lado do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais (Cepa) da Univille.

Como o sr. Belo é uma pessoa de referência na Vila da Glória, fomos conversar primeiro com ele sobre a pesquisa. Ele foi bastante receptivo e já nesse primeiro contato contou algumas de suas inúmeras histórias. Além de aceitar participar da pesquisa, o sr. Belo indicou mais alguns moradores nascidos na vila.

Fomos, então, procurar os senhores que nos foram sugeridos, contudo apenas um deles aceitou falar. Entre os que não aderiram à pesquisa, um alegou que não tinha estudo suficiente e que não teria nada para contribuir; outro falou da impossibilidade por conta da religião – era adventista e não poderia nos encontrar aos sábados. O sr. Arthur Ledoux, mais conhecido por seu Tusa, foi quem aceitou o desafio. Convidamos também o sr. Paulo César Rocha, o Paulinho, que morou na Ilha da Rita em função de ser filho do sr. José Fernandes Dias, o Zé da Base, marinheiro responsável por cuidar e manter a Ilha da Rita depois que a base foi desativada.

O primeiro encontro com os moradores ocorreu nas dependências do Cepa. Como a ideia era que os participantes falassem sem o compromisso formal de uma entrevista, a intervenção da pesquisadora foi mínima. Vez ou outra respondia uma indagação ou perguntava sobre algum tema que chamasse a atenção. A conversa era conduzida por eles mesmos, um assunto puxando o outro, às vezes com pequena mudança de foco, brevemente retomado. Assim, os assuntos que poderiam ser considerados devaneios pela pesquisadora constituem o olhar sobre a Ilha da Rita daquele grupo de pessoas.

O tempo, implacável como sempre, perdeu-se nas narrativas daqueles senhores. Quando nos demos conta, ele havia passado e o fim de tarde já se anunciava. Ao final do encontro, percebemos que a experiência foi muito relevante para o desenvolvimento da pesquisa e, mais ainda, nos deixou a sensação de que os envolvidos estavam contentes e confiantes em dividir suas histórias.

Antes de encerrar, perguntamos aos senhores se eles estariam dispostos a marcar outros encontros. Sugerimos um encontro mensal e, em nosso último encontro, uma visita à Ilha da Rita. Assim conseguiríamos atender à metodologia proposta. O envolvimento de nossos narradores foi tamanho que

eles perguntaram se poderiam no próximo encontro trazer fotografias e peças militares de que dispunham em seu arquivo pessoal.

O tempo provocou uma revolução na metodologia deste projeto. Nosso segundo encontro não aconteceu no mês seguinte. O tempo não ajudou; as chuvas intempestivas foram responsáveis pelo cancelamento de, no mínimo, cinco encontros. Somado a isso, houve também a indisposição dos entrevistados, que cancelavam nossos encontros por motivos médicos. O sr. Tusa, durante esta pesquisa, adoeceu e achou melhor não participar mais.

Depois das intempéries, conseguimos fazer nosso último encontro, que seria a visita à Ilha da Rita. Nosso objetivo era proporcionar o retorno dos senhores àquele espaço e registrar esse reencontro, passado tanto tempo. Contamos com a participação do sr. Belo e do sr. Paulinho. Essa visita também foi registrada em vídeo e, da mesma forma como nosso primeiro encontro, aconteceu de forma descontraída, como um bate-papo informal. Já durante a travessia de barco, os participantes começaram a conversar. Seus diálogos acenavam lugares, acontecimentos, pessoas, enfim, história e trajetória.

A pesquisa com a comunidade da Vila da Glória sobre a Ilha da Rita teve sustentáculo no método de pesquisa-ação, pois era importante realizar uma imersão na comunidade da Vila da Glória, uma vez que gostaríamos de ouvir o que ela própria poderia contar sobre sua vizinha, a Ilha da Rita.

A memória, nesse sentido, atua como propulsora de novos pensares – que municiam a própria pesquisa com novos olhares – para o reconhecimento da ilha como patrimônio histórico e natural não apenas pela história oficial, mas também pela sua identidade cultural e inserção plena na comunidade da Vila da Glória. Na engenharia da memória,

uma primeira constatação se impõe imediatamente: para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer a impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo “lembraça” evoca na linguagem corrente (DAVALLON, 2007, p. 25).

Compactuando e ampliando o sentido do conceito de memória, enfatizando sua propriedade maior, que é a versatilidade, podemos referenciá-la, também, para além da visão psicologista da “memória individual”, como propõe e argumenta com clareza Pêcheux (1983, p. 51):

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade – com a qual é um dia preciso se confrontar – de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à lingüística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem” a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização.

Dessa forma, a memória caracteriza-se e afirma-se como o motor da preservação das culturas e identidades de uma comunidade. É ela que pode dar voz às lembranças e estreitar laços com as tradições.

As lembranças podem ser revividas quando contadas, possibilitando tecer uma manta protetora entre a história registrada nos documentos e a história contada por quem viveu. A experiência da narração pode ser entendida do seguinte modo:

A experiência que anda de boca em boca é a fonte onde beberam todos os narradores. E, entre os que escreveram histórias, os grandes são aqueles cuja escrita menos se distingue do discurso dos inúmeros narradores anônimos. Entre estes últimos, aliás, há dois grupos que certamente se cruzam de maneiras diversas. Só para quem faz idéia de ambos é que a figura do narrador adquire plena materialidade. Quando alguém faz uma viagem, então tem alguma coisa para contar, diz a voz do povo e imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas não é com menos prazer que se ouve aquele que, vivendo honestamente do seu trabalho, ficou em casa e conhece as histórias e tradições de sua terra (BENJAMIN, 1980, p. 58).

O testemunho do sr. Belarmino Borba, o sr. Belo, falando com seus amigos Paulo César Rocha e Artur Ledoux (Paulinho e Tusa, respectivamente) sobre o primeiro dia em que foi levar lenha à Ilha da Rita, pelos idos de 1945, quando já havia a base naval em funcionamento, demonstra com clareza e riqueza de detalhes a importância da narrativa da vivência cotidiana:

[Sr. Belo] – *Então eles vieram falar comigo, o sargento, né, que comandava, porque tinha uns 60 naval lá... Pelo menos o alojamento era cheio de cama. Eu levava lenha, aí ele me chamou lá e disse: “Belo, tu podia levar lenha*

pros homem”. E eu disse: “Levo”. Mas aí disseram: “Belo, se puder levar bem cedo”, disse o sargento e um soldado, um naval, “então, nós precisamos de lenha porque nós estamos sem lenha”. Veja só a diferença, “tamo sem lenha”, aí ele disse: “Olha, Belo, aí tu carrega a canoa, já deixa ela pronta pra de manhã cedo tu saí carregado”. Aí eu saí de madrugada, carreguei, e saí, aí eu dormi no meu tio, para sair cedo e não perder a hora, porque os homem tavam sem lenha para fazer o café, de manhã sem lenha, não podiam fazer nada, não saía nem o armoço.

[Sr. Tusa] – É, naquela época era só a lenha.

[Sr. Belo] – É, não tinha gás. Aí eu levantei e fui. Tinha bastante cachorrinho, uns bem peludinho, uma porção de cachorrinho. Quando um cachorro latiu, já veio um e meteu a lanterna, alumiou assim, aí gritei: “Oi, vim trazer a lenha”. Mas eu com medo, sabe. Não tinha perigo, mas a gente muito simples e a primeira vez que a gente não conhecia esses homem, a gente era novo. Se fosse hoje, a gente já tinha conhecimento de alguma coisa. Aí alumiou com a lanterna, mas aquele não saía da guarda não, aí chamava o outro.

[Sr. Paulinho] – É, tinha dois na guarita.

[Sr. Belo] – Ele tava de mosquetão aqui, em pé, em guarda, e cada duas horas entrava um outro. Aqui os cachorros pressentiram alguma coisa e eles alumiam e eu disse: “Meu tio mandou trazer a lenha”. Aí eles falaram: “Ah, tá, vai descarregando aí”. Eu pegava a nota porque tinha que levar uns seis metros por semana de lenha. Eles usavam 1 metro por dia, porque era para fazer pão, para esquentar o forno do pão e o armoço, porque era uns 60 homens, imagina quanto de pão não gastava por dia. Aí esperei, ainda me lembro que eles me deram umas revista para mim ler. Aí eles correram atrás de um machado, sem amolar, machado ruim, mas com a força deles eles racharam a lenha.

[Sr. Paulinho] – O senhor já levava cortada?

[Sr. Belo] – Não, levava de metro. Eu cortava quatro pedaço, geralmente em quatro ficava lenha de 1 metro de comprido, e eles cortavam, rachavam a lenha, e deixavam fininha, e levavam para botar no fogão, no fogão para esquentar a água.

[Sr. Paulinho] – O senhor sabe que eles tinha um fogão lá embaixo e uma serpentina que saía lá no banheiro com água quente para o banho.

[Sr. Belo] – É, a lenha era para tudo, seis metros por semana. Aí eles falavam: “O senhor não pode ir sem tomar café, tem que tomar café”. Trazia a lenha da amarelinha, eles falavam meio marrento, aí tomava café com eles, meio envergonhado, meio sem jeito, aí depois eles rachavam um pão pelo comprido, não desse sentido, no outro, e lá na panela pegavam carne moída ou carne ensopada, aí eles enchiam, fatiava, amassava, tirava o miolo, enliavam no papel para eu comer na viagem [risos]. Eu dizia: “Não, mas não precisa!”. E eles diziam: “Ah, mas a viagem é longa

e o senhor traz lenha para nós”. Aí eu levava para comer em casa, é, pra comer em casa [risos]. Então, nesse caso, a gente podia entrar, no caso eu porque era autorizado pela capitania, pelo comandante lá que foi falar comigo, no primeiro dia foi assim, né, mas adispois nós podia chegar lá em qualquer hora que eles já sabiam. Eu levava seis metros por semana, eram três canoada, dois metros hoje, podia ser amanhã, dois dias seguido, ou dia sim dia não, pra não faltar lenha. Aí final de semana o sargento pagava.

A multiplicidade cultural que aparece nos relatos de nossos entrevistados evidencia a mudança de cenário ocorrida durante os anos de funcionamento da base na Ilha da Rita. Suas lembranças ratificam as marcas da contínua transformação da identidade e deixam claros as heranças e os laços tecidos entre os moradores locais e os trabalhadores navais. Essa miscigenação cultural permanece e surge, de forma muito natural, nas memórias do sr. Belo, sr. Tusa e sr. Paulinho e até hoje contribui para o enriquecimento da cultura local. Como explica Alves (2009, p. 60):

Assim, podemos afirmar que o patrimônio cultural é a base e o sustentáculo da identidade da sociedade. Esta identidade cultural constitui a riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da sociedade, mobilizando cada grupo social a nutrir-se do seu passado e a colher as contribuições compatíveis com a sua especificidade e a continuar, assim, o processo de criação e de recriação social.

Em contrapartida, um fato mencionado como da maior relevância para a comunidade não aparece com tal força nas narrativas dos antigos moradores: a questão da inauguração da base de abastecimento. No registro documental existem fotos do então presidente brasileiro Getúlio Vargas descerrando a fita e, assim, proporcionando o início das atividades na ilha. Porém indagamos sobre o fato aos moradores entrevistados e eles, surpreendentemente, não se recordam dele.

[Pesquisadora] – *E o Getúlio, veio para a inauguração da base?*

[Sr. Tusa] – *Olha...*

[Sr. Belo] – *Eu não posso dizer nada.*

[Sr. Paulinho] – *É certeza que ele veio.*

[Sr. Tusa] – *É, eu soube que ele veio, né, mas eu não tenho recordação de quando foi. Talvez a gente era pequeno quando foi, naquela época.*

[Sr. Paulinho] – *Porque, seguinte, o cara também falou ali da Marinha, também, que veio trazer ele junto, mas faz tempo, né? Isso foi do tempo em que eles falavam lá com o pai. Ainda disseram: “Aquele ‘Jaguara’ discursou aqui”. O cara não gostava dele [risos contidos], aquele Jaguara, discursou ali em cima, bem em cima.*

[Sr. Tusa] – *No tempo da ditadura ainda, né?*

[Sr. Paulinho] – *É, o pau pegava para o lado dele. É, esse Jaguara discursou aqui, o Getúlio Vargas, foi ele que fez, né, ele inaugurou.*

[Sr. Tusa] – *É, foi feito por ele, a base foi feita por ele, naquele tempo que ele era ditador, porque governou 10 anos, né? É, 10 anos, depois entrou a turma do chega para lá e botaram ele para correr, o João Goulart e pessoal lá do Rio Grande que formaram aquela manifestação.*

O não registro dessa informação, pelos moradores, provavelmente se deve à pouca relevância que o fato teve na vida deles. Ou seja, eles não participaram – automaticamente, esses acontecimentos não marcaram suas lembranças. Foge da lógica da memória: por que recordar o que não me foi importante? Porém essas histórias não são excludentes, elas se complementam.

Ferreira (2004, p. 66) disserta sobre os hiatos da memória:

Há nas pessoas todo um desejo de guardar e recuperar o que se extravia na vertigem. Mas a memória disso ou daquilo só pode ser exercida em plenitude relativa ou em suas incompletudes, recriações e até impedimentos. Assim, há, também, memória como sustentação de “identidades”, rede de conhecimentos que se projetam ao passado e ao futuro concomitantemente, em movimento pendular.

Por sua vez, a *Memória*, fenômeno material e corpóreo, psíquico e, ainda, fenômeno de cultura, enquanto categoria, é um modo especial de presentificar a vida em muitos atos e formas específicas do lembrar, que pode vir do recordar, ao re-lembrar ou evocar e daí por diante, lembrar esquecendo ou simplesmente esquecer.

Existe o registro fotográfico de Getúlio Vargas, documento que integra o acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul, como marco da trajetória da Ilha da Rita como base de abastecimento naval. Mas, como acontece em toda história, algumas lacunas só podem ser preenchidas quando ouvimos a comunidade que a rodeia.

Figura 4 – A chegada do presidente em 9 de março de 1940 não ficou na memória do sr. Belo



Fontes: Museu Histórico de São Francisco do Sul e autora

O relato do sr. Belo apresenta dados significativos de relação simbólica com a Ilha da Rita. O registro em audiovisual foi relevante para a imersão na história contada pelos moradores, uma vez que o sr. Belo, por exemplo, *não havia visitado a Ilha da Rita*⁶.

A pesquisa é que vai promover o encontro de imagem com seus signos e proporcionar aos leitores possibilidades amplas de interpretação, dada a materialização dos sentidos: audição e visão. Além disso, o registro pode ser apresentado como forma de documento – que, ocupando esse espaço histórico, provoca uma pequena modificação no conceito da estratificação e enraizamento das pesquisas históricas, as quais insistiam, até a intromissão da corrente da Nova História, na perpetuação da memória dos vencedores. Morettin (2005, p. 140) discute tal questão:

O aspecto documental viria da percepção de que as imagens captadas pela câmera retratariam o real, permitindo o registro de memórias de eventos, personagens e ações que constituiria documento a ser transformado em história pelos profissionais competentes, como se não houvesse mediação de nenhuma espécie entre o sujeito e seu objeto e como se esse olhar não dialogasse com outras matrizes de representação. [...] Integrante de uma corrente cujo elo reside na vontade de ampliar as fronteiras de circulação do saber histórico, atribuindo novos papéis à função do historiador, o cinema incorpora-se a um circuito de produção e incorporação da memória.

⁶ Apesar de levar a lenha constantemente para os marinheiros na Ilha da Rita e ter recebido certa vez pão para comer, ele permanecia em sua embarcação, sem acessar a ilha.

O registro em audiovisual foi estruturado pensando em recortes que pudessem evidenciar as relações dos moradores com o espaço da Ilha da Rita. Além disso, as imagens dos encontros e da visita *in loco* também foram importantes para destacar a leveza e o envolvimento dos moradores, como demonstra o processo de entrevistas realizado. Há um registro de cerca de duas horas, que foi editado em um vídeo de aproximadamente 10 minutos. Dessa forma, realizou-se um curta-metragem, como resultado das entrevistas, da visita e das imagens da construção da base de abastecimento naval, o qual teve a edição do artista plástico Nilton Santo Tirotti e foi denominado de Base 9^o19.

O vídeo apresenta imagens do patrimônio edificado da Ilha da Rita, bem como sua reserva ambiental. Ao fundo, são apresentadas as narrativas dos idosos sobre o espaço que está sendo exibido. As personagens são os atores sociais da Vila da Glória – os senhores Paulinho, Belo e Tusa.

Alguns assuntos merecem destaque. As informações ricas e precisas de como foi a construção de toda a estrutura da base na ilha, as discussões sobre quem foi Rita, ou melhor, por que a ilha recebeu esse nome, são enfocadas. As conversas sobre a presença ou não de Getúlio Vargas na inauguração da base de abastecimento de São Francisco do Sul foram desenvolvidas exatamente da maneira como durante a entrevista, ou seja, cercadas de muita discrição.

Além disso, o vídeo apresenta privilegiadamente alguns momentos importantes que ressaltam o processo de pesquisa com base nessas narrativas, à luz da livre expressão dos entrevistados.

Não falta a descrição de como foi o primeiro dia de trabalho do sr. Belo já na base. Seu ofício era transportar lenha, e ele narra aquele dia com riqueza de detalhes. Fica nítida a transparência da narração, percebe-se a ausência de obrigação em depor e o ar de satisfação em dividir tais memórias.

O momento em que estávamos no barco na Baía Babitonga, dirigindo-nos à ilha, também foi digno de destaque, pelo envolvimento e diálogo dos entrevistados: o ângulo de visão, que se caracterizou por olhar do mar a ilha, apresenta-se como base para beber da fonte da memória. Sendo assim, mereceu respaldo e registro na edição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha da Rita, hoje, continua presente na paisagem da cidade de São Francisco do Sul, porém transformada do que foi antigamente, quando era o lar de marinheiros de vários lugares do país – e até do exterior.

Seu verde exuberante abrigava, além de armazéns para o abastecimento das grandes embarcações que ali atracavam, uma história de integração

étnico-cultural que marcou a memória e a história dos moradores da Vila da Glória.

O fio da meada dessa trajetória, buscado nas narrativas de três antigos habitantes do lugar, não é linear. Nem poderia. Intercalando histórias e lembranças dos entrevistados, surge uma primeira inquietação: as memórias, naturalmente, nem sempre coincidem entre si – e, menos ainda, com a historiografia oficial.

Como balizar um estudo com um leque tão amplo de possibilidades – todas elas moradoras da vida e da memória do sr. Belo, sr. Paulinho e sr. Tusa? Com a convicção de que a memória é um dos principais alicerces da história, fomos buscar abrigo para essas reflexões:

A memória é o principal nutriente da história. Mas não se identifica com ela, assim como a semente não é o passarinho que, não obstante, nutre. A memória é algo de mais substantivo, tanto do ponto de vista do objeto, quanto do sujeito. [...] Subjetivamente, a memória é o ato de lembrar, individual ou coletivamente, compreendendo, na sua complexidade, tanto o momento de ficção quanto o de devolução. [...] Em suma, tudo aquilo que, vindo do passado, se incorpora ao patrimônio profundo do indivíduo e que, em certo momento, é trazido à tona, para se fazer intervenção no mundo presente. [...] Já a história é mais adjetiva, comportando, de uma parte, os fatos acontecidos e os processos desenvolvidos e, de outra parte, o conhecimento organizado e sistemático desses fatos e processos (CASTANHO, 2004, p. 76 e 78).

Buscando nas lembranças desses atores sociais as principais marcas que as vivências no lugar imprimiram em sua memória, perseguiram-se formas de compreender melhor os valores e as referências históricas presentes nas narrativas – que, por si só, já são um elo entre o passado e o presente.

É nesse espaço de conexões que se busca a relação identitária da Ilha da Rita como um patrimônio – desvendando-se, assim, um feixe de elementos histórico-culturais que nos foram oferecidos pelas histórias ressignificadas individual e coletivamente, dos pescadores e pequenos comerciantes da Vila da Glória. A perspectiva então é a de sublinhar a relação direta entre memória social – ou coletiva – e patrimônio:

Percebe-se a existência de uma forte relação da memória social com as questões da preservação do patrimônio cultural, tendo em vista que, através dela, buscamos nosso passado e, com isso, temos interesse por aquilo que faz parte de nossas experiências, ou seja, pelo patrimônio que, de alguma forma, fez parte de nossas vivências (PERES; SILVA, 2008, p. 331).

Com as mãos em tais ferramentas teóricas, referenciamos uma realidade que já integra essa proposta de rever, ressignificar, reestudar e oferecer subsídios para que a Ilha da Rita seja vista com o seu real valor pela sociedade: a presença da Univille, que, com projetos de pesquisa e extensão, coloca esse lugar no foco de várias discussões científicas, proporcionando um ambiente de estudo permanente e construindo uma imagem do que se pode chamar de patrimônio cultural.

A Univille criou, ainda, o Comitê Univille Verde, que estuda e oferece propostas para um desenvolvimento integral e sustentável, articulado com as necessidades regionais.

Um caminho que parece fundamental no esforço pela valorização do patrimônio natural da Ilha da Rita é instrumentalizar a própria comunidade, por meio de políticas públicas e de ações educativas que ajudem a aproximar os moradores de sua própria história.

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos, orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 55).

A memória social, a historiografia e a educação patrimonial formam, então, um alicerce onde se poderão fixar as raízes de significação do patrimônio histórico-cultural-natural, configurando, assim, os laços identitários da Ilha da Rita. Esse novo olhar só será possível, porém, se contemplarmos um conceito de cultura em constante movimento.

Desse modo, o verdadeiro rizoma resultante desta pesquisa quer, agora, projetar suas teias na direção de novos embates, não limitados ao mundo técnico e acadêmico, mas que considerem, de fato, o conhecimento empírico e valorizem a cultura do lugar.

É importante viabilizar novas discussões que nos apontem outros caminhos para a dissecação de nossos valores patrimoniais e materializem ações em espaços de conservação.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=pt&cnrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2010.

ALVES, D. D. Identidade e patrimônio – Um percurso por Óbidos Monumental. *In*: VIEIRA, R.; MAGALHÃES, F. (org.) **Patrimônio e identidade**. Porto: Profedições, 2009.

BASE NAVAL DE COMBUSTÍVEIS DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Relatório apresentado pelo capitão Álvaro Pereira do Cabo, responsável pelas obras na Ilha da Rita e no continente**. São Francisco do Sul, 10 maio 1941.

BENJAMIN, W. O narrador. *In*: BENJAMIN, W. **Textos escolhidos**. Tradução de Nikolai Leskow. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

BORBA, B. **Belarmino Borba**: depoimento [abr. 2010]. Entrevistadora: Letícia Ribas Diefenthaeler Bohn. Vila da Glória: Univille, 2010. miniDV. 1h41min. Entrevista concedida ao Projeto Patrimônio Histórico-Cultural da Ilha da Rita: Refletindo sobre Identidades e Herança Cultural.

BORGES, D.; CABRAL, C. **Rizoma**: uma introdução aos mil platôs de Deleuze e Guattari. 2006. Disponível em: <http://revista.criterio.nom.br/artigo-rizoma-mil-platos-deleuze-guattari-diogo-borges-cleber-cabral.htm>. Acesso em: 9 mar. 2010.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, C. R. (org.). **As faces da memória**. Campinas: CMU/Unicamp, 1988.

CASTANHO, S. Memória, tempo presente e prospecção do futuro. **Resgate – Revista de Cultura**, Campinas, n. 13, p. 75-92, 2004.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação**, Porto, n. 4, jun. 2007. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/2100>. Acesso em: 10 mar. 2010.

FÉLIX, L. O. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERREIRA, J. P. Tantas memórias – ou um difícil passeio pelos modos de pensar a memória: possibilidades, textos e atores. **Resgate – Revista de Cultura**, Campinas, n. 13, p. 65-74, 2004.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 72 p.

GOMES, S. Patrimônio monumental, identidade e história da região de Leiria. *In*: VIEIRA, R.; MAGALHÃES, F. (org.). **Patrimônio e identidade**. Porto: Profedições, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LEDOUX, A. **Arthur Ledoux**: depoimento [abr. 2010]. Entrevistadora: Letícia Ribas Diefenthaeler Bohn. Vila da Glória: Univille, 2010. miniDV. 1h41min. Entrevista concedida ao Projeto Patrimônio Histórico-Cultural da Ilha da Rita: Refletindo sobre Identidades e Herança Cultural.

MAGALHÃES, F. **Museus, patrimônio e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição**. Porto: Profedições/jornal *A Página*, 2005.

MORETTIN, E. V. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período silencioso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, jan. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 maio 2010.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1983. p. 49-57.

PERES, I. M.; SILVA, G. de M. Cidadania e memória social: efeitos na preservação patrimonial. *In*: MICHELON, F. F.; TAVARES, F. S. **Memória e patrimônio**: ensaios sobre a diversidade cultural. Pelotas: Editora UFPEL, 2008. p. 325-331.

ROCHA, P. C. **Paulo César Rocha**: depoimento [abr. 2010]. Entrevistadora: Letícia Ribas Diefenthaeler Bohn. Vila da Glória: Univille, 2010. miniDV. 1h41min. Entrevista concedida ao Projeto Patrimônio Histórico-Cultural da Ilha da Rita: Refletindo sobre Identidades e Herança Cultural.

S. THIAGO, R.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-62, dez. 2001.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. **Proposta de ocupação da Ilha da Rita**. Joinville, jul. 1997.

Representações sociais sobre a Ilha da Rita¹

Cibele D. Piva Ferrari
Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural está intimamente ligado à qualidade de vida e às condições dignas para que a constituição de um indivíduo como cidadão ocorra. O acesso à memória possibilita ao indivíduo forjar sua identidade. A identidade local ainda exerce grande influência nos processos relacionados à constituição do cidadão. É no local em que se vive que se atua mais diretamente, é pelos laços estabelecidos com esse local que a pessoa se sente parte dele. O acesso ao patrimônio cultural e à memória ali representada, seja ela relacionada à materialidade ou às práticas, tradições e especificidades de uma comunidade, tece no indivíduo a noção de cidadão participante desse espaço. Estudar o patrimônio cultural por meio da investigação das representações sociais é uma das possibilidades interdisciplinares que promovem uma compreensão ampla do objeto de estudo.

As representações sociais estão relacionadas com a realidade social e histórica e contribuem para a sua construção. O estudo da configuração social por meio delas revela a estrutura e os códigos da sociedade na qual os indivíduos

¹ Este capítulo é resultado de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) e financiada integralmente pela Capes. Os resultados da pesquisa foram compartilhados em eventos científicos nacionais e internacionais, e publicaram-se três artigos com recortes de pesquisa diferentes dos aqui apresentados.

estão inseridos. Possibilita também a análise de seu comportamento perante o objeto de pesquisa, pois segundo Moscovici (2009) as representações são produtos, mas também são processos no contexto das interações sociais. São produtos pois possuem conteúdos, organizados em temas que incidem sobre a realidade; e são processos porque se trata também de um movimento de apropriação dessa realidade. As práticas culturais geram as representações que, por sua vez, produzem tais práticas.

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão no meio, familiarizando os objetos aos indivíduos, orientando as atividades sociais de modo a transformar-se em posturas diante dessa realidade. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. Rodríguez (2004) concorda com Moscovici quando afirma que as representações são primeiro sociais e depois individuais, pois se elaboram com base em um processo cognitivo individual, mas que toma como referência o meio. Moscovici (2009) insiste em sua especificidade, pois se diferencia de outros tipos de conhecimento socialmente elaborados como as modas, as correntes políticas ou religiosas, entre outros, porque nem todo pensamento social é uma representação.

Moscovici (2009) aprofunda ainda que as representações sociais têm como função convencionalizar os objetos, descrever, classificar e explicar a realidade. Dessas funções se desdobram outras relacionadas à comunicação e à orientação dos comportamentos; são justificadoras destes e também normatizam as relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica ligada à apreensão ou à criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

As representações são sociais porque se baseiam no cotidiano, nas pessoas que criam suas próprias realidades, servindo-se delas para se comunicar e se identificar. Diante disso, devem ser estudadas coletivamente, levando em consideração os aspectos atitudinais, as emoções, as formas de comunicação, as explicações causais e o comportamento diante do objeto e do cotidiano. A psicologia social possui como objeto o acontecimento social no seu contexto e não tem como identificá-lo e conhecê-lo fora daquele lugar (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011). As representações permitem criar redes de elaboração e transmissão de informação. Por terem um caráter social, servem como ferramentas de coesão das comunidades e dos grupos e, por vezes, de contradições que os diferenciam.

Rodríguez (2004) ratifica o caráter dinâmico das representações já descrito por Moscovici e afirma que tanto a sua elaboração quanto a reelaboração constituem em si mesmas um processo criativo e cognitivo que busca entender as circunstâncias em torno da pessoa e do grupo. As representações permitem

elaborar novas representações por dois processos: um que opera sobre as que já existem e outro por meio da apropriação de novas informações e contradições que acontecem na interpretação do meio. Os indivíduos tomam como referência o conhecido para tentar ordenar, explicar e atuar perante o que é inédito e, com base nisso, elaboram as representações com vistas a interpretar a realidade. Estas são construídas dentro do tecido social, configurando então uma visão da realidade que colabora para a formação de identidades sociais.

As representações sociais são desenvolvidas por meio da comunicação e mediante a combinação de conhecimentos científicos socializados, crenças, saberes tradicionais, ideologias e outros sistemas de pensamento; são consideradas um ato criativo, de aquisição e organização de conhecimento e de ideias, bem como de formas de interpretar a realidade. Constituem um meio de difusão de conhecimentos, que podem ser científicos ou não – enquanto princípio organizador dos indivíduos em sua dimensão cultural e social –, e se tornam instrumentos de comunicação e centros de conflitos e identificações. O estudo das representações sociais possibilita o questionamento da natureza do conhecimento e da relação entre o ser e a sociedade.

As representações sociais fazem parte da imaterialidade do patrimônio cultural; são construções simbólicas e estão relacionadas com as práticas sociais dos indivíduos, são a força de uma sociedade que se comunica e se transforma. Elas refletem a realidade de acordo com tal contexto e são desenvolvidas com o fim de formar e orientar os comportamentos, dominar o ambiente e se comunicar socialmente, fazendo, então, parte das caracterizações dos grupos, das comunidades e das culturas em períodos históricos determinados. Contudo elas não explicam toda a dinâmica social, pois são parte do conhecimento social, uma expressão do pensamento não formalizado de determinada sociedade ou grupo.

A produção científica sobre o patrimônio cultural perpassa necessariamente a prática interdisciplinar para obter uma melhor compreensão e poder influenciar o cotidiano da sociedade. Essa produção deve estar voltada para a realidade dos indivíduos, buscando conhecê-la melhor e produzir conhecimento que gere alterações na vida deles. Em relação às ciências humanas, pensava-se que elas poderiam contribuir de forma a auxiliar os indivíduos a entender o mundo em que vivem e para que as novas gerações fossem preparadas para compreender tais configurações. E isso ocorre pela educação – uma educação interdisciplinar, global, que forneça os conhecimentos necessários e possibilite aos indivíduos construir seu pensamento da maneira complexa que a contemporaneidade exige.

A realização de uma pesquisa interdisciplinar sobre o patrimônio cultural e as relações sociais decorrentes dele é extremamente eficaz. Possibilita a compreensão da realidade em seus aspectos históricos e sociais, norteando possíveis ações a serem desenvolvidas em determinado local. Assim, esse

conhecimento científico pode retornar à população na forma de melhorias em sua qualidade de vida.

Partindo da hipótese de que a Ilha da Rita é reconhecidamente um patrimônio cultural do município de São Francisco do Sul e tendo conhecimento de que as representações a seu respeito são construídas socialmente, buscou-se analisar sua constituição, qual seu conteúdo e como isso é objetivado no cotidiano. Acredita-se que as questões relacionadas à gestão do patrimônio cultural devem considerar a demanda da população, já que “a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59). Diante disso, este estudo das representações sociais é também uma das possibilidades para compreender os significados que a Ilha da Rita tem para os indivíduos de São Francisco do Sul, bem como entender a forma como esses significados foram construídos e influenciam nos processos de reconhecimento e preservação daquele patrimônio.

A construção do pensamento social é determinada por fatores tanto locais e sociais quanto globais. A configuração desse pensamento, com base em tais fatores, pode ser analisada por meio das representações sociais. Ao ser estudado o patrimônio cultural com base nessa teoria, confirmou-se como ele fundamenta a produção social da memória e os processos de identificação, que serão objetivados nas representações sociais, ao mesmo tempo em que delas se alimentam.

As memórias e a história contada oficialmente sobre a Ilha da Rita fornecem subsídios para a análise das representações sociais, assim como conhecer os aspectos que a constituem enquanto patrimônio cultural é importante para poder entender a gênese dessas representações. Os dados obtidos permitiram identificar as representações sociais sobre a Ilha da Rita, as necessidades e os anseios da população de São Francisco do Sul em relação a esse espaço, bem como confirmaram que a Ilha da Rita é considerada um patrimônio cultural para os habitantes do município. Crê-se que tais dados podem servir como subsídio para projetos de intervenção cultural no local e no cotidiano dessa população, tendo ciência do que esperam e como se envolveriam na continuidade de projetos voltados ao patrimônio cultural da Ilha da Rita e sua preservação.

Defende-se a ideia de que os projetos relacionados ao futuro da Ilha da Rita devem ser discutidos com base no conceito de lugar de memória, tendo em vista que os resultados da pesquisa apontaram para a vontade da sociedade de que a história ali ocorrida seja preservada e difundida. Contudo deve-se perceber a Ilha da Rita em relação à contemporaneidade e não cair na intenção de uma retórica holística, nem em um saudosismo da história ali representada, mas sim perceber a relevância desse espaço na configuração atual da cidade e como os indivíduos podem e querem se apropriar dela no presente e a partir dele.

INVESTIGANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Estudar o patrimônio cultural por meio das representações sociais construídas sobre ele implica escolhas metodológicas. Há várias metodologias a se empregar no estudo das representações sociais, as quais podem ser quantitativas ou qualitativas: etnográfica, análise de material de comunicação em massa, entrevistas, associação de palavras e mapas mentais, estatística, entre outras. Essa diversidade aponta para a necessidade de adequar a metodologia específica e apropriada para o objeto de pesquisa.

Tanto a abordagem quantitativa quanto a qualitativa são possíveis, todavia é imprescindível a qualificação dos dados perante a quantidade, e assim esta pesquisa foi realizada. Segundo Sá (1996), a prática articulada de pesquisa é a mais comum, combinando coleta de dados por meio de formulários com a realização de entrevistas. Assim, com o objetivo de identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita, após observações de campo, optou-se por combinar a aplicação de um formulário à população envolvida, a realização de entrevistas orais e a análise de outros tipos de documentos relativos à história da região, como fotografias e entrevistas já efetuadas por outros pesquisadores. A seguir será mostrado como foi feita a pesquisa, como também os frutos dessa escolha, com que se acredita ter sido possível atingir os objetivos iniciais. Aplicaram-se 300 formulários correspondentes a uma amostragem da população², os quais, além da obtenção de dados estatísticos, possibilitaram que as respostas fossem cruzadas, considerando os fatores sociais que as influenciam, buscando identificar as representações sociais sobre a Ilha da Rita. A divisão entre gêneros para aplicação dos formulários foi paritária, seguindo a proporção do município de acordo com os dados do IBGE (2011). Além disso, com base nessas referências os sujeitos foram divididos em três faixas etárias: 1) 18 a 29 anos; 2) 30 a 55 anos; 3) acima de 56 anos. A divisão do número de formulários entre o Distrito do Saí e a Ilha de São Francisco do Sul também seguiu as indicações de proporção de habitantes do IBGE, confirmadas pelas unidades de saúde básica e administração municipal no Distrito, sendo respectivamente 30 e 270 formulários. O formulário foi pré-testado e aprimorado diante das necessidades que se apresentaram na pesquisa.

² Para definir o número de questionários a serem aplicados, consultou-se o estatístico Prof. Dr. Enori Carelli, que estabeleceu a quantidade com base no número de habitantes de São Francisco do Sul e nas características do questionário, estabelecendo uma amostragem representativa da população.

A coleta de dados ocorreu na região central da Ilha de São Francisco e nos principais pontos de concentração da população do Distrito do Saí. Apresentava-se o enunciado das perguntas aos entrevistados e as respostas eram registradas com as próprias palavras deles, sendo encaixadas conforme os níveis predefinidos na confecção do formulário com base na revisão bibliográfica. Após a coleta, os dados foram tabulados com auxílio da ferramenta de *survey*, do Google Docs³, depois exportados para o programa Excel. Posteriormente foram tratados e distribuídos em tabelas para proceder à análise e identificação dos fatores sociais determinantes sobre as representações.

O formulário utilizado foi pensado em três partes. A primeira contempla as questões que viabilizaram a construção do perfil dos entrevistados e a relação dos moradores do Distrito do Saí com a sede do município e com Joinville (questões 1 a 9). Em seguida, as questões 10 a 16 permitiram coletar informações sobre as representações referentes ao patrimônio cultural em geral e ao patrimônio do Distrito do Saí. E, por fim, aplicaram-se as questões 17 a 28, mais diretamente ligadas à Ilha da Rita.

O roteiro prévio para as entrevistas orais seguiu o mesmo caminho, buscando compreender não apenas a relação dos entrevistados com a Ilha da Rita, mas com o patrimônio cultural do município. Realizaram-se 18 entrevistas com representantes de cada gênero e de cada faixa etária na Ilha de São Francisco do Sul e no Distrito do Saí⁴, procurando nessa divisão encontrar indivíduos relacionados à cultura, à liderança local e a professores, tendo em vista a influência que essas pessoas têm na formação das representações. Foram entrevistados também os secretários municipais de Cultura e Turismo, objetivando perceber suas representações, pois estas influenciam diretamente as decisões da administração municipal. Além disso, foram localizados, por meio da pesquisa de campo, dois fuzileiros que serviram na base naval da Ilha da Rita na década de 1950, que contribuíram sobremaneira para conhecer o cotidiano da base. Com essas entrevistas, buscou-se qualificar os dados obtidos nos formulários.

³ Método de pesquisa quantitativo. É uma das ferramentas de que dispõem os usuários do Google. Possibilita que o formulário seja alimentado virtualmente e posteriormente as informações sejam exportadas ao Excel para tratamento e análise. Nesta pesquisa, o acesso aos dados esteve disponível apenas para a mestranda.

⁴ No Distrito do Saí, entretanto, não foi possível realizar entrevista com alguma mulher na faixa etária de 18 a 29 anos, pois nenhuma das que foram abordadas se dispôs a fornecer entrevista gravada.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Após a confecção de uma tabela com os dados obtidos por meio dos formulários, iniciou-se a identificação do perfil dos entrevistados, para a análise das configurações sociais que influenciam a gênese das representações. Os entrevistados foram divididos por gênero, faixa etária, escolaridade e ocupação (tabela 1). Em relação à escolaridade, 38% são indivíduos que concluíram o 2.º grau, seguidos de 16% que possuem ensino superior incompleto ou em andamento, enquanto apenas 2% são pós-graduados. Todos os entrevistados que possuem o 1.º grau incompleto (15%) ou nenhuma escolaridade (3%) residem no Distrito do Saí.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados por meio do formulário

Gênero		Escolaridade		Ocupação	
Mulheres	49%	Nenhuma	3%	Assalariado	45%
Homens	51%	1.º grau incompl.	15%	Aposentado	15%
		1.º grau compl.	10%	Autônomo	9%
Idade		2.º grau incompl.	3%	Desempregado	3%
18 a 29 anos	33%	2.º grau compl.	38%	Dona de casa	4%
30 a 49 anos	34%	Superior incompl.	16%	Empresário	15%
Acima de 50	33%	Superior compl.	13%	Estudante	5%
		Pós-graduação	2%	Pescador	4%

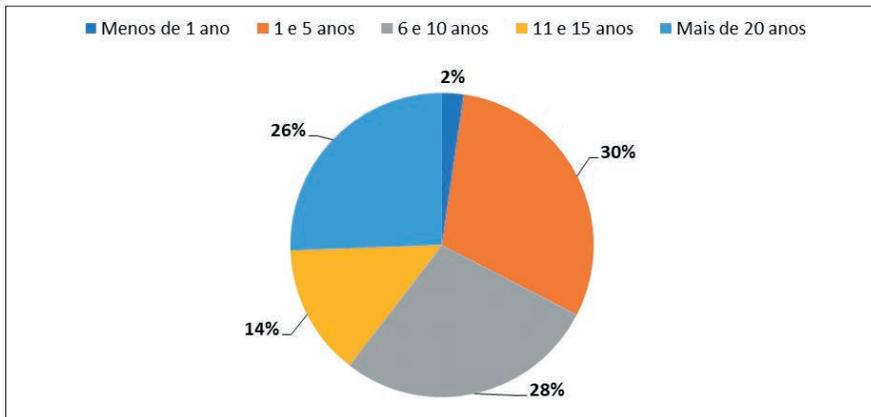
Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Em relação à ocupação, as atividades econômicas desenvolvidas pelos entrevistados variam, destacando-se os assalariados, que compõem 45% da amostra, dentre os quais 21% são funcionários públicos. Entre autônomos, empresários e pescadores, existem considerações a serem feitas: respeitou-se a resposta dada pelos entrevistados, contudo alguns que se consideraram “autônomos”, entre outras funções, são pescadores; o mesmo acontece com alguns empresários. As respostas foram mantidas tais quais foram dadas, tendo em vista as características regionais: além de ocupações profissionais diversas, muitos habitantes também são pescadores, seja para complementação da renda, seja para consumo próprio.

Outro ponto analisado para a construção do perfil foi a naturalidade e o tempo de residência em São Francisco do Sul, levando em consideração que as

atividades econômicas voltadas para o porto e as indústrias que se instalaram em função deste atraíram um número considerável de migrantes, o que a observação de campo já apontava. Entre os entrevistados, 63% são naturais de São Francisco do Sul; entre aqueles que não nasceram na cidade, a maioria (58%) está ali entre um e dez anos, e os que estão há mais de 20 anos na cidade somam 26% dos entrevistados, conforme pode ser visto no gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo de residência em São Francisco do Sul após migração



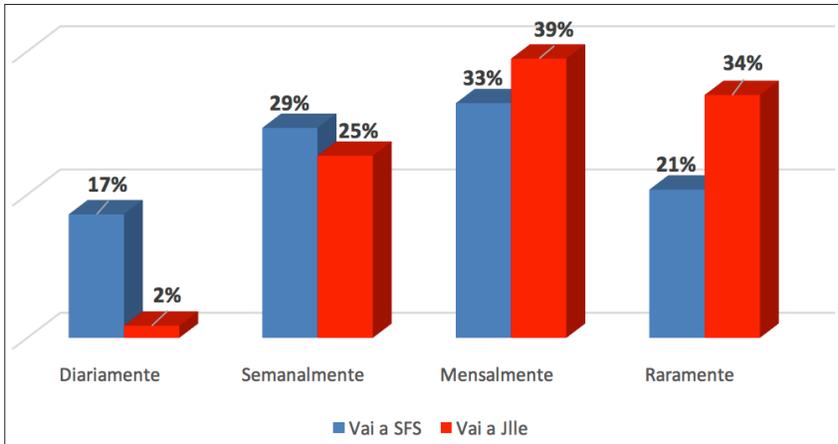
Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Destaca-se que entre os 37% de moradores de São Francisco do Sul que são migrantes, 70% residem no Distrito do Saí. Os principais motivos apontados para a mudança foram o trabalho, a família, as belezas naturais e a tranquilidade local. Alguns contaram que foram apenas passear em São Francisco do Sul e, apaixonando-se pela abundância da natureza e o modo de vida das pessoas nesse município, resolveram se mudar.

Quando se iniciou a observação de campo, chamou a atenção a relação dos moradores do Distrito do Saí com a sede do município e vice-versa: para os que vivem na sede, o distrito é chamado de “o outro lado”; os do distrito igualmente aparentavam ter uma relação de distância com a sede do município, referindo-se a ela como “São Francisco”, como se fosse outra cidade. Por esse motivo foram incluídas no questionário duas perguntas com o objetivo de identificar se os entrevistados do distrito se dirigem com maior frequência a Joinville ou a São Francisco do Sul e com que regularidade isso ocorre. A observação de campo levantou a hipótese de que possuíam maior relação com Joinville do que com a Ilha de São Francisco do Sul, no entanto os dados resultantes dessa

questão indicam que a hipótese estava incorreta: os moradores do Distrito do Saí dirigem-se com maior frequência à sede do município, a Ilha de São Francisco do Sul, já que a distância física é facilmente transposta, pois possuem uma estreita relação com o mar. A travessia diária é feita por 17% dos entrevistados, enquanto apenas 2% vão diariamente para Joinville, e um percentual maior sai esporadicamente do distrito em direção à sede de São Francisco do Sul ou a Joinville. Dos entrevistados, 34% vão raramente a Joinville e 21% à Ilha de São Francisco do Sul.

Gráfico 2 – Frequência com que os moradores do Distrito do Saí se dirigem à Ilha de São Francisco do Sul e a Joinville



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Por meio da amostragem da população observada, foi possível perceber um grande número de indivíduos que têm seu trabalho relacionado ao patrimônio cultural da cidade. Sejam funcionários públicos, do porto, profissionais ligados à educação ou ao turismo, lidam diariamente com esse patrimônio por meio do seu trabalho ou mesmo da convivência no Centro Histórico. E aqueles que não mantêm essa estreita relação vivenciam no Centro Histórico tombado a materialidade de uma história preservada. Outro fator considerável nessa análise é a relação de muita proximidade entre os moradores e o mar, o qual serve como fonte de alimento, local de trabalho, um caminho para se locomover e também de inspiração e lazer. Tanto o patrimônio histórico quanto o natural são fontes de identificação e orgulho dessa sociedade.

Como discutido anteriormente, um aspecto imprescindível para a análise das representações sociais é sua gênese: como são criadas e o que

as influencia. Entre os fatores que podem influir nas representações estão a mídia televisiva, os jornais, as igrejas, o boca a boca etc. Ao investigar as representações sociais sobre o Centro Histórico de São Francisco do Sul, Roberta Cristina Silva Pauli (2010) verificou que o meio de comunicação mais eficiente no município é o boca a boca. Tal aspecto foi confirmado nesta pesquisa: essa forma de comunicação é a principal fonte de divulgação das informações, das memórias e dos acontecimentos locais repassados entre familiares, vizinhos e amigos. Aquilo que é ensinado nas escolas sobre o assunto também integra o repertório de informações que são passadas entre as pessoas. Os jornais e as rádios locais não exercem essa influência tão fortemente por serem considerados não confiáveis, por conta de seu caráter político-partidário (PAULI, 2010). Assim, mais do que as informações oficiais ou meios de comunicação de massa, o boca a boca, as conversas informais, o bate-papo nos locais de sociabilidade são os meios mais importantes para a formação e a propagação das representações sociais em São Francisco do Sul, o que fortalece o elo de identificação comunitária e a coesão no pensamento social dessa cidade a respeito do patrimônio cultural.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL

Compreender as representações da população de São Francisco do Sul sobre o que é patrimônio cultural torna-se fundamental para entender como representam a Ilha da Rita enquanto tal e também para nortear as ações que porventura serão desenvolvidas naquele local. Pode-se perceber, com isso, a importância que é dada pelos entrevistados a um patrimônio e qual a sua referência para a cultura e a identidade da população. Para isso, após a definição do perfil da amostra, foi feita uma pergunta em relação ao significado de patrimônio cultural. A questão foi dividida em quatro níveis de respostas definidos com base no referencial bibliográfico, conforme se vê no gráfico 3: 1) bens que possuem valor e significado; 2) o que é guardado/acumulado ao longo dos anos; 3) museus; 4) a propriedade de uma pessoa. Percebe-se que a grande maioria dos entrevistados (69%) reconhece o patrimônio cultural como bens que possuem valor e significado para um grupo, uma cidade, um país. Esse conhecimento da população sobre o que é patrimônio cultural pode ser creditado à relação que a cidade tem com sua história, representada nos casarios e nas atividades desenvolvidas desde o tombamento do Centro Histórico, em 1987 (PAULI, 2010), bem como à forte ligação do uso do patrimônio cultural como recurso econômico voltado ao turismo.

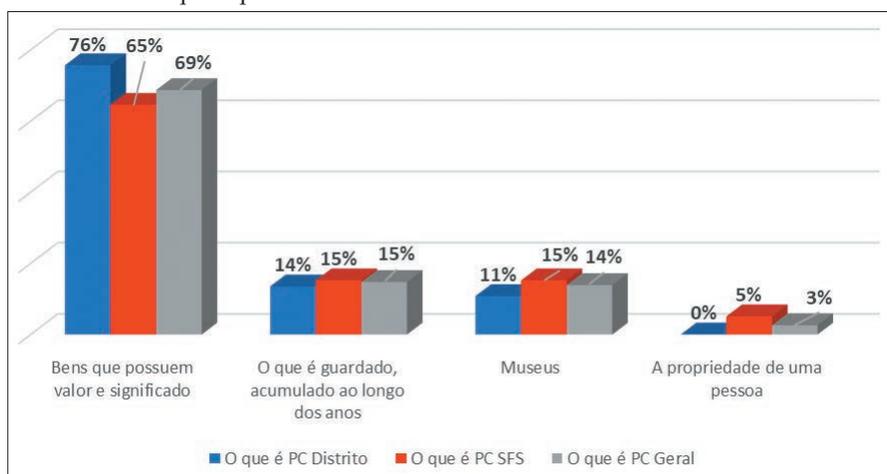
Gráfico 3 – O que é patrimônio cultural



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Entre os moradores do Distrito do Saí e da Ilha de São Francisco do Sul, não houve diferenças expressivas nas respostas (gráfico 4). Na Ilha de São Francisco do Sul, a questão foi respondida por 65% dos entrevistados e, levando em consideração as respostas dadas pela totalidade dos 300 entrevistados – sem a divisão por local de moradia, aqui identificados como “geral” –, essa resposta foi dada por 69%.

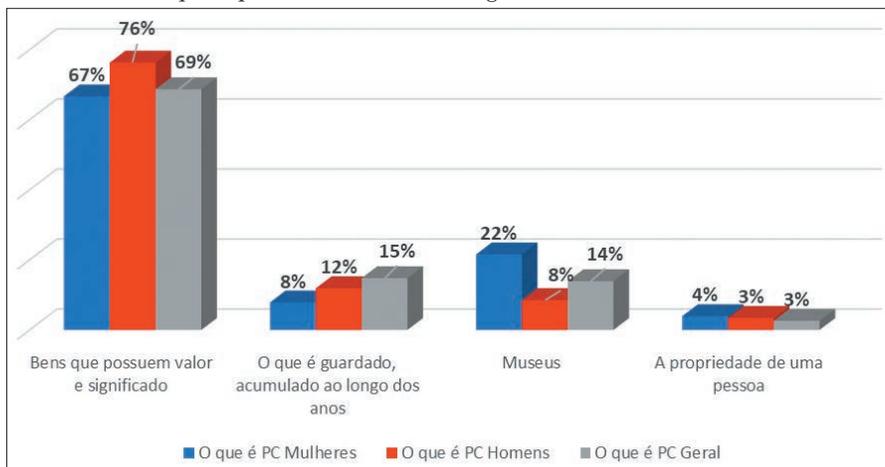
Gráfico 4 – O que é patrimônio cultural X local de moradia



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

A semelhança entre os percentuais das respostas quanto ao entendimento sobre patrimônio também ocorreu em relação ao gênero dos entrevistados (gráfico 5). Os dados indicam que a configuração geográfica da cidade e o gênero não são fatores determinantes sobre a representação social a respeito do que seja patrimônio cultural e também que o pensamento social transmitido pelo boca a boca transita entre a Ilha de São Francisco do Sul e o continente, tendo em vista a comunicação entre esses dois espaços do município.

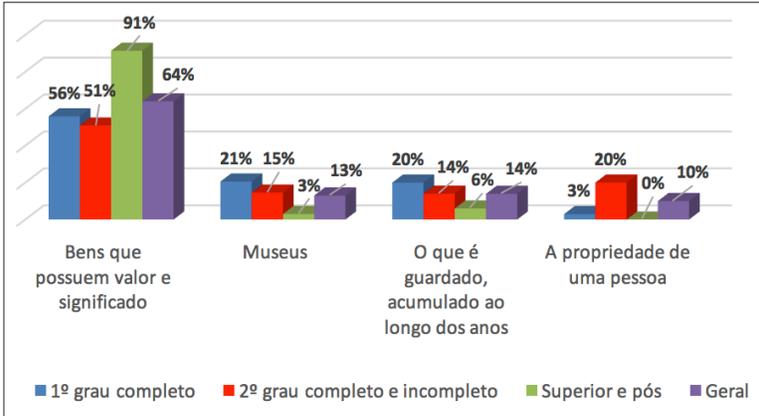
Gráfico 5 – O que é patrimônio cultural X gênero



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

No cruzamento dos dados, o fator que chamou atenção como determinante sobre as representações nessa questão foi a escolaridade, e por esse motivo se considera necessário destacar que é uma variável decisiva na formação das opiniões no gráfico 6. Entre os entrevistados que possuem até o 1.º grau completo e os que chegaram ao 2.º grau, as respostas seguem próximas às dos entrevistados como um todo. Porém, em relação às respostas dadas por aqueles que estão cursando ou já cursaram o ensino superior e até a pós-graduação, a situação altera-se consideravelmente. Isso demonstra que o nível de instrução e o boca a boca são fatores determinantes na formação das representações sociais sobre o patrimônio cultural. Entre os entrevistados com ensino superior, 91% responderam no primeiro nível, ou seja, que patrimônio são bens que possuem valor e significado. O quarto nível, cujo item se refere à propriedade de uma pessoa, não foi mencionado por aqueles com esse grau de instrução.

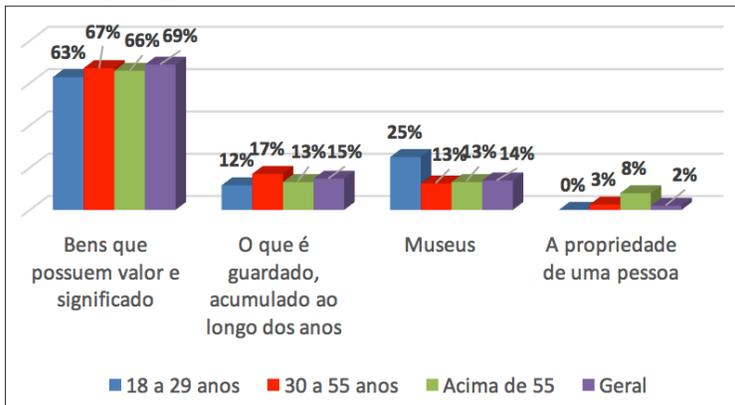
Gráfico 6 – O que é patrimônio cultural X escolaridade



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Fazendo a análise quanto às faixas etárias dos entrevistados, percebe-se que a idade não é um fator determinante para a avaliação do que se entende por patrimônio, pois há pessoas em todas as faixas etárias que veem o patrimônio como um bem que possui valor e significado. No entanto nota-se que, em relação ao entendimento de que ele seja a propriedade de uma pessoa, o maior número de indivíduos com esse entendimento está na faixa superior aos 30 anos de idade, principalmente aqueles com mais de 55 anos. Por outro lado, estão entre os mais jovens aqueles que identificam museu como patrimônio, conforme se verifica no gráfico 7.

Gráfico 7 – O que é patrimônio cultural X faixa etária



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Chama a atenção o fato de que na faixa etária entre 18 e 29 anos todos os entrevistados concluíram o 2.º grau; assim, suas representações podem ser reflexo de políticas educacionais relacionadas à educação patrimonial, que é prevista nos parâmetros curriculares e nas propostas curriculares estaduais.

Outro aspecto levantado por meio do perfil é concernente à ocupação profissional dos entrevistados. O meio em que os indivíduos vivem influencia sobremaneira a sua constituição enquanto pessoa, suas atitudes e também a formação das suas representações sociais. Em relação às representações sobre o que é patrimônio cultural, considerando as ocupações profissionais, verifica-se na tabela 2 que para os assalariados, os desempregados e os empresários o patrimônio cultural se refere a bens que possuem valor e significado. Os dados variam conforme o grupo profissional em que se encontram atualmente os entrevistados.

Tabela 2 – O que é patrimônio cultural X ocupação

	1	2	3	4
Aposentados	12%	23%	19%	50%
Assalariados	47%	29%	63%	25%
Autônomos	6%	12%	6%	25%
Donas de casa	3%	6%	6%	0%
Desempregados	4%	0%	0%	0%
Empresários	18%	12%	6%	0%
Estudantes	5%	6%	0%	0%
Pescadores	5%	12%	0%	0%
Geral	69%	15%	14%	2%

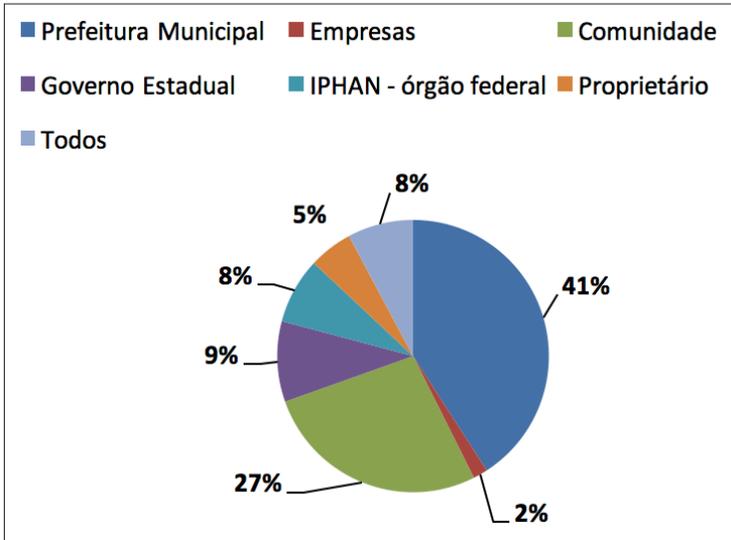
1) Bens que possuem valor e significado; 2) O que é guardado, acumulado ao longo do tempo; 3) Museus; 4) A propriedade de uma pessoa

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Procurou-se identificar também de quem os entrevistados acreditam ser a responsabilidade por sua preservação. As opções de respostas para essa pergunta foram: Prefeitura, governo estadual, órgão federal (no caso o IPHAN), empresas, comunidade, proprietários dos bens, ninguém ou outro. Além dessas possibilidades, foi mencionado que é responsabilidade de todos, de forma integrada, por 8% dos entrevistados, conforme pode ser visto no gráfico 8, o qual revela também que 41% dos entrevistados acreditam ser um dever

da Prefeitura, seguidos de 27% que afirmaram que a comunidade deve fazer sua parte junto com os órgãos oficialmente competentes. O governo estadual foi mencionado por 9% dos entrevistados, e o órgão federal responsável pelo patrimônio cultural, o IPHAN, foi citado por 8%. O IPHAN foi adicionado à lista das respostas esperadas nessa questão porque é um órgão que tem estreita relação com o município, tendo em vista o tombamento federal do Centro Histórico e todas as atividades que realiza desde então; tem até mesmo um escritório, há muitos anos, em São Francisco do Sul. Os proprietários foram considerados responsáveis pela preservação de seus imóveis por 5%, e outros 2% acreditam que as empresas poderiam investir no patrimônio cultural recursos que garantissem sua preservação.

Gráfico 8 – Responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Na busca por fatores determinantes sobre essas representações, as respostas foram analisadas conforme idade, escolaridade e gênero. Com base nisso percebemos que havia muita semelhança entre as respostas dadas pelos entrevistados, o que pode ser um indicativo sobre a configuração social da população estudada. Conforme observado, a rede de informações entre a população pelo boca a boca é muito eficaz e São Francisco do Sul possui características de organização social que se relacionam com o que Bauman (2003) denomina comunidade, ou também

o desejo de que exista a comunidade. O pensamento comum dos indivíduos em muitas respostas chamou a atenção para isso. Foi empregado, então, o conceito de identificação comunitária em vez do conceito de comunidade, que, segundo esse autor, não é mais possível na contemporaneidade. Bauman afirma que o desejo de comunidade no contexto atual é uma busca de alternativas e se estrutura por meio do sentimento de pertencimento, com o estabelecimento de vínculos fortes e o comprometimento de manutenção da comunidade (BAUMAN, 2003). Nesse âmbito, as informações internas são prioritárias às externas, e essa pode ser uma explicação para que em São Francisco do Sul aquilo que um cidadão comunica ao outro seja tão bem-aceito e replicado.

No tocante à idade (tabela 3), percebeu-se que em todas as faixas etárias a maior responsabilidade no cuidado para com o patrimônio cultural é atribuída à Prefeitura e não ao IPHAN, como se poderia imaginar, levando em consideração a atuação desse órgão do governo federal na cidade. A menção à responsabilidade que a comunidade tem com a preservação do patrimônio cultural foi a segunda mais citada.

Tabela 3 – Responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural X faixas etárias

	18 a 29 anos	30 a 55 anos	Acima de 56 anos	Geral
Prefeitura	53%	32%	42%	41%
Empresas	5%	0%	0%	2%
Comunidade	21%	27%	29%	27%
Governo estadual	5%	15%	8%	9%
IPHAN - órgão federal	11%	8%	5%	8%
Proprietário	0%	8%	8%	5%
Todos	5%	10%	8%	8%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Ainda se tratando de responsabilidades sobre a preservação, observa-se que os dados não mudam muito quando se separa a sociedade por níveis de escolaridade, permanecendo a preponderância de atribuições à Prefeitura, como mostra a tabela 4. Destaca-se que o item “todos” se refere a todas as opções anteriores, de forma conjunta, e “comunidade” foi selecionada quando as pessoas respondiam a essa palavra ou em relação à população civil organizada em prol do patrimônio. Tal item foi apontado em segundo lugar pelos entrevistados que possuem até o ensino médio, e aqueles que já fizeram ou estão fazendo

graduação e pós-graduação mencionaram “todos”, seguido de “comunidade”, em terceiro lugar. Isso demonstra que a população tem a percepção de que deveria se envolver nas ações voltadas à preservação do patrimônio cultural.

Tabela 4 – Responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural X escolaridade

	1.º grau	2.º grau	Superior e pós	Geral
Prefeitura	44%	30%	54%	41%
Empresas	0%	4%	0%	2%
Comunidade	35%	32%	12%	27%
Governo estadual	9%	9%	11%	9%
IPHAN – órgão federal	0%	17%	3%	8%
Proprietário	9%	6%	0%	5%
Todos	3%	2%	20%	8%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Percebe-se, pela tabela 5, que o gênero dos entrevistados não influi nas respostas sobre a responsabilidade com o patrimônio. Da mesma forma, não foi identificada nenhuma influência da profissão nesse quesito, permanecendo a responsabilidade maior à Prefeitura. Isso se justifica porque a Prefeitura tem forte atuação em relação ao Centro Histórico por meio das festividades e demais ações culturais ali desenvolvidas. Por esse motivo, então, acredita-se ser essa a representação mais forte que aparece quando se questiona de quem é a responsabilidade pelo patrimônio cultural.

Tabela 5 – Responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural X gênero

	Homens	Mulheres	Geral
Prefeitura	37%	45%	41%
Empresas	2%	2%	2%
Comunidade	26%	28%	27%
Governo estadual	10%	9%	9%
IPHAN – órgão federal	7%	2%	8%
Proprietário	3%	7%	5%
Todos	15%	7%	8%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Os entrevistados desta pesquisa são indivíduos que vivem em uma cidade em que o valor do patrimônio cultural é difundido e valorizado como referência identitária (PAULI, 2010). Por meio da observação de campo e da pesquisa realizada, identificou-se que o sistema central⁵ dessa representação se refere ao fato de o patrimônio cultural ser considerado muito importante e presente na vida desses indivíduos. Com base nisso, ocorrem os processos de ancoragem e objetivação⁶ que estão pautados nas informações repassadas pela educação (gráfico 6) e pelo boca a boca (PAULI, 2010).

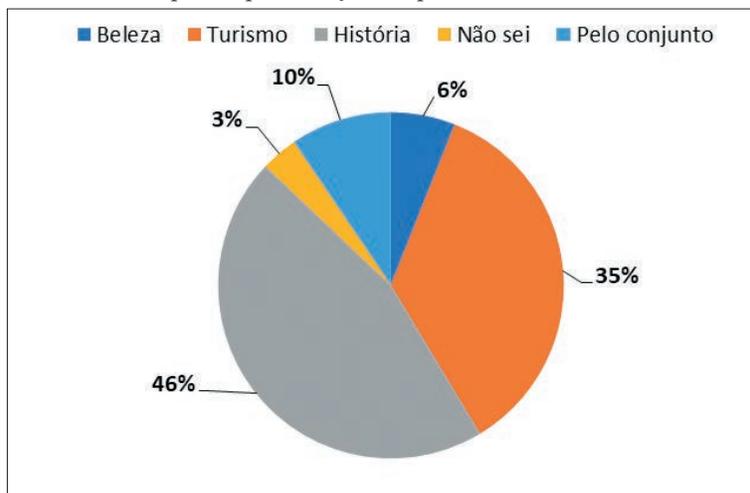
Sublinha-se ainda o importante papel que a educação e os projetos de educação patrimonial exercem sobre as representações dos indivíduos, aumentando seu conhecimento sobre o patrimônio, a importância dele na vida da sociedade e a necessidade de preservação. Tais processos também trazem à consciência dos cidadãos que todos são responsáveis pela preservação do legado cultural, uma vez que é uma propriedade coletiva. Por meio de projetos desenvolvidos, não apenas recentemente pelo Programa Monumenta, mas desde o tombamento do Centro Histórico, em 1987, a população foi desenvolvendo novas representações sobre o patrimônio cultural da cidade, percebendo a importância dele em suas vidas.

⁵ Os dados referentes ao núcleo central não aparecem explicitamente; é algo subjetivo que influencia nas representações investigadas. De acordo com Celso Pereira de Sá (1996), o núcleo central é marcado pela memória coletiva e, por esse motivo, reflete a configuração social dos indivíduos, é estável e resistente às mudanças imediatas do contexto, bem como é a base comum, o consenso coletivamente partilhado nas representações sociais (SÁ, 1996). Os elementos periféricos são aqueles que fazem a conexão com o contexto e com as particularidades de cada indivíduo na elaboração das suas representações e por isso são mais variáveis e menos resistentes. É no sistema periférico que se faz a conexão entre a vida social concreta e o sistema central, sendo ele responsável pela adaptação individual e pela diferenciação do conteúdo das representações.

⁶ Segundo Moscovici, a representação é formada pela ancoragem e pela objetivação. A ancoragem refere-se à incorporação ou apropriação do novo ao sistema de categorias funcionais e familiares com as quais os indivíduos organizam seu pensamento. Por meio desse mecanismo, pretende-se “ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (MOSCOVICI, 2009, p. 60). Já a objetivação, para Moscovici, une a ideia do não familiar com o real e é a essência da realidade, porque transforma algo abstrato (a ancoragem) em algo quase concreto: “transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Ela confere a possibilidade de tornar real o conceito ancorado, reproduzi-lo em uma ação, em uma imagem, além de que “cada cultura possui seus próprios instrumentos para tornar suas representações em realidades” (MOSCOVICI, 2009, p. 76).

Ainda investigando as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre o patrimônio cultural, a questão seguinte indagou os motivos que justificam sua preservação. Como opções de resposta havia “a beleza da cidade”, “o turismo” e “a preservação da história local”, além das opções “não sei” e “pelo conjunto”. Como se nota no gráfico 9, o valor histórico e o potencial turístico do patrimônio são destacados, tendo respectivamente 46% e 35% das menções. Dez por cento dos entrevistados afirmaram que o que fundamenta a manutenção é o conjunto – o valor histórico e a beleza ligados ao potencial turístico – e todas as características identificadas pelo perfil tiveram respostas no mesmo sentido, não sendo possível destacar algo que faça diferença na forma com que a população pensa a importância histórica do patrimônio, para que possa ser utilizado como recurso econômico.

Gráfico 9 – Motivos para a preservação do patrimônio cultural



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Tendo em vista as opiniões expressas nas questões anteriores, o resultado reforça que o núcleo das representações identificado no município de São Francisco do Sul sobre patrimônio cultural está provavelmente relacionado ao tombamento do Centro Histórico. Todas as ações desenvolvidas pelos órgãos governamentais em relação à difusão de informações, à preservação e à utilização como recurso turístico possivelmente influenciaram nos processos

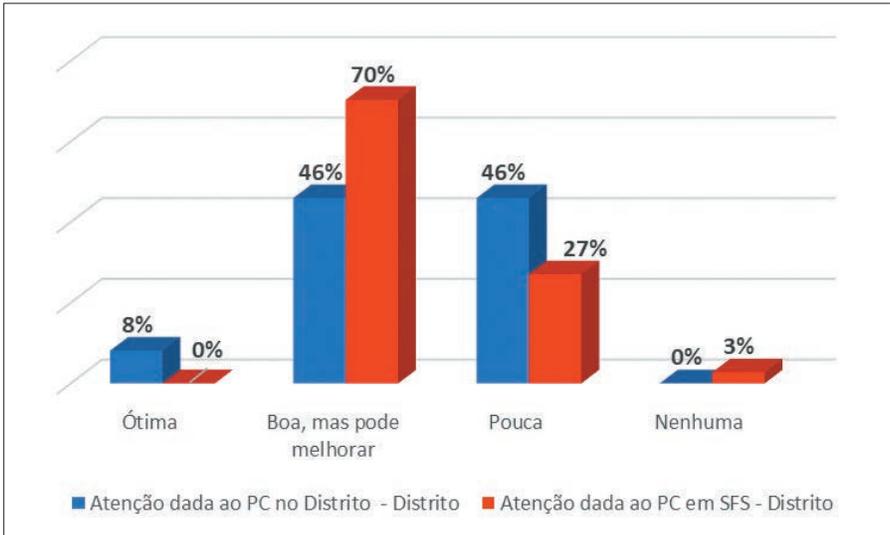
de ancoragem e objetivação dos munícipes, trazendo esse patrimônio para seu cotidiano. Era de esperar, diante disso, que as respostas fossem direcionadas para a importância histórica e turística, contudo percebe-se que as motivações para a preservação patrimonial remontam principalmente à sua importância histórica, e essa referência está ancorada em tudo que aprenderam a partir do tombamento do Centro Histórico e das representações passadas pelo boca a boca desde então. Grande parte do restante do patrimônio cultural da cidade, como já mencionado em relação ao Distrito do Saí, é desconhecida, carente de reconhecimento, difusão e preservação.

Outras duas questões ainda compõem essa parte do formulário e se referem à atenção que os entrevistados consideram que o governo municipal dá para o patrimônio cultural tanto na cidade como um todo quanto especificamente no Distrito do Saí. Essas questões foram incluídas no formulário para verificar como a população em análise avalia a atuação da gestão municipal em curso⁷. Para análise dos dados, identificaram-se as respostas dos moradores do Distrito do Saí e da Ilha de São Francisco do Sul, a fim de perceber como a população dos dois espaços dentro do território do município compreende o tema.

A opinião dos moradores do Distrito do Saí sobre a atenção dispensada pelo governo municipal para o patrimônio cultural dessa localidade e do município em geral pode ser verificada no gráfico 10 – mantiveram-se os dados que não receberam nenhuma menção (0%) para facilitar a comparação visual. Com o mesmo percentual (46%), uma parte da população considera que a atenção dada pela administração do município ao patrimônio cultural “até que está boa”, mas poderia melhorar sua atuação em relação ao Distrito do Saí, e outra parte acredita que é pouca, que o município está deixando a desejar nesse quesito. Dos 8% dos entrevistados que acham a ação ótima, todos são aposentados, em sua maioria mulheres. Considerando o trabalho da gestão municipal em relação ao patrimônio cultural de São Francisco do Sul, nenhum entrevistado afirmou que esteja ótimo, e a grande maioria (70%) julga que é necessário melhorar, seguida de 27% que consideram que é pouco e de 3% que diz não ser dada atenção à área.

⁷ No decorrer da pesquisa ocorreram as eleições municipais no país, e o prefeito de São Francisco do Sul foi reeleito, mas não pela maioria absoluta da população, tendo uma vitória apertada sobre o seu opositor que ficou em segundo lugar. Como o município não comporta eleições em segundo turno, o prefeito foi reconduzido ao mandato.

Gráfico 10 – Atenção dispensada ao patrimônio cultural considerada pelos moradores do Distrito do Saí

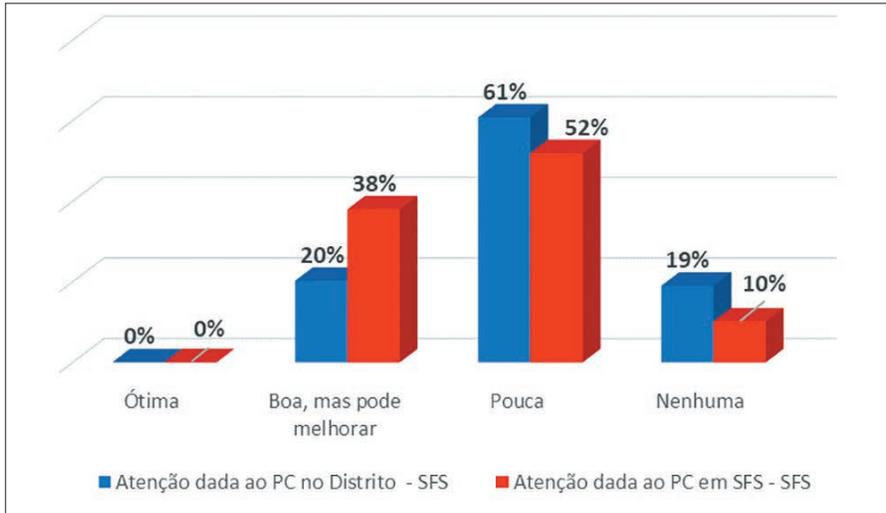


Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Cabe ressaltar que esses dados não exprimem a opinião dos entrevistados sobre a administração municipal como um todo, mas especificamente no que se refere ao patrimônio cultural. Boa parte da população do Distrito do Saí fez questão de mencionar que em relação à educação e à saúde só havia elogios, pois estavam sendo bem atendidos em suas necessidades.

Nos dados obtidos nas entrevistas com moradores da Ilha de São Francisco do Sul, pode-se levantar a hipótese de que a aproximação geográfica com a administração municipal e a convivência mais próxima com os problemas da sede do município fizeram com que as respostas fossem mais críticas, conforme se verifica no gráfico 11.

Gráfico 11 – Atenção dispensada ao patrimônio cultural na visão dos moradores da Ilha de São Francisco do Sul



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

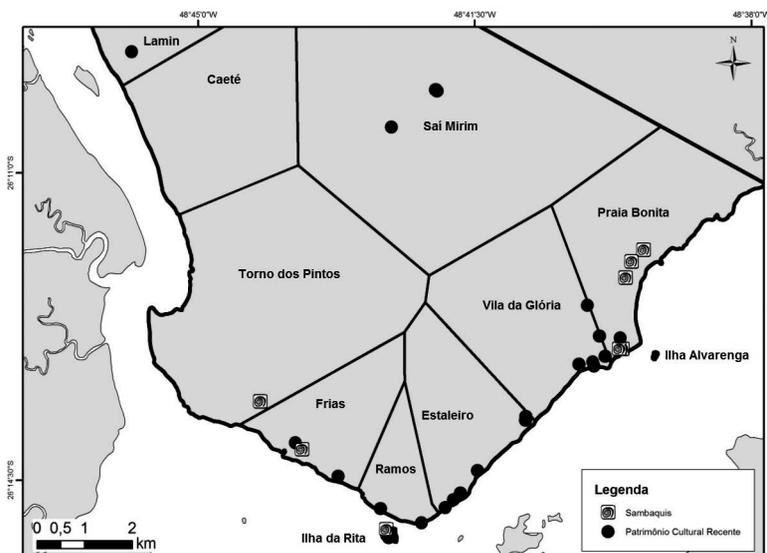
Os moradores da sede do município consideram, em sua maioria (61%), que o patrimônio cultural do Distrito do Saí está recebendo pouca atenção, seguidos de 20% que afirmam que está bom, mas pode melhorar, e de 19% que acreditam que não é dada nenhuma atenção. Esses dados são interessantes, pois promovem uma reflexão sobre a hipótese inicial de que o Distrito do Saí seria algo distante e desconectado da vida na sede do município e ajudam a provar justamente o contrário. Todos os entrevistados da Ilha de São Francisco do Sul prontamente deram sua opinião nessa questão, considerando-se aptos a opinar sobre algo que faz, sim, parte da sua vida e do território em que habitam. A pesquisa revela, ainda, que a percepção de que o patrimônio cultural do Distrito do Saí está à margem é um fato verificado também pela população local.

Quanto à atenção dada pelo governo municipal para o patrimônio cultural do município, percebe-se que, apesar dos projetos e iniciativas conhecidos e vivenciados durante a observação e a pesquisa de campo, os dados apontam para uma insatisfação dos entrevistados: 52% acreditam que esteja sendo dispensada pouca atenção à área, 38% acham que está boa, mas pode melhorar, e 10% afirmam que não está sendo dada atenção. Com base nas respostas anteriores, as quais indicam que a maior parte da população sabe o que é patrimônio cultural, conclui-se que tais respostas se fundamentam em conhecimento a respeito do assunto.

Dois perguntas do formulário foram específicas para investigar com os moradores do Distrito do Saí o que consideram como patrimônio cultural do distrito

e onde tal patrimônio está localizado. Com essas informações e outras coletadas em pesquisas pretéritas (BANDEIRA, 2000; ALVES; MARTINS, 2006) ou dados públicos, realizou-se, em parceria com André de Souza de Lima⁸, o geoprocessamento do patrimônio da região. Como resultado foram identificados 36 pontos constituídos por sambaquis⁹, ruínas relativas à ocupação nos séculos XVII e XVIII, bem como engenhos e igrejas, tanto antigas quanto contemporâneas. O patrimônio imaterial identificado está ligado às práticas e aos conhecimentos locais, como o modo de fazer a farinha de mandioca, a construção de canoas, a pesca artesanal, entre outros. A água foi outro patrimônio destacado pelos entrevistados, pois é a partir do Distrito do Saí que se faz o abastecimento de todo o município. Com a localização dos 36 pontos, foi possível observar que a Vila da Glória e o Estaleiro possuem um maior número de unidades de patrimônio cultural reconhecidas pela população, assim como a região da Praia Bonita, que concentra um maior número de ocorrências de sambaquis, conforme se vê na figura 1.

Figura 1 – Localização do patrimônio cultural no Distrito do Saí



Fonte: André Lima – Geipac/Univille (2012)

⁸ Bolsista de iniciação científica de Geografia do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac).

⁹ Os sambaquis foram mencionados pelos entrevistados. Fez-se a identificação no mapa com base em trabalhos publicados com os registros das coordenadas. As ruínas foram identificadas por meio das indicações de localização dadas pelos entrevistados, entre as quais estão as três propriedades analisadas no Projeto Rita.

No Distrito do Saí existem registros de diversos sítios arqueológicos pré-coloniais da tipologia sambaqui, e alguns já estão mencionados na literatura (BANDEIRA, 2000; ALVES; MARTINS, 2006), porém ainda não foram pesquisados até o momento. Existem também diversos sítios arqueológicos históricos, até então desconhecidos, sendo possível destacar o trabalho realizado por Fernanda Borba (2013), que identificou e analisou três estruturas históricas de antigos engenhos nas localidades de Frias e Estaleiro. A pesquisa buscou, por meio da materialidade evidenciada pela arqueologia, investigar a ocupação dessas propriedades, discutindo os vestígios sobre a presença de escravos negros na região e a relação dessa ocupação com a historiografia. Nas entrevistas realizadas, não houve menção à cultura afro-brasileira no Distrito do Saí, nem mesmo a senzalas, mas as evidências históricas e arqueológicas comprovam a sua existência, assim como a presença de escravos nos engenhos e nas propriedades agrícolas da região.

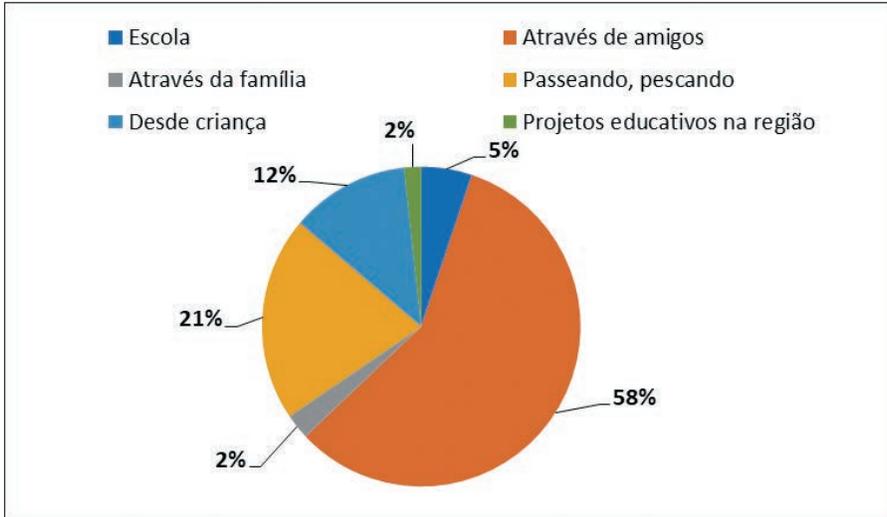
O PATRIMÔNIO CULTURAL DA ILHA DA RITA

Após a construção do perfil e a identificação das representações sociais a respeito do patrimônio cultural, foram feitos questionamentos que permitiram conhecer as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita. Iniciou-se perguntando se os entrevistados já haviam ouvido falar do local e se já tinham estado na ilha; todos os 300 entrevistados responderam que ouviram falar, mas apenas 33% deles já foram até lá. Entre os entrevistados que já foram à ilha, 69% são moradores do Distrito do Saí e, portanto, estão bem mais próximos do local. Um dado que reflete a situação contemporânea da ilha é que, desses 33% que já a visitaram, 90% têm mais de 30 anos. Como a ilha está sob custódia da Univille desde 1999, está fechada para visitação, acampamento, pesca, entre outras atividades de lazer que ali eram realizadas até então. É natural que os entrevistados mais novos não tenham tido a oportunidade de conhecê-la, apesar de terem ciência sobre sua história, que faz parte do currículo escolar, ou por ouvir os amigos, familiares e a população local falar sobre ela.

No gráfico 12 é possível verificar os dados referentes à resposta de todos os entrevistados sobre como conheceram a ilha ou apenas ouviram falar dela: 58% responderam que foi por meio de amigos, seguidos de 21% que indicaram

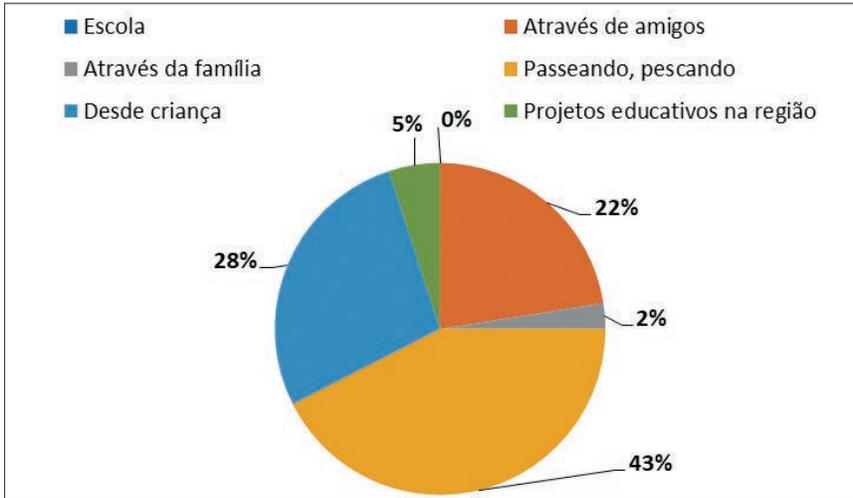
que foi passeando pela Baía Babitonga ou mesmo pescando. Destaca-se que os remanescentes materiais da base são facilmente visualizados pela face sul da ilha, por onde passam muitas embarcações, até mesmo um barco de turismo que na narrativa da viagem chama a atenção para a Ilha da Rita e sua história.

Gráfico 12 – Como ouviu falar sobre a Ilha da Rita



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Considerando os dados relativos apenas aos 33% dos entrevistados que já visitaram a Ilha da Rita (gráfico 13), percebe-se que uma grande parte (43%) chegou até ela quando estava passeando ou pescando na região e resolveu aportar ali. Outros 28% conhecem a ilha desde crianças, brincaram lá quando mais novos. Ainda no tocante a essa questão, 22% dos entrevistados conheceram a ilha por indicação de amigos. Apenas 5% dos entrevistados conheceram a ilha por meio da escola, o que possibilita refletir sobre o papel da educação nas representações. Anteriormente se abordou como a escolaridade influencia na formação das representações sobre o que é patrimônio cultural, no entanto, em relação especificamente à Ilha da Rita, a atuação da escola é mínima. A utilização da Ilha da Rita como instrumento pedagógico possibilitaria que mais indivíduos de São Francisco do Sul conhecessem esse patrimônio, apropriando-se dele enquanto referencial cultural e de memória.

Gráfico 13 – Como conheceu pessoalmente a Ilha da Rita

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Quando respondiam a essa pergunta, muitos gostavam de contar suas memórias a respeito. Era muito comum, segundo eles, ir à Ilha da Rita para pescar e acampar; era um local de lazer a que todos tinham acesso. Além de “causos” de pescadores, alguns homens lembraram suas aventuras de infância com amigos ou de acampamentos em grupos de jovens, em família, entre outras formas de diversão e lazer de que a Ilha da Rita foi palco, tanto durante o tempo em que os militares estavam ali (daí dependia da amizade com eles) como após o fechamento da base naval, quando ficou sob responsabilidade do porto.

Notou-se um desejo de preservar o patrimônio para preservar a memória ali representada – tanto a oficial (Marinha) quanto as memórias de cada entrevistado em relação à Ilha da Rita. É a idealização desse patrimônio como um lugar de memória, é a materialização da memória em um lugar, uma história que esse espaço representa (NORA, 1993). O anseio de transformação do local em um lugar de memória prenuncia a intenção de bloquear o esquecimento, de acordo com o que Nora (1993) afirma ser a intenção da criação desses lugares, servindo como referencial de memória e identidade. Notou-se, nas entrevistas, que os mais velhos que contavam sobre essas memórias estão morrendo, e a requalificação da ilha seria uma possibilidade de registrá-las e contá-las por meio dos remanescentes materiais, tendo em vista que a história ali representada é motivo de grande orgulho para essa população – motivos como ter feito parte da Segunda Guerra e ter sido visitada pelo presidente da República exemplificam tal sentimento.

Em seguida, foram feitas duas questões abertas solicitando aos entrevistados que dissessem três palavras positivas e três negativas sobre a ilha. Nem todos quiseram responder, assim como muitos disseram só ter coisas boas para falar sobre o local. No total, foram tabuladas 712 palavras positivas e 556 negativas. Para otimizar a análise, algumas delas foram agrupadas em uma única palavra que se referia ao mesmo conceito (beleza/bela/bonita, natureza/beleza natural, história, abandono/abandonada/largada, falta de estrutura/difícil acesso) e as demais foram deixadas como foram ditas. O percentual de incidência das palavras pode ser conferido na tabela 6:

Tabela 6 – Incidência de palavras positivas e negativas sobre a Ilha da Rita

Palavras positivas		Palavras negativas	
História	24%	Abandono	22%
Beleza	17%	Falta de estrutura	9%
Natureza	16%	Isolamento	8%
Turismo	6%	Poluição	8%
Patrimônio cultural	4%	Malcuidada	7%
Cultura	3%	Descaso	4%
Desenvolvimento	3%	Descuido	4%
Interessante	3%	Desvalorização	4%
Ruínas	3%	Esquecida	4%
Abastecimento de água	2%	Ruínas	4%
Base naval	2%	Biguás	3%
Biodiversidade	2%	Degradação	3%
Encantadora	2%	Desconhecida	2%
Lazer	2%	Exclusividade	2%
Maravilhosa	2%	Mal divulgada	2%
Meio ambiente	2%	Mal utilizada	2%
Pesca	2%	Tristeza	2%
Carvão	1%	Baderna	1%
Harmonia	1%	Bagunça	1%
Lugar agradável	1%	Desmatamento	1%
Navios	1%	Excluída	1%
Orgulho	1%	Falta de respeito	1%
Paraíso	1%	Festas	1%
Perfeição	1%	Inatividade	1%
Preservação	1%	Indiferença	1%
Tranquilidade	1%	Univille	1%
Univille	1%		

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Em linhas gerais, as palavras mais citadas positivamente aludem principalmente à importância histórica (24%), à beleza (17%) e à natureza da ilha (17%). Turismo e patrimônio cultural destacam-se com 6% e 4%, respectivamente. As memórias sobre a utilização da ilha como base naval é motivo de orgulho para os entrevistados, que gostam de frisar essa importância histórica de que no local onde vivem ocorreram fatos relacionados à Segunda Guerra, período que mudou o mundo todo. Juntamente a isso, a beleza do conjunto formado pelos remanescentes materiais e pela natureza abundante faz com que os entrevistados reconheçam na ilha um potencial ponto turístico. É possível vislumbrar aí outra característica do sistema central na cidade: o turismo voltado para o patrimônio histórico e para a natureza é um dos principais meios de vida, como já salientado. Portanto, as representações dessa população sobre um local que possua valor histórico reconhecido e natureza exuberante possivelmente vão se formar com base nisso. Num espaço como a Ilha da Rita, em que natureza e história convivem, a ideia de patrimônio cultural como recurso turístico é muito forte e influencia as representações identificadas.

Negativamente, destacaram-se o abandono da ilha (22%), a falta de estrutura (9%), o isolamento (8%), a poluição (8%) e o fato de ela estar malcuidada (7%). Palavras como descaso (4%), descuido (4%), desvalorização (4%) e esquecimento da ilha (4%) demonstram o quanto esse patrimônio é lembrado com carinho e pesar pela sua atual situação. As referências ao isolamento e à falta de estrutura remetem justamente a essa representação dos entrevistados de que ela deveria estar acessível e aberta ao turismo. As ruínas foram apontadas tanto positiva quanto negativamente, mas percebeu-se que esse segundo sentido foi dito justamente considerando que eram construções volumosas e bonitas – e assim deveriam voltar a ser. E positivamente é essa a memória que evocam.

A grande quantidade de biguás é um enorme problema para a ilha: esses pássaros a perceberam como um bom lugar e defecam por toda a parte. O presidente da Fundação Cultural de São Francisco do Sul, Aldair Nascimento Carvalho (2012), em entrevista a este projeto, disse que os biguás são um problema ambiental que deve ser analisado e discutido para uma possível reabertura da Ilha da Rita. Já os biólogos pertencentes à equipe interdisciplinar que pesquisa a ilha afirmam que a presença desses pássaros

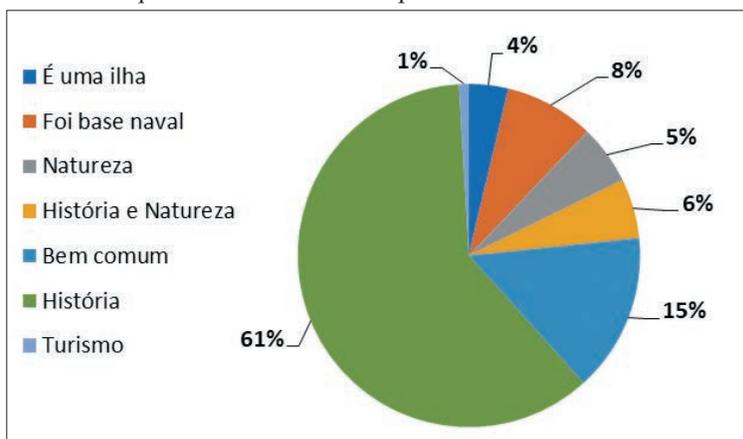
ali é cíclica e que daqui a um tempo eles sairão e passarão a habitar outra ilha, como já fizeram anteriormente¹⁰.

A população não está contente com os trabalhos desenvolvidos na ilha, pois não consegue visualizar tudo o que tem sido feito, uma vez que as pesquisas ali realizadas acabam ficando mais restritas à academia. Além disso, a influência sobre o cotidiano dessa população não é perceptível ou compatível com sua expectativa. Por não terem acesso à produção científica a respeito da Ilha da Rita, importam-se mais com o patrimônio material (as construções) do que com o imaterial (meio ambiente, memórias, representações) que tem sido estudado.

A palavra Univille foi lembrada tanto como positiva quanto como negativa por alguns dos entrevistados. Mesmo com algumas críticas, os entrevistados ficavam contentes ao saber da pesquisa e das intenções futuras com o local; alguns até demonstraram crédito nessa instituição e esperança de que o espaço volte a ser bem utilizado. O entrevistado Aldair Carvalho (2012) destacou que a Ilha da Rita passou a ser mais conhecida após a Univille ter se tornado responsável por ela. Para ele, a Ilha da Rita é uma grande possibilidade de investimento e de transformação para o turismo e para a preservação da identidade cultural e da memória da cidade. Outro entrevistado, Luiz Augusto Ozório (2012), declarou que vê com tranquilidade a ilha após ter sido designada à Univille e que isso freou o processo de depredação que ela estava sofrendo, bem como percebe a relevância dos estudos que são realizados.

A pergunta seguinte, de forma direta, questionava se o entrevistado considera a Ilha da Rita um patrimônio cultural, e 97% dos entrevistados afirmaram que a ilha é um patrimônio. A pergunta seguinte, que questionava o porquê de afirmarem isso, possibilita buscar compreender como se formou essa representação. Em seguida, no gráfico 14, visualizam-se as respostas gerais sobre a pergunta, que foram agregadas em sete eixos principais. Houve referência à sua importância histórica (61%), ao fato de ser um bem comum, um bem da população (15%), menções por ter sido base naval e ter tido a presença da Marinha no local (8%), o reconhecimento da ilha como patrimônio por sua natureza (6%) e pelo conjunto formado pelo valor histórico e pela riqueza natural, mencionado pelo mesmo percentual de entrevistados (6%). Em menor quantidade foi justificado que ela é um patrimônio por ser uma das ilhas que formam o rico arquipélago da Baía Babitonga (4%). O valor turístico a ela agregado como patrimônio cultural foi apontado por apenas 1%, o que é justificável, pois ainda não está aberta para essa atividade: os entrevistados a visualizam, no futuro, como um ponto turístico importante, mas, tratando-se de explicações sobre suas representações atuais, ainda não figura dessa forma.

¹⁰ Ver sobre isso o capítulo 1 deste livro.

Gráfico 14 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Na busca pelos fatores determinantes para tais representações, percebe-se, por meio dos dados, que o gênero (tabela 7) e a idade (tabela 8) não apresentaram alterações significativas nas representações que consideram a Ilha da Rita um patrimônio cultural. Em relação ao gênero, destaca-se apenas que um percentual maior de homens mencionou o fato, e também o geral – total de homens e mulheres – citou o fato de ter servido como base naval.

Tabela 7 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural X gênero

	Homens	Mulheres	Geral
É uma ilha	3%	6%	4%
Foi base naval	13%	7%	8%
Natureza	9%	9%	5%
História e natureza	8%	12%	6%
Bem comum	9%	9%	15%
História	56%	56%	61%
Turismo	2%	1%	1%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Tabela 8 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural X faixa etária

	18 a 29 anos	30 a 55 anos	Acima de 56 anos	Geral
É uma ilha	3%	0%	6%	4%
Foi base naval	11%	10%	11%	8%
Natureza	3%	5%	7%	5%
História e natureza	5%	14%	7%	6%
Bem comum	14%	12%	7%	15%
História	61%	57%	62%	61%
Turismo	3%	2%	0%	1%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

No tocante à escolaridade (tabela 9), percebe-se que os entrevistados, de graduandos até pós-graduados, relacionaram essa representação principalmente aos aspectos históricos, ao bem comum e à utilização da Ilha da Rita como base naval.

Tabela 9 – Por que a Ilha da Rita é um patrimônio cultural X escolaridade

	Até 1.º grau	Até 2.º grau	Superior e pós	Geral
É uma ilha	8%	2%	0%	4%
Foi base naval	13%	6%	14%	8%
Natureza	3%	4%	0%	5%
História e natureza	13%	9%	5%	6%
Bem comum	14%	13%	11%	15%
História	46%	66%	70%	61%
Turismo	3%	0%	0%	1%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

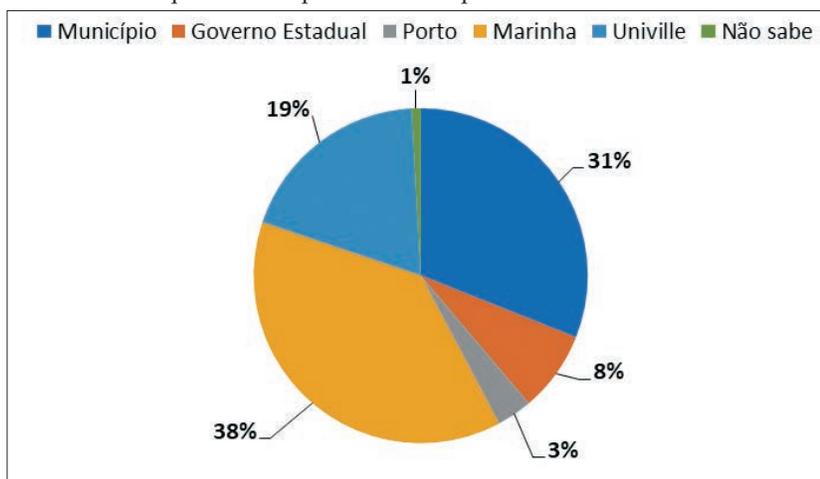
A considerável similaridade em diversos aspectos das representações levantadas aponta que as representações em torno do patrimônio cultural no município, como já visto, e sobre a Ilha da Rita, especificamente, são muito fortes e ao serem repassadas pelo boca a boca se solidificam, independentemente do grupo social em que estejam inseridos, demonstrando que a identificação

comunitária é mais impactante nessa sociedade do que as diversas possibilidades de identificação dos indivíduos (grupos de idade, de gênero, ocupação profissional e local de moradia, por exemplo).

Os 3% dos entrevistados que não consideram a Ilha da Rita um patrimônio cultural justificam sua afirmativa pelo fato de ela ser propriedade da Marinha. Em comum entre esses entrevistados, destaca-se o fato de serem todos naturais da Ilha de São Francisco do Sul e residentes nela e nunca terem ido visitar a Ilha da Rita. Entre eles, 75% são homens aposentados com mais de 56 anos e 25% são donas de casa entre 30 e 55 anos. Percebeu-se nas demais respostas dadas por esses entrevistados a respeito da Ilha da Rita que não possuem nenhuma identificação particular com o local. Para eles, é somente mais uma ilha entre as demais da baía, que possui seu valor histórico reconhecido e que pode ser utilizada como recurso turístico, mas com a qual eles não têm laços de afetividade e nem irão se envolver nas atividades que porventura sejam ali realizadas.

A Ilha da Rita é de fato propriedade da Marinha, contudo está cedida para a Univille desde 1999 (e também já foi responsabilidade do porto, como citado anteriormente). Além disso, o IPHAN e a Prefeitura têm um trabalho forte e reconhecido pela população com o patrimônio cultural. Quem são os possíveis responsáveis pela Ilha da Rita foi um ponto consideravelmente confuso para os indivíduos com os quais se fez contato durante a observação de campo, o que motivou a investigação das representações sociais sobre quem deveria geri-la. Como se vê no gráfico 15, as opções eram as seguintes: Marinha (38%), município (31%), Univille (19%), governo estadual (8%), Porto de São Francisco do Sul (3%) e 1% dos entrevistados disse não saber.

Gráfico 15 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

As respostas ajudam a perceber o conteúdo do núcleo central relativo à Ilha da Rita: sua utilização como base naval remete à Marinha, bem como o fato de ela ser imediatamente associada aos chamados terrenos de Marinha. A Marinha, na questão da responsabilidade pela Ilha da Rita, constitui uma ideia forte que influencia a representação dos indivíduos e é socialmente construída, pois se trata de algo aprendido socialmente com os ensinamentos da família, da escola e também das vivências na fase adulta. Quando conheceram a Ilha da Rita e ouviram as memórias a seu respeito, o processo de transformação do não familiar em familiar (que é a ancoragem) foi baseado nos elementos constitutivos do núcleo central. A objetivação, que pode ser exemplificada nessa resposta, é fruto disso.

O número maior de entrevistados que consideraram a Marinha como a responsável pela Ilha da Rita está na faixa etária entre 30 e 55 anos (42%) e mais de 56 anos (34%), conforme se observa na tabela 10. Hoje em dia a Marinha já não é tão presente na vida dessa população, como se deu com os mais velhos, e a aquisição de terrenos de Marinha já não ocorrem na velocidade de décadas passadas, quando havia mais terrenos disponíveis no litoral. Talvez por esses motivos e pelo acesso à informação¹¹ relacionem principalmente a gestão da Ilha da Rita à Prefeitura (55%) e, em segundo lugar, à Marinha (29%).

Tabela 10 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita X idade

	18 a 29 anos	30 a 55 anos	Acima de 56 anos	Geral
Município	55%	19%	32%	31%
Governo estadual	5%	18%	0%	8%
Porto	5%	0%	8%	3%
Marinha	29%	42%	34%	38%
Univille	3%	21%	26%	19%
Não sabe	3%	0%	0%	1%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

É possível destacar mais elementos do núcleo central das representações nesse momento: viu-se que principalmente a Prefeitura é considerada o órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural, e essa opinião estende-se para

¹¹ Além de nascer em uma época em que o acesso à informação se dá em maior volume e velocidade, essa geração vivenciou na escola uma maior preocupação com assuntos relacionados à cultura e à história, à formação sensível dos indivíduos do que as gerações anteriores.

a Ilha da Rita, pois é nessa ideia-força que estão ancoradas tais representações. A Prefeitura e a Marinha são apontadas como responsáveis, a Marinha quase sempre em primeiro lugar pelos motivos já expostos: ela não aparece nessa colocação apenas nas respostas dadas pelos entrevistados que têm entre 18 e 29 anos, cujos dados coincidem em grande parte com os daqueles que estão cursando ou já cursaram graduação e pós-graduação (tabela 11). Para eles, a Prefeitura é responsável pela Ilha da Rita.

Tabela 11 – De quem é a responsabilidade pela Ilha da Rita X escolaridade

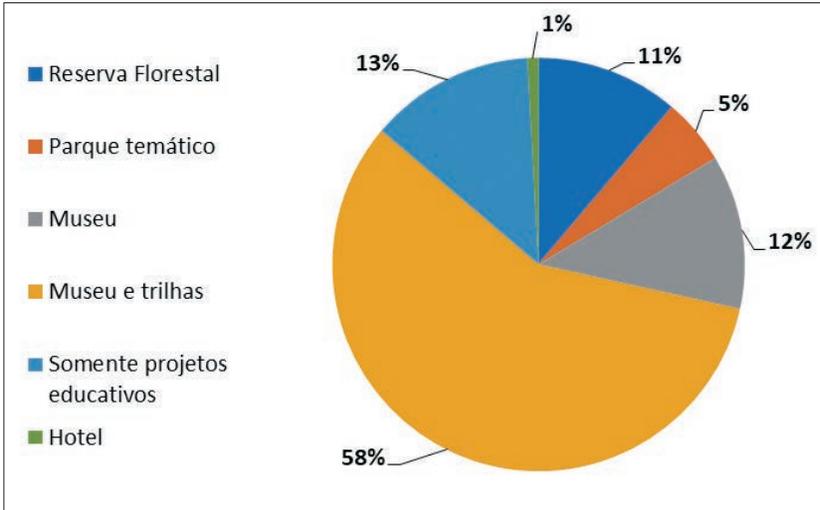
	Até 1.º grau	Até 2.º grau	Superior e pós	Geral
Município	32%	33%	46%	31%
Governo estadual	9%	6%	9%	8%
Porto	0%	0%	11%	3%
Marinha	44%	48%	20%	38%
Univille	15%	13%	14%	19%
Não sabe	0%	0%	0%	1%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Após a investigação das representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita enquanto patrimônio cultural e em relação ao órgão responsável por sua gestão, o passo seguinte foi identificar as atividades que podem ser feitas no caso de sua abertura ao público. Buscou-se, por meio disso, perceber o que se espera que seja feito na ilha. O secretário municipal de Turismo, Augusto Kolling (2012), destacou como fundamental estudar as possibilidades a serem desenvolvidas. Já se sabe que a representação em torno de sua principal função é a utilização como recurso turístico, dadas as características do município e as representações sociais levantadas e que são influenciadas pelo aspecto turístico da cidade. Levando em consideração as representações sobre a Ilha da Rita, que destacam sua importância histórica e sua riqueza natural como principais motivos para que seja considerada patrimônio cultural, o resultado da questão é uma consequência e pode ser visualizada no gráfico 16: 58% dos entrevistados afirmaram que nela podem ser feitos um museu para contar a história ali representada e também trilhas para que sua natureza exuberante seja conhecida e aproveitada pelos visitantes. Apenas a criação de um museu na Ilha da Rita também foi citada por 12% dos entrevistados. As respostas foram consideradas tais quais foram dadas. Acredita-se que essas

representações sejam fortemente influenciadas pelas informações que circulam a respeito da intenção da Univille e da Prefeitura em relação à Ilha da Rita, citadas por membros dos projetos e desenvolvidas e repassadas no boca a boca.

Gráfico 16 – O que deve ser feito na Ilha da Rita



Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

Além desses, 13% dos entrevistados disseram que devem ser desenvolvidos somente projetos educativos para conscientizar sobre a história e o meio ambiente a serem preservados. Seguindo a ideia de preservação ambiental, 11% afirmaram que a ilha deve ser fechada, e sua biodiversidade, preservada. Havia ainda mais uma opção no formulário, que foi respondida por 5% dos entrevistados: a construção de um parque temático – as sugestões de temas foram diversas e, em sua maioria, faziam ligação com a Marinha e a utilização da ilha como base naval. Somada às opções existentes, a construção de um hotel ou albergue para mochileiros foi sugerida por 1% dos entrevistados, também aproveitando o seu valor histórico e a abundância da natureza. Não houve discrepâncias quando feitos os cruzamentos das respostas entre os fatores sociais relativos ao gênero, à ocupação, à faixa etária, à escolaridade e ao local de moradia.

Quando se perguntou qual seria o resultado da reabertura da Ilha da Rita, do total de entrevistados, 82% acreditam que trará desenvolvimento para a região e a população vai se envolver – e essa é uma opinião da qual comungam todas

as especificidades levantadas no perfil (não há o que destacar nesse sentido). Ao serem questionados se estariam dispostos a se envolver em projetos a serem desenvolvidos na Ilha da Rita, os entrevistados ficaram divididos: 53% afirmaram que iriam, sim, participar, e 47% não. O maior percentual de entrevistados dispostos a participar (tabela 12) encontra-se na faixa etária acima de 56 anos.

Tabela 12 – Envolvimento prático com a Ilha da Rita

	18 a 29 anos	30 a 55 anos	Acima de 56 anos	Geral
Sim	32%	45%	63%	47%
Não	68%	55%	37%	53%

Fonte: Cibele D. Piva Ferrari (2012)

As pessoas percebem a responsabilidade sobre o patrimônio como algo relativo ao governo, pois não há nenhuma instância de participação popular ou de gestão democrática na cidade. A administração e as decisões são tomadas pelos órgãos oficiais considerados responsáveis e sem a inclusão direta da população, e foi assim que esses indivíduos desenvolveram sua representação sobre a necessidade de se envolverem: apoiam, querem que seja feito e reconhecem a importância, mas não se consideram responsáveis por isso.

A respeito da reabertura da ilha, 11% responderam que não podem afirmar ao certo o que acontecerá, dos quais 65% estão na faixa etária de 18 a 30 anos e declararam que não se envolveriam nas atividades desenvolvidas na Ilha da Rita. Outros 7% apontaram que o turismo vai trazer bagunça e desmatamento para a região; na questão anterior esses entrevistados sugeriram que fosse feita uma reserva florestal na ilha. A maior parte destes não a conheceu pessoalmente e não pretende se envolver nas atividades que porventura sejam desenvolvidas ali.

Uma das principais funções que o patrimônio cultural tem é servir como fundamento para a construção da cidadania por meio do acesso à memória, e a sensibilidade para o patrimônio deve ser desenvolvida desde cedo nas crianças para que se formem com base nisso. Assim, a última questão do formulário buscou investigar o que os entrevistados pensam a respeito de como a ilha servirá para as futuras gerações. Em termos gerais, a maioria (56%) acredita que elas vão preservar a riqueza ambiental e histórica da Ilha da Rita, vão se apropriar dela e nela desenvolver mais projetos voltados às necessidades do seu tempo. Alguns entrevistados acreditam que isso pode acontecer, mas é necessário ensinar às crianças a valorização do meio ambiente e da história e o reconhecimento

da Ilha da Rita como um bem que, ao mesmo tempo em que pode produzir recursos econômicos, é um bem cultural que deve ser preservado. Já 25% dos questionados acreditam que as futuras gerações somente darão continuidade para obter os recursos advindos da exploração da ilha. Percebeu-se, nessas falas, certa descrença nas possibilidades de mudança na configuração que a educação tem e, também, na educação para o patrimônio. Não houve discrepâncias quanto aos fatores sociais, mas 58% desses entrevistados consideram que o motivo da preservação do patrimônio esteja relacionado principalmente ao turismo. Percebe-se que essa representação é baseada na importância do patrimônio como recurso econômico e não educacional.

Ainda no que se refere à questão da relação das futuras gerações com a Ilha da Rita, 16% afirmaram não saber o que pode acontecer e 3% disseram que elas não acharão relevante a preservação. A grande maioria (80%) dos entrevistados que fizeram tal afirmação tem mais de 56 anos e em suas falas demonstrou total descrédito com as futuras gerações. Essas pessoas destacaram a falta de educação que percebem existir, como as crianças que ficam sem fazer nada de útil, em sua opinião, e que a ilha não será bem cuidada por elas quando forem adultas.

Além de representantes da administração municipal, de pessoas de diferentes faixas etárias e de ambos os gêneros entrevistadas oralmente, foram realizadas entrevistas com profissionais da educação e da cultura de São Francisco do Sul, buscando compreender as representações daqueles que estão em contato direto com sua construção a respeito do patrimônio cultural. A professora de educação infantil Camila Cristina Silva (2012) defendeu a ideia de que o patrimônio cultural deve ser preservado por todos e, principalmente, que os órgãos municipais de turismo, educação e cultura precisam trabalhar de forma conjunta. Assim será possível que as crianças e os moradores de São Francisco do Sul tenham conhecimento sobre o seu patrimônio como um todo, não apenas o Centro Histórico, valorizando a história do município e podendo obter ainda maior valor turístico com projetos que envolvam essa população, sobretudo as crianças, como já existe em outros locais do país.

O professor de História Douglas Bahr Leutprecht (2012) destacou que é deficiente o ensino da história local nas escolas, que deveria ser dado maior espaço e importância a ela e que isso influenciará a forma como os educandos se relacionam com o seu patrimônio cultural. Outra questão apontada por ele é que, como a maioria dos alunos é formada por migrantes, fica difícil trabalhar a identidade local, tendo em vista a falta de atenção dada ao ensino de história regional, além da dificuldade de obter material e de inserir esses conteúdos em um programa já muito pesado. É preciso produzir material a respeito e também haver uma atuação da secretaria municipal de educação em relação à grade curricular, considerando a necessidade de que as novas gerações conheçam

a sua própria história para então valorizar suas representações no patrimônio cultural¹².

Os funcionários públicos Luiz Augusto Ozório (2012), que trabalha na Biblioteca Municipal e é editor de uma revista local, e Jairo Costa (2012), que trabalha no Museu Histórico, afirmaram que nas escolas, em sua época, não era ensinado a respeito; o conhecimento que adquiriram deu-se por meio das histórias contadas pelos mais velhos e do interesse pessoal. Já o estudante Mateus Müller de Oliveira (2012) disse ter aprendido na escola sobre a história da ilha e a vinda do presidente Getúlio Vargas, mas recordou que isso ocorreu por iniciativa de um professor muito dedicado e animado em fazer coisas diferenciadas com seus alunos e, anos mais tarde, visitou o Museu Histórico. Ele destaca, entretanto, que deve ser dada maior importância à história local na educação.

Luiz Augusto Ozório (2012) destacou a importância das histórias transmitidas pelos mais velhos e declarou que, como isso está se acabando, há a necessidade de que sejam contadas à população e ensinadas nas escolas, para manter a identidade e a memória francisquenses. Disse ainda que essas iniciativas são solitárias, como a dele de produzir matérias a respeito e publicar em sua revista, e que a imprensa local não tem interesse nisso, pois está preocupada apenas com as questões políticas.

Outro entrevistado, Rodrigo Dias da Silva (2012), afirmou que aprendeu na escola a respeito, mas nada aprofundado; seu conhecimento sobre a Ilha da Rita é fruto dos ensinamentos dos mais velhos e de sua vida morando em frente a ela.

A escola possui um fator determinante sobre as representações sociais, bem como os ensinamentos passados pelos mais velhos, contudo vê-se que de um lado a escola tem falhado em seu papel no tocante à história local e, de outro, que os mais velhos estão morrendo e, com eles, as memórias locais. Há a dupla necessidade de inserir nas discussões educacionais do município tal demanda e de registrar as memórias dos antigos moradores, que muito têm a ensinar.

REPRESENTAÇÕES E PRESERVAÇÃO

Os dados levantados demonstraram que as representações sobre a Ilha da Rita se relacionam à importância histórica que ela tem, pois as memórias

¹² Sobre esse assunto, salienta-se que a atual política da Capes em valorizar a publicação dos pesquisadores brasileiros em periódicos estrangeiros tem feito com que a já pequena produção historiográfica voltada a assuntos regionais seja ainda mais desestimulada.

fundamentam a identificação local com esse patrimônio e são repassadas entre conhecidos e familiares. A familiarização com o novo, descrita por Moscovici (2009), ocorreu quando os moradores de São Francisco do Sul conheceram a Ilha da Rita, e a construção dessa representação foi baseada nas informações que lhes foram repassadas pelo boca a boca e reforçada pela própria existência de muitos vestígios materiais da base naval, constituindo um sistema de valores simbólicos sobre o espaço, gerando assim suas próprias representações, constituídas socialmente. Esse modelo de valores simbólicos é constituído por um sistema central, estável, e um periférico, móvel, que define as particularidades e contradições das representações. A forma como esses indivíduos verbalizam sobre o patrimônio cultural e agem no que se refere a ele e à Ilha da Rita é a objetivação de como a representação é construída na relação entre os sistemas. A identificação do núcleo central de uma representação possibilita a atuação sobre o contexto em estudo. Por meio desta pesquisa foi possível identificar que o núcleo central das representações sobre a Ilha da Rita se refere à importância histórica e às possibilidades turísticas em torno dela.

A identificação do perfil mostrou a configuração da amostragem e possibilitou o cruzamento de dados para a localização dos fatores determinantes sobre as representações sociais e a identificação dos grupos. No caso da população e do objeto em estudo, não foi possível definir grupos distintos com pensamentos distintos. Existem elementos cruciais sobre algumas respostas, como visto, porém, mais forte que a identificação com os grupos relativos a tais fatores, vê-se que está a identidade comunitária. Em São Francisco do Sul, é latente o desejo de preservar a identidade local e promovê-la como forma de sua manutenção e também como meio de subsistência, tendo em vista as atividades turísticas relacionadas ao patrimônio cultural do município.

O estudo das representações de uma população pode levar à compreensão dessa identidade comunitária ou à identificação de grupos distintos. É possível afirmar, com base na pesquisa realizada, que em São Francisco do Sul é visualizada tal identidade comunitária, uma vez que os núcleos dos sistemas centrais são comuns aos grupos sociais diferenciados por gênero, ocupação profissional, idade, local de moradia, entre outros. São os significados comuns que constituem o sistema central e influenciam os dois processos relacionados à formação das representações sociais (ancoragem e objetivação). Na contemporaneidade, mesmo com acesso a informações de muitos lugares, o que ainda vale nesse município é a comunicação local, cotidiana e a valorização das formas de vida características, protegendo-a do ritmo acelerado das grandes cidades.

O orgulho de ser francisquense remonta à história representada em um vasto e diverso patrimônio cultural, em belezas naturais exuberantes e na possibilidade de vivenciar tudo isso no dia a dia quando quiserem. Percebeu-se na

pesquisa que nem sempre esse patrimônio é usufruído, sendo mais aproveitado e conhecido pelos turistas do que pelos próprios moradores. O que se identificou é que há a necessidade da educação para o patrimônio, de uma sensibilização dos próprios moradores. Eles sabem da importância histórica e econômica do patrimônio, reconhecem que fazem parte de sua identidade, mas não aprenderam a usufruir dele – o rico patrimônio precisa ser mais bem aproveitado pelas escolas na formação dos cidadãos francisquenses.

Pode-se afirmar, ainda, que a população de São Francisco do Sul constrói seu pensamento social com base em uma memória comum, repassada pelos mais velhos, e nas informações cotidianas advindas do boca a boca. Maiores que os fatores sociais que dividem uma população em grupos distintos são a identificação com a história local e seu reconhecimento como fonte de orgulho e que gera renda por meio do turismo. O patrimônio cultural é algo bastante conhecido na cidade, que tem seu Centro Histórico tombado há 25 anos. E isso tem forte influência na gênese das representações sociais sobre o patrimônio cultural desde então: todas as atividades voltadas para a sensibilização da população a respeito, além da convivência diária com esse legado, fazem com que o conceito seja familiar. Com isso, as representações que se relacionem com patrimônio cultural – e no caso desta pesquisa especificamente a Ilha da Rita – vão ser construídas levando em conta o referencial já existente no pensamento social da cidade.

A população tem compreensão do que é patrimônio cultural, estabelece relações com a cultura e a história dignas de serem lembradas, preservadas e difundidas e que estão representadas no patrimônio do município. Diante da utilização desse patrimônio como recurso econômico-turístico, relaciona sua preservação com a atração de turistas e a geração de renda. Com a identificação da ideia do núcleo central que reconhece a importância histórica do patrimônio e sua utilização como recurso econômico, estão ancoradas as representações aqui analisadas, que são repassadas em uma rede de identificação comunitária cujo meio de comunicação mais eficaz é o boca a boca. A Ilha da Rita é considerada um patrimônio cultural, que os entrevistados relacionam à importância histórica e à riqueza natural. Os dois motivos são fontes de identificação e orgulho dessa sociedade que reconhece o valor do local onde mora. Porém a população fica apenas nesse orgulho, esperando que os governos façam algo pela preservação.

A Prefeitura foi o principal órgão apontado pelos entrevistados quando questionados a respeito da responsabilidade pelo patrimônio cultural. Essa representação origina-se do fato de que é a Prefeitura que desenvolve as ações diretas sobre a cultura no município, de acordo com sua função legal. Em seguida, um grande número de entrevistados indicou que a comunidade deve

atuar conjuntamente com os órgãos responsáveis: daí se percebe que há interesse em fazer parte dessas ações, considerando que o patrimônio cultural seja uma responsabilidade de todos. A administração estadual aparece em terceiro lugar, e isso se deve ao fato de a cidade ser roteiro turístico do estado, bem como de a gestão do Museu Nacional do Mar ser compartilhada pelo estado e pelo município. O IPHAN foi citado de forma reduzida ao esperado, sendo possível explicar tal fato por meio das conclusões de Roberta Pauli (2010), que expôs que há um hiato entre o tombamento feito pelo órgão federal e a contemporaneidade, não sendo eficientes as ações preservacionistas, além de a população não se sentir participante do processo.

Em relação à Ilha da Rita, a Marinha é destacada por um número maior de pessoas como responsável por sua gestão. Acredita-se que essa representação esteja ancorada nas memórias a respeito do tempo em que serviu como base naval e estava sob os cuidados da Marinha, em contrapartida com as situações posteriores que se seguiram até a sua atual situação. Em segundo lugar, a Prefeitura aparece como possível responsável pela Ilha e, na terceira posição, a Univille. É reconhecida a importância dos estudos realizados na Ilha da Rita pela universidade, mas deve-se reconhecer que como as representações são criadas socialmente a partir do núcleo central – e se estas relacionam a responsabilidade do patrimônio cultural à Prefeitura e no caso da Ilha da Rita à Marinha por sua atuação histórica – é natural que pensem assim. Somente projetos educativos poderiam alterar essa visão.

A análise das palavras positivas e negativas possibilitou compreender como a Ilha da Rita é vista hoje, e tal como já era esperado sua história e sua beleza natural aparecem muito destacadas das demais – o que está relacionado ao turismo e ao patrimônio cultural. Contudo as palavras negativas demonstram que há necessidade de as atividades que estão sendo pensadas para o local serem implantadas de fato – e no espaço de tempo mais curto possível. Sua história, sua beleza natural e as possibilidades variadas que o espaço oferece contrastam com a atual situação apontada como de abandono. Acredita-se que os novos tempos que a Ilha da Rita esteja por vivenciar alterem as representações negativas apresentadas.

Pela compreensão do sistema central que relaciona patrimônio cultural à história e ao turismo e das representações sociais sobre o que deve ser realizado na ilha, no caso de sua abertura, a maioria dos entrevistados acredita que devem ser implantadas atividades alusivas à história e à natureza para atrair turistas. A opinião em geral é de que isso trará desenvolvimento para a região e a população vai se envolver, no entanto, quando perguntados se estariam dispostos a participar pessoalmente dos projetos, a opinião ficou dividida. Alguns apoiam e querem que sejam desenvolvidos projetos interessantes no

local, além de que sejam bem administrados pelos órgãos competentes, contudo não estão dispostos a agir diretamente. Mesmo assim, pouco mais da metade dos entrevistados se disse disposta a colaborar da forma que puder e com os conhecimentos que possui para desenvolver o turismo e também para repassá-los às novas gerações de francisquenses.

Acreditando nas próximas gerações, a maioria dos entrevistados respondeu que elas vão preservar a Ilha da Rita e buscar desenvolvê-la ainda mais, de acordo com as demandas que surgirem. Diversos entrevistados destacaram, no entanto, que isso só ocorrerá após a conscientização das crianças a respeito da importância da ilha, bem como do patrimônio como um todo. Percebeu-se, nesta pesquisa, que a educação possui grande força determinante sobre as representações. Notou-se também que por meio da conscientização da população e da educação para o patrimônio é possível alterar os sistemas periféricos e, conseqüentemente, o central, como ocorreu a partir do tombamento do Centro Histórico. É pela educação que se podem conscientizar as novas gerações sobre a importância da Ilha da Rita, sobre sua história e biodiversidade e sobre sua relevância na contemporaneidade, fatos que justificam sua preservação.

Contudo, além da conscientização da nova geração, é preciso dar atenção àquela parcela da população que se sente participante apenas como observadora das atitudes tomadas pela gestão pública em relação ao patrimônio cultural. As pessoas fazem questão de opinar, querem participar, mas não têm espaço para isso. Entender o que pensam a respeito do patrimônio cultural da Ilha da Rita foi a intenção desta pesquisa, com o objetivo final de dar voz a essa população. É imprescindível que se sintam participantes na prática, que sejam ouvidos e envolvidos diretamente nas ações. Alguns entrevistados destacaram que é necessário haver integração entre as áreas de turismo, educação e cultura do município, e acredita-se que aí está a chave para a inclusão da população nas decisões, ampliando a noção de responsabilidade e atuação sobre o patrimônio e a cultura do seu município.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. de F. S.; TRINDADE, Z. A. (org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos.** Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.
- ALVES, M. C.; MARTINS, F. C. **Obras de pavimentação asfáltica de estradas municipais em Joinville e São Francisco do Sul.** Joinville: OAP, 2006.

BANDEIRA, D. da R. Arqueologia pré-colonial do litoral norte de Santa Catarina – balanço preliminar da produção científica. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 9., 1997. **Anais...** Rio de Janeiro, 2000. CD-ROM.

BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BORBA, F. **Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros nas fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAULI, R. C. S. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul**. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

RODRÍGUEZ, E. R. (org.). **Representaciones sociales: atisbos, cavilaciones del devenir de cuatro décadas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Entrevistas orais

CARVALHO, A. N. **Aldair Nascimento Carvalho**: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

COSTA, J. **Jairo Costa**: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

KOLLING, A. **Augusto Kolling**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

LEUTPRECHT, D. B. **Douglas Bahr Leutprecht**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

OLIVEIRA, M. M. de. **Mateus Müller de Oliveira**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

OZÓRIO, L. A. **Luiz Augusto Ozório**: depoimento [março 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

SILVA, C. C. **Camila Cristina Silva**: depoimento [maio 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

SILVA, R. D. **Rodrigo Dias da Silva**: depoimento [outubro 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

SILVA, Z. D. da. **Zuleide Duarte da Silva**: depoimento [junho 2012]. Entrevistadora: Cibele D. Piva Ferrari. São Francisco do Sul, 2012. Gravação digital. Entrevista concedida para o Projeto Representações Sociais sobre a Ilha da Rita.

MINICURRÍCULOS DOS AUTORES

Alexandre Venson Grose

Biólogo bacharelado pela Universidade da Região de Joinville (Univille), mestre em Zoologia e doutor em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi aluno do programa Wildlife Ecology & Conservation na Universidade da Flórida (UF), como PhD Student Visitor. Sob orientação do professor Peter Frederick, acompanhou atividades de recuperação e pesquisa no Parque Nacional Everglades, Flórida (EUA). Atualmente é professor no curso de Medicina Veterinária da Unisociesc, *Campus* Joinville (SC), pesquisador colaborador na Univille e consultor ambiental. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: aves silvestres e urbanas, ecossistemas costeiros e Baía Babitonga.

André de Souza de Lima

Bacharel em Geografia pela Univille e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Capes de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, área de concentração em Utilização e Conservação de Recursos Naturais (UCRN). Atua como membro da Rede Ibero-Americana de Gestão Costeira (Ibermar) e membro do grupo de pesquisa Gestão Costeira Integrada, associado ao Laboratório de Gestão Costeira Integrada (Lageci) da UFSC. Possui interesse na área de Geociências, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão costeira integrada, ecologia de sistemas, gestão com base em ecossistemas, interações homem-meio na zona costeira, cartografia e sistemas de informações geográficas (SIG).

Cibele Dalina Piva Ferrari

Licenciada em História e mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille, doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), na linha de História e Historiografia da Educação. Atua na área de pesquisa em patrimônio cultural e representações sociais e é professora de educação básica e de graduação.

Claudio Rudolfo Tureck

Graduado em Ciências Biológicas pela UFPR, mestre em Saúde e Meio Ambiente pela Univille e doutor em Aquicultura pela UFSC. Atualmente é professor da Univille. Tem experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Aquicultura, atuando principalmente nos temas sustentabilidade, Baía Babitonga, cultivo de organismos aquáticos, origem e qualidade de matérias-primas para a gastronomia.

Cynthia Hering Rinnert

Graduada em Medicina Veterinária pela UFPR e em Ciências Biológicas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb), mestra em Engenharia Ambiental pela Furb e doutora em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da graduação nos cursos de Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil e Pedagogia. Curadora do Herbário Joinvillea (JOI). Linhas de pesquisa: botânica estrutural, etnobotânica, florística e fitossociologia, histoquímica.

Dione da Rocha Bandeira

Graduada em Ciências Biológicas e mestra em Antropologia pela UFSC e doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora da Univille nos departamentos de História, Ciências Biológicas e Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio

Cultural e Sociedade, além de ser professora pesquisadora dos grupos Geipac e ArqueoCult dessa universidade. Também é arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ).

Estevão Jasper Comitti

Joinvilense formado em Ciências Biológicas pela Univille e mestre em Zoologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua com pesquisas e consultorias de fauna silvestre, com enfoque principal em anfíbios anuros.

Fernanda Mara Borba

Graduada em História, especialista em Arqueologia e mestra em Patrimônio Cultural pela Univille, com doutorado em História pela Udesc em andamento. Vincula-se ao Laboratório de Patrimônio Cultural da Udesc, ao Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural e Grupo de Estudos Arqueologia e Cultura Material da Univille. Arqueóloga do MASJ. Atua como consultora em História e Arqueologia e tem experiência nos temas: identidades, memória, história oral, cultura material e patrimônio cultural.

João Carlos Ferreira de Melo Júnior

Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas pela Univille, especialista em Espaço, Sociedade e Meio Ambiente pela Unibem, mestre em Botânica e doutor em Ecologia e Conservação pela UFPR e pós-doutor em Botânica pela Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2016). Docente da Univille no departamento de Ciências Biológicas, responsável pelas disciplinas Botânica Estrutural e Inventário de Flora. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Coordena o Laboratório de Anatomia e Ecologia Vegetal da Univille e é curador da xiloteca da referida instituição. Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em Morfoanatomia Vegetal, Anatomia Ecológica

da Madeira, Ecologia Funcional, Vegetação de Restinga, Arqueobotânica e Botânica Aplicada ao Patrimônio Cultural. Coordena o Programa de Pesquisas em Ciências Ambientais da Univille. Perito biólogo da Justiça Federal de Santa Catarina. Editor-assistente do periódico científico *Acta Biológica Catarinense*. Integra o Programa de Pesquisa em Biodiversidade da Mata Atlântica (PPBio MA). Coordena o módulo de pesquisas em biodiversidade da restinga do Parque Estadual Acaraí em Santa Catarina.

Karin Esemann-Quadros

Bióloga e mestra em Educação (Ensino Superior) pela Furb e doutora em Ciências Biológicas (Botânica – Anatomia Vegetal) pela USP. Atualmente é professora da Univille nos cursos de Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelados em Biologia Marinha e Meio Ambiente e Biodiversidade), coordenadora do Jardim Botânico e pesquisadora do Herbário JOI. É professora aposentada da Furb, onde atuou por 19 anos nos cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal e continua como docente no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Engenharia Florestal. Desenvolve pesquisas em Botânica, com ênfase em taxonomia, anatomia (de madeira e palmito) e dendrocronologia.

Letícia Ribas Diefenthaler Bohn

Graduada em História e mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Professora dos cursos de Design, História e Letras da Univille. Tem experiência na área de História, Cultura e Arte, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, antropologia, estudos culturais, currículos e ações comunitárias.

Roberta Cristina Silva

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário – Católica de Santa Catarina (Jaraguá do Sul) e mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Tem experiência na área de Arquitetura e

Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: revitalização e urbanização, patrimônio edificado, arquitetura, preservação e restauração. Participou como arquiteta responsável do Projeto Farol Ilha da Paz, de propriedade da Marinha – projeto de restauração e revitalização sustentável da Ilha da Paz. No Projeto Monumenta – em parceria com governo federal, IPHAN, Unesco e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – foi a arquiteta responsável pelos projetos de restauro e revitalização, além de fiscalizar e coordenar as obras. Atualmente atua como professora no curso de Arquitetura do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina (Joinville), ministrando as disciplinas Patrimônio Histórico e Projeto, além de fazer parte do núcleo estruturante do curso.

Roberta Nabuco de Oliveira

Bacharelada em Ciências Sociais pela UFPR, mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille e doutoranda em Sociologia pela UFPR. Dedicou-se, desde 2009, às disciplinas de Sociologia e Filosofia e atua na pesquisa nos seguintes temas: sociologia do cinema, sociologia da imigração, história do Brasil República e patrimônio cultural.

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

Graduada, mestra e doutora em História pela USP, pós-doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. Professora da graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (Geipac/Univille/CNPq).

Tarcísio Possamai

Bacharel em Geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e mestre em Engenharia Ambiental pela Furb. É professor titular da Univille nos departamentos de Ciências Humanas e Biológicas e Engenharia Ambiental. Possui interesse na área de

Geociências, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, interpretação ambiental, trilhas e indicadores ambientais e sustentabilidade ambiental.

Thiago Fossile

Bacharel em Ciências Biológicas – Biologia Marinha pela Univille, pós-graduado em MBA Gestão Ambiental pela Unopar, mestre em Biodiversidade Animal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Possui conhecimento em osteologia de peixes (Teleostei e Elasmobranchii) e experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Pré-Colonial, atuando principalmente nos temas: sambaquis e arqueozoologia (foco em ictioarqueologia). Atuou como assessor técnico na Procuradoria da República em Joinville – Ministério Público Federal.



Patrocínio:

